

Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira

CONECTANDO TRECHOS DO CAMINHO:

Turismo, lazer e desenvolvimento regional no contexto do projeto estruturador Rota das
Grutas de Peter Lund – MG

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2018

Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira

CONECTANDO TRECHOS DO CAMINHO:

turismo, lazer e desenvolvimento regional no contexto do projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund – MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Christianne Luce Gomes

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2018

O48c Oliveira, Ana Paula Guimarães Santos de
2018 Conectando trechos do caminho: turismo, lazer e desenvolvimento regional no contexto do projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund - MG. [manuscrito] / Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira. – 2018.
199 f. : il.

Orientadora: Christianne Luce Gomes

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Bibliografia: f. 180-195

1. Lazer – Teses. 2. Turismo – Teses. 3. Políticas públicas – Teses. 4. Desenvolvimento regional – Teses. I. Gomes, Christianne Luce. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8



ATA DA 35ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

ANA PAULA GUIMARÃES SANTOS DE OLIVEIRA

Às 14h00min do dia 27 de julho de 2018 reuniu-se na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa para julgar, em exame final, o trabalho "Conectando trechos do caminho: Turismo, lazer e desenvolvimento regional no contexto do projeto estruturante Rota das Grutas de Peter Lund - MG", requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, a Presidenta da Comissão, Profa. Dra. Christianne Luce Gomes, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

| Membros da Banca Examinadora | Aprovada | Reprovada |
|--|----------|-----------|
| Profa. Dra. Christianne Luce Gomes (Orientadora) | X | |
| Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos (UFJF) | X | |
| Profa. Dra. Daniela Fantoni Álvares (IFMG) | X | |
| Profa. Dra. Diomira Maria Cicci Pinto Faria (UFMG) | X | |
| Profa. Dra. Olívia Cristina F. Ribeiro (UNICAMP) | X | |

Após as indicações a candidata foi considerada: Aprovada

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para a candidata pela Presidenta da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidenta encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Este documento tem validade de 60 dias.

Belo Horizonte, 27 de julho de 2018.

Profa. Dra. Christianne Luce Gomes

Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos

Profa. Dra. Daniela Fantoni Álvares

Profa. Dra. Diomira Maria Cicci Pinto Faria

Profa. Dra. Olívia Cristina F. Ribeiro

À minha mãe, ao meu marido e à memória de meu pai.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à *Santíssima Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo*, fonte de luz, amor e inspiração que nos transforma, move e possibilita seguir adiante. Esse sentimento simboliza tudo o que guardo em meu coração ao completar mais um importante ciclo de minha vida. Pois, para chegar até aqui, foi necessário vencer traumas adquiridos ao longo do caminho, e que quase me fizeram desistir. Um longo período de tempo e o encontro com pessoas de bem, foram os remédios necessários para que as feridas fossem cicatrizadas. Nesse período, minha espiritualidade foi aprofundada. Se antes sentia a presença de *Deus Pai, Filho e Espírito Santo* em minha vida, hoje essa presença é ainda mais forte, e posso afirmar que me sinto transformada, e mais preparada. E aqui estou, terminando mais um ciclo, de maneira muito diferente daquele do passado. Por isso, e por todas as pessoas que, mesmo sem saber, trouxeram luz, esperança, incentivo e me proporcionaram vontade de continuar por esse caminho, eu agradeço, pedindo à *Trindade Santa* que lhes cubram de bênçãos!

Agradeço ao meu Marido – Arnaldo, meu presente, e responsável direto por diversas transformações em minha vida. Meu maior incentivador, apoiador, companheiro, amigo, desafiador, debatedor, e tantos outros adjetivos que nem caberiam no papel, por juntos vencermos tantas batalhas, mas, principalmente, por me mostrar que a vida pode ser mais leve, mas que para isso precisamos algumas vezes ajustar nosso foco.

A minha família, por torcer por minhas vitórias.

A minha orientadora, Profa. Dra. Christianne Luce Gomes. Você é mais um presente que recebi nesta vida! Nosso encontro profissional que antecedeu o doutorado não foi por acaso. Ele foi a estrela que me indicou o caminho a seguir. Mesmo sem saber, você me proporcionou tudo o que não tive em minhas experiências passadas. E ao longo dessa jornada, recebi a graça da presença dessa pessoa maravilhosa, que conduz com docilidade, carinho, amor, respeito, liberdade, maestria e MUITO conhecimento, tudo o que faz em sua vida, mas, principalmente, os momentos mais tensos que cercam o processo de doutoramento. Você talvez não consiga imaginar o quanto me ajudou, e o quanto aprendi estudando e observando! Muito obrigada por tudo! Desejo que nossa parceria gere muitos outros frutos no futuro.

Aos colegas do Instituto de Geociências, pelo apoio ao me permitirem usufruir o direito de me dedicar integralmente ao doutorado.

Aos Profs. substitutos Bruno Machado e Guilherme Malta, que com toda dedicação, comprometimento, zelo e alegria, assumiram as obrigações relativas à minha ausência, contribuindo de maneira muito positiva com a formação de nossos alunos. Peço a Deus que lhes

retribua tudo o que me proporcionaram, abençoando a realização de todos os seus objetivos! Ao amigo Guilherme, tenho ainda que agradecer pelas parcerias que antecedem o período de doutorado, e pelas contribuições com dicas, bem como sua avaliação no momento final da pesquisa. Novos desafios nos esperam!

À Diomira, pela amizade que se fortalece, pela avaliação do longínquo projeto de tese, e colaboração apontando algumas armadilhas e possíveis direções para a concretização deste trabalho. Por aceitar compor a banca de avaliação final. Espero que nossa jornada coletiva esteja apenas começando! Bora trabalhar e divertir?!

Ao Prof. Dr. Hélder Isayama, por todo seu compromisso para com o nosso programa de pós-graduação, por toda a leveza com a qual conduz suas atividades, por colaborar em diversos momentos ao longo do período de elaboração desta tese. No momento inicial, com a avaliação do projeto, e suas ponderações que me permitiram delinear melhor os rumos que gostaria de seguir. No momento da qualificação, ao apontar os avanços e os ajustes que deveriam ser observados, e por me fazer refletir muito. Por me permitir acesso ao programa de análise qualitativa NVIVO, e com ele novos aprendizados para a concretização de pesquisas de natureza qualitativa e a potencialização dos resultados e análises desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo, por compor a banca de qualificação desta tese, e ao me incentivar muitas reflexões, estudos e escolhas.

A todos os membros da banca de avaliação final, por aceitarem tão prontamente nosso convite.

Aos colegas dos grupos de pesquisa OTIUM e LUCE, por nossas partilhas ao longo desses quatro anos de jornada. Como é bom compartilhar conhecimento, experiências, angústias, amizades e vitórias! Que nossa jornada seja longa e frutífera em todos os sentidos da vida!

Aos 27 respondentes da pesquisa, cujos nomes não citarei em função do compromisso ético assumido, meu mais profundo agradecimento! Encontrei todas as portas abertas e fui recebida com muito carinho, atenção e esperança. Foi fundamental ouvir vocês, suas angústias, sonhos, ações e vitórias. Espero que os resultados alcançados possibilitem novas reflexões e avanços. Contem comigo, estarei sempre à disposição! Vamos continuar partilhando experiências e conhecimentos?

Aos funcionários do colegiado de pós-graduação pelo apoio burocrático, pela maneira atenciosa de nos atender.

À Mariana Mauro, pelo apoio na elaboração dos mapas.

À Tatiana Nery pelo apoio nas transcrições das entrevistas, e algumas interessantes discussões.

Ao Tiago Garcias, pelo trabalho de revisão.

Ao Noha Haas, pelo serviço de tradução.

É possível que tenha esquecido de alguém, afinal, muitas outras pessoas cruzaram meu caminho. Por isso, agradeço a todos, pois o esforço para a concretização de um trabalho como este é individual e solitário, mas requer o apoio e o auxílio de diversas pessoas, saberes e pensamentos. Por isso, é um momento tão rico que tenho a graça de finalizar com sentimento de ser apenas mais um começo.

*Por trás
de toda palavra
há uma trama
cavada.
Só não se cava
nem se sagra
a palavra
enclausurada.*

*A clausura
da palavra
é a palavra
lacrada;
é a usura
da palavra
que não abre
suas veias
se se envenena
de nada.*

*Só se salva
a palavra
contaminada
por outra palavra
sangrada:
— pois a palavra
infectada
pelo que outra
desata
é a palavra
que em sua casca
se rasga
contra o nada
da palavra
enclausurada.*

*Por trás
de toda palavra
que não se perde
lacrada
há a trama envenenada
de toda palavra
tramada.*

Mario Chemie

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa de doutorado foi analisar as interações entre turismo, lazer e desenvolvimento regional no contexto do projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund – MG, buscando compreender seus limites e potencialidades enquanto práxis sociais coletivas, ou seja, como ação social transformadora. O recorte territorial situa-se no projeto estruturador do turismo mineiro “Rota das Grutas de Peter Lund”, e suas interfaces com a política pública de desenvolvimento regional do turismo brasileiro e mineiro – Circuito das Grutas. Pretendeu-se responder a uma pergunta central: Há práxis no desenvolvimento regional do turismo na região abrangida pelo projeto Rota das Grutas de Peter Lund – RGPL? O marco teórico contempla fundamentos sobre o turismo como um fenômeno social (URRY, 2001), sobre o lazer como necessidade humana e dimensão da cultura (GOMES, 2014), sobre o desenvolvimento como um processo social comprometido com o atendimento das necessidades sociais (SEN, 2001) e sobre o desenvolvimento regional como possibilidade de empoderamento das populações locais e a garantia de bem-estar social (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015). Considerando a metodologia, optou-se pela abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa documental e empírica. Na pesquisa documental foram analisados documentos públicos e privados, nos âmbitos federal, estadual, regional e local, como, por exemplo, as cartilhas da Política de Regionalização do Turismo, as Atas de reunião do Circuito Turístico das Grutas (168), os manuscritos iniciais do projeto Rota Lund, o estudo realizado pela Fundação Themis/OMT, entre outros. Na pesquisa empírica, foram realizadas 27 entrevistas envolvendo representantes das instâncias estadual, regional e local, além do criador do projeto, representantes dos empreendedores e lideranças comunitárias. A estratégia escolhida foi análise de conteúdo, desenvolvida com o apoio do *software* de análise qualitativa Nvivo, que disponibiliza uma série de outros métodos para auxiliar esse tipo de análise. Foram estabelecidas quatro categorias: compreensões acerca dos conceitos; território; articulação regional e transformação material. Após a sistematização dos dados, os resultados foram gerados a partir dos recursos frequência de palavras e análise de *cluster*. A análise de *cluster* é uma técnica estatística de análise multivariada que permite estabelecer a correlação entre os pares, ou seja, entre as categorias estabelecidas. Os resultados permitem assinalar a existência de uma linha de interação e visão compartilhada sobre os conceitos de turismo, lazer e desenvolvimento regional, e sua apreciação enquanto fenômenos sociais. O lazer foi considerado por muitos entrevistados como algo presente no dia a dia, e sua fruição é corriqueira. A relação dicotômica tempo de trabalho e não trabalho cede espaço para outras percepções, e demonstra o distanciamento dessa visão restritiva do lazer, favorecendo aproximações a outras concepções, como a assumida por esta pesquisa. Foi reafirmada a porosidade entre os campos do conhecimento, turismo e lazer, por isso, julga-se pertinente que sejam considerados como campos circunvizinhos e não sobrepostos. Compreensões mais contemporâneas de lazer, turismo e de desenvolvimento, que os distanciam das noções universalistas e os associam ao desenvolvimento humano foram declaradas pelos sujeitos da pesquisa, permitindo afirmar que a centralidade do desenvolvimento, quando considerada a relação entre os três temas, precisa ser fundamentada em processos que envolvam transformação social coletiva. Paradoxalmente, expôs-se a ausência de uma compreensão compartilhada do que seria o turismo, o lazer e o desenvolvimento regional, tanto nas políticas quanto no projeto Rota das Grutas de Peter Lund, o que, conjuntamente com outros fatores, incide em baixos índices de integração e cooperação quando observado o projeto. Os resultados apontam como expressiva fragilidade a baixa presença da comunidade e dos empresários da região no projeto. O conjunto da análise permite afirmar que o projeto Rota das Grutas de Peter Lund não foi capaz de promover significativas mudanças para a agregação das diversas políticas setoriais, muito menos para os autóctones da região. Assim, muitos limites e contradições ainda cerceiam a concretização do desenvolvimento regional do turismo como práxis social coletiva.

Palavras-chave: Turismo. Lazer. Desenvolvimento Regional. Política Pública. Rota Lund.

ABSTRACT

The general objective of this doctoral study was to analyze interactions between tourism, leisure and regional development within the context of the Peter Lund Cave Route – MG structuring project, seeking to understand its limits and potentialities in terms of collective social praxis, that is, as transformative social action. The territorial setting is within the state of Minas Gerais' structuring project - Peter Lund Cave Route, and its interfaces with the public policy of regional development of Brazilian federal and Minas Gerais state tourism - the Cave Circuit. The intention was to answer this central question: Is there any praxis of the regional development of tourism within the area covered by the Peter Lund Cave Route - PLCR? The theoretical framework provides grounds for tourism as a social phenomenon (URRY, 2001), leisure as a human necessity and cultural dimension (GOMES, 2014), development as a social process committed to attending social necessities (SEN, 2001) and regional development as a possible method of empowering local populations and guaranteeing social well-being (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015). Considering the methodology, a qualitative approach was adopted involving documentary and empirical research. Documentary research analyzed public and private documents within federal, state, regional and local spheres, such as brochures from the Tourism Regionalization Policy, the minutes of the meeting of the Touristic Cave Circuit (168), the initial manuscripts from the Lund Route project, the study carried out by the Themis Foundation/OMT, among others. Empirical research comprises 27 interviews involving state, regional and local representatives, representatives of companies involved, community leaders, as well as the project creator. The strategy chosen was content analysis, developed with the use of the qualitative analysis software Nvivo, which offers a series of methods to aid in this type of analysis. Four categories were established: understanding of concepts; territory; regional articulation and material transformation. After the data was systematized, the results were generated using word frequency and cluster analysis. Cluster analysis is a statistical multivariate analysis technique that establishes the correlation between the pairs, that is, between the established categories. The results allow us to point out the existence of a line of interaction and shared vision about the concepts of tourism, leisure and regional development, and their appreciation as social phenomena. Leisure was considered to be something present in daily life by many who were interviewed, and its enjoyment is commonplace. The dichotomous relationship between work and non-work time gives way to other perceptions and demonstrates the distancing from this restrictive view of leisure, favoring approximations to other conceptions, such as those adopted by this study. The porosity between the fields of knowledge of tourism and leisure was reaffirmed, so it is, therefore, considered pertinent that they be considered as neighboring and not overlapping fields. More contemporary understandings that were distant from universalist notions were declared by the research subjects when associating them to human development, allowing the consideration that the relation between the three subjects is based on processes that involve collective social transformation. Paradoxically, there was a lack of a shared understanding of what tourism, leisure and regional development are, both in terms of policies and in the Peter Lund Cave Route project, which, along with other factors, results in low rates of integration and cooperation when the project was observed. The results indicate, with expressive fragility, the low presence of the community and regional entrepreneurs in the project. The analysis in its entirety enables the affirmation that the Peter Lund Cave Route was not able to promote significant changes for the aggregation of the different sectoral policies, and even less for the region's inhabitants. Thus, many limits and contradictions still prevent the realization of the regional development of tourism as a collective social praxis.

Keywords: Tourism. Leisure. Regional Development. Public Policy. Lund Route.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Croqui da área de abrangência da Rota das Grutas de Lund..... | 22 |
| Figura 2 – Programa de Regionalização do Turismo | 70 |
| Figura 3 – Mapa da Regionalização do Turismo Mineiro..... | 73 |
| Figura 4 – Foto – Colunas existentes na Gruta Rei do Mato – Sete Lagoas | 80 |
| Figura 5 – Mapa 1 – A região turística e o projeto Caminhos de Lund | 102 |
| Figura 6 – Mapa 2 – A região turística e o projeto Linha Lund | 109 |
| Figura 7 – Dendograma Cluster articulação, integração, circuito, histórico rota..... | 121 |
| Figura 8 – Dendograma cluster interações do projeto..... | 123 |
| Figura 9 – Nuvem de palavras (50) – lazer | 130 |
| Figura 10 – Nuvem de palavras (20) – Lazer | 133 |
| Figura 11 – Nuvem de palavras (50) – Turismo..... | 141 |
| Figura 12 – Nuvem de palavras (20) – turismo | 151 |
| Figura 13 – Nuvem de palavras (50) – Desenvolvimento | 154 |
| Figura 14 – Dendograma Cluster turismo, lazer e desenvolvimento regional | 156 |
| Figura 15 – Nuvem de palavras (20) – desenvolvimento..... | 158 |
| Figura 16 – Nuvem de palavras (20) Turismo, lazer e desenvolvimento regional..... | 159 |
| Figura 17 – Dendograma Cluster Articulação, Caráter coletivo, desenvolvimento regional. | 160 |
| Figura 18 – Dendograma Cluster a rota em associação..... | 162 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Interação entre turismo e desenvolvimento regional nas bases de dados..... | 26 |
| Quadro 2 – Extrato base de dados – Rotas turísticas e desenvolvimento regional | 27 |
| Quadro 3 – Organização da pesquisa documental..... | 34 |
| Quadro 4 – Caracterização e quantificação da amostra da pesquisa | 36 |
| Quadro 5 – Perfil dos entrevistados..... | 37 |
| Quadro 6 – Categorias de análise | 40 |
| Quadro 7 – Registros das atas do Circuito Turístico das Grutas | 75 |
| Quadro 8 – Síntese dos resultados – Potencialidades e limites | 107 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – Análise de cluster Integração, articulação regional, circuito, histórico da rota | 120 |
| Tabela 2 – Cluster interações do projeto | 124 |
| Tabela 3 – Correlação Pearson – turismo e lazer | 149 |
| Tabela 4 – Correlação Jaccard – turismo e lazer | 149 |
| Tabela 5 – Correlações Jaccard – Turismo, lazer e desenvolvimento regional..... | 157 |
| Tabela 6 – Correlação Jaccard – Desenvolvimento regional, articulação regional e caráter coletivo | 161 |
| Tabela 7 – Correlação Circuito Municípios | 164 |
| Tabela 8 – Correlação Jaccard Instâncias de Governança..... | 165 |
| Tabela 9 – Correlação Jaccard – Turismo, lazer, integração e desenvolvimento regional na rota | 165 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ACG | Associação do Circuito das Grutas |
| ACTG | Associação do Circuito Turístico das Grutas |
| CAT | Centros de Apoio ao Turista |
| CEP | Conselho de Ética em Pesquisa |
| CNPQ | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COMTUR | Conselho Municipal de Turismo |
| CT | Circuito Turístico |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| FAPEP | Fundação de Apoio a Pesquisa |
| FECITUR | Federação dos Circuitos Turísticos |
| ICMS | Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IBAMA | Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IEF | Instituto Estadual de Florestas |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| GEOR | Gestão Estratégica Orientada para Resultados |
| INVITUR | Inventário da Oferta Turística |
| MTUR | Ministério do Turismo |
| ONG | Organização Não Governamental |
| OMT | Organização Mundial de Turismo |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PDMI | Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado |
| PNMT | Programa Nacional de Municipalização do turismo |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PPP | Parceria Público Privada |
| PRT | Programa de Regionalização do Turismo |
| PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| RMBH | Região Metropolitana de Belo Horizonte |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |

| | |
|----------|---|
| SELTUR | Sete Lagoas Turismo, Lazer e Cultura S/A |
| SEMAD | Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável |
| SEPLAG | Secretaria de Planejamento e Gestão |
| SETUR/MG | Secretaria de Turismo de Turismo de Minas Gerais |
| UC | Unidade de Conservação |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO: POR ENTRE CONTORNOS E CONTRADIÇÕES..... | 18 |
| 1.1 A formulação do problema..... | 21 |
| 1.2 Justificativa | 25 |
| 1.3 Objetivos | 32 |
| 1.3.1 Objetivos específicos | 32 |
| 2 O PERCURSO METODOLÓGICO | 33 |
| 3 DESENVOLVIMENTO, UM CONCEITO DISCUTÍVEL | 43 |
| 3.1 Um termo, muitas visões..... | 45 |
| 3.2 Desenvolvimento regional: limites e possibilidades do conceito..... | 49 |
| 3.3 Interações entre turismo, lazer e desenvolvimento regional | 52 |
| 3.4 Rotas turísticas e o desenvolvimento regional | 61 |
| 3.5 Sobre o diálogo entre Estado, políticas públicas e a sua implementação..... | 64 |
| 4 UMA REGIÃO, MUITAS POSSIBILIDADES, ALGUNS PROJETOS | 68 |
| 4.1 A formação da arena | 68 |
| 4.2 A institucionalização da instância de governança regional..... | 74 |
| 4.3 A primeira fase da política de regionalização do turismo | 83 |
| 4.4 A implementação do programa Roteiros do Brasil – segunda fase – e a criação da Rota das Grutas de Peter Lund | 90 |
| 5 O PROJETO ROTA DAS GRUTAS DE PETER LUND E AS INTERAÇÕES ENTRE AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA | 108 |
| 6 LAZER, TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM OLHAR SOBRE A DIMENSÃO DA VIDA..... | 130 |
| 6.1 Os sentidos e significados atribuídos ao lazer..... | 130 |
| 6.2 Turismo – concepções e interações..... | 140 |
| 6.3 O desenvolvimento regional no território abrangido pela Rota das Grutas de Peter Lund | 152 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 168 |
| REFERÊNCIAS | 176 |
| APÊNDICES..... | 192 |

1 INTRODUÇÃO: POR ENTRE CONTORNOS E CONTRADIÇÕES

Um mundo que se desenrola a partir de um constante processo de produção de contradições. Esse é o mundo em que vivemos! Dialeticamente, é também por meio das inconsistências advindas desse processo que a sociedade avança. As temáticas que envolvem esta tese se inserem nesse contexto.

Pesquisar sobre turismo, lazer e desenvolvimento regional é, em certa medida, refletir sobre a fluidez, a liquidez e a instabilidade presentes no tempo e espaço social em que vivemos. Não diferente disso, é também falar sobre ideologias, velhas ou novas, e também de preconceitos, na tentativa de explicar os fenômenos que se alinham no estudo em questão, para, então, pensar em novas alternativas. Dito de outra maneira, é necessário valorizar o instigante desafio que evoca a produção do conhecimento, e por que não dizer, a contribuição com o avanço da sociedade. Significa considerar as inúmeras complexidades que configuram os temas propostos e lidar com interações de naturezas distintas. Este, portanto, é o desafio que mobiliza o intento de compreender algumas das possíveis interações entre os três temas na contemporaneidade, no contexto do projeto de uma rota turística concebida pelo Estado de Minas Gerais.

As contradições, os dissensos teóricos e ideias concebidas para reforçar perspectivas hegemônicas, presentes muitas vezes na cunhagem dos conceitos, de políticas públicas, bem como em projetos específicos, demandam discussões permanentes, para que, dessa maneira, e a partir daí, possam ser apontados outros caminhos. Esses, por sua vez, representam pequenos passos dados em direção à construção de uma nova forma de pensar, fazer e praticar turismo e lazer, por exemplo. Destarte, para empreender estudos com esse enfoque, é necessário que seja promovido o diálogo, a interação e o confronto entre disciplinas e suas perspectivas.

Por isso, como ponto de partida, considera-se que o turismo, o lazer e o desenvolvimento são fenômenos associados à vida que transcendem os aspectos materiais e físicos como renda, saúde, habitação e transporte, entre outros. Envolvem questões sociais, políticas, culturais, ambientais e também econômicas. São dialéticos e complexos. Representam expressões da sociedade e, por isso, são localizados historicamente.

O lazer, nas definições que vinculam sua ocorrência às modernas sociedades industriais europeias, foi amplamente difundido como um contraponto ao trabalho. Essa associação, no entanto, revela contradições, pois tende a homogeneizar essa prática social, ao desconsiderar dimensões subjetivas, como prazer e liberdade, e os diferentes contextos sociais. Mas as crises existentes no bojo da modernidade contribuíram para que outras compreensões de lazer fossem

cunhadas a partir das contradições destacadas, favorecendo a elaboração de conceitos com aporte em outros elementos.

O entendimento assumido por este estudo corresponde a um olhar que objetiva atribuir valor à ludicidade; corresponde a uma concepção que compreende o lazer como uma dimensão da cultura, caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo e espaço social (GOMES, 2011; 2014). Essa perspectiva também reconhece o lazer como um direito social, tal qual expresso na Constituição Federal brasileira de 1988. É importante destacar que, diferentemente do direito legal, que se estrutura a partir da relação tempo de trabalho e não trabalho, o direito social apresenta uma lógica alicerçada na noção de cidadania, e caracteriza a importância do lazer para o desenvolvimento social e humano.

O turismo, por sua vez, tem sido descrito como uma atividade que emerge, assim como o lazer, no até então fecundo período da modernidade e, portanto, associado à reprodução da lógica de acumulação do capital e frequentemente analisado sob a perspectiva econômica. Contudo, tal qual o contexto que caracteriza o lazer, diversas são as incongruências reveladas por essa lógica. Destacam-se aquelas relacionadas aos impactos ambientais e sociais, decorrentes de um modelo de produção associado à economia de escala, e não de escopo. Esse caminho de consumismo não sustentável, apresentado por tal modelo massificado, há mais de quatro décadas, vem apresentando sinais de que não é mais viável (PANOSSO NETTO; NECHAR, 2016).

É essencial, por isso, questionar as ações governamentais que consideram, unilateralmente, os efeitos econômicos positivos do turismo e a gestão das cidades como negócios e, por conseguinte, a substituição de classes sociais por turistas, sem a necessária ponderação sobre os impactos negativos aos que vivem nos locais onde se desenrola a atividade. Esse tipo de questionamento vem contribuindo para que novos olhares sejam lançados sobre o turismo. Soma-se a isso os movimentos sociais contrários ao turismo que insurgem em meio a esse contexto. A Europa, em geral considerada como sinônimo de sucesso para o turismo, assiste paulatinamente à instalação e expansão de movimentos denominados “Turistofobia ou Turismofobia”¹ – aversão à massificação do turismo, como vem ocorrendo em Barcelona e em outros destinos – como um claro sinal de que a sociedade sofre com a atividade (RUIZ, 2008; MILANO, 2017).

Diante desse cenário de contradições, e na intenção de refletir a lógica instalada,

¹ Movimento que segundo Ruiz (2008), corresponde a uma mescla de repúdio, desconfiança e desprezo a todos de origem estrangeira, bem como uma variante de xenofobia que permite a prática de um tipo de racismo velado. Ver também Milano (2017).

emergem no final do século XX e início do século XXI novos estudos que deslocam a associação do turismo apenas à dimensão econômica, ponderando sobre uma nova orientação, ou seja, sua associação às práticas sociais, e, portanto, a um fenômeno de contornos sociais, visão com a qual esta tese coaduna. Nessa mesma direção, a Organização Mundial de Turismo, em diversos artigos do código de ética de 1999, o considera como um direito de todos os habitantes do planeta. A ótica do direito ao turismo aqui destacada difere daquela que versa sobre questões jurídicas, tais como destacadas por Onghena (2016), e se associa àquela que reafirma o direito à mobilidade e às questões inerentes à vida do ser humano, como por exemplo o acesso à cultura, ao conhecimento, à ludicidade. Também não significa conceder aos turistas direitos adicionais, mas reforçar que para todo direito há um dever associado, ou seja, sua responsabilidade enquanto cidadão.

Considera-se, portanto, que lazer e turismo são fenômenos sociais, complexos, dialéticos e multidisciplinares. Por isso, ao se tornarem escopo de políticas públicas concretizadas em diversos contextos, podem impulsionar determinados processos de desenvolvimento. Desse modo, é preciso explicitar que tipo de desenvolvimento as políticas de turismo e de lazer deveriam priorizar.

No contexto desta pesquisa, o desenvolvimento é compreendido para além da perspectiva estruturalista, e de influência eurocêntrica. Associa-se a outras dimensões, como cidadania, emancipação social, autoestima, afirmação cultural, educação e participação em atividades lúdicas e culturais (NOBREGA, 2013). Requer distanciamento das intencionalidades restritivas, distorcidas e/ou veladas, resultantes de “um desenvolvimento imitativo” (FURTADO, 1984, p. 27), ou seja, aos moldes do eurocentrismo.

Intenciona-se, com esse olhar, desassociar o conceito de ideologias restritivas e atreladas ao crescimento econômico somente. Para isso, uma outra direção é percorrida rumo à compreensão de desenvolvimento como um processo que envolve coesão social, integração, endogenia e abordagem mais humanizada, notadamente quando se considera uma região.

A argumentação apresentada permite dizer que associar o turismo, o lazer e o desenvolvimento à perspectiva da vida, como dito anteriormente, requer que diversas outras dimensões sejam integradas. Por essa razão, analisar essa relação por meio de apenas uma dimensão revela-se insuficiente, dada a complexidade que estabelecem.

Os argumentos expostos evidenciam o ponto de partida, sinalizando a perspectiva teórica e o posicionamento assumido por esta tese, que será aprofundado posteriormente. Contudo, antes disso faz-se necessário apresentar o *locus* e as inquietações que guiaram esta pesquisa. Esses, por sua vez, são abordados no item a seguir.

1.1 A formulação do problema

O recorte territorial desta tese situa-se no projeto estruturador “Rota das Grutas de Peter Lund” e suas interfaces com a política pública de desenvolvimento regional do turismo brasileiro e mineiro – Circuito das Grutas.²

O nome dessa rota turística foi uma homenagem a Peter Lund, um dinamarquês nascido em 1801 que visitou o Brasil pela primeira vez aos 24 anos para fugir do clima nórdico, temeroso da tuberculose que havia vitimado seus dois irmãos. Lund fixou residência em Lagoa Santa, Minas Gerais, no ano de 1833. Nas cavernas da região, descobriu mais de 12 mil peças fósseis que permitiram escrever a história do período pleistoceno brasileiro – o mais recente na escala geológica. Lund descobriu também ossadas do chamado “homem de Lagoa Santa”, fóssil humano que possibilitou reescrever um importante período da pré-história brasileira. É considerado o pai da paleontologia brasileira. Seus achados foram a base para a revisão de pressupostos³ aceitos pela então incipiente paleontologia. Posteriormente, na década de 1970, em pesquisas realizadas pelo prof. Walter Neves, da Universidade de São Paulo, descobriu-se o fóssil conhecido como Luzia,⁴ e, desse modo, o processo de migração das américas foi revisto.

O estado declara⁵ que o projeto estruturador da Rota Lund foi elaborado a partir de uma perspectiva multi e interdisciplinar, e representa uma de suas ações em direção ao desenvolvimento da Região Carste,⁶ localizada ao norte de Belo Horizonte. Envolve cinco municípios: Belo Horizonte, Sete Lagoas, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Cordisburgo (Figura 1).

² Em cada estado da federação, a política de turismo assume um nome distinto. No caso de Minas Gerais, é denominado Circuito Turístico.

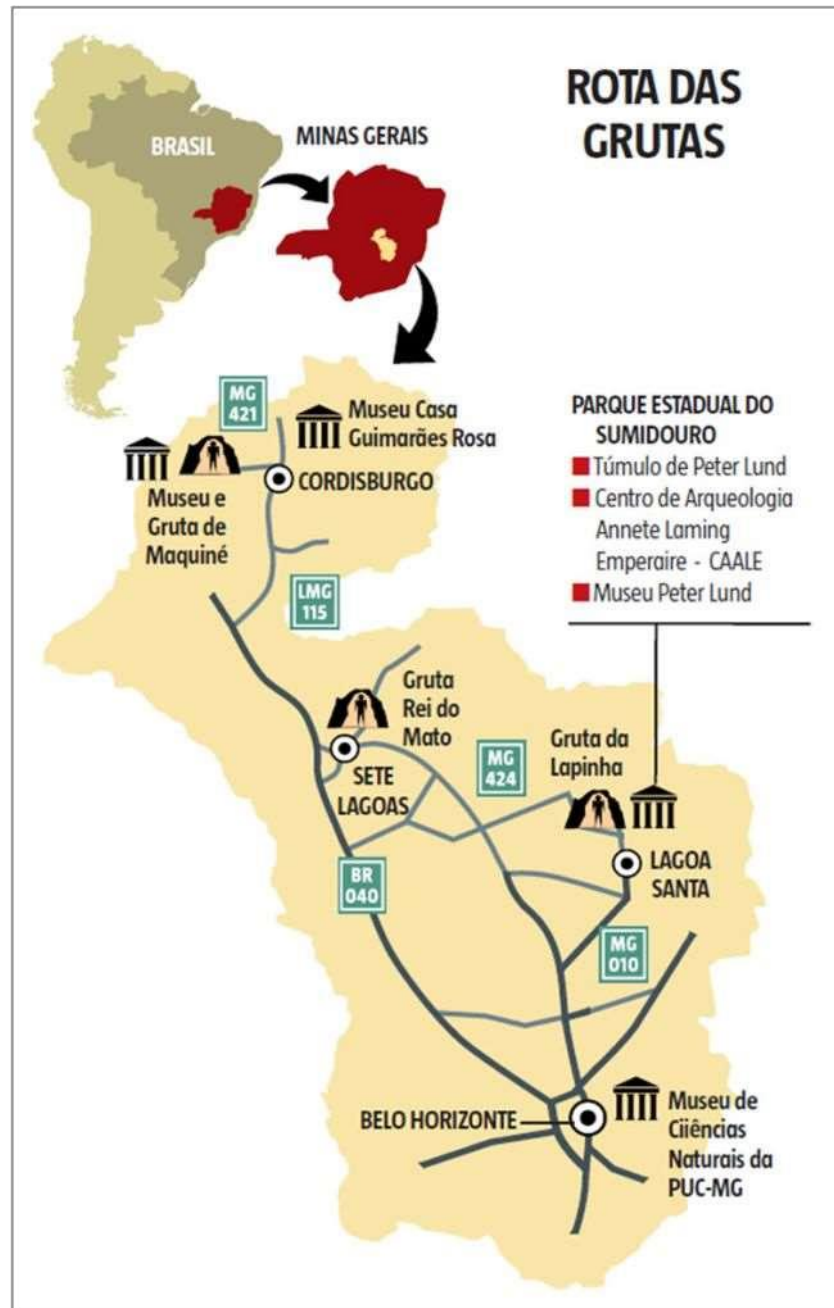
³ Teorias evolucionismo e catastrofismo.

⁴ No momento que antecedeu a entrega formal desta tese, um incêndio destruiu 90% do museu Nacional no Rio de Janeiro. Este local era responsável pela guarda de um acervo de cerca de 20 milhões de itens, e dentre eles o crânio de Luzia.

⁵ A construção do Projeto Estratégico Rota das Grutas de Lund: Planejamento e Cooperação na Administração Pública Estadual. Código de identificação: 358. Disponível em: <http://gestaopublicaeficiente.org.br/wp-content/uploads/2016/02/1.-BP_Cultura_Rota_Lund.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁶ Palavra originada da região calcária na atual Eslovênia, local onde foram realizados os primeiros estudos neste tipo de rocha. Em servo-croata, designa “campo de pedras calcárias” e é adotada para qualquer região do mundo que possua características semelhantes à da região do “carste clássico”. O calcário é uma rocha solúvel, que por meio da ação da água dá origem a uma série de feições típicas tais como dolinas (depressões fechadas), sumidouros, ressurgências e, principalmente, cavernas. Proporciona um notável valor científico e cultural, expondo alguns dos mais ricos acervos arqueológicos e paleontológicos do planeta. Fonte: Carste Ciência e Meio Ambiente, disponível em: <<http://www.carste.com.br/site/index.php/o-carste>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Figura 1 – Croqui da área de abrangência da Rota das Grutas de Lund



Fonte: <https://www.researchgate.net/figure/291347426_fig2_Figura-2-Mapa-de-localizacao-dos-municipios-e-atrativos-da-Rota-das-Grutas-Peter-Lund>. Acesso em: 04 jun. 2018.

A Rota é uma ação do estado de Minas Gerais, e seu formato se associa à política de regionalização do turismo brasileiro. Para o estado, ela representa a necessidade de consolidar novos roteiros, que possam se tornar produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional, demonstrando uma clara associação ao contexto econômico, a princípio. Incorporou esforços de diferentes órgãos do governo de Minas Gerais, tais como as secretarias de Meio Ambiente, Turismo, Obras Públicas, Desenvolvimento Urbano e Cultura.

Essa pluralidade de setores evidencia a natureza multidisciplinar da rota pesquisada, e requer, desse modo, que seja estudado o processo de sua criação e implementação, visando compreender qual orientação de desenvolvimento foi adotada, e como ela se conecta com os processos sociais.

A Rota representa ainda, também na visão do estado, a idealização de um roteiro científico-cultural⁷ capaz de promover conhecimento e desenvolvimento socioeconômico para os municípios envolvidos, por meio da integração dos atrativos regionais em uma rota turística.

O conceito de produto “Rota das Grutas de Lund” passa pela oferta de uma viagem pelo tempo e pelo espaço, onde passado, presente e futuro juntos ou em separado revelam fatos e lugares que ajudaram a construir a história de um dos mais importantes naturalistas de todos os tempos, responsável por contribuições efetivas para o conhecimento sobre a botânica e a zoologia, sendo pioneiro e referência para o estudo da paleontologia, arqueologia e espeleologia no Brasil (MINAS GERAIS, 2011, p. 13).

Para que isso ocorra, nas diretrizes basais do projeto são apontadas como fundamentais a integração das comunidades do entorno das grutas, o desenvolvimento urbano e cultural, a criação de mecanismos de geração de trabalho e renda, a averbação das unidades de conservação e negócios associados. No entanto, por outro lado, há que se ponderar sobre a relação dessas diretrizes com os conceitos de desenvolvimento regional, de turismo e de lazer assumidos nesta pesquisa, que contemplam o desenvolvimento humano e a geração de transformações sociais, objetivando como resultado a superação, ou pelo menos a redução de conflitos socioeconômicos, visando gerar condições que permitam alcançar uma vida digna.

Desse modo, é preciso ter como ponto de partida o alerta apresentado por Moesch, ao afirmar que:

Políticas públicas de democratização não devem se restringir ao imediatismo, ao localismo das reivindicações e demandas, mas transformar-se em instrumento de planificação e apropriação dos grandes e variados problemas de gestão urbana, ambiental, social, econômica e cultural, bem como de domínio sobre o aparato do estado, tradicionalmente afastado e refratário à participação e ao controle popular (MOESCH, 2015, p. 64).

A Rota das Grutas de Peter Lund foi apresentada no ano de 2008 como um dos projetos estruturadores do governo de Minas Gerais, como dito anteriormente, portanto parte de uma política pública de governo. Por isso, foi contemplada com recursos para investimento em infraestrutura em decorrência da captação do evento Copa do Mundo FIFA 2014. Foi ainda

⁷ Nomenclatura empregada no estudo OMT (2011).

alvo de uma pesquisa multidisciplinar encomendada pelo CNPq à UFMG entre os anos de 2013 e 2014, em atendimento a uma demanda do Ministério do Esporte. No que se refere às ações empreendidas no campo do turismo, os resultados desse subprojeto demonstraram que, embora os recursos tenham sido descritos na matriz de responsabilidades⁸ pelo governo do estado, as ações de infraestrutura pouco avançaram na região.

Muitas são, portanto, as lacunas quando o olhar se volta para o desenvolvimento regional em suas interações com o turismo e o lazer. Por isso, esta tese considera que o desenvolvimento regional do turismo, enquanto práxis social coletiva, requer uma abordagem humanizada e endógena que inclua o lazer e considere diferentes dimensões.

Gadotti (1998) considera que a práxis supõe a interação entre a teoria e a prática, e vice-versa. Implica não apenas em dimensões objetivas, mas também subjetivas. Por isso as contradições e os conflitos como elementos importantes não são ocultados, mas ao contrário, são afrontados e desvelados. O diálogo tem significativa importância, e assim, a compreensão de práxis adotada nesta tese é sintetizada como ação social transformadora.

Nesta tese, o desenvolvimento regional do turismo não é concebido apenas pelo viés econômico, mas enquanto práxis social coletiva. Isso significa compreender que a atuação humana, decorrente de ações nas dimensões cultural, política, social e ambiental, possibilita alterações e modificações das relações entre indivíduos e grupos.

Levando em conta este princípio, questiona-se: Há práxis no desenvolvimento regional do turismo na região abrangida pelo projeto Rota das Grutas de Peter Lund (doravante RGPL)? Como se articulam turismo, lazer e desenvolvimento regional na elaboração e implementação desse projeto? Quais interesses têm sido privilegiados? Seria o projeto RGPL capaz de instituir novas formas de pensar, compreender e agir perante as ações de desenvolvimento do turismo e do lazer na região? De que maneira um produto turístico pode vir a ser um instrumento profícuo para alcançar resultados esperados quando se trata da fruição do desenvolvimento regional ao considerar o turismo e o lazer⁹?

⁸ A Matriz de Responsabilidades estabelecida em 2010 pelo então ministro do Esporte, Orlando Silva, e por 11 prefeitos e 12 governadores (Brasília, uma das cidades-sede, não tem prefeito), define as responsabilidades de cada ente federativo na preparação do evento. Tratou das áreas prioritárias de infraestrutura das 12 cidades que receberam os jogos da Copa do Mundo de 2014, como aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios, segurança, telecomunicações e turismo. Conceitualmente, a Matriz de Responsabilidades é um plano estratégico de investimento no desenvolvimento do país. Corresponde a investimentos que já seriam necessários e que acabaram, em tese, sendo antecipados e priorizados nas 12 sedes pela oportunidade de realizar uma Copa do Mundo no Brasil. Adaptado de: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

⁹ Os conceitos turismo e lazer foram abordados na introdução deste trabalho, e discutidos no item 3.3, bem como no capítulo 6.

Tendo em vista esses questionamentos que constituem o cerne do problema investigado, no tópico a seguir são apresentados os argumentos que justificam a realização desta pesquisa.

1.2 Justificativa

Como destacado anteriormente, diversos estudos alinhados à temática desta tese, tanto teóricos quanto empíricos, têm sido desenvolvidos, principalmente a partir do final do século XX e início do século XXI. Entretanto, dada a complexidade que envolve o lazer, o turismo e o desenvolvimento regional, bem como suas interações e as tantas possibilidades de definição de objetos de estudos, as temáticas ainda possibilitam novas pesquisas.

Um aspecto considerado representativo reside no baixo número no que se refere à produção acadêmica. Ao intentar o aprofundamento da reflexão sobre a interação entre os três temas, e fazendo-se valer da pesquisa bibliográfica¹⁰ nas bases de dados *Web of Science and Scopus* e *SciELO*, de imediato uma lacuna foi evidenciada. Não foi localizado nenhum registro nessas bases que conectem os três temas. Desse modo, é possível depreender a carência de pesquisas que envolvam o diálogo entre essas áreas de conhecimento, ou seja, o objeto desta tese.

Continuando o processo de investigação bibliográfica, pesquisou-se a interação entre lazer e desenvolvimento regional, o que revelou resultados semelhantes aos apontados anteriormente, ou seja, nenhum registro. A terceira tentativa foi a busca por trabalhos sobre a interação entre turismo e desenvolvimento regional. Neste último caso, a base *Web of Science* gerou as informações apresentadas no Quadro 1.

¹⁰ Considerando palavras-chaves escritas em língua inglesa.

Quadro 1 – Interação entre turismo e desenvolvimento regional nas bases de dados

| Extrato Web of Science – Turismo e desenvolvimento regional | | | | |
|--|---|-------------|------------|------------------------------------|
| Categoria Scielo | Título | País | Ano | Periódico |
| Hospitality Leisure Sport Tourism | Desarrollo Regional Y Turismo em Brasil: Políticas em el Valle Europeo | Brasil | 2009 | Estudios y perspectivas en turismo |
| Hospitality Leisure Sport Tourism | Desarrollo Regional del Turismo y Sustentabilidad del Territorio: La SDR de Blumenau – Brasil y los acciones intersectoriales em el turismo de naturaleza | Brasil | 2009 | Estudios y perspectivas en turismo |
| Public Administration | Competitiveness of tourist destinations: the study of 65 key destinations for the development of regional tourism | Brasil | 2010 | Revista de Administração Pública |
| Public Administration | Redistribuição fiscal para o desenvolvimento turístico local e regional | Brasil | 2016 | Revista de Administração Pública |
| Social Sciences Interdisciplinary | Desarrollo regional y sustentabilidad: turismo cultural en la región sur de Jalisco | México | 2013 | Dimensión Empresarial |
| Management | The role of tourism public-private partnerships in regional development: a conceptual model proposal | Portugal | 2010 | Cadernos EBAPE.BR |

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados *Web of Science*.

As informações denotam que ainda há um número restrito de publicações nos periódicos indexados à estas bases, uma vez que apenas seis foram localizados. Outra característica a ser apontada corresponde à origem dos estudos. Quatro deles são originários do Brasil, e de maneira geral, todos abordam o tema política. Os demais são do México e de Portugal.

Como a delimitação do estudo abarca um projeto de rota turística, o passo seguinte foi examinar essa temática. Optou-se pelo uso da conjunção dos termos *rotas turísticas* e *desenvolvimento regional*, utilizados na língua inglesa. O sistema retornou apenas sete artigos (QUADRO 2), todos originários da América Latina, evidenciando que a temática é recente, pois a publicação mais antiga é datada do ano de 2009, e está concentrada no continente latino-americano. Do total dos artigos, três são do México, os demais são da Argentina, Chile, Brasil, Equador e Uruguai, cada um com apenas um artigo.

Quadro 2 – Extrato base de dados – Rotas turísticas e desenvolvimento regional

| Extrato Web of Science – Rotas turísticas e desenvolvimento regional | | | | |
|---|--|----------------------|------------|---|
| Categoria SciELO | Título | País | Ano | Periódico |
| Sociology | El patrimonio natural y cultural como base para estrategias de turismo sustentable en la Sonora Rural | México | 2009 | Estudios sociales (Hermosillo, Son.) |
| Sociology | La conformación de una ruta alimentaria como estrategia de desarrollo turístico rural para el municipio de Ures, Sonora, Méxic | México | 2013 | Estudios sociales (Hermosillo, Son.) |
| Sociology | Turismo termal en la Ruta de la Salud, en Michoacán: potencial de desarrollo regional | México | 2016 | Región y sociedad |
| Social Sciences Interdisciplinary | Propuesta de una ruta turística bananera en la base a la historia regional, provincial el oro, de ecuador | República do Ecuador | 2016 | Revista Universidad y Sociedad |
| Agriculture Multidisciplinary | Alternativas no tradicionales de desarrollo rural: la Ruta del Pisco como recurso turístico (valle de Elqui, Chile). | Argentina Chile | 2014 | Idesia (Arica) |
| Managent | Práticas discursivas na construção de uma gastronomia polifônica. | Brasil | 2010 | RAM. Revista de Administração Mackenzie |
| Hospitality, Leisure, Sport & Tourism | La incidencia del transporte en el desarrollo del turístico del Uruguay: el caso de ONDA (1935-1980) | Uruguai | 2010 | Estudios y perspectivas en turismo |

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados *Web of Science* – SciELO.

Pondera-se, no entanto, que, separadamente, os temas têm sido alvo de estudos elaborados a partir de naturezas, objetos e métodos distintos, e por isso não se pode afirmar a escassez de material bibliográfico. Algumas conexões também foram identificadas. Entretanto, a interlocução entre os três evidencia uma lacuna, compreendida como uma oportunidade que permite olhar por entre outras janelas e encontrar novos caminhos, contribuindo assim para o avanço do conhecimento.

Há uma profusão de abordagens e metodologias, o que reafirma a complexidade envolta na temática desta tese. Os trabalhos originados no Brasil versam sobre a Política de Regionalização e seguem por caminhos distintos. Ao mesmo tempo, eles demonstram as fases iniciais de implementação dessa política, ou a partir dela propõem novos produtos turísticos. Considera-se, portanto, haver uma lacuna no estudo sobre o processo de implementação de um projeto de rota turística, notadamente como uma ação do Estado, e esta tese segue por esse caminho.

Em outra direção, a partir da revisão sobre as teorias do desenvolvimento e o turismo realizada por Faria (2012), é possível compreender que os estudos são desenvolvidos ao abrigo das mais diversas correntes teóricas, destacando aquelas relacionadas ao desenvolvimento econômico (teoria da modernização, teoria da dependência e teoria neoliberal). É possível também visualizar que a grande maioria deles não delimita a qual tipo de desenvolvimento está se referindo, e terminam por postular a relação “como uma ideologia de progresso para todos” (FARIA, 2012, p. 6). Vários foram os estudos identificados nessa direção (BARBOSA, 2005; TOMAZZONI, 2007; PAIVA; MONOLESCU, 2007; ALVES, 2010), dentre outros.

No que concerne à área delimitada para este estudo, identificou-se a pesquisa realizada pela Organização Mundial de Turismo – OMT em 2011, com a colaboração de alunos da PUC-MG, cujo propósito foi realizar diagnóstico e prognóstico para delinear o projeto estruturador “Rotas das Grutas de Lund”. Esse estudo foi posteriormente utilizado como orientação para as ações das instituições envolvidas no projeto, e será retomado no momento das análises.

A rota também foi alvo de estudo demandado pelo Ministério do Esporte ao CNPq e à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O propósito da pesquisa consistiu em avaliar os investimentos em infraestrutura oriundos da influência da Copa do Mundo FIFA 2014, seus legados e oportunidades. O ponto de partida foi a matriz de responsabilidades, que indicou investimentos em sinalização e construção de centros de atendimento aos turistas – CATs (UFMG/CNPQ, 2014).

Uma das conclusões evidencia que, até a finalização da pesquisa, nenhuma ação de sinalização havia sido concretizada nas rodovias de acesso, muito menos nos municípios¹¹ integrantes da rota. No que tange aos CATs, somente o de Cordisburgo havia sido construído, os das demais cidades não saíram do papel. Por outro lado, a construção do centro de atendimento ao turista no município de Cordisburgo apresentava falhas, sobretudo no quesito acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

O estudo questiona, ainda, a necessidade da construção do CAT, já que esse não havia sido mobiliado e não estaria funcionando no período de realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Ademais, considerando a evolução das tecnologias de comunicação, a existência de um CAT encarregado apenas da distribuição de folheteria talvez não se justifique, principalmente considerando o perfil atual dos visitantes das grutas, que consiste em sua grande maioria do

¹¹ A única exceção foi o município de Belo Horizonte. Contudo, como destacado anteriormente, embora faça parte da Rota, pertence a outro circuito turístico. Ainda assim, a ação de sinalização realizada até o período da realização do evento e conclusão da pesquisa interdisciplinar realizada pela UFMG em 2014, apresentava falhas tais como descontinuidade e ausência de placas que indicassem mudança de direção, por exemplo, e que poderiam dificultar a circulação dos moradores e visitantes.

turismo pedagógico.¹² Ainda assim, o espaço físico do CAT foi considerado como um legado, pois tem sido utilizado para realização de eventos e reuniões, servindo principalmente à população local. Como oportunidade, o estudo vislumbrou a possibilidade de integração entre as instituições dos diversos municípios, o que pode ser percebido como uma lacuna para pesquisas futuras. Nesse caso, a tese que ora se apresenta poderá levantar dados mais consistentes, e confirmar ou não essa possibilidade.

Outro trabalho elaborado a partir do descrito anteriormente (BARBOSA *et al.*, 2014), aborda a relação da rota com o conceito de Itinerário Cultural. Esse conceito tem sido considerado “inovador” e “multidimensional”, em cuja concepção são destacadas as representações da cultura humana e suas interações com o meio ambiente, e que são únicas e singulares de determinados lugares, regiões, países etc.

A ideia de conformação de itinerários culturais representa um meio para entender e gerir o patrimônio cultural. A partir desse conceito, o estudo considerou a Rota das Grutas de Peter Lund – RGPL uma expressão de itinerário cultural e uma nova perspectiva para a gestão do patrimônio cultural. Entretanto, a análise desenvolvida se relacionou tão somente à sinalização e sua capacidade de integração dos municípios e marcos que compõem a rota. Nesse sentido, os resultados apontam a existência de problemas na sinalização nos trechos analisados, tanto no que tange à sinalização viária, quanto a turística, sobretudo aquela relacionada à integração dos atrativos que compõem a rota. Esse estudo permitiu a identificação de mais uma oportunidade de pesquisa.

Uma quarta pesquisa encontrada foi demandada pela SETUR à coordenação do curso de Turismo da UFMG (UFMG, s/d.), em que o objetivo consistiu em criar um sistema de indicadores para avaliação e monitoramento da rota, e com capacidade para avaliar os impactos do turismo em diversas áreas: meio ambiente, cultura, economia e sociedade.

Este, por sua vez, foi realizado por meio de oficinas participativas das quais fizeram parte diversas instituições e a comunidade local. A partir do diálogo estabelecido nas oficinas, acrescido da pesquisa documental e bibliográfica e de demanda, foi elaborado um sistema de indicadores de cada área que inclui, também, sub indicadores, além de fontes de dados secundários, instrumentos de coleta de dados e sugestões para abordagens metodológicas para cada tipo de pesquisa a ser desenvolvida. O relatório da pesquisa citada considera que os

¹² Há um duplo olhar sobre o conceito de turismo pedagógico. Por um lado, do ponto de vista econômico e mercadológico, é considerado um segmento de mercado (PANOSSO NETO; ANSARAH (2008); MTUR 2010). Por outro, do ponto de vista sociológico, é considerado uma ferramenta de educação que permite agrupar a teoria com situações de aprendizagem dos conteúdos curriculares, de valores éticos e estéticos por meio de vivência lúdica (PERINOTTO, 2008).

indicadores criados são capazes de sistematizar o monitoramento do processo de desenvolvimento da rota, servindo como um meio para mensurar o cumprimento de objetivos, metas, desempenho e como base para o planejamento e a gestão do turismo.

Por meio desse material, constata-se a lacuna no que tange às pesquisas envolvendo a rota, sobretudo aquelas relacionadas à integração entre as diversas instituições que fazem parte do projeto de modo direto ou indireto, e sua contribuição para o desenvolvimento regional do turismo.

Um quinto estudo encontrado (PORT, 2015) foi uma monografia de graduação em Administração Pública da Fundação João Pinheiro, defendida no segundo semestre de 2015. O objetivo consistiu em examinar o papel da SETUR na elaboração e execução do projeto da PPP (Parceria Público-Privada) das Grutas da Rota Lund, sob a ótica da intersetorialidade, considerada como o diálogo e interpretações de soluções conjuntas entre instituições estaduais.

O estudo conclui que a intersetorialidade na PPP da Rota Lund foi parcialmente percebida, e aponta uma pequena participação da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR, sobretudo nas etapas de modelagem e contratação da PPP. Continua questionando:

Uma vez identificada a pouca participação da SETUR tanto na concepção, quanto na modelagem e execução contratual da PPP da Rota Lund o questionamento com relação à possibilidade de incremento desse envolvimento se coloca: uma vez firmado o contrato, qual papel caberia à Secretaria de Turismo na gestão da PPP da Rota Lund? Seria possível envolver a SETUR na referida gestão, com vistas a um alinhamento do projeto com a política estadual de turismo? (PORT, 2015, p. 67).

A pesquisa em destaque sugere que a Parceria Público-Privada da Rota Lund consiste em uma nova etapa do projeto, e a considera uma possível e promissora política de turismo do estado, envolvendo um novo modelo de gestão para as unidades de conservação. Por outro lado, aponta a necessidade de alinhamento com a política estadual de turismo, o que configura um dos aspectos analisados por esta tese.

A produção acadêmica apresentada permite delinear a necessidade de empreender esforços para estudar as instituições e organizações que se relacionam no projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund. Isso porque não há como analisar o comportamento individual ou coletivo desconsiderando as regras, constrangimentos, relações ou interações. A análise dessas relações pode revelar tensões entre os diversos níveis do processo de implementação da política de regionalização do turismo, o que Krutwaysho; Bramwell (2009)¹³ apontam como merecedor de uma análise mais aprofundada.

¹³ Estudo que procurou entender como a implementação se conecta com os processos sociais e foi realizado em Phuket, uma ilha na Tailândia, que entrou para o turismo de massa nos anos 1980 e concentra muitos *resorts*.

A demanda turística, tanto real quanto potencial, é tema recorrente nas pesquisas sobre a rota. Destaca-se que esse assunto compõe a pesquisa realizada pela OMT (2010), o estudo sobre a criação de um sistema de indicadores realizada pela UFMG (2012), e as diversas pesquisas de demanda realizadas pela SETUR, bem como uma monografia de graduação do curso de turismo da UFMG, defendida em dezembro de 2015.

O objetivo dessa última (MAGALHÃES, 2015) foi estimar uma função de demanda para os visitantes das grutas que integram a rota, no intuito de entender quais variáveis influenciariam a quantidade de demanda das grutas. Para a obtenção dos resultados, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental, além de um estudo empírico sobre o perfil da demanda, realizado em período de baixa temporada. As análises incluíram uma distinção entre os estudos de demanda realizados no ano de 2012, contemplando as variáveis escolaridade, acompanhantes de viagem, meio de transporte, meio de hospedagem e gastos. Todavia, a pesquisa não explica os prováveis motivos dessa divergência de dados, o que, grosso modo, pode ser atribuído à distinção entre os critérios de definição da amostra. Por outro lado, o estudo evidenciou que os turistas/ excursionistas que visitam as grutas não percorrem a rota, e afirma que a RGPL ainda não conseguiu integrar seus atrativos. Essas informações demonstram algumas fragilidades no processo de desenvolvimento regional do turismo.

Essas informações ressaltam a relevância desta pesquisa/investigação, uma vez que o projeto Rota das Grutas de Peter Lund teve seu início no ano de 2008 e, nesse período, diversas ações foram executadas, recursos públicos foram direcionados, e, ainda assim, não foi constatada uma unidade entre os atrativos. Ou seja, como o projeto parece ainda não ter alcançado resultados na integração dos atrativos turísticos, esta pesquisa pode contribuir nessa direção.

O objetivo de toda pesquisa é contribuir em alguma medida para com o avanço não só do conhecimento, mas também da sociedade. No caso desta pesquisa, não seria diferente. Por isso, encontra-se relevância sob a perspectiva de contribuição no aperfeiçoamento, na elaboração e implementação de políticas públicas, em nível local, regional e federal, além do compartilhamento e articulação entre políticas setoriais, sociedade, empresariado e principalmente a base local. Estende-se essa contribuição para projetos de abrangência local e regional, seja de natureza pública ou privada. Pondera-se, ainda, a relevância deste estudo como uma ferramenta de auxílio aos gestores públicos, das mais diversas instâncias, ao muni-los de um novo olhar acerca das possíveis interações entre os três campos de conhecimento que sustentam esta tese, favorecendo futuras ações e projetos, notadamente ao integrá-los à região. Com isso, compreende-se que uma das maiores contribuições corresponde ao avanço da compreensão, quando o assunto é o desenvolvimento com vistas à práxis social coletiva.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo também se justifica pela atuação profissional da autora, que, como membro do corpo docente do curso de Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais, tem se dedicado a estudar a interdisciplinaridade, dentre outros temas. Nesse sentido, além de auxiliar com a formação profissional tanto da autora quanto dos discentes do curso no qual atua, adiciona-se a possibilidade de desdobramento desta pesquisa em novos projetos acadêmicos, considerando a pesquisa e a extensão.

Importa ainda mencionar a participação da autora como coordenadora da área de turismo da pesquisa interdisciplinar destacada anteriormente (UFMG/CNPQ, 2014). Naquele período, diversas inquietações foram surgindo, dando forma ao desenho de estudo que ora se apresenta e demonstrando a continuidade dos estudos que compreendem a região.

Concluindo, esta seção apresentou argumentos que justificam esta pesquisa, tanto do ponto de vista do avanço do conhecimento, como de seus desdobramentos rumo à promoção de transformações sociais positivas. Dando continuidade à organização estrutural da pesquisa, a próxima seção apresenta os objetivos que foram delineados.

1.3 Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as interações entre turismo, lazer e desenvolvimento regional no contexto do projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund – MG, tendo em vista o desafio de compreender seus limites e possibilidades enquanto práxis social coletiva.

1.3.1 Objetivos específicos

- Compreender o processo de elaboração e implementação da Política de Regionalização em âmbito federal e estadual, observando as interações no Circuito Turístico das Grutas e, sobretudo, no projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund.

- Discutir as concepções de lazer e de turismo presentes em documentos e enunciadas por atores inseridos no projeto Rota das Grutas de Peter Lund, bem como seus encadeamentos em termos de desenvolvimento regional.

- Pesquisar a articulação entre o Estado, o empresariado e a comunidade no contexto do produto turístico Rota das Grutas de Peter Lund, refletindo sobre o desenvolvimento regional do turismo.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

Para fins deste estudo selecionou-se a região abrangida pela Rota das Grutas de Peter de Lund, tendo como objeto as interações entre turismo, lazer e desenvolvimento regional.

Sendo uma pesquisa de bases empíricas, o estudo de caso foi escolhido como estratégia. Apoiando-se na visão de Yin (2003), que considera que, quando o pesquisador tem o desejo de entender a complexidade dos fenômenos sociais contemporâneos, tem pouco controle sobre os eventos, e esses estão dentro de algum contexto da vida real, este método tem se revelado bastante profícuo.

A abordagem escolhida foi qualitativa. Isso porque ela é um tipo que “visa abordar o mundo ‘lá fora’ (e não em contextos especializados de pesquisa como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de diversas maneiras diferentes” (FLICK, 2009, p. 8).

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa de gabinete, por meio de busca bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica pretendeu-se compreender principalmente algumas das possíveis articulações entre o turismo, o lazer e o desenvolvimento regional, bem como as diversas áreas do conhecimento envolvidas na temática do estudo. Esta etapa apoiou o levantamento e a análise dos dados empíricos.

Na pesquisa documental (QUADRO 3) foram analisadas as cartilhas do programa de regionalização do turismo, o projeto de implantação da rota e as atas das reuniões do Circuito das Grutas. Foram analisadas as atas do período compreendido entre o ano de 1999, momento em que se inicia o processo de estruturação do circuito, até 2016, período estabelecido para o fim das análises, considerando o tempo para a conclusão do processo de doutoramento. O período delinea uma dimensão histórica objetivando ir além de uma análise superficial. Com essa etapa, esperou-se compreender as interações estabelecidas pela política, como ela se estabelece nos territórios, e os conceitos que sustentam o planejamento e a implementação da política.

Intentou-se também analisar o(s) plano(s) estratégico(s) de desenvolvimento turístico do circuito, o plano municipal de desenvolvimento turístico de cada município. Tais planos foram considerados por serem itens exigidos pela política de regionalização do turismo, denominada Circuito Turístico em Minas Gerais. Contudo, não se teve acesso a todos planos municipais, o que dificultou uma análise que abrangesse toda a região. Importa ainda frisar a existência de discrepâncias em termos de forma e conteúdo, considerando aqueles aos quais foi possível o acesso. Por conta de tais discrepâncias os documentos foram analisados mas não são mencionados nas análises.

Julgou-se necessário compreender o processo de implementação da política de regionalização do turismo no Circuito, bem como identificar as instituições que conformam a Rota, qual o papel desempenhado por cada um, como interação, quais os pontos de consenso ou dissenso, e as ações desenvolvidas relacionadas ao desenvolvimento regional do turismo

Quadro 3 – Organização da pesquisa documental

| Esfera | Tipo de documento | Fonte |
|-----------------|--|---|
| Federal | Cartilhas do programa de regionalização do turismo | Ministério do Turismo, disponível em meio eletrônico |
| Estadual | Projeto estruturador RGPL | Secretaria de Turismo de Minas Gerais - Setur |
| Regional | Atas das reuniões do circuito; Planos de desenvolvimento estratégico do circuito; | Associação do Circuito das Grutas. |
| Local | Planos municipais de Turismo; Leis municipais de turismo | Prefeituras dos municípios envolvidos; COMTUR dos municípios envolvidos. |

Fonte: Elaboração própria.

Universo e amostra da pesquisa

Sendo o desenvolvimento regional do turismo e suas interações com o lazer objeto deste estudo, considera-se necessário investigar o entrosamento e o equilíbrio entre as necessidades e anseios dos diversos municípios e sujeitos envolvidos, bem como a existência de um processo de mudança social. Por isso, fez-se um estudo considerando a percepção de atores específicos que interagem no desenvolvimento da atividade, sendo eles:

a) Proponente do Projeto

O paleontólogo e professor idealizador do projeto intitulado por ele de “Linha Lund”, posteriormente denominado Rota das Grutas de Lund. Com ele, pretendeu-se levantar as motivações e os interesses ao propor esse projeto, e sua avaliação acerca das ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do RGPL. Entender se e como o lazer e o turismo se articulam no projeto. Acreditou-se que seria possível obter uma visão crítica sobre as relações institucionais no processo de desenvolvimento da rota, bem como o turismo na região. As informações dessa etapa foram coletadas por meio de entrevista semiestruturada, realizada em julho de 2016.

b) Gestores Públicos

Objetivou-se avaliar a efetividade da política pública de âmbito federal, nas esferas estadual e municipal e, mais especificamente, nos municípios que compõem a Rota, e sua contribuição para com o desenvolvimento regional do turismo e do lazer; qual a dialética presente no projeto e em suas ações, no processo de planejamento e gestão local e regional do turismo. Acrescenta-se a existência de incentivo e ambiência que favoreça o surgimento de micro e pequenos negócios em conformidade com os indicadores de sustentabilidade das dimensões sociais, ambientais e econômicas.

Na instância estadual foram convidados a responder representantes: Da Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR-MG; da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Do Instituto Estadual de Florestas – IEF; e os Gestores das três unidades de conservação que abrigam as grutas.

Na instância regional, a presidente da associação do Circuito das Grutas. Na instância municipal, foram convidados secretários de turismo, funcionários públicos municipais ou contratados ligados ao turismo. Sete cidades fizeram parte da pesquisa: Cordisburgo, que abrigou o piloto da rota, Sete Lagoas, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, todas integrantes do projeto. As demais, Caetanópolis e Paraopeba, que são conurbadas, e Jequitibá, foram escolhidas visando compreender a abrangência e influência do projeto na região, ou seja, no circuito turístico. Essas cidades foram escolhidas a partir do critério *distância*, considerando, ou seja, a mais próxima e a mais distante de Cordisburgo.

c) Empreendedores

Foram convidados a participar deste estudo os empreendedores participantes da associação do Circuito das Grutas. No momento da coleta, o total de associados era de 10 membros, que se distribuíam entre os setores de agenciamento de viagens, realização de eventos, representantes de pousadas e hotéis e do artesanato local. No entanto, foram entrevistados cinco empreendedores, sendo o representante do segmento de turismo pedagógico e três representantes do setor de agenciamento (municípios distintos). O representante do setor de eventos foi excluído desse grupo, pois é também presidente do circuito, e por isso integra a pesquisa como sujeito. Por outro lado, foi inserido nesse grupo, mesmo não pertencendo ao circuito, um empreendedor da cidade de Cordisburgo, por ter sido referenciado nas entrevistas realizadas no município. O alvo dessa análise consistiu em perceber que tipo de turismo tem se materializado após a conformação do circuito e da rota. Se esses empreendedores estão

comprometidos com o desenvolvimento local/ regional, como se relacionam com a comunidade local e qual a interação de seu negócio com o circuito turístico e com a rota.

d) Comunidade local

O propósito foi entender como a população local se relaciona com o lazer e o turismo na área abrangida pela rota; como percebe as ações do poder público e da iniciativa privada no que tange ao juízo de que os residentes devem ser considerados nos planos e projetos; o engajamento, e nível de conhecimento da rota. A influência do projeto no seu dia a dia, bem como em suas práticas de lazer, sobretudo nos espaços que abrangem o entorno da rota.

Nesse grupo, foram entrevistados os representantes de lideranças comunitárias, identificados a partir dos representantes das prefeituras municipais. O critério para a seleção adotado foi o conhecimento e ou envolvimento com alguma ação relacionada ao turismo e ou ao projeto Rota das Grutas de Peter Lund.

Para facilitar a visualização do total de entrevistas realizadas, foi elaborado o Quadro 4:

Quadro 4 – Caracterização e quantificação da amostra da pesquisa

| Mentor do projeto | Instância Governança Estadual | Instância Governança Regional | Instância Governança Municipal | Liderança Comunitária | Empreendedores | Total |
|-------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-----------------------|----------------|-------|
| 01 | 06 | 01 | 10** | 04* | 05 | 27 |

Fonte: Elaboração própria.

Complementando a caracterização da amostra, o perfil dos entrevistados é descrito nos quadros 2 e 3. Para resguardar as identidades, optou-se por atribuir codificações tanto para a representação, como para o nome, a fim de garantir o anonimato, conforme registrado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, sob o número CAAE: 55562416.9.0000.5149 e parecer nº 1.553.295. Recorreu-se ao Cadastro Nacional de Cavernas no Brasil, visando associar um apelido a cada pessoa (QUADRO 5). Para tanto, fez-se uma pesquisa sobre as grutas catalogadas na região abrangida pelo projeto, bem como pelo Circuito Turístico, tendo por critério o município que a abriga. O exercício foi associar o entrevistado

** Em razão às mudanças decorrentes da troca de gestão municipal no período da coleta de dados, e a baixa ocupação nas secretarias que abrigavam o turismo por profissionais concursados, foi necessário entrevistar mais de uma pessoa para que fosse possível compreender a relação do município com o projeto e a política de regionalização.

* Um dos representantes respondeu por duas cidades, já que essas estão muito próximas. Entretanto, foi computado apenas como uma representação.

ao nome de uma gruta existente no território representado por ele. Também tentou-se fazer associação a nomes com apenas uma palavra, contudo, algumas exceções ocorreram devido à impossibilidade de registros com essa característica que permitisse nomear todos os entrevistados daquela cidade. A denominação do entrevistado não considerou a relação com o gênero, ou qualquer outra característica do mesmo

Quadro 5 – Perfil dos entrevistados

| | Representação | Gênero | Formação / Profissão | Posição ocupada | Cognome |
|-----------|----------------------|---------------|---|--|-----------------------|
| 1 | MP | Masculino | Doutor em Morfologia | Curador da Coleção de PUC-MG | Mirante |
| 2 | IGR | Feminino | Graduado em Turismo | Presidente do Circuito | Formosa |
| 4 | RIGMSL | Feminino | Graduada em Turismo e Administração Pública; Pós-graduada em Planejamento de atividades em áreas naturais | Agente Administrativo – concursada – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo | Ninho |
| 5 | RIGEIPL | Masculino | Psicólogo | Gerente Unidade de Conservação – cargo comissionado | Dobra |
| 6 | RCCO | Masculino | Comerciante | Aposentado Criador do projeto Ponto de Memória | Meio |
| 7 | RCPCE | Masculino | Costureiro | Costureiro e condutor espeleológico | Estiva |
| 8 | RCPL | Masculino | Formação técnica (não declarada) – graduação incompleta – declara-se espeleólogo | Consultor – sistema de gestão de segurança em turismo de aventura | Mito |
| 9 | RCSL | Masculino | Graduado em Administração de Empresas e Recursos Humanos | Atualmente trabalha com cultura – Professor de teatro | Boi |
| 10 | REBHA | Masculino | Psicólogo – Especializado em Psicologia Aplicada ao Turismo | Empreendedor do ramo de agenciamento | Parque Mangabeiras II |
| 11 | RESLA | Feminino | Graduado em Turismo | Empreendedora do ramo de agenciamento | Espelho |
| 12 | RECOH | Masculino | Graduado em Ciências Contábeis | Contador, empreendedor do ramo de hotelaria e vereador | Onça |
| 13 | REPLTP | Feminino | Graduado em Turismo | Empreendedora no ramo de turismo pedagógico | Goiabeiras |

| | | | | | |
|----|----------|-----------|---|--|----------------------|
| 14 | REPLA | Feminino | Graduado em Turismo | Empreendedora do ramo de agenciamento | Eritrina |
| 15 | RIGEI | Feminino | Graduado em Turismo | Atua na gerência de unidades de conservação / Servidora Pública Estadual | Esquecimento |
| 16 | RIGES | Feminino | Graduação em Administração, Especialização em Gestão Ambiental | Gestora ambiental / servidora pública estadual | Parque Mangabeiras I |
| 17 | RIGEST | Feminino | Graduado em Turismo | Assessora Superintendência de Políticas Públicas de Turismo – contratada | Abelinha |
| 18 | RIGMPCE | Feminino | Artista Plástica | Secretária de Cultura – cargo de confiança | São Bento |
| 19 | RIGMCO | Feminino | Graduado em Turismo | Secretária de Cultura e Turismo, Ecologia e Meio Ambiente – cargo de confiança | Ligação |
| 20 | RIGMJ | Feminino | Música / Pianista | Consultora | Pedra Vermelha |
| 21 | RIGMJ | Masculino | Não informada | Secretário de e Esporte, Turismo, Lazer, e Cultura, e Juventude – cargo de confiança | Patrimônio |
| 22 | RIGMLS | Masculino | Graduado em Turismo / pós-graduado em Turismo regional com ênfase na Estrada Real | Servidor público municipal | Micos |
| 23 | RIGMP | Masculino | Graduado em Ciências Contábeis | Servidor público municipal – chefe de gabinete | Cruzinha |
| 24 | RIGMPL | Masculino | Graduado em Turismo | Chefe seção de turismo | Osso |
| 25 | RIGMCE | Feminino | Não informou | Diretora de Cultura/ Secretaria de Desenvolvimento Municipal, Cultura, Esporte, Lazer, Turismo | Iguarassú |
| 26 | RIGEUCCO | Masculino | Graduado em Turismo / pós-graduação em Gestão Ambiental | Gestor | Meio |
| 27 | RIGEUCSL | Feminino | Graduado em Turismo / pós-graduação / não informou área | Servidora pública estadual – técnica ambiental/ | Da Torre |

Fonte: Dados da pesquisa.

Para o levantamento das informações, o instrumento escolhido foi a entrevista semiestruturada. Os roteiros estão integrados a esta tese nos apêndices.

O arquétipo da análise

Reafirma-se que a abordagem desta pesquisa foi qualitativa, e esteve embasada em interações entre documentos e entrevistas, por considera-los como “formas de construir, de forma conjunta (ou conflituosa), processos e artefatos sociais” (FLICK, 2009). A apreciação das informações descritas anteriormente foi realizada por meio de duas técnicas: A análise de conteúdo e análise de *cluster*, com o apoio do *software* Nvivo.

A primeira “pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos [...] que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais e não verbais)” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 3), permitindo, portanto, a produção de inferências acerca de um contexto social (SILVA; FOSSÁ, 2015), nesse caso da Rota das Grutas de Peter Lund. Essa técnica pressupõe algumas fases, que foram seguidas, sendo teoricamente identificadas como: 1 - Pré-análise; 2 - exploração do material - agrupamento em categorias simbólicas e temáticas; 3 – interpretação das informações.

Pré-análise – sistematização das ideias; fase dedicada à transcrição das entrevistas, e posterior inserção dos arquivos na base de dados do *software* de análise qualitativa *Nvivo*.

Exploração do material – criação da base de codificação das unidades de registro de análise. Dito de outra maneira, foram inseridas, no sistema, algumas categorias de análise/ *Nós* (Quadro 6) elaboradas *a priori*, a partir do aporte teórico em Sen (2000); Geertz (2001); Menicucci (2006); Sousa (2010); Scott (2011), Gomes (2011, 2014), Gomes; Isayama (2015). Em seguida, todas as entrevistas foram analisadas, sendo seus conteúdos agrupados, a partir do olhar da pesquisadora, nas categorias, ou seja, nos “*Nós*”, de acordo com a linguagem do programa. Foram criadas, ainda, categorias *a posteriori*, que surgiram à medida que conteúdos considerados importantes, não se adequavam às categorias criadas. Todas elas estão apresentadas no quadro 6.

3 – Interpretação das informações – visou captar os conteúdos manifestos e latentes expressos em todo o material de análise. Nessa fase, procedeu-se a análise individual do conteúdo das entrevistas, adicionando os fragmentos considerados importantes a cada uma das categorias/*Nós*. Em sequência, ocorreu a leitura das informações registradas em cada uma das categorias. Posteriormente, executou-se as funções disponíveis no *software* “frequência de palavras” cuja representação gráfica é denominada nuvem de palavras; E a “análise de cluster”, em que a representação gráfica é chamada de dendograma.

Na análise de frequência de palavras, o sistema dispõe de vários formatos de apresentação. Para este estudo, optou-se pelo uso do formato nuvem de palavras. Para evitar

que palavras sem relevância, principalmente aquelas que servem de ligações no contexto das falas modificassem o resultado, o sistema permite a exclusão de palavras, gerando uma análise mais detalhada. Foram realizados vários testes, verificando a exclusão, evitando prejuízo para a análise.

Importa destacar que a sistemática do *software Nvivo* permite a inserção de diversos formatos de arquivos, incluindo páginas da *web*, para posterior análise. No caso deste estudo, foram inseridos todos os arquivos com as transcrições das entrevistas. Os conteúdos referentes à análise documental não foram inseridos, pois o acesso permitido aos documentos foi somente para a leitura e registros pessoais.

Quadro 6 – Categorias de análise

| Categoria | Indicadores |
|-------------------------------|--|
| Compreensões | Turismo Lazer Desenvolvimento regional |
| Território | Identidade Pertencimento Redes de Sociabilidade Participação |
| Articulação regional | Política Governança Conteúdo das estratégias |
| Transformação material | Sentidos e significados Caráter coletivo Expansão das capacidades humanas (potencialidades humanas/ Valores adicionados ao patrimônio do homem) Qualidade de vida |

Fonte: Elaboração própria.

Para consolidar as informações obtidas, optou-se pela técnica análise de *cluster*.¹⁴ Uma técnica exploratória para análise multivariada, que permite agrupar sujeitos ou variáveis obtidas a partir de medidas de semelhança ou dessemelhança (MARÔCO, 2014), apresentadas em formas numéricas e gráficas. Objetivou-se descobrir o inter-relacionamento existente entre sujeitos e também entre as categorias de análise, bem como suas medidas de associação. Tal técnica foi escolhida devido ao aparato prático que, geralmente, independe do conhecimento da

¹⁴ Na literatura do turismo, Cluster representa a concentração em um dado espaço geográfico, além de outros tipos de integração vertical, horizontal, intersetorial e interdisciplinar.

forma matemática de distribuição de probabilidades (MINGOTI, 2005). Dito de outra maneira, ela corresponde a um grupo de técnicas computacionais cujo propósito consiste em separar objetos, tendo como referência suas características, colocando-os posteriormente em um mesmo grupo (LINDEN, 2009). Baseia-se, portanto, em uma função de dissimilaridade técnica de agrupamento de padrões de proximidade, medindo a semelhança ou a dessemelhança.

Para a definição dos padrões, foi necessário escolher quais coeficientes de correlação seriam empregados. Pode-se, por conseguinte, afirmar que um coeficiente corresponde à medida mais adequada para avaliar o grau de relacionamento linear entre duas variáveis, pois corresponde a algum tipo de distância métrica (MARÔCO, 2014). Quanto mais próximo de zero, maior é a indicação numérica de não relação entre as variáveis, ou no caso deste estudo, das categorias definidas. Por outro lado, quanto mais próximo de 1, maior a indicação numérica de correlação.

Optou-se, portanto, pelo uso de dois coeficientes: O primeiro, denominado Jaccard, corresponde a um coeficiente de concordância definido pelos pares, sendo a concordância calculada em relação ao intervalo total dos pares, possibilitando comparar o número de presença de bandas comuns e o número total de bandas envolvidas, desconsiderando o número de ausências conjuntas (MINGOTI, 2005). O segundo, batizado de Person, mostra como os pares de indivíduos estão associados, permitindo medir a intensidade e a direção da associação de tipo linear entre duas variáveis a partir de uma distância comum, variando de -1 a +1 (MARÔCO, 2014).

O delineamento metodológico apresentado, ao envolver diferentes meios de coleta de dados e métodos de análise, pretendeu entender as interações entre a elaboração e a implantação das políticas de regionalização, a política de circuitos turísticos e a forma como foi construído e tem sido conduzido o projeto Rota das Grutas de Peter Lund, além das múltiplas influências e inter-relações em direção à fruição das interações entre o turismo, o lazer e o desenvolvimento regional.

Complementando as informações estruturais, esta pesquisa foi assim elaborada: Uma parte que antecede este momento composta pela introdução, que contextualiza o tema, apresenta a tese, as questões norteadoras e os objetivos; um segundo momento no qual foram expostos os métodos e técnicas de análises empregados.

Em seguida, discorre-se sobre os pressupostos teóricos e o posicionamento assumido acerca de cada um dos conceitos envolvidos.

Nos três capítulos seguintes a tese é desenvolvida. O quarto capítulo faz um breve resgate sobre a estrutura política do turismo no Brasil e os primeiros anos de implementação

das políticas de Circuitos Turísticos e de Regionalização na região central do estado de Minas Gerais, área geográfica que abriga o Circuito Turístico das Grutas e a Rota das Grutas de Peter Lund. O quinto capítulo analisa o projeto Rota das Grutas de Peter Lund a partir de uma abordagem interdisciplinar, destacando as interações com as políticas de turismo vigentes, bem como outras políticas setoriais, ponderando sobre prováveis interesses identificados. O sexto capítulo analisa as interações entre os três conceitos centrais abrangidos por este estudo, a partir dos dados empíricos. Por fim, são expostas as principais apreensões alcançadas nas considerações finais.

Destarte, tendo apresentado o delineamento estabelecido para este estudo, o próximo tópico discorre sobre os fundamentos teóricos que embasaram a investigação.

3 DESENVOLVIMENTO, UM CONCEITO DISCUTÍVEL

Ao pesquisar a literatura acerca do tema, percebe-se que essa é vasta, de natureza distinta e, por vezes, ambígua. Isso se explica, inicialmente, pela polissemia do conceito, derivado de distintas ideologias, assim como pelo uso do termo em diferentes contextos e disciplinas, além do fato de ser uma expressão que se refere a todas as partes do mundo, em todos os níveis, que vai desde o indivíduo até as transformações globais. Em outras palavras, há uma diversidade de paradigmas, podendo-se destacar alguns: modernização, dependência, neoliberalismo econômico, global, alternativo, humano e pós-desenvolvimento, discutido em outros estudos (TELFER, 2015; FARIA, 2017).¹⁵

Destaca-se dentre esses, no entanto, aquele que auferiu expressão, e que revela como ponto nodal uma arquitetura de origem e influência ocidental, majoritariamente eurocêntrica e de intenção colonialista dominante. Ele revela-se por meio dos pressupostos da modernidade, do industrialismo e da noção de desenvolvimento associada basicamente a indicadores econômicos. Essa racionalidade, que se manifesta a partir de uma perspectiva estruturalista, concebida para atender os preceitos da modernidade ocidental, foi idealizada como paradigma epistemológico e sociocultural. Por isso, ao desconsiderar outras concepções, termina por reduzir as possibilidades de desenvolvimento e revela contradições

entre os princípios de emancipação, que continuam a apontar para a igualdade e a inclusão social e os princípios da regulação, que passaram a gerir os processos de desigualdade e de exclusão produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista (SANTOS, 2010, p. 280).

Questiona-se, portanto, o universalismo como dispositivo ideológico e sua presente inserção nos conceitos cunhados desde então. Seria possível entender e explicar o desenvolvimento a partir de uma única perspectiva? A diversidade cultural, ambiental, social e tecnológica, reage e é percebida da mesma maneira em todos os locais do mundo? Perguntas como estas têm sido frequentemente elaboradas em diversos estudos, destacadamente, aqueles cujas pretensões se alicerçam a partir do questionamento do corpo ideológico que sustenta a maior parte dos conceitos utilizados na atualidade, como o caso deste estudo.

Algumas das inquietações apresentadas perpassaram os estudos de Celso Furtado. Esse autor dedicou-se ao estudo das economias de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, e suas consequências econômicas, evidenciando tentativas de mudar a influência dos modelos

¹⁵ Mesmo tendo apresentado alguns paradigmas, este estudo não tem pretensões de discutir cada um deles, mas sim, a articulação entre o desenvolvimento regional, o turismo e o lazer.

hegemônicos, cunhados sob a ótica dos países industrializados e desenvolvidos. No entanto, segundo Pereira (2002), ainda persiste a questão central que consiste na incerteza de que países como o Brasil sejam capazes de preservar a identidade nacional e cultural.

Os argumentos que amparam essa posição se assentam sobre o período de turbulência que o projeto da modernidade ocidental vivencia (SANTOS, 2010), a intensificação do processo de desigualdade e exclusão e também da “desmontagem” dos grandes conceitos integradores e totalizantes (GEERTZ, 2001). Esse período de desmonte desnuda as contradições das teorias alicerçadas sob o positivismo, suas inconsistências, sobretudo daquelas que reduzem a complexidade do mundo a algumas distinções.

A dualidade desenvolvido/subdesenvolvido, presente nas categorias de análises, representa uma dessas distinções, pois os parâmetros foram elaborados a partir da noção de que quanto mais industrializado, mais desenvolvido. Temas como distribuição de riquezas e qualidade de vida representam pontos de tensões que indicam a necessidade de mudanças no entendimento do que vem a ser desenvolvimento.

É necessário pois, considerar as facetas obscuras das intenções embutidas nos conceitos, notadamente aquelas que correspondem ao projeto universal da modernidade ocidental e a objetivação do desenvolvimento, que pretende que a interpretação das pessoas se dê a partir de medições e escalonamentos, obtidos através de “lentes calibradas pela modernidade” (RADOMSKY, 2011). Por meio dessas lentes, a cunhagem do conceito de desenvolvimento não se desprende de sua maior limitação, ou seja, sua frequente associação ao capital, à industrialização como modelo a ser seguido, à noção de crescimento, notadamente o econômico. As palavras *evolução*, *maturação*, *transformação*, aludindo frequentemente aos mercados, continuam sendo os princípios-guia, empregadas de modo a reafirmar a ordem de acumulação capitalista, que continua a produzir incertezas e inconsistências e permanecendo distante da necessária reorientação não só do conceito, mas de todo o processo produtivo, para, assim, possibilitar a criação de uma nova ordem social, desde que isso seja possível. Destarte, esses argumentos permitem dizer que o conceito ainda é discutível, permanecendo como uma questão desafiadora.

Tendo apresentado argumentos centrais para o questionamento do conceito de desenvolvimento, o item a seguir discorre sobre algumas visões que reafirmam a inexistência de uma concepção única.

3.1 Um termo, muitas visões

Como dito anteriormente, existem visões heterogêneas acerca do termo desenvolvimento. Essas podem representar uma filosofia, aludindo, desse modo, a uma visão desejada por determinada sociedade; a um processo, que seria um plano de orientação, considerado como sinônimo de progresso; a um resultado, ou ainda a uma convenção.

O desenvolvimento, na perspectiva de Erber (2011), é caracterizado por convenções, representadas pelas instituições constitucionais formadas por elementos epistemológicos e político-econômicos. Funcionam como um dispositivo para reduzir incertezas e incrementar a coordenação dos atores econômicos e políticos, por meio de uma hierarquia de problemas e soluções.

Nota-se, nessa abordagem, a consideração de uma estreita relação entre a academia e o estado, na qual o segundo é o coordenador e indutor do processo. No entanto, a organização do pensamento do autor revela que o objetivo-fim do desenvolvimento está pautado na resolução de questões associadas à relação entre as dimensões política e econômica. Nota-se também, que as convenções estudadas pelo autor foram o industrialismo e o liberalismo, que como discutido anteriormente, e dado os impactos sociais e ambientais que vêm provocando, denotam a necessidade de mudança e o estabelecimento de uma nova convenção. Destarte, ainda que exista no pensamento do autor a ideia de mudança, é importante ponderar que essa mudança demanda ampliação do olhar, sobretudo para o princípio da coesão social e cidadania.¹⁶

Um panorama histórico para construção de algumas críticas sobre o desenvolvimento pode ser encontrado Gómez (2011, p. 1). O autor defende que a ideia de que o progresso do conceito “coincide com as necessidades de superação das crises do capital nas últimas seis décadas”, e em sua formação atual, prioriza a escala territorial como a mais acurada. Essa visão reafirma o alerta acerca da adequação dos conceitos cunhados a partir de críticas, permitindo manter o questionamento, pois evidencia a necessidade de perscrutar brechas que possam desarticular a acumulação desigual, e de modo especial, quando se trata do desenvolvimento humano.

O mesmo autor afirma que na primeira metade do século XX não se considerava como necessário o estabelecimento de programas, de natureza pública ou privada, cujo objetivo fosse promover o desenvolvimento. Isso porque o foco estava no crescimento econômico, e considerava-

¹⁶ Neste estudo, a cidadania é considerada como a combinação de liberdade, participação e igualdade para todos (MENICUCCI, 2006).

se que esse seria alcançado naturalmente, em função do devir capitalista. Ainda assim, mesmo que nos tempos mais atuais existam programas dessas naturezas, a orientação de desenvolvimento presente em grande parte deles se sustenta na noção combatida que associa o desenvolvimento ao crescimento econômico apenas. Essa visão é questionada desde a década de 1950. Nas palavras de Celso Furtado, “a análise econômica não nos pode dizer por que uma sociedade se desenvolve e a que agentes sociais se deve esse processo” (FURTADO, 1952, p. 321).

Diante das diversas inconsistências, esse entendimento vem passando por modificações a partir da segunda metade do século XX, por meio do aperfeiçoamento tanto das noções teóricas e operativas, quanto das instituições que respaldariam o novo modelo de desenvolvimento. Assim, entre as décadas de 1960 e 1970 essa visão perde força, permitindo concluir que crescimento não era sinônimo de desenvolvimento, pois era necessário melhorar as condições de vida das populações (SARHS, 2008).

A partir da década de 1970 o conceito passa a ser ampliado e passa-se a adotar outros critérios, tais como a redução da pobreza material e do desemprego, bem como a dependência cultural das grandes potências. Com essa ampliação, dois pontos são revelados: a justiça distributiva e a noção de autodeterminação (SHARPLEY, 2015).

Questões mais subjetivas também passam a fazer parte do conceito nesse mesmo período. Percebe-se, então, a inclusão de objetivos sociais mais amplos, incluindo aí o fortalecimento dos valores espirituais e culturais, entre outros elementos que têm relação com o lazer e o turismo. Com isso, o termo *qualidade de vida*¹⁷ também é inserido, repousando sobre ele a noção de sustento à vida, de estima e de liberdade. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento passa a ser visto como o desenvolvimento de capacidades humanas, e pode representar a presença da “dimensão oculta do desenvolvimento que é a criação de valores substantivos” (FURTADO, 1994, p. 108).

A década de 1980 revela as variáveis endógenas como meio para o alcance do desenvolvimento, revelando outras lacunas e possibilitando novos olhares para o conceito. Por isso, Furtado (1984) apontava que a compreensão do desenvolvimento deveria estar pautada na “satisfação crescente das necessidades básicas da população e redução das disparidades sociais” (p. 11), acrescidos dos cuidados para com os recursos naturais. A partir desse ponto, o conceito passa a integrar o desenvolvimento social e ambiental.

¹⁷ Concorde-se com a visão de Minayo *et al.* (2000), ao reconhecerem que a noção de qualidade de vida transita por entre um campo semântico e polissêmico, por tratar de uma representação social, estabelecida a partir da interação entre pelo menos três contextos distintos, histórico, cultural e estratos sociais, bem como por parâmetros objetivos, como as necessidades básicas, e subjetivos como bem-estar, felicidade e prazer, entre outros. Por isso, é um conceito que possibilita interpretações subjetivas, e ou controversas.

Mesmo assim, as grandes disparidades entre os padrões de vida e de consumo das populações, e os altos índices de desigualdades, acrescidos das expressivas transformações tecnológicas, continuam a intensificar o processo de reflexão acerca do conceito desenvolvimento (BELLEN, 2006).

A década de 1990 revela impasses, destacando a pressão do processo de industrialização sobre o meio ambiente. Em um período de desestabilização, no qual são evidenciadas as limitações das meta-teorias do desenvolvimento, uma nova discussão emerge, a saber, a teoria do pós-desenvolvimento. Essa teoria parte do pressuposto de que o projeto de desenvolvimento global falhou. Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento foi um engano, pois nunca foi constituída com vistas aos problemas humanos e ambientais, mas sim como um caminho para o êxito do capitalismo neoliberal. Logo, a ideia de desenvolvimento global deve ser abandonada e uma nova noção deve ser reorganizada, incluindo a perspectiva de um mundo melhor (SHARPLEY, 2009).

A reorganização das alterações em direção às necessidades repousa em concepções alternativas, cujas mudanças devem emanar do povo, que decide como eles desejam viver suas vidas. Contudo,

nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização substantiva, sem a presença organizada na esfera política de amplos segmentos da sociedade civil, particularmente da massa trabalhadora (FURTADO, 1984, p. 12).

Em meio ao contexto de mudanças emerge o pós-desenvolvimento, como uma reação contra a globalização e a homogeneização dos territórios, logo, contra o modelo de desenvolvimento adotado por cada sociedade nação.

Sua pretensão é devolver o poder para a localidade. Entretanto, esse novo conceito carrega consigo um problema próprio, que reside na noção implícita de que a política local e as estruturas econômicas e sociais operam eficientemente e de acordo com os interesses das pessoas do local (SHARPLEY, 2009).

O que foi salientado até aqui evidencia que o conceito de desenvolvimento é complexo, multidimensional, histórico e social. Envolve desde fatores relacionados à exploração, ao crescimento econômico, até processos sociais de reprodução do grupo dominante. Ou seja, pode ser percebido como uma estratégia de acumulação de capital ou um objetivo de controle social. Em outra perspectiva, abrange a inserção de indicadores sociais, a integridade política e cultural e a liberdade de todos os indivíduos em direção à transformação do padrão de vida da população. Isso implica um processo partilhado de produção e distribuição de riqueza, de modo equânime e em conformidade com as necessidades das pessoas. Deve representar uma mudança

contínua e positiva nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, sendo guiado pelo princípio da liberdade de escolha e limitado pela capacidade do meio ambiente para sustentar tal mudança.

Esse posicionamento, assumido por este estudo, revela dois pontos fundamentais, que são a liberdade e o limite imposto. Desse modo, para que seja considerado como desenvolvimento, há que se ter liberdade de escolha e respeito aos limites, sendo esses não só os do meio ambiente, mas também os da sociedade.

De modo complementar, a base dessa compreensão, e da adotada por esta tese, está ancorada nos preceitos introduzidos por Furtado (1984), ao afirmar que uma “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (p. 9), e também de Sen na década de 1990. A compreensão dos autores é bastante semelhante, ao intentar modificar a lógica estabelecida.

O conceito de Sen é adotado na mesma década pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Este por sua vez consiste na expansão das liberdades de escolhas individuais e está fundamentado no tripé educação/saúde/longevidade.

Entretanto, esse conceito é ampliado a partir da primeira década do século XXI, momento em que sua centralidade é modificada. Por isso, deixa de considerar apenas as capacidades humanas individuais para a incorporação de capacidades, preocupações e percepções da sociedade, em um compromisso com os princípios de coesão social (PNUD, 2013). Representa, portanto, a relação entre as riquezas econômicas e a melhoria da qualidade de vida, possibilitando viver do modo como gostaríamos, e desfrutar das diversas liberdades – liberdade básica de viver, liberdades civis e políticas, liberdade de ação e decisão, por exemplo. “Portanto, a reflexão sobre o desenvolvimento tem implícita uma teoria geral do homem, uma antropologia filosófica” (FURTADO, 1984, p. 105).

Esse olhar permite dizer que as propostas contemporâneas sobre o tema têm procurado corrigir a perspectiva que se baseia apenas no crescimento do PIB – Produto Interno Bruto. A partir daí, procura-se estabelecer uma ponte entre o passado e o futuro, e entre a cultura e a biosfera, por isso, não se pode ignorar as relações aí imbricadas.

Desse modo, no futuro, a humanidade deverá apoiar a continuidade de seu desenvolvimento baseado não apenas no crescimento do produto interno bruto – PIB, mas sobretudo no desenvolvimento das capacidades humanas, considerando a redução das desigualdades, da pobreza, o acesso à educação e à saúde, e a proteção do meio ambiente.

Destarte, é pertinente reafirmar que ainda não há uma definição satisfatória para esse conceito, que é dialético, e apropriado por diferentes áreas, entre as quais o lazer e o turismo.

Alguns adjetivos justapostos ao termo *desenvolvimento* – tais como *sustentável*, *social*, *humano*, e *regional* – têm sido utilizados por pesquisas e projetos na atualidade. Para Conterato e Fillipi (2009, p. 11), “o termo desenvolvimento é uma palavra-chave que se presta a várias e distintas interpretações”, permitindo a adição desses adjetivos como possibilidade de restrição do termo a um campo de estudo específico, ou, ainda, para dar um “zoom” na definição de parâmetros para a pesquisa. Embora os autores afirmem isso, é necessário que se tenha cuidado ao fazer uso dos adjetivos, sob pena de continuar a se referir ao desenvolvimento como algo que pretende tudo e nada ao mesmo tempo, como dito anteriormente.

A discussão apresentada permite compreender que ponderar sobre o desenvolvimento no tempo presente demanda desarticular a concepção focada nos preceitos da modernidade e seu arcabouço etnocêntrico, e estruturalista, para uma nova aceção voltada para o local, para as pessoas e os fins desse processo. Consiste em permitir a ocorrência de transformações materiais da vida social, representadas pela igualdade, liberdade e cidadania. O propósito desse deslocamento incorre em uma nova centralidade, que incide na alteração das pessoas para a condição de agente livre, ou seja, para a dimensão humana, permitindo, assim, que cada um tenha capacidade para levar o tipo de vida que deseja, mesmo que a princípio isso pareça exageradamente utópico.¹⁸ Essa é, portanto, a noção de desenvolvimento que apoia este estudo.

A adjetivação do conceito de desenvolvimento tem sido empregada em projetos e políticas de lazer e de turismo. Assim sendo, a sessão a seguir discorre sobre o conceito de desenvolvimento regional, uma vez que esse orienta a política de desenvolvimento do turismo brasileiro, e é objeto de estudo desta tese.

3.2 Desenvolvimento regional: limites e possibilidades do conceito

Diversos são os conceitos de regionalização. A partir de uma noção geográfica, identifica-se aquela que se refere a um procedimento operacional de divisão dos territórios, no qual a região é entendida como uma estratégia para gerar desenvolvimento socioeconômico. Nessa concepção estão presentes a ideia da homogeneidade de substratos culturais, podendo corresponder dialeticamente à negação das diferenças, mas também a uma interpretação exógena de cunho econômico interessado em mercados. Ao relacionar a dimensão espacial e econômica com a sociocultural, surgem questões relacionadas, também, à identidade e à territorialidade (FIGUEIREDO e NÓBREGA, 2015) e, portanto, à negociação das diferenças

¹⁸ Compartilha-se neste estudo o conceito de utopia descrito por Boaventura de Sousa Santos (2016) como a capacidade para criar a consciência de que é possível uma igualdade mais forte, uma solidariedade mais ampla.

para facilitar o estabelecimento de uma unidade e identidade para a região (GEERTZ, 2001).

Considera-se, ainda, a existência de outras perspectivas de regionalização, dentre elas aquela que é produto da sociedade, e que pode ser explicada pela dialética entre os conceitos de modo de produção e de formação sócio espacial. Ou seja, aquela pertinente a um sistema relacional entre grupos e indivíduos. Portanto, fruto da organização sócio-territorial e das formas de gestão do desenvolvimento local e regional, e que evidenciam princípios emancipatórios da vida social (SANTOS, 2010).

Nessa direção, o desenvolvimento regional pode ser entendido como meio para redução das disparidades regionais e opção por práticas participativas e democráticas, a partir de mecanismos de articulação entre sujeitos sociais voltados para escalas locais. Precisa seguir, portanto, na contramão de esquemas de desenvolvimento pautados na exploração desenfreada dos recursos naturais, do autoritarismo decisório e, como uma de suas consequências, a elevação das desigualdades sociais. Pressupõe a expansão das liberdades individuais e grupais, o empoderamento das populações locais e a garantia de bem-estar social (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015). Seus fundamentos estão centrados na remoção das privações de liberdades humanas (SEN, 2000). Baseia-se na flexibilidade com adaptabilidade e, assim, se volta para as especificidades locais a partir de dimensões sociopolíticas, culturais, dos valores e das instituições. Significa promover a produção e distribuição de riquezas de forma solidária, partilhada e justa. Resulta, portanto, de práxis social coletiva, cujo objetivo é encontrar soluções locais, ou seja, endogenia.

Sua filosofia passa pela solidariedade humana. Isso quer dizer que a associação desse conceito apenas à noção de técnica de planejamento, que não reconhece as diversidades e as trajetórias, é insuficiente para análise do desenvolvimento regional.

É igualmente insuficiente a análise a partir da Teoria da Base Econômica Regional, por meio do Quociente Locacional,¹⁹ que se refere à medição da concentração de uma atividade numa dada área. Tal afirmação se justifica pelo fato de que o fundamento dessa análise está na noção de exportação de serviços, ou seja, relacionado apenas à demanda, desconsiderando outras dimensões. O estudo realizado por Aulicino (2011), fundamentado na teoria de base econômica regional, embora considere e afirme o desenvolvimento regional por meio do coeficiente relacional, focaliza a dimensão econômica, e como uma medida quantitativa não

¹⁹ O coeficiente locacional pode ser expresso dessa maneira: $\frac{Si/Ni}{S/N}$ ou $\frac{Si/N}{Ni/N}$, onde: Si - corresponde ao emprego na atividade "i" da região; S - corresponde ao emprego total na região; Ni - corresponde ao emprego na atividade "i" para a nação ou área de referência; N - corresponde ao emprego total da nação ou área de referência (Fonte: AULICINO, 2011).

mensura os elementos qualitativos, como o bem-estar e a qualidade de vida, por exemplo. Isso significa dizer que é necessário ampliar o espectro de análise quando se trata das interações entre turismo, lazer e desenvolvimento regional.

Nesse contexto, “o objetivo do desenvolvimento regional é encontrar formas de inserção de lugares na economia de mercado, sem necessariamente desvalorização do homem, lugares, patrimônio cultural e natural” (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2013). Está intimamente relacionado ao desenvolvimento social e humano, sem, no entanto, deixar de considerar o econômico, que assume outra direção, qual seja, a expansão das liberdades substantivas das pessoas, que servirão para aquilatar mudanças (SEN, 2000). Nessa direção, tanto o lazer quanto o turismo podem contribuir para o desenvolvimento regional.

Os resultados advindos dessa orientação correspondem à inclusão social e à diminuição de desigualdades locais e regionais. A redução de desigualdades precisa estar pautada na sustentabilidade e na diversidade (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015).

Não se pode perder de vista que o conceito de sustentabilidade vem sendo amplamente debatido (MIKHAILOVA, 2004; SILVA 2006; VEIGA, 2008; ALVES, 2009), e também combatido. As críticas acerca desse conceito fazem surgir a discussão sobre a sustentabilidade fraca e forte (MATTOS, 2012). O conceito de sustentabilidade fraca é defendido pela teoria neoclássica. Em outras palavras, é uma vertente conectada aos preceitos da modernidade ocidental, e nomeadamente da teoria do capital e da produção, que assume que os custos de degradação ambiental podem ser compensados pelos benefícios econômicos. Está diretamente vinculada à teoria do crescimento econômico, pois trata da alocação de recursos via mecanismo de preço, e não à manutenção do estoque de capital (MIKHAILOVA, 2004; MATTOS, 2012). Nesse caso, a preocupação da sustentabilidade se relaciona com o contexto do crescimento econômico, sendo alcançada por meio de ferramentas de mercado.

Em outra direção está a sustentabilidade forte, defendida pela economia ecológica (MATTOS, 2012), que preza pela firme manutenção dos recursos naturais. Entende que é necessária a conservação de uma dada quantidade de recurso intacto para que este possa, assim, continuar fornecendo serviços críticos essenciais, como água, por exemplo. Logo, essa abordagem prevê a manutenção física dos recursos naturais, introduzindo o conceito de *capital natural crítico*, que corresponde àquela perda que seria irreversível e causaria danos ao bem-estar. Pressupõe, portanto, que a exploração constante deve manter um determinado nível.

Nessa direção, a atual política brasileira de turismo parece ter como orientação o desenvolvimento regional carregando consigo noções de desenvolvimento social e humano, mesmo destacando questões orientadas para o mercado. Afinal, ela salienta a comunidade local,

a qualidade de vida dos residentes, o estímulo a pequenas economias, a integração e a cooperação entre os envolvidos. Essa política parece deslocar a noção de turismo centrado no turista para o turismo centrado no local, o que poderia ser considerado como um avanço.

A política parece se aproximar da noção de desenvolvimento socioespacial ao incluir o espaço social como categoria de análise, de instrumentalização e operacionalização. Para Souza (1997), o reconhecimento dessa categoria como produto das relações sociais seria condição precípua para uma mudança significativa no conceito de desenvolvimento.

Ao relacionar lazer e turismo ao processo de desenvolvimento, percebe-se a associação desses à dimensão humana, dada a capacidade de ambos proporcionarem desenvolvimento sociocultural e bem-estar. Por essa razão, podem constituir alternativas à noção de desenvolvimento focado somente em questões de crescimento econômico e acumulação de capital, reduzindo esses fenômenos a mercadorias destinadas à obtenção de lucro.

Para complementar a linha de raciocínio seguida por este estudo, a próxima seção discute de maneira aprofundada os conceitos de lazer e turismo introduzidos anteriormente.

3.3 Interações entre turismo, lazer e desenvolvimento regional

Como já foi mencionado, considera-se que o lazer é um fenômeno social, político, cultural e também econômico. É dialético e complexo, e por isso, permeado por ambiguidades, contradições, conflitos e tensões. É uma expressão da sociedade, portanto, localizado historicamente. Complementarmente, em uma visão que pretende ir além da eurocêntrica, que reforça um ponto de vista hegemônico²⁰ – fortemente associado à modernidade e à sociedade urbano-industrial –, em estudos mais recentes, com os quais se coaduna, o lazer é compreendido como uma dimensão da cultura, constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo-espaço social (GOMES, 2011, 2014).

Definido pela Constituição Federal de 1988 e amplamente difundido na produção bibliográfica, o lazer é um direito social (GOMES; ISAYAMA, 2015), e, por isso, envolve a noção de dever e compromisso. O dever do poder público de direcionar atenção e esforços a essa área, e o compromisso de todos para entendê-lo como veículo de transformação social e não apenas como um contraponto ao trabalho, um divertimento, ou até mesmo como uma fonte de alienação.

O turismo, por sua vez, é frequentemente concebido como uma atividade econômica

²⁰ Aquele que tem suas raízes na Europa industrial, e que concebe o lazer como um contraponto ao trabalho.

voltada para a reprodução da lógica de acumulação do capital, apropriação das localidades e suas culturas e, desse modo, ligado à dimensão econômica. Nesse contexto, estatísticas e previsões reafirmam seu crescimento exponencial e têm sido amplamente empregadas pelos governos para justificar e sustentar a elaboração de políticas, programas e planos de desenvolvimento destinados à área.

Destacam-se aquelas recorrentemente publicadas pela Organização Mundial de Turismo – OMT e que demonstram a contínua expansão e diversificação do mesmo, tanto no que se refere à elevação do fluxo turístico internacional, quanto ao seu crescimento enquanto atividade econômica. Para exemplificar, os dados sistematizados no ano de 2015 evidenciam uma elevação de 25 milhões de chegadas internacionais no ano de 1950, para 1.186 milhões em 2015 (OMT 2016).²¹ Entretanto, esses dados têm relação direta com a dimensão econômica, não retratando de modo claro a dimensão social e ambiental, por exemplo. Por isso, ao ampliar o olhar sobre eles, insurge um alerta para os possíveis efeitos negativos maculados nas localidades decorrentes dessa expressiva elevação, e frequentemente negligenciados, bem como a necessidade de ampliação do escopo das políticas elaboradas, ou seja, o estabelecimento de uma agenda de discussões sobre o consciente coletivo acerca do turismo e suas interações com o mundo atual.

A concepção de turismo atrelada apenas às estatísticas que descrevem o crescimento exponencial do número de chegadas e que tenta correlacionar essa informação com a geração de emprego e renda, por exemplo, é restritiva. Dito de outra maneira, o turismo que está puramente associado à dimensão econômica já não é capaz de sustentar a discussão sobre essa atividade na contemporaneidade.

Localidades mundo afora que optaram por desenvolver o turismo de modo massificado, continuam a reafirmar os expressivos resultados em termos de elevação do número de pernoites e de excursionistas, e, ao que parece, negando os efeitos nocivos causados pelo “*overtourism*”, ou seja, o avanço de práticas pouco sustentáveis e a pressão exercida por esse modelo de turismo sobre a sociedade (MILANO, 2017). Contudo, esse modelo vem sendo colocado em xeque, pois fundamenta-se nos preceitos do industrialismo, e por consequência, em um turismo que se produz e é consumido em massa, um turismo sem autocrítica, que demanda cada vez mais recursos e que transforma tudo em mercadoria, imprimindo pressão sobre a qualidade de vida dos residentes. Esse caminho de consumismo não sustentável, como dito anteriormente,

²¹ UNWTO Tourism Highlights 2016 Edition, disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418145>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

caracterizado por uma massificação excessiva, é posto em xeque, demonstrando a necessidade de mudança.

Movimentos sociais contrários à massificação do turismo vêm ganhando expressão desde o final da década de 1990, período em que surge o termo *oveturism*, e com mais expressão em 2008, quando o termo *turismofobia* foi cunhado na Espanha, para demonstrar os efeitos negativos decorrentes e impostos a uma sociedade pela saturação turística.

Por isso, torna-se ainda mais necessário repensar o turismo como um fenômeno social complexo. Incluir outras dimensões, mudar a direção, seguir por um novo caminho. Em outras palavras, questionar se é possível fazer um turismo diferente (TRIGO, 2003; MOESCH; GASTAL, 2004), que vise ao estabelecimento de oportunidades sociais compreendidas para além da geração de emprego e renda, cada vez mais relacionado à dimensão da vida.

Não obstante, assim como o lazer, o turismo é declarado pela Organização Mundial de Turismo, em diversos artigos do Código de Ética do Turismo, de 1999, como um direito de todos os habitantes do planeta. Essa direção aponta para a necessidade de compreendê-lo como um fenômeno social, situado no campo das práticas sociais. Esse entendimento, compartilhado por este estudo, insere questões sociais no âmago dos processos de análise. Desse modo, considera-se que o turismo “implica em processo de contradição na relação entre seus atores e o meio ambiente em que esta prática se efetiva” (CARVALHO; MOESCH, 2013, p. 449).

Ao ponderar sobre as possíveis interações entre turismo e lazer, são perceptíveis diversas tentativas de cooptação entre os dois campos de conhecimento. Para os estudos do lazer, o turismo é considerado um de seus conteúdos culturais (CAMARGO, 1998).²² Nesse entendimento, que aponta para as práticas sociais, em uma abordagem mais contemporânea, a integração do turismo ao campo do lazer reforça sua associação à dimensão da cultura e possibilita a ampliação das perspectivas e discussões teórico-conceituais.

Em outra direção, no entanto, está o entendimento do lazer para os estudiosos do turismo. Nesse caso, há uma persistente associação do primeiro a um segmento do mercado turístico, que se fundamenta, sobretudo, nos estudos sobre motivação e comportamento do consumidor. Assim, caracteriza uma visão reducionista, pois os argumentos utilizados se fundamentam no entendimento que ganhou expressão mundo afora, que associa o turismo aos preceitos da modernidade, e destacadamente como uma expressão do capitalismo e não da cultura.

Talvez por isso, em uma abordagem que preza a dimensão social em detrimento da

²² Baseado no sociólogo francês Joffre Dumazedier, Camargo (1998) classifica o lazer em interesses sociais, artísticos, manuais, intelectuais, físico-esportivos e turísticos.

econômica, o entendimento do turismo como um conteúdo do lazer venha obtendo expressão na literatura. Emergem nesse contexto alguns estudos que, intencionalmente ou não, terminam por abrir espaço para um tipo de competição entre os dois campos do saber, que pode ser entendido como a busca pela soberania de um sobre o outro. Mas a direção seguida por esta tese é outra, a saber, aquela que considera que o avanço do conhecimento pode ser alcançado por outros caminhos que não aquele que intenciona estabelecer relações subjacentes, mas sim complementares e inter-relacionadas, caracterizando assim a interdisciplinaridade.

Interessa, portanto, a discussão que visa delinear os contornos de cada um e as interfaces entre os campos do turismo e do lazer (ARAÚJO; ISAYAMA, 2009; GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010; LACERDA, 2010; SOUZA, 2010; SANTOS, 2016; SANTOS; GOMES, 2016). O objeto da análise desses estudos corresponde a tentativas de aproximar, distanciar ou agrupar as duas áreas do saber.

Os trabalhos analisados foram desenvolvidos a partir de fontes secundárias, e o objeto de estudo considerou a produção bibliográfica, cada um com sua definição de fontes e métodos específicos. Os resultados obtidos confirmam o ponto de vista anteriormente apresentado, contudo, ainda que tacitamente, os estudos deixam pistas que trazem certo desconforto em relação aos resultados e sugerem novas pesquisas, o que demonstra a existência de lacunas, que, por sua vez, apontam algumas direções.

Uma direção apresentada seria a realização de outras investigações que visem analisar não somente a produção bibliográfica, mas também a realização de estudos empíricos que possam revelar outras interfaces, bem como distinções. Coaduna-se, portanto, com Santos e Gomes (2016), ao considerarem que um desafio ainda não alcançado consiste na realização de estudos interdisciplinares envolvendo as interações entre o turismo e o lazer, com reflexões críticas.

Lacerda (2010) também destaca a existência de interfaces entre as áreas, ou seja, as categorias espaço, tempo e trabalho, fazem parte do universo de análise de ambas as áreas. Souza (2010) alerta para o não tratamento de ambos como sinônimos, uma vez que conservam subáreas autônomas. Este posicionamento visa à não redução de um ao outro, e o tratamento deles como campos de conhecimentos distintos, que se entrecruzam em uma linha tênue de difícil delimitação (ARAÚJO; ISAYAMA, 2009; GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010), mas que em um certo momento formam um núcleo comum.

Santos e Gomes (2016) salientam a importância de empreender esforços para compreender as interações entre o turismo e o lazer, reconhecidos como campos fronteira, e é por esse caminho que esta tese segue.

Para tentar explicar os resultados encontrados pelas pesquisas identificadas anteriormente, uma possível interpretação pode estar contida na visão de que os estudos do turismo passam por um período de questionamento, desde o final do século XX e início do século XIX, pois parte do fenômeno do turismo ainda não foi revelada, e de certa forma está submersa, por isso é difícil de ser compreendida (PANOSSO NETTO e NECHAR, 2016). É necessário, pois, visitar e revisitar o passado teórico do turismo e do lazer, destacadamente aqueles produzidos em outras línguas, ou seja, considerar as “epistemologias do sul”²³ (SANTOS, 2010), possibilitando assim, novas reflexões para o que parece estar consolidado.

Atribuir ao turismo uma visão puramente econômica é um limitador, não só para o desenvolvimento de teorias contemporâneas, mas também para o próprio desenvolvimento deste como práxis social. Por isso, é preciso ponderar que todo conhecimento é relativo, não havendo princípios universais que o regem. Dessa maneira, é necessário entender e aceitar a existência de outras formas de conhecimento para compreender a realidade.

Para reforçar o posicionamento aqui assumido, toma-se, novamente, a fala de Panosso Netto e Nechar (2016, p. 14) ao afirmarem que: “Concordamos que o turismo se faz na prática, no ato de viajar, de hospedar, alimentar, de ter tempo de lazer, tempo de férias, viagens de negócios, motivações diversas etc”. Esse trecho chama atenção para diferentes tempos, unidade comum a ambas as áreas, mas também considera outras possibilidades. Essas, por sua vez, afastam o turismo do lazer, destacadamente as viagens de negócios e motivações diversas, que deixam de se associar a este segundo.

Por isso é possível reafirmar que os fenômenos sociais, como dito anteriormente, possuem um núcleo comum, mas a tentativa de sobrepor um ao outro seria um ato de redução, que pouco acrescentaria para a evolução do conhecimento científico dos dois campos. É fundamental que eles sejam tratados como campos distintos e que se entrecruzam, que se intercambiam. Mas que também guardam elementos que os distinguem.

O turismo é uma combinação complexa de **inter-relacionamentos** entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma **prática social com base cultural**, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico (MOESCH, 2000, p. 9). (Grifos da autora).

²³ No intuito de transcender as diversas racionalidades produzidas pelas monoculturas do saber, Boaventura de Sousa Santos cunha o termo *epistemologias do sul*, propondo que as transformações sociais sejam pensadas por outras concepções que não apenas as ocidentais. Ele destaca a necessidade de dar voz e valor a outros conhecimentos, sejam eles científicos e ou populares, com vistas a estabelecer outras racionalidades. O sul, nesse caso, não é apenas o sul geográfico, mas sim usado como uma metáfora que caracteriza uma dicotomia.

O turismo é um fenômeno socioeconômico de grande **significado humano**, ou seja, recreação, lazer e desenvolvimento pessoal, são três aspectos que devem ser reinterpretados, no conjunto da prática nos lugares onde ele se realiza. Não somente o visitante deve receber os “benefícios” que seu poder aquisitivo permite no desfrute dos atrativos, patrimônios e recursos, mas também **o coletivo humano da sociedade** que inclui os habitantes ou residentes locais (PANOSSO NETTO; NECHAR, 2016, p.19). (Grifos da autora).

Destarte, esta tese está apoiada nessa percepção, pois considera que há conhecimentos acerca do turismo que ainda não foram sistematizados, sobretudo aqueles que se estruturam a partir da relação deste fenômeno com a dimensão humana. Concorde-se com Panosso Netto *et al.* (2011), quando afirmam que os estudos do turismo passam por uma revisão das teorias desenvolvidas até o momento presente, em que as abordagens contemporâneas o aproximam das práxis social.

Percorrendo esse caminho como uma forma de questionar os alicerces teóricos, outras discussões podem ser suscitadas, e novos resultados para a inquietude levantada podem emergir. No entanto, ao percorrer a interseção proposta por este estudo envolvendo turismo, lazer e o desenvolvimento regional, novos entendimentos poderão aclarar a lacuna apresentada.

O contexto apresentado e a literatura pesquisada permitem dizer que o lazer e o turismo são fenômenos que se situam no campo das práticas sociais como direitos de cidadania, envolvendo várias outras dimensões que não só a econômica. De um ponto de vista ampliado de desenvolvimento, esses fenômenos se relacionam diretamente com a dimensão humana. Isso porque são capazes de proporcionar desenvolvimento sociocultural e, portanto, qualidade de vida e bem-estar. Dessa forma, podem constituir uma alternativa contra-hegemônica à noção de desenvolvimento focado apenas em questões de crescimento econômico.

O Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, por meio dos relatórios do desenvolvimento humano, vem alertando a cada ano, e em 2013 reafirma o ponto de vista destacado anteriormente. O documento pondera sobre a não linearidade da relação crescimento econômico e desenvolvimento humano, e chama atenção para a inclusão de outras variáveis. Nessa direção, o turismo e o lazer podem ser considerados como indicadores não só de desenvolvimento econômico, mas também como indutores de desenvolvimento humano, e, dessa maneira, instrumentos de transformação social. Por essa razão, analisar o desenvolvimento destes por meio de apenas uma perspectiva, seria um exercício parcial e limitado dada a complexidade de relações que estabelecem.

Como foi tratado na justificativa, há um limitado número de estudos que abordam a relação entre o turismo, o lazer e o desenvolvimento regional. Ademais, quando se trata do desenvolvimento regional, o turismo assume o protagonismo, conforme discutido em sequência.

As pesquisas identificadas, cada qual em seu contexto e objeto de análise, desvelam uma série de fragilidades e ou virtualidades no desenvolvimento regional do turismo, e ou na política de regionalização.

Como fragilidades que requerem atenção nos processos de mudança, destacam-se: a fragmentação das ações de cada um dos atores; as diferenças na definição da região política e turística, este último considerado como o principal fator limitante para Fortes e Montovanni (2009); o pouco conhecimento acerca do tema intersetorialidade e de suas contribuições para promover a transdisciplinaridade; a ausência de definição de objetivos coletivos que apontem para a melhoria da qualidade de vida da comunidade (DREHER; BADEL, 2009); o baixo nível de cooperação, bem como a definição de planos e projetos conjuntos, e a falta de monitoramento, quando observado, por exemplo, o programa 65 destinos indutores do desenvolvimento regional do turismo²⁴ (BARBOSA *et al.*, 2010).

Como virtualidades, identificam-se temas derivados da política de regionalização, entre elas o ICMS turístico e o programa 65 destinos indutores do desenvolvimento regional do turismo. O primeiro (ICMS) é tratado como uma política pública derivada do federalismo, e por isso, percebido como um importante instrumento de integração vertical e favorecimento da descentralização. A partir da transferência de recursos, possibilita a instauração de projetos turísticos dentro da especificidade dos locais, e desse modo a indução do desenvolvimento.

O segundo, o programa 65 destinos indutores do desenvolvimento regional do turismo, descrito como uma metodologia ampla e interdisciplinar, é percebido como um instrumento positivo, principalmente no monitoramento. Entretanto, ao mensurar os resultados, o índice de positividade ainda é restrito e revela algumas fragilidades, como as apontadas e mais bem desenvolvidas em Malta (2018).

A retórica da elevação da demanda e do potencial do segmento de turismo cultural, considerados como importantes elementos para o desenvolvimento econômico regional, também é observada. A partir dessa orientação, a ênfase recai sobre a possibilidade de geração de emprego e renda, apontando esses como possibilidades para a redução da pobreza, sem, no entanto, aclarar essa relação (HERNANDEZ, 2013).

O tema Parceria Público-Privada – PPPs no turismo também é contemplado. Nesse caso, é analisada a função desse tipo estratégia, observando as potencialidades e os riscos. Os argumentos que fundamentam a discussão estão assentados sob o conceito de desenvolvimento

²⁴ Uma metodologia composta por 13 dimensões que compõem o índice de competitividade do destino turístico e sua capacidade de gerar negócios nas atividades relacionadas ao turismo, tendo a sustentabilidade e a promoção de experiências positivas ao turista como premissas (BRASIL, 2011).

sustentável, sugerindo a participação de todos os interessados, com vistas ao alcance de benefícios para além do econômico, embora uma boa parte da bibliografia escolhida esteja fundamentada sob esse princípio norteador. A abordagem demonstra a existência de contradições na formação das PPPs, apontando para a necessidade da partilha de responsabilidades, riscos e benefícios. Os fatores críticos para o alcance de resultados positivos consistem na formação de uma rede de cooperação forte, na qual cada integrante tenha conhecimento de seu papel; os objetivos sejam claramente definidos; bem como a partilha de riscos e benefícios, considerando todos os envolvidos (FRANCO; ESTEVÃO, 2010).

Foi possível identificar uma linha que perpassa os estudos evidenciados anteriormente. Essa linha é estabelecida pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, percebe-se que, por um lado, há o entendimento de que é preciso mudar para seguir adiante. E também que essa mudança depende de uma sociedade mais coesa, principalmente para sanar as dúvidas sobre como agir, e equacionar os limites do desenvolvimento, sobretudo na base local. Por outro, respostas mais imediatas são aquelas que, geralmente, atendem às demandas de maximização econômica do capital. Por isso, acredita-se em um processo de mudança, que, no caso deste estudo, passa pela ressignificação dos conceitos, para os quais o homem assume a posição central.

Desse modo, do ponto de vista do desenvolvimento regional duas concepções distintas e relativas ao turismo e ao lazer podem ser identificadas na literatura. Uma que o considera como meio para o alcance de resultados relativos ao desenvolvimento econômico, como descrito anteriormente, orientada pelos princípios da modernidade, que os associa à relação tempo de trabalho e não trabalho e também a um objeto de consumo. E outra que o concebe como fator de transformação social intimamente ligado à dimensão da vida (MARCELLINO, 2002; MÜLLER, 2002; ALBERTO, 2007), destacando-o como um direito e também como indicador de desenvolvimento humano. Portanto, a segunda concepção, na qual este estudo se apoia, destaca o caráter interdisciplinar da atividade, que demanda integração e articulação entre as diversas instâncias de governo e instituições privadas e comunidade (MÜLLER, 2002).

Considera-se, de tal modo, que as interações entre o turismo, o lazer e o desenvolvimento regional derivam de práxis sociais coletivas, em uma relação dialógica no tempo-espaço, invitando um compromisso democrático para a realização de um objetivo comum. Essa relação aponta para uma abordagem mais humanizada e endógena. Indica, por conseguinte, uma orientação para necessidades que não sejam apenas as do mercado, mas sim das pessoas e do meio ambiente. Requer, do mesmo modo, a desvinculação da percepção do turismo e do lazer como indústria, pois, como dito anteriormente, esse modelo vem

apresentando sinais que indicam a necessidade de mudança. Significa atribuir valor diferente para essa atividade e tentar frear a velocidade causadora de efeitos nocivos. Em outras palavras, mudar toda uma atribuição de significados para o turismo e o lazer, ou seja, requer mudança de postura.

Por isso, é necessário promover análises e realizar projetos que extrapolem a dimensão econômica e inclua outras. Destacam-se então as dimensões social, cultural e ambiental, e, preferencialmente, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. O objetivo destas seria superar o conformismo e promover o engajamento social e político, respeitando a identidade dos residentes nos locais turísticos, bem como a dos turistas. Demanda, igualmente, entender que a inclusão dessas variáveis deve perseguir outro objetivo, distinto daquele que configura a racionalidade dominante e legitima o capital e o industrialismo, considerados como uma visão restritiva.

Assim sendo, configura-se como alternativa para o desenvolvimento pessoal e social e institui a base para construção de modelos de desenvolvimento pautados nas especificidades do local e nas pessoas por meio da participação e da democracia, de modo a consolidar a remoção das fontes de privação de liberdades, em detrimento à reprodução de modelos previamente determinados. Dessa maneira, o objetivo deveria consistir em conectar o turismo e o lazer aos processos de desenvolvimento local e regional, incluindo o uso do conhecimento tradicional, economias e produção e bens e serviços.

Em outra direção, é necessário alertar para os riscos da ausência de um planejamento integrado, cujo perigo reside na transformação das pessoas do local em objetos, no lugar de cerne do desenvolvimento, como deveria ser. Por isso, destaca-se a importância da integração entre o turismo e o lazer e os outros meios de subsistência locais, vistos como essenciais para o desenvolvimento de maneira sustentável e localmente benéfico (ROGENSEN, 2015). Destarte, a combinação das orientações *bottom-up* e *top-down*²⁵ deveria servir de base ao planejamento integrado.

Sob esse olhar, as políticas com vistas ao desenvolvimento regional do turismo precisam ser elaboradas e implementadas não como prática de controle social, mas sim como um meio de valorização do local, e de construção de um processo de autoconfiança e abertura para mudança institucional. Isso só será possível por meio de práticas que fortaleçam e qualifiquem

²⁵ Neste estudo os termos *top-down* e *bottom-up* são compreendidos na perspectiva da ciência política, e correspondem a modelos de elaboração, implementação e análise de políticas públicas. Esses por sua vez possuem orientações distintas. *Top-down* – do topo para a base, e *bottom-up* – da base para o topo. Esse segundo sugere que as propostas estejam orientadas em consonância com as necessidades específicas do local.

as estruturas internas, em um processo de integração e visão mais humanista, deslocando para as pessoas a centralidade do processo. Devem considerá-los como fator de transformação social intimamente ligado à dimensão da vida e aos valores de sociabilidade, cooperação e associativismo.

Diante do contexto apresentado, destacam-se três aspectos importantes que carecem de observação: a fragmentação do setor, que revela uma elevada proporção de empresas de pequeno porte, com baixos recursos e pouca capacidade para supervisionar os resultados obtidos pela região; o equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo, do lazer, e a proteção das qualidades sociais, culturais e ecológicas, que demanda a obtenção de sinergia, não só, mas principalmente quanto a essas qualidades que são essenciais para a atividade; e o nexo entre lazer e desenvolvimento regional com uma abordagem ampliada, sobretudo do ponto de vista da importância das interações (MEEKS *et al.*, 2017).

Esses aspectos revelam padrões de incertezas nos fundamentos do desenvolvimento regional. Por isso, demandam que seja estimulada a participação social, por meio de ações que possuam sentidos e significados e sejam dotadas de capacidade para produzir envolvimento emocional. Isso poderia fortalecer os intercâmbios rumo à construção de padrões de autoconfiança e auto-organização, e, assim, estimular as capacidades das pessoas e o oferecimento de oportunidades sociais. Destarte, a fruição desse desenvolvimento requer um processo de mudança e flexibilidade na forma para lidar com as complexas interações que envolvem o desenvolvimento regional do turismo e suas interações com o lazer.

Antes de concluir esta seção é necessário salientar que é escasso número de publicações, destacadamente quando o assunto é o desenvolvimento regional do lazer. Ao pesquisar nas bases de dados, os resultados gerados, quando o assunto é esse, em sua maioria terminam por discutir o turismo, e não o lazer propriamente dito.

A seção seguinte aborda o tema rotas turísticas e o desenvolvimento regional, visando compreender a abordagem revelada pelos estudos científicos identificados.

3.4 Rotas turísticas e o desenvolvimento regional

Para embasar a discussão sobre a construção de rotas turísticas e o desenvolvimento regional, procedeu-se com uma pesquisa nas bases de dados da *Web of Science* e *Scielo*, conforme apresentado no quadro 2, no tópico justificativa deste trabalho.

Precedeu-se com a análise do material bibliográfico, considerando a área de concentração, o resumo e as palavras-chaves dessas publicações. Interessa destacar que desses, somente um pertence à categoria “*Hospitality Leisure Sport Tourism*”. Contudo, ao proceder a

leitura do resumo, das palavras-chave e breve avaliação, percebeu-se o distanciamento desse material em relação ao foco desta pesquisa, pois o mesmo versa sobre uma rota comercial de empresa de transporte rodoviário. Além do texto destacado, a mesma argumentação permitiu a exclusão de um segundo artigo.

Resulta da avaliação dos demais que a restrita produção bibliográfica disponível nessas bases de dados revela que a temática é ainda pouco estudada. Nota-se que a maioria dos estudos não apresenta uma definição sobre rota turística, por isso o termo tem sido empregado de diversas maneiras, podendo representar desde um percurso de transporte comercial e relacionando a mobilidade como fator de desenvolvimento regional (CAMPODÓNICO & CUNHA, 2010), um itinerário turístico (ARAIZA *et al.*, 2009), ou ainda a uma região com potencial turístico para a criação de estratégia de desenvolvimento local e ou regional, como no caso da RGPL.

Observa-se também que, ao empregar o termo com o sentido de criação de motivações para a visita turística, o mesmo pode carregar consigo a ideia de resgate da história, da memória, da cultura e também de expressão identitária. Porém, geralmente tem sido empregado como junção entre a produção rural e o turismo (JARAMILLO & RAMÍREZ, 2016; LACOSTE & NAVARRETE, 2014, SOSA & ARAIZA, 2012).

Contudo, um texto faz alusão ao conceito, ao estudar uma rota gastronômica, ponderando-a como um sistema organizado para proporcionar ao turista a possibilidade de estabelecer relacionamento com a comunidade, a produção agroindustrial, os agricultores e as atividades rurais, além da cultura da região. “*Las rutas se organizan en torno a uno o varios productos clave que las caracterizan y les otorgan una identificación definida*”²⁶ (SOSA & ARAIZA, 2012, p. 159).

As autoras ainda apresentam dez pontos que definem a formatação de uma rota que são: 1 – Identidade do local; 2 – Contexto cultural marcante; 3 – uma área geográfica demarcada; 4 – organizações públicas e privadas apoiadoras; 5 – produtores do setor primário; 6 – setor produtivo de alimentos, artesanato e souvenirs; 7 – empresas e prestadores de serviços turísticos; 8 – serviços turísticos complementares; 9 – associativismo, qualidade e capacitação; 10 – desenvolvimento de marcas e definição de origem.

A abordagem central no turismo rural é empregada na maioria dos casos como recurso de caracterização da potencialidade turística, considerada nos textos como uma alternativa para

²⁶ As rotas são organizadas em torno de um ou vários produtos-chave que os caracterizam e dão a eles uma identificação definida (Tradução Livre).

o desenvolvimento, que assume a noção de sustentabilidade. A escala regional é abordada, mas a local é aquela que revela ser a de maior importância, argumento com o qual se coaduna.

É importante ressaltar que em todos os artigos analisados a ideia de desenvolvimento está associada ao incremento econômico, mas, são propostas algumas alternativas, o que é considerado pelos autores como uma forma sustentável de promover desenvolvimento para as localidades. Essas alternativas correspondem, por exemplo, ao uso de estudos de valoração ambiental, visando estimar o valor econômico dos serviços ecossistêmicos, por meio do método custo de viagem, cujo argumento fundamental considera que o conhecimento desse valor é um avanço para a definição de estratégias alternativas de fomento ao desenvolvimento local e regional.

Em meio a esse contexto, é proposta uma rota turística como uma estratégia territorial de desenvolvimento econômico capaz de proporcionar reestruturação e transformação produtiva, qualidade de vida, desde que considere, ainda, a junção com a formação de capital social, que é compreendido como um facilitador da coordenação e cooperação com vistas ao alcance de benefícios mútuos para os agentes envolvidos (PANIAGUA & PACHECO, 2016). Embora esse método seja um instrumento para a gestão de áreas naturais, é preciso muita cautela, pois, se mal-empregado, pode ser associado à corrente da sustentabilidade fraca que representa manutenção dos interesses do capital econômico apenas, e como destacado anteriormente, uma abordagem restritiva.

Ainda como resultante da análise empreendida do material levantado, percebe-se o distanciamento das discussões sobre as interações com lazer de modo direto. Embora sejam encontradas no material discussões acerca da ludicidade e de elementos associados à cultura, esses foram empregados apenas para destacar fundamentos motivacionais, associados à formação de produtos turísticos, deixando transparecer que, a princípio, essas rotas são criadas como um chamariz para os que vêm de fora, e nelas, a população é vista como beneficiária apenas dos prováveis proveitos relativos ao emprego e renda. Nenhum dos projetos apresentados nos textos destaca a possibilidade de a população ser também sujeito da ação como, por exemplo, as integradoras entre o turismo e o lazer.

Percebe-se que todos os estudos analisados caracterizam propostas de rotas turísticas, mas nenhum deles se dedica a um projeto que tenha sido implementado, analisando assim seus resultados. Esse fato permite tecer um alerta para que em projetos que envolvam a elaboração de rotas turísticas, a interação entre turismo e lazer seja mais valorizada e integrada, possibilitando minimizar o distanciamento entre aquilo que se oferece à população como lazer e aquilo que a população percebe como oferta de lazer para os turistas. Com isso, talvez seja possível atenuar a segregação da população no usufruto dos espaços nos quais a atividade turística ocorre.

De maneira geral, no conjunto dessas publicações o conceito de desenvolvimento regional está associado a uma região que dispõe de potencialidade turística, uma abordagem restritiva, uma vez que se considera apenas a atratividade. O enfoque dado corresponde ao desenvolvimento econômico. Porém, os argumentos construídos estão apoiados no conceito de desenvolvimento sustentável, criado na década de 1980. Ainda que tal conceito seja passível de contra-argumentos, aponta para a inclusão de outras variáveis e mudanças significativas.

Essa seção dedicou-se ao estudo da interação entre a noção de rotas turísticas e sua intercessão com o desenvolvimento regional. Para complementar os argumentos que perpassam a temática desta tese, no item a seguir, apresentam-se argumentos sobre o papel do Estado, principalmente na implementação de políticas públicas.

3.5 Sobre o diálogo entre Estado, políticas públicas e a sua implementação

[...] a transformação de um fenômeno qualquer em um problema que deve ser objeto de uma política pública é uma construção social a partir da conversão de ideias em projetos políticos (MENICUCCI, 2006, p. 136).

Esta pesquisa se relaciona com o campo das políticas públicas de turismo, e por isso, considera-se pertinente esclarecer alguns entendimentos derivados da ciência política e que são importantes para a pesquisa: em especial, os conceitos de Estado e de Política Pública.

Entende-se como Estado a entidade político-social juridicamente formada e constituída por um conjunto de instituições com poder soberano para governar um povo dentro de um dado território (MARQUES, 2013). Sua atuação se dá por meio de políticas públicas, que são ações das autoridades públicas e correspondem aos atos e não atos derivados de programas governamentais. Resulta em uma atividade humana ligada ao poder e à necessidade de lidar com interesses diversos (MENICUCCI, 2006), envolvendo ações, decisões, outras políticas, valores e crenças ideológicas, processos sociais, comunicação e resultados (SCOTT, 2011). Por isso, estudos sobre políticas públicas são importantes, pois auxiliam na compreensão dos interesses e valores imbricados nos processos políticos e de planejamento, associados a uma abordagem social.

Esta tese perpassa uma política pública, ou seja, o programa de regionalização do turismo em âmbito federal, os Circuitos Turísticos e o projeto estruturador do turismo mineiro Rota das Grutas de Peter Lund na esfera estadual. Dito de outra maneira, um conjunto formado por quatro processos: o estabelecimento de agenda – o Plano Nacional de Turismo; a consideração das alternativas; a escolha da alternativa – Programa de regionalização do turismo; e a implementação da decisão – a formação dos circuitos turísticos e o projeto Rota das Grutas

de Peter Lund. Consiste, portanto, em diversas instâncias de poder, em inúmeras decisões tomadas por indivíduos e organizações dentro do governo, que, grosso modo, é a expressão do Estado em ação.

Os estudos acerca do Estado e suas políticas públicas têm sido desenvolvidos por meio de uma abordagem multidisciplinar, tema que é também caro aos estudos do lazer e do turismo. Percebendo, pois, que o campo da ciência política também é inter e multidisciplinar, Marques (2013) enfatiza que determinadas problemáticas públicas demandam políticas interdisciplinares para a efetividade de seus propósitos, sendo esse o caso da política de turismo. Essa interdisciplinaridade está presente na argumentação de Fuks (2000), ao considerar que a nova orientação para os estudos da ciência política se desloca da investigação objetiva para os estudos dos processos sociais.

Essa nova orientação é construída a partir do diálogo entre três áreas: a *ciência política*, mais especificamente na definição de agenda, a *sociologia*, por meio do estudo dos problemas sociais, e a *psicologia social*, por meio do estudo da relação do indivíduo com seu meio social. Entender essa dinâmica requer compreender a relação sociológica, a partir da dimensão dos conflitos, a dimensão simbólica traduzida pela psicologia social. Assim, a partir dessas interações seria possível apreender o contexto perante o qual os problemas²⁷ são gerados.

Destarte, para a ciência política importa entender como o poder se distribui, qual a natureza do conflito, ou seja, a necessidade de convivência entre interesses diversos e contraditórios. Assim, compreender as políticas públicas permite perceber como funciona o sistema político. Esses temas tangenciam a pesquisa proposta, uma vez que o recorte envolve de modo indireto uma política de turismo e, de modo específico, um projeto estruturador do Estado de Minas Gerais.

Estudos sobre turismo, lazer e políticas públicas vêm recentemente ganhando expressão. Entretanto, no que concerne ao turismo de modo específico, Scott (2011), ao analisar a temática em periódicos, destaca a existência de limitações na produção científica. O uso do conceito de política pública e a fragmentação são os principais limitadores destacados.

Ainda assim, a literatura permite compreender que os processos de implementação de políticas podem ser entendidos de forma mais clara por meio de avaliações de interações específicas e contingentes (KRUTWAYSHO & BRAMWELL, 2010) do que a partir do isolamento de fatores que afetam a implementação separadamente. Isso porque várias relações

²⁷ De acordo com Kingdon (1995), problemas correspondem às condições ou acontecimentos externos, acrescidos do elemento interpretação perceptual. A condição para defini-los envolve valores, comparações e categorias, elementos necessários para a interpretação.

dialéticas podem ser encontradas na implementação de políticas de turismo, reforçando a presença da interdisciplinaridade e enfatizando um contexto multidisciplinar que envolve economia, governança, sociedade e cultura. Nesse contexto, é pertinente considerar o deslocamento da análise da implementação de políticas públicas de turismo em direção ao estabelecimento de conexões com os processos sociais, e não apenas as relativas aos mercados.

No entanto, o sucesso da implementação de políticas para o turismo em alguns países do mundo, destacadamente na Tailândia (CHAI SAWAT, 2006), decorre, paradoxalmente, dos esforços de uma promoção agressiva e do marketing de massa. Embora o país tenha obtido êxito na elevação do número de chegada de turistas ao país, a adoção de estratégias dessa natureza tem provocado inúmeros problemas de natureza social e ambiental, sendo alvo de críticas. Em algumas cidades da Europa, como, por exemplo, Barcelona, a influência negativa desse tipo de ação tem provocado certa aversão ao turismo, gerando novos movimentos da população local, denominado turismofobia.

Esta tese segue uma noção contrária ao processo de massificação, percorrendo rumos opostos ao da economia de massa, com interesse nos processos sociais, e com isso, reforça as críticas acerca desse tipo de política.

Retomando a visão integradora, quatro fatores são importantes para a implementação de políticas de turismo e demonstram a multidisciplinaridade demandada no processo de implementação de políticas de turismo, sendo eles: fatores sociais, meio ambiente e organizações institucionais, e econômicos. O conjunto de fatores apresentados compõem o interesse desta pesquisa.

O contexto destacado permite o entendimento de que o planejamento enquanto prática, e como parte do processo de tomada de decisões, é a base para a formulação de políticas públicas. A construção do sentido e significado do turismo e do lazer, por exemplo, integram o planejamento, pois a existência de uma definição clara e consensual é o alicerce para a consistência do conteúdo de elaboração de uma política setorial (MENICUCCI, 2006). Dito de outra maneira, antes de estabelecer ações relativas a melhor forma de implementar determinadas políticas, e atingir metas, também consideradas como planejamento, é necessário a ocorrência de debates políticos e ideológicos que possibilitem um consenso acerca do sentido e significado de cada tema para a sociedade na qual a política será elaborada e implementada. Por isso, é necessário chamar atenção para a possível redução de uma política pública a um processo de planejamento apenas, e também a um objeto de discurso político, como muitas vezes se percebe no turismo.

Destarte, vem “ganhando força a proposta que considera a articulação de políticas

sociais por meio de uma integração intersetorial e interinstitucional no desenho, implementação e gestão de políticas sociais” (MENICUCCI, 2006). Mesmo sendo considerada uma política socioeconômica, pode-se dizer que a Política de Regionalização do Turismo Brasileiro, ao ser cunhada, carrega consigo tais características, carecendo, portanto, de análises que possam avaliar os resultados.

A descentralização e a intersetorialidade passam a configurar temas importantes, pois se relacionam diretamente com uma nova forma para tratar os problemas sociais. De visão integradora, a intersetorialidade objetiva, portanto, superar a fragmentação e a desarticulação na elaboração e implementação de políticas. Demanda ser amplamente construída, mas o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, e a simples soma de programas e projetos sem que exista uma estratégia conjunta a partir do território, têm se revelado como os principais entraves (GIAQUETO, 2010).

A descentralização, por sua vez, é percebida como uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade civil, pois desloca os centros decisórios na transferência de poder dos níveis centrais para os periféricos. Nesse contexto, o município passa a ser responsável pela implementação das políticas. Ela revela aspectos importantes da democratização, pois ao garantir canais de participação da população, permite a aproximação dessa com o Estado. Porém, na concepção neoliberal, é percebida como uma estratégia de redução do gasto público e seletividade no atendimento das diversas demandas da sociedade. Contrapõe-se às expectativas de universalização dos direitos sociais, e é utilizada como mecanismo de transferência de encargos para os municípios, sem a sua participação nos processos decisórios e no financiamento de programas, além de possibilitar a ocorrência de privatizações.

Resulta dessa revisão sobre a temática no contexto do turismo a interpretação de que a multidisciplinaridade assume destaque na implementação de políticas públicas de turismo, por meio da qual os conflitos são revelados e as negociações são postas na mesa. O processo de mudança se relaciona com a percepção de que as prioridades devem ser definidas a partir de problemas indicados pela população, e envolvem ações integradoras de vários setores.

Pretendeu-se com este capítulo estabelecer elos entre os conceitos centrais e periféricos que circundam o objeto de estudo desta tese, e constituir o alicerce para as análises. O capítulo seguinte discorre sobre o *locus* em que a análise se estabelece.

4 UMA REGIÃO, MUITAS POSSIBILIDADES, ALGUNS PROJETOS

Este capítulo foi estruturado a partir das informações contidas na pesquisa empírica. Envolve a análise documental, bem como as entrevistas.

Objetiva compreender a articulação entre o Estado, a gestão pública municipal, o empresariado e a comunidade local no contexto da política de regionalização, de circuitos e as implicações na base local. Investiga a origem do projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund, visando assimilar o diálogo desse com os temas centrais deste estudo.

4.1 A formação da arena

Como dito anteriormente, o recorte para realização desta pesquisa compreende o projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund – RGPL, uma ação do Estado de Minas Gerais, que envolve diversas secretarias e ou órgãos. Como geralmente os projetos são derivados de políticas públicas, considerou-se importante realçar alguns contornos das políticas federal e estadual de turismo e suas interações e influências nas dimensões regional e local.

A Constituição Federal, no art. 21, cap. IX, atribui à União a responsabilidade de “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. Sob essa orientação, no ano de 2003, é criado o Ministério do Turismo,²⁸ com a responsabilidade de conceber um novo modelo de planejamento e gestão para o turismo brasileiro. Esse, por sua vez, deveria seguir o arquétipo dos níveis da administração pública,²⁹ que prevê uma estrutura descentralizada ao instituir os níveis de poderes. Entretanto, a política que antecedeu o modelo concebido no início dos anos 2000 já estava assentada sob uma “tendência descentralizadora, e as arenas³⁰ eram formatadas a partir da constituição do Comitê Federal, Comitê Estadual e Conselhos Municipais”³¹ (ENDRES, 2015, p. 291), e com isso já sinalizava o contorno assumido posteriormente.

²⁸ Nesse momento, uma nova pasta é criada, e as políticas de turismo passam a ser tratadas separadamente das políticas de esporte.

²⁹ A Constituição Brasileira ao tratar da organização do Estado no art. 18 determina os níveis políticos administrativos e introduz a ideia de descentralização.

³⁰ O termo *arena* aqui utilizado tem suas bases nas noções de *policy community*, *policy arena* e *policy network*. Segundo Celina Souza (2006, p. 32), “as arenas são modelos explicativos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na sociedade. [...] Este método e referencial teórico partem do estudo de situações concretas para investigar a integração entre as estruturas presentes e as ações, estratégias, constrangimentos, identidades e valores [...]. A força deste modelo está na possibilidade de investigação dos padrões das relações entre indivíduos e grupos”. Sobre *policy arena* e *policy network*, ver também Frey (2000).

³¹ A nota de rodapé anterior é destacada no texto da autora. Por essa razão, optou-se por mantê-la, para garantir a autoria, bem como a linha de raciocínio empregada.

Cabe destacar que a noção de descentralização é instituída no Brasil com o processo de redemocratização na década de 1980, que requeria a melhoria das relações entre os agentes dos setores políticos e privados, em busca de um objetivo comum. Esse processo impôs às autoridades, e à toda sociedade, novos e maiores desafios e exigências relacionadas ao processo de desenvolvimento.

No que tange ao turismo, os desafios e exigências existentes naquela época indicavam a necessidade de conceber uma estrutura de gestão pública descentralizada e participativa. Essa, por sua vez, deveria ser capaz de gerar divisas para o país, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e possibilitar a inclusão dos mais variados agentes sociais (PLANO NACIONAL DE TURISMO, 2003-2007; 2007-2010). À primeira vista, a noção de desenvolvimento do turismo, que passa a fazer parte da agenda³² política no ano de 2003, apesar de estar associada aos indicadores econômicos, parece incluir outros olhares, permitindo vislumbrar uma nova direção quando o assunto é o desenvolvimento, e o turismo como parte dele.

O modelo idealizado definiu a direcionalidade do funcionamento da máquina pública e burocrática a partir da ponta. A pretensão com esse novo arquétipo era estabelecer uma interface com o cidadão, a promoção da democratização, além da participação cidadã na implementação da política pública de turismo. No entanto, do ponto de vista de avaliação de resultados, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que seja possível afirmar que as interfaces estejam sendo estabelecidas.

Seguindo por essa linha de raciocínio do planejamento, no ano de 2004 foi criada a Política de Regionalização do Turismo e com ela o Programa Roteiros do Brasil. Pode-se dizer que essa política é substituta do Programa de Regionalização do Turismo – PRT, que definia a agregação de municípios e regiões por meio de roteiros turísticos, tornando obrigatória a existência de uma Instância de Governança³³ Regional.

A criação desse novo modelo foi inspirada na política de descentralização e regionalização francesa, que se baseia na divisão de competências entre as instâncias de governo, a partir da noção de descentralização das funções administrativas entre os mesmos

³² Assume-se neste estudo a definição de agenda colocado por Kingdon (1995), a qual se refere a um tema ou problema que se torna alvo de atenção em um dado momento por parte das autoridades governamentais e seus assessores.

³³ Compreende-se o termo *governança* na perspectiva da ciência política, como a capacidade ampliada de gestão das políticas de governo e do controle de seus efeitos (GIOVANNI e NOGUEIRA, 2015). O termo *instâncias de governança* apreendido por essa mesma perspectiva, considerando articulação das diversas organizações políticas e sociais na proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo.

(OLIVEIRA, 2008). Seu funcionamento é regido pelo Código do Turismo, que reúne as principais leis e decretos destinados a essa temática. Orientada por essa estrutura, a organização política administrativa do turismo brasileiro foi concebida em quatro coordenações: Coordenação Nacional, Coordenação Estadual, Coordenação Regional e Coordenação Municipal, além de seus órgãos e comitês (FIGURA 2).

Figura 2 – Programa de Regionalização do Turismo



Fonte: BRASIL, 2004.

Para o Estado, o programa de Regionalização consiste em uma estratégia geopolítica de compartimentar espaços para trabalhá-los em porções menores, com o alcance de objetivos em curto, médio e longo prazos. Pensar em uma região, sob essa orientação, implica identificar processos que possibilitem reativar pequenas economias, dinamizar a comunidade local, mediante o aproveitamento de seus recursos, estimular e diversificar o crescimento econômico, e melhorar a qualidade de vida das populações residentes.

Contudo, diferentemente da concepção expressa na política, que sugere compreender o espaço geográfico como elemento de fortalecimento do poder nacional, entende-se a geopolítica como um campo de conhecimento multidisciplinar. Esse campo se dedica a compreender a dialética das relações de poder, entre estados e suas políticas, e entre conhecimento e construções sociais. Corresponde, portanto, a um conjunto complexo de discursos, representações e práticas, construídas a partir de locais e posições de poder político, econômico e cultural.

Ao direcionar um olhar mais criterioso sobre os alicerces do programa, percebe-se uma nova proposta de orientação para o desenvolvimento do turismo, que não seja, por exemplo, aquela fundamentada na teoria da modernização. Em outras palavras, uma das concepções dominantes na noção de desenvolvimento. Essa teoria (modernização) sugere que a função dessa atividade é transformar bens de consumo em objeto de desejo. Nesse conceito de desenvolvimento, o turismo é percebido como uma atividade adequada para ocupar espaços não modernizados. No entanto, para que se tenha mais clareza sobre a concepção adotada, bem como seus efeitos práticos, é necessário olhar para a interação dos processos sociais desencadeados na região a partir das ações do programa e da Rota das Grutas de Peter Lund.

Acrescenta-se a essa linha de raciocínio o entendimento de que regionalizar

[é] construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade (MTUR, 2007, p. 10).

O Programa propõe os seguintes objetivos: “a integração e cooperação entre os municípios; a ampliação do mercado de trabalho; o aumento do tempo de permanência e gasto médio do turista na região” (MTUR, 2007).

A proposta estabelecida parece se fundamentar, por um lado, na diversidade de atores, com pretensão de assegurar um ambiente de diálogo, de participação e cooperação, o que demonstra uma evolução. Porém, por outro lado, os objetivos propostos expressam, sobremaneira, a ênfase na dimensão econômica e estatística, e deixam transparecer que a visão de turismo ainda está associada ao industrialismo.

Como um plano político de desenvolvimento para o turismo brasileiro, o programa de regionalização expõe a visão e define uma orientação a ser seguida. Com isso, as cartilhas elaboradas pelo MTUR ora apresentam uma orientação de turismo concebido como um fenômeno social, ora como um fenômeno econômico. Embora sejam ressaltadas noções mais contemporâneas de desenvolvimento, destacando aquela que propõe a interação de processos sociais, e a inclusão social, essa última ainda parece ser um elo fraco nessa engrenagem. Desse modo, indica que a centralidade do desenvolvimento regional do turismo brasileiro ainda se fundamenta nos pressupostos do desenvolvimento econômico.

Em outra perspectiva, e antes mesmo, porém, da criação da atual política federal de regionalização do turismo, algumas Unidades da Federação, como Minas Gerais, já desenvolviam suas políticas utilizando dessa ideia para organizar suas unidades de estruturação (BRASIL,

2007). É possível atribuir isso à antiga política, ou seja, ao PRT, que como dito anteriormente, previa que o desenvolvimento do turismo deveria ocorrer de modo regionalizado.

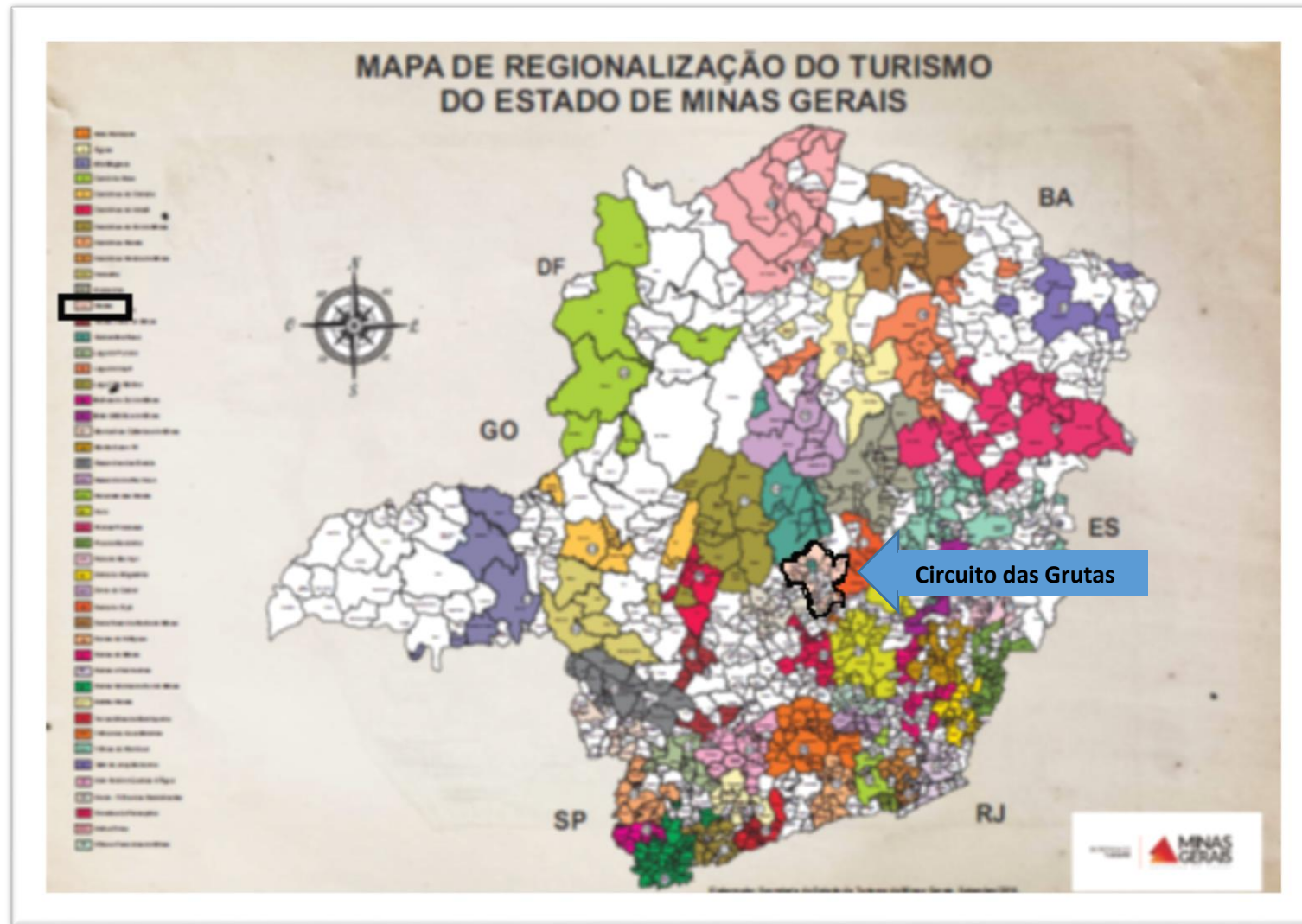
O Estado de Minas Gerais, em 2001, já havia lançado uma política de turismo de modo regionalizado, estimulando a criação de circuitos turísticos. Isso porque o governo estadual à época percebera a importância da articulação regional para a expansão do número de produtos turísticos oferecidos pelo estado, assim como para o aumento da taxa de permanência do turista (OLIVEIRA, 2008).

A ideia da concepção dos Circuitos Turísticos veio da necessidade de fomentar o potencial do Estado nesse setor, com o intuito de gerar oportunidades aos municípios. Desse modo, estes passariam a explorar as suas potencialidades, contribuindo para a diversificação dos atrativos e melhoria da infraestrutura turística da região. Por essa razão, torna-se cada vez maior o interesse comum ao considerar o turismo como uma alternativa para alcançar o desenvolvimento, sobretudo o socioeconômico.

Atualmente os circuitos turísticos no estado de Minas Gerais estão organizados entre as 11 regiões, sendo elas: Central, Zona da Mata, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Centro de Minas, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Rio Doce. No ano de 2016, 46 circuitos já estavam formados.³⁴

³⁴ Para conhecer todos os circuitos turísticos do estado de Minas Gerais, ver: <<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

Figura 3 – Mapa da Regionalização do Turismo Mineiro



Fonte: Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR/MG, 2016.

Tendo apresentado as bases da elaboração da política pública de turismo vigente, e a organização desta no estado de Minas Gerais, passa-se a seguir à análise do processo de implementação no Circuito Turístico das Grutas. Objetiva-se apreender as interações entre as diversas instâncias de governança envolvidas na política (figura 2), visando alcançar a origem do projeto RGPL.

4.2 A institucionalização da instância de governança regional

A primeira ação da pesquisa documental consistiu em identificar as Atas que seriam alvo de análise. O primeiro contato com o objeto serviu para quantificar o total de registros, bem como sua distribuição ao longo dos anos. O período analisado, como destacado na metodologia, compreendeu o momento de fundação do circuito (1999), até o último registro do ano de 2016. Essa ação foi iniciada em março de 2016 e terminou em janeiro de 2017, com a leitura e sistematização do último registro do ano.

Foram identificados três livros de registro de atas. A impressão geral ao manusear os livros foi a existência de uma dificuldade na organização desses, principalmente nos primeiros anos. Foram localizados documentos fora da ordem cronológica, e do próprio livro de registro de atas. Esse problema parece se diluir na medida em que a instância de governança vai se consolidando.

Uma pesquisa realizada por uma empresa de consultoria, no ano de 2013, para a SETUR/MG, com 45 circuitos, evidenciou que o Circuito das Grutas apresentava uma aderência de 72% dos indicadores, quando avaliada a variável comunicação e processos internos. Essa variável, pertencente ao indicador *capacidade de organização*, foi considerada pelo estudo corresponde às diversas dificuldades de organização, e, por isso, supõe-se sua relação com o destacado anteriormente.

Contudo, é necessário esclarecer que não foi possível identificar os motivos pelos quais esse fato tenha ocorrido. Por isso, levantam-se algumas hipóteses: a mobilização e organização voluntária para formação de um grupo de articuladores, ainda sem um papel político e administrativo definido; a carência de profissionais responsáveis por executar essa ação; a falta de um profissional qualificado para exercer essa função; a atuação de modo voluntário sem grandes preocupações, principalmente na organização do registro das informações, e a pouca clareza com relação aos papéis de cada agente envolvido no processo, suas funções e atribuições, bem como o resultado esperado.

Essa primeira ação configurou o seguinte universo de análise das atas do circuito (QUADRO 7):

Quadro 7 – Registros das atas do Circuito Turístico das Grutas

| Ano | Quantidade de atas |
|-------|--------------------|
| 1999 | 05 |
| 2000 | 04 |
| 2001 | 20 |
| 2002 | 07 |
| 2003 | 05 |
| 2004 | 04 |
| 2005 | 04 |
| 2006 | 30 |
| 2007 | 17 |
| 2008 | 19 |
| 2009 | 23 |
| 2010 | 09 |
| 2011 | 04 |
| 2012 | Não localizado |
| 2013 | 03 |
| 2014 | 07 |
| 2015 | 04 |
| 2016 | 03 |
| Total | 168 |

Fonte: Livros de atas do circuito / Dados da pesquisa.

É importante reafirmar que foram analisadas todas as atas, cuja delimitação compreende o período entre 1999, com os primeiros registros de formação do circuito, até o ano de 2016. A princípio seriam analisadas somente as atas correspondentes ao período de proposição da rota, entretanto, considerou-se necessário entender todo o processo de formação do circuito, ou seja, a implementação da política de regionalização do turismo, para, assim, delinear melhor as análises da pesquisa.

A instância de governança regional – Circuito Turístico da Grutas, origina-se formalmente no final da década de 1990. O primeiro registro no livro de atas é datado de 13 de abril de 1999.³⁵ Contudo, alguns entrevistados revelam que as primeiras discussões, emergiram a partir de percepções de oportunidades na década de 1970, e envolvendo o Instituto Estadual de Florestas – IEF. No entanto, ocorreram de maneira espontânea a partir do ano 1998, com a união de algumas pessoas da região.

³⁵ É importante destacar que a Secretaria de Estado de Turismo foi criada pela Lei nº 13.341 de 28 de outubro de 1999. Essa lei encontra-se atualmente revogada, e em seu lugar outras foram criadas. Nesse mesmo ano (1999) foi apresentada a proposta de um modelo de gestão descentralizado e participativo (FREITAS, 2017).

Dessa reunião, na conversa com o Antônio Henrique, surgiu a condição de criar o circuito, que já era uma ideia do Antônio Henrique como turismólogo técnico do Senac, que já se pensava. E vou ir mais longe. A ideia do Circuito das Grutas surgiu em 1970 por uma ideia do professor Célio Vale e o Ilmar Bastos do IEF. [...] Em 1971, a gente descobriu que existia um projeto Circuito das Grutas, que era o projeto de compensação do aeroporto, inclusive tem essa documentação histórica. [...] Esse projeto era justamente a compensação ambiental do aeroporto, que era o Circuito das Grutas... o Parque do Sumidouro e o Circuito das Grutas (MITO, 21 mar. 2017).

É, mas as primeiras... os primeiros encontros, né, foram em... em 98 e aí me parece... a... a fundação... registro mesmo da instituição, acho que foi em 99... (FORMOSA, 17 nov. 2016).

Na questão com o Circuito, eu faço parte daquela turma que reuniu pela primeira vez pra fazer o Circuito em 1999 (MEIO, 27 jan. 2017).

Interessa aprofundar em alguns pontos apresentados nos trechos destacados. Veja que um representante da comunidade afirma que o projeto circuito das grutas era discutido lá na década de 1970. Um tempo muito distante da atual política de regionalização, bem como de seus antecessores, o Programa Nacional de Regionalização – PRT e o Programa Nacional de Municipalização do turismo – PNMT. Esse último, que se inicia no ano de 1994, marca o enfoque territorial para o planejamento e gestão do turismo, bem como as ações do Estado. Devido à inexistência do Ministério do Turismo à época, a pasta era abrigada pelo Ministério de Comércio e Indústria, e tinha como propósito dinamizar o progresso do turismo, a partir dos municípios, e dos preceitos do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2013).

A informação apresentada por Mito (2017) gerou uma surpresa e, por isso, julgou-se necessário averiguar qual a analogia estava sendo feita pelo entrevistado. Assim, recorreu-se aos decretos que versavam sobre meio ambiente para tentar obter uma explicação.

Nota-se que, aqueles que foram encontrados têm a intencionalidade de proteger a região, e fundamentam-se, em sua grande maioria, na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que estabelece critérios para o parcelamento do solo. Foi também encontrado o Decreto nº 20.597, de 4 de junho de 1980, que define a “área de proteção especial, compreendendo o Município de Confins e partes dos Municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Funilândia e Prudente de Moraes” (p. 1). Por isso, mesmo que o entrevistado tenha esse entendimento, e afirme que a ideia foi colocada por um turismólogo, a compreensão a partir do conjunto das informações parece ser distinta. Considera-se que, preocupados com os prováveis efeitos negativos decorrentes da expansão urbana, e cientes da importância histórica, cultural, ambiental e patrimonial da região, notadamente o arqueológico e espeleológico, foi estabelecida uma área de proteção especial, que abrangia uma parcela dos municípios que integram ou constituem o circuito atualmente, e notadamente, aqueles abrigados pelo projeto RGPL.

Portanto, evidencia-se que o *locus* onde a discussão estava vinculada era em uma

instância de governança estadual cuja finalidade está vinculada ao meio ambiente, e não ao turismo. Embora esses decretos não versem sobre o turismo e muito menos sobre o lazer, nota-se, com o decorrer dos anos, que a aproximação do primeiro se dá por meio dos discursos relativos às medidas compensatórias decorrentes da exploração do meio ambiente, principalmente a mineração de calcário.

Retomando a discussão sobre a formação do circuito, é a partir do registro formal que se torna evidente o chamado para a integração de todos os municípios e seus representantes no processo de formação e atuação da instância de governança regional. A argumentação central estava focada em ações que visavam à promoção do turismo, e, portanto, atrelada à dimensão econômica, sendo o objetivo central a atração de visitantes.

Não é de se estranhar esse direcionamento, uma vez que os atores envolvidos eram fundamentalmente empreendedores da região, conforme destacado pelo representante da instância de governança regional. Por isso, a visão predominante para a atividade, nesse momento, corresponde àquela que o vê como indutor de desenvolvimento econômico, ainda prevalecente.

É importante destacar que o período relatado antecede a atual política de turismo, como dito anteriormente, que tem seus primeiros registros no ano de 2003, com a criação do Ministério do Turismo, bem como a institucionalização do projeto de Circuitos Turísticos definido pela Lei nº 43.321 de junho de 2003 (FREITAS, 2017), e ainda com o programa de roteirização – Roteiros do Brasil, no ano de 2004, Contudo, parece seguir orientação contida na Lei nº 8.181/91, que segundo Candioto e Benetti (2015, s/p.)

é a mais detalhada e completa da história das políticas federais para o turismo. Nela, estão contidas as seguintes estratégias: a) ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre governo e iniciativa privada; b) descentralização da gestão turística; c) implantação de infraestrutura básica e infraestrutura turística adequada as potencialidades regionais, além da qualificação profissional dos recursos humanos envolvidos.

A Política Nacional de Turismo implantada a partir de 1996 atribuiu ênfase na articulação entre governo e iniciativa privada, mantendo a orientação neoliberal dos governos anteriores (*Ibidem*).

O pioneirismo de Minas Gerais, constatado na pesquisa de Oliveira (2008), é confirmado também por este estudo. Dessa maneira, poder-se-ia esperar que o estado estivesse à frente dos demais, quando o assunto se trata da regionalização do turismo, no entanto, muitos são os entraves que limitam a evolução da associação, e eles serão discutidas posteriormente.

Desde o primeiro registro de ações em 1999, até o final do ano de 2001, percebe-se que as ações da associação estiveram concentradas na burocracia para sua constituição, e

destacadamente em questões de ordem financeira. Essa última, por sua vez, apresenta-se de modo destacado nas atas, não somente nos primeiros anos, mas ao longo de todo o período estudado, revelando as dificuldades de implementação de uma política pública sem recursos. Problemas dessa natureza são destacados em uma pesquisa realizada em 2013, com todos os circuitos formados naquele ano, por uma empresa de consultoria, para a SETUR/MG. Um dos resultados evidencia o baixo índice de desempenho obtido pela ACTG, para a variável sustentabilidade financeira, apenas 37%.

Outro tema central refere-se às discussões acerca da sensibilização de prefeitos para aderirem à política, e a tentativa de integrar todos os interessados em participar. A intenção no momento inicial era construir um elo para a participação da iniciativa pública, privada, instituições de ensino, ONGs, além de pessoas físicas.

Pode-se, portanto, considerar essa compreensão como um primeiro passo para a mudança de orientação para o desenvolvimento regional do turismo, a partir da interação entre processos sociais. Embora seja uma das primeiras etapas do processo de regionalização, essa ação ainda é recorrente, sobretudo em períodos de mudança na gestão municipal, como, por exemplo, o momento em que esta tese estava sendo produzida, e a ocorrência de eleições para cargos públicos de gestão municipal.

Por outro lado, foi possível perceber que, em municípios em que o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR é atuante, essa dificuldade é minimizada, pois os gestores municipais de turismo e ou técnicos em turismo, no período de transição de governo, revelam aos novos gestores suas ações, e os resultados logrados pelo município, conforme revela uma representante da gestão municipal, permitindo, assim, que o convênio com a associação seja inserido no orçamento e conseqüentemente mantido.

O conselho é nossa grande força aqui dentro, da nossa estrutura administrativa, o circuito é uma estrutura importante *pras* políticas públicas que o Governo do Estado determina e que o Governo Federal também determina (NINHO, 14 dez. 2016).

Foi possível perceber que a orientação para o desenvolvimento do turismo, no período em que surge o circuito, parece ser um misto entre crescimento econômico, enfatizando a presença da discussão de participação em eventos para promoção da atividade, com momentos de visão ampliada.

Em 08/03/01, o prefeito de Cordisburgo declara apoio ao circuito, considerando sua contribuição para o desenvolvimento das cidades e melhoria da qualidade de vida da população. Em diversas atas percebe-se a preocupação com o meio ambiente, sobretudo com questões de preservação ambiental do potencial natural existente, notadamente as grutas, a questão do lixo

e poluição, impactos gerados pela ação das mineradoras. Essas informações estão registradas em ata de 26/07/01, que destaca que a gruta de Cerca Grande³⁶ havia sido destruída por ação das mineradoras.

A preocupação com a destruição causada pelas mineradoras é também ressaltada na entrevista com o proponente do projeto, que ao falar da gruta Rei do Mato afirma: “salvei porque tinha uma mineradora ao lado explodindo, e eu era do conselho de meio ambiente, e imediatamente mandei embargar” (MIRANTE, 16/06/2016).

Contudo, é importante destacar que as informações correlacionadas são de períodos distintos, existindo um hiato de pelo menos seis anos de distanciamento. No entanto, os fatos evidenciam que a degradação do meio ambiente durou um período expressivo, e que por pouco não destruiu as duas colunas “gêmeas” existentes na gruta do Rei do Mato (Figura 4), que são únicas no mundo, conforme descrição de um dos entrevistados.

A nossa caverna tem um diferencial que é duas colunas que a gente chama de Torres Gêmeas, que elas são idênticas. Elas é do chão até o teto. É uma coluna mesmo formada e só tem aqui. Tem parecida em outros lugares, mas ela não é idêntica a aqui porque aqui já tocou o teto e outros lugares não. Então são únicas, que é um diferencial nosso (DA TORRE, 13 mar. 2017).

³⁶ Não há relatos de que esta gruta tenha sido objeto de estudo de Peter Lund, no entanto ela é considerada no projeto inicial da rota. Na entrevista com o mentor do projeto, esse fato também é destacado. O tema é tratado mais detalhadamente em outro momento da tese.

Figura 4 – Foto – Colunas existentes na Gruta Rei do Mato – Sete Lagoas



Fonte: Acervo pessoal.

As duas colunas em paralelo, demonstradas na figura 4 e nos trechos das entrevistas, são expressões de um contínuo e longo processo de formação de estalactites e estalagmites que, durante inúmeros anos, foram desenhando as colunas, que têm a mesma altura, indo do teto ao chão, conforme destacado anteriormente. Elas são enfatizadas nos informativos de turismo

como uma das principais atrações da gruta do Rei do Mato, por sua notória distinção. Daí a responsabilidade dos gestores ambientais para com a preservação dessa beleza natural de expressivo valor simbólico, dada sua raridade.

Direcionando a análise para a instância de governança local, em 21/11/2001 é destacada a importância dos conselhos municipais de turismo, considerados pela política como um mecanismo de descentralização, participação, e “inserção dos subalternos no processo decisório na busca por melhor compreender a integração entre o Estado e a sociedade civil” (FREITAS, 2017, p. 216). Contudo, os Conselhos apresentam uma atuação dúbia, ora fortalecendo a participação, ora operando “como dispositivos locais de controle social, criando uma capilaridade e permitindo ao Estado retirar-se do centro das pressões” (FREITAS, 2017, p. 216).

O período ainda retrata o potencial da região; a orientação para o desenvolvimento da atividade, e a possibilidade de união entre

a comunidade, poder público e iniciativa privada, para realização de um turismo consciente e preservando a privacidade de cada morador, sem agredir a natureza. O notório saber que cada município tem a sua característica peculiar, e é através desta que devemos trabalhar (LIVRO DE ATAS, n. 1, p. 15/16).

Entretanto, há conflitos, como exemplificado no trecho extraído da ata de 09/10/2001, que afirma que para o

desenvolvimento da associação é preciso a união de todos e que as divergências devem ficar de lado, pois os objetivos são os mesmos, ou seja, desenvolver e fortalecer a ACG³⁷ para que ela possa ajudar no crescimento e na melhoria da qualidade de vida das pessoas do circuito (LIVRO DE REGISTRO DE ATAS, n. 1, p. 11).

Esse período permite identificar, ainda, o conhecimento e a atribuição de importância sobre a pessoa e os feitos de Peter Lund para a região. Essa, por sua vez, é associada à cultura, à ciência e ao turismo. Há registro de uma sugestão para aquisição de uma fazenda na região conhecida como Dr. Lund – em Pedro Leopoldo, com recursos da Lei de Incentivo à Cultura, para a criação do Museu Peter Lund. Nesse momento é também sugerido o contato com o consulado da Dinamarca³⁸ para buscar apoio ao projeto.

Os registros desse período revelam, ainda, a sugestão de agendamento e encontro com grupos de espeleologia e órgãos governamentais estaduais e federais, cujo intuito é desenvolver o turismo na região, de maneira adequada. Desse modo, percebe-se que as pessoas envolvidas

³⁷ ACG – Associação do Circuito das Grutas.

³⁸ Reafirmando que Peter Lund era dinamarquês, e reconhecido em seu país, bem como em diversas outras partes de mundo, devido às suas pesquisas sobre paleontologia e arqueologia.

com o circuito compreendiam que a atividade deveria ser planejada e gerida a partir de uma perspectiva multi, inter e transdisciplinar.

Ainda nesse mesmo período, as atas indicam a existência de pesquisas sendo realizadas na região, com o objeto de estudo derivado da paleontologia e da arqueologia. Destaque para duas pesquisas realizadas pela USP. Uma sobre migração nas Américas, sob coordenação do prof. Walter Neves,³⁹ e outra sobre o turismo espeleológico, coordenada pelo prof. Luiz Bertholem Piló. Ambos mantiveram contato com a associação do circuito. O prof. Luiz Piló contribuiu com as discussões sobre a importância das grutas, a necessidade de estudos aprofundados para abertura à visitação, além do alerta para a necessidade de elaboração de estudos de viabilidade econômica, e que o projeto fosse socialmente aceito. Já o professor Walter Neves contribuiu com as discussões sobre paleontologia, arqueologia, e sobre Lund, e esteve presente em diversas reuniões do circuito, sendo também destacado por alguns entrevistados quando se referiam à Rota das grutas de Peter Lund. Além dessas contribuições, esses professores de alguma maneira cooperaram para a elaboração dos planos de manejo das grutas, haja vista o destaque dado aos seus nomes nesses documentos.

Outros temas centrais discutidos durante esse período versaram sobre melhorias no sistema de telefonia celular, nas vias de acesso para os municípios de Matozinhos, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Funilândia, visando à integração dos atrativos do circuito; sobre participação em eventos – assunto também recorrente; e sobre o desligamento de municípios do circuito em função da inadimplência.

O último ano desse período registra maior dificuldade para a concretização das ações da associação e a relação com os municípios envolvidos. Isso evidencia as dificuldades para o desenvolvimento das atividades do circuito e conseqüentemente do turismo na região. Essa limitação, por sua vez, pode estar relacionada aos conflitos velados, porém, indiretamente identificados nas atas. Pode, igualmente, estar associada a dificuldades relativas à implementação dessa política, seja por falta de orientação, de ordem institucional e financeira, ou ainda em relação à compreensão de sua amplitude, sobretudo por parte dos prefeitos de cada um dos municípios.

Os dados levantados permitem identificar alguns temas centrais: a) Organização interna – estatuto, regimento interno, atuação dos membros, dificuldade financeira e os problemas decorrentes; b) Articulação – não somente entre os membros que integram o Circuito, mas também com os órgãos correlatos; c) Descentralização – ações relativas à implementação e

³⁹ Citado na entrevista com o mentor da rota.

desenvolvimento da política de regionalização; d) Sustentabilidade – preocupação com o meio ambiente, e a cultura; f) Formação profissional – ações voltadas para a qualificação profissional e comunidade local.

Essa seção permitiu a compreensão acerca da origem do circuito, bem como as principais interações que ocorrem naquele tempo. Passa-se, a seguir, à análise da relação entre o circuito e a primeira fase de implementação da política de regionalização.

4.3 A primeira fase da política de regionalização do turismo

O ano de 2003 define um momento de mudança para o planejamento e gestão do turismo brasileiro. Como dito em outro momento, o turismo entra em definitivo na agenda política, e o governo federal cria o Ministério do Turismo – MTUR. Com esse novo ministério, novas regras para a elaboração e implementação de políticas públicas são definidas. Por isso, as atas localizadas nesse ano (apenas cinco) registram a retomada das ações do circuito,⁴⁰ com o expressivo crescimento do número de associados – 12 municípios no ano. Além da relação com a criação do ministério, tal mudança pode guardar relação com um decreto estadual assinado no ano de 2003, que “Dispõe sobre o reconhecimento dos circuitos e dá outras providências”,⁴¹ e reafirma o desenho da política de turismo mineira e a formação de instâncias de governo.

Os registros de 2003, em suas entrelinhas, indicam que muitas dificuldades ocorreram, mas havia interesse em dar continuidade às ações. Algumas atas retratam esse cenário, e destacam:

o trabalho da equipe atual não irá desanimar, e sim continuará envolvendo simpatizantes desta causa, porque é o futuro de nossas cidades, para a grande **desigualdade** ora hoje vividas por todos. Só o turismo controlado, e gerando novos empregos dará ao nosso povo uma oportunidade de terem melhores condições de vida (ATA 27/08/2003 – LIVRO DE ATA n. 1, p. 47). (Grifo da autora).

a luta continua, se todos juntos buscarmos os **nossos objetivos** de maneira consciente e eficaz para a sustentabilidade dos 12 municípios inseridos na Associação. [...] O Circuito não pode parar, otimismo, garra, companheirismo, determinação, positivismo, são as palavras da nova equipe da diretoria da ACG (ATA 30/12/2003 – LIVRO n. 1, p. 50).

⁴⁰ Decreto-Lei nº 43.231, de junho de 2003, institucionaliza os CTs em Minas Gerais, e o define como “um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sócias e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional [...] através da integração contínua dos municípios [...]”.

⁴¹ Decreto nº 43.321, de 08 de maio de 2003. O objetivo desse decreto consistia em “dotar a política de turismo, em especial os Circuitos Turísticos constituídos no âmbito do Estado, de normas de funcionamento para fins de reconhecimento”. Fonte: Legislação Mineira – disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=43321&comp=&ano=2003>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Nesse período são questionados “os motivos pelos quais os governantes⁴² não aderiram à causa do circuito”; e argumenta sobre o envio de “informações, ideias e etc, mas os governantes não demonstraram interesse”. Esse fato persiste até a fase atual, intercalando entre momentos de participação e de ausência, conforme discutido no tópico anterior.

É muita dificuldade. Não é fácil porque nem sempre a visão dos prefeitos, nesse ínterim de 2008 até hoje, você... é a mesma. Eu acho que agora está progredindo... pra 2000, prefeita Heloísa que tinha uma visão melhor e o Marião com o secretário Daniel, do Turismo... da Cultura, do Turismo... ele tem cinco secretarias. Ele tem essa visão do turismo em Pedro Leopoldo. A visão melhorou muito nesse tempo. Eu acompanhei a visão porque lá no início ninguém acreditava. Turismo era até motivo de chacota (OSSO, 03 fev. 2017).

Do ponto de vista da descentralização, em certo sentido reafirma-se uma significativa fragilidade, permitindo questionar até quando a lógica da atual política federal e estadual permanecerá incompreendida pelos governantes e demais envolvidos. As informações apontam que mesmo tendo decorridos pelo menos 30 anos da instituição da descentralização expressa na Constituição Federal de 1988, 17 anos da institucionalização da política de circuitos em Minas Gerais, e 15 anos da atual política de desenvolvimento turístico, ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois é necessário que os municípios compreendam essa orientação, bem como seu papel e responsabilidades que foram ampliadas, passando a

constituir-se como ator político fundamental e polo central na articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e as diferentes instâncias governamentais, devendo ser capaz de incentivar a cooperação social na busca de respostas integradas a diversos problemas, como emprego, educação, cultura, moradia, transporte (MENICCUCCI, 2006, p. 146).

Diante do contexto apresentado, como avançar se há falta de cooperação por parte dos próprios gestores municipais? Como avançar se a cada mudança de gestão retorna-se ao estágio inicial? Ou seja, falta conscientização dos gestores públicos municipais para aderirem à política.

Outros assuntos são tratados nesse período. Pode-se destacar aqueles relacionados à infraestrutura, ao meio ambiente e ao mercado, sendo: a necessidade de melhoria da infraestrutura viária; plano de manejo para as grutas abertas à visitação; a necessidade de criação de produtos. Acrescentam-se intenções para ampliação da oferta de voos de e para o aeroporto de Confins,⁴³ e participação em eventos, na dimensão mercadológica. Por outro lado, vários pontos em relação à dimensão ambiental, como, por exemplo, a preocupação com a consciência ambiental, cuidado com o lixo e a proteção de grutas ainda desprotegidas, capacitação em espeleologia e curso de turismo em cavernas.

⁴² Prefeitos dos municípios.

⁴³ Ação contida no plano de desenvolvimento do vetor norte.

No quesito relações institucionais algumas parcerias com outras instituições públicas, ONGs e iniciativa privada. No entanto, embora tenha sido demonstrado interesse em alguns momentos, e a expressão desses pontos descritos, por alguma razão, não esclarecida nos registros, as ações do circuito não evoluíram nesse período.

Esse fato caracteriza o contexto do período analisado, e indica ter relação com as dificuldades de integração e articulação, bem como de manutenção de uma sequência de ações da associação, o que implica em limitações para o desenvolvimento do turismo. A integração é considerada um importante elo para o desenvolvimento em escala regional, por isso, será um assunto tratado no capítulo subsequente.

Em 2005, novamente há um baixo registro de reuniões, apenas quatro. A primeira delas, que ocorreu no gabinete do prefeito de Pedro Leopoldo, apresenta um forte cunho político. Essa reunião contou com a presença do secretário do Turismo à época, Herculano Angnetti, deputados, vereadores, prefeitos e representante do Senac de Sete Lagoas. Nela, foram discutidos o desenho da política de regionalização Roteiros do Brasil – já nos moldes da atual política; a importância do turismo; a certificação dos circuitos e a vinculação de apoio da SETUR por meio desse certificado. Todos esses pontos estão expressos nas políticas federal e estadual. Portanto, os instrumentos normativos que estavam sendo desenhados naquele momento e que expressam uma orientação *top-down* para essa política.

Afirma-se ainda o apoio do governador do estado à época para os municípios certificados, e também o interesse do país no desenvolvimento da atividade, destacando o apoio do então ministro Walfrido dos Mares Guia.⁴⁴ A fala do então secretário reafirma a percepção do turismo como um vetor de desenvolvimento econômico, conforme se pode ver: “se bem formado, trará para a região índices de crescimento em curto, médio e longo prazo satisfatório, para todos os segmentos envolvidos da cadeia produtiva do turismo” (LIVRO DE ATAS Nº 1, p. 56). Como se pode ver, esse foi o argumento empregado para sensibilizar os prefeitos presentes na reunião, e “[...] evidencia a máxima positivista desse modelo: ‘as estatísticas crescem, portanto, o turismo cresce’, e a crença comum diz que ‘isso é bom’” (PANOSSO NETTO; NECHAR, 2016, p. 15). Para reforçar o discurso, o secretário afirma a existência de 43 circuitos formados naquela época.

As demais atas destacam a influência da política de regionalização nos municípios, pois para que esses pudessem participar, seria necessário a tramitação de uma lei municipal

⁴⁴ Esse momento reafirma a necessidade de implementação do programa de regionalização do turismo. Destaca-se que o Sr. Walfrido dos Mares Guia é mineiro.

autorizando a participação no circuito, e, portanto, na política de regionalização. Com isso, naquele momento, o circuito das grutas passou a abrigar seis municípios.

Os registros evidenciam que, naquele ano, havia um empenho da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais na consolidação dos circuitos, os quais, por sua vez, deveriam estar em consonância com Resolução nº 006/2005 da SETUR, que instituiu o Certificado de Reconhecimento dos Circuitos Turísticos. Ela estabelece os

critérios para a seleção dos circuitos turísticos que serão contemplados com o PRT — Roteiros do Brasil — e também prioritários no orçamento do governo do estado. Esses critérios seguiram algumas orientações do MTur. No entanto, para obter informações a respeito do desenvolvimento turístico dos municípios que compõem os circuitos turísticos, a SETUR baseia-se na Resolução de Certificado de Reconhecimento, na qual verifica a viabilidade técnica, jurídica e financeira do circuito. Nesse sentido, os circuitos que estiverem certificados terão prioridade na alocação dos recursos da SETUR (p. 14).

É possível perceber que durante esse período ocorreu um intenso trabalho de reorganização do circuito, e esse fato parece estar associado às ações para o reconhecimento dos circuitos turísticos pela SETUR/MG, e desse modo, ter acesso à recursos financeiros e apoio institucional.

Além das questões previamente identificadas no tópico 4.1, percebe-se no período em destaque, ênfase para a adequação dos municípios para que fosse possível manter a certificação, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela SETUR/MG. Esses assuntos foram recorrentes ao longo de todo o ano de 2006, e revelam questionamentos em relação à falta de comprometimento dos municípios. Alguns trechos podem demonstrar isso mais claramente: A ata registrada em 16/02/2006 ressalta a necessidade de reafirmação do processo de certificação, necessidade do compromisso dos municípios e mobilização para fazer cumprir as exigências.

Por outro lado, a ata de 01/11/2006 afirma que por falta do apoio definido, os inventários⁴⁵ turísticos não foram realizados pelas faculdades, e os municípios tiveram diversas dificuldades em entregar no prazo indicado, que foi posteriormente postergado para mês seguinte.

As atas não deixam claro os motivos que geraram esse problema, mas é possível associá-los a questões financeiras, à dificuldade de compreensão dos municípios acerca da política, dos benefícios da participação, bem como à própria dificuldade técnica para a realização desse trabalho. Soma-se a isto, a carência de alguns municípios em outras áreas tais como saneamento, infraestrutura, o que limitava o desenvolvimento desses, e por consequência, sua adesão ao circuito.

⁴⁵ Requisito obrigatório para a certificação.

As atas desse período revelam, também, a tentativa de qualificar as pessoas para concretização da última ação destacada anteriormente, bem como para o gerenciamento da própria instância de governança regional. Foram pensados, negociados e oferecidos cursos de capacitação aos integrantes do circuito, de treinamento para confecção de inventários turísticos aos alunos das faculdades existentes na região, aos condutores das grutas, de qualificação e sensibilização da comunidade para o turismo.

Esse tema foi registrado em 14 atas no ano de 2006, sendo o primeiro registro datado de 06/02/2006 e o último de 22/11/06, demonstrando, dessa forma, que houve uma preocupação ao longo desse ano com o processo de qualificação e instrumentalização técnica. No entanto, foi possível perceber que a grande maioria desses treinamentos versaram sobre uma das maiores dificuldades daquele ano, que foi a adequação dos inventários turísticos – INVITUR, para a manutenção da certificação do circuito junto à SETUR.

Por outro lado, é importante destacar a significativa contribuição das faculdades presentes na região, nessa fase. Elas atuaram na elaboração desses inventários. Trabalho que ao ser efetivado em uma data mais adiante, ocorreu sem nenhum custo para o circuito.

Houve um intenso processo de captação de novos associados. Essas ações revelaram uma atuação de forma mais organizada, sequencial e profissional. O foco de atuação estava orientado para ações de natureza organizacional, ou interna, mas também para as externas.

Nessa fase, percebe-se a valorização das pesquisas científicas, internas e relacionadas ao mercado, realizadas pelos municípios e também pela associação. O objetivo era subsidiar a tomada de decisão e a proposição de ações. Por outro lado, revela também o trabalho para construir um ambiente mais tranquilo na gestão do circuito.

Ainda assim, subentende-se a existência de alguns conflitos, que foram sendo ajustados ao longo do período. Um desses conflitos é derivado de questões financeiras, tais como dívidas com empresas promotoras de eventos, que foram tema de todas as reuniões do ano de 2006. Um outro conflito seria o envolvimento do presidente à época, tanto no que se refere à disponibilidade como à cobrança de uma atuação mais profissional, e problemas de ordem pessoal que o impediam de assinar pela associação.

Retomando a interferência da política de regionalização, percebe-se que essa influiu na criação de projetos de sinalização turística para a região, conforme demonstra ata datada de 15/02/2006. No entanto, estudos realizados posteriormente a essa data, como por exemplo os destacados na justificativa desse trabalho, bem como informações de alguns entrevistados, revelam que embora tenham sido elaboradas propostas e executados alguns projetos de sinalização, esta é ainda falha na região, conforme os trechos destacados a seguir:

Eu olhei a entrada, não está sinalizado aquele negócio. Como é que pode? Mais ainda em Maquiné. A penúltima vez que eu fui com os amigos, levei um pessoal lá da Dinamarca, eu errei e passei para frente. Está mal sinalizado (MIRANTE, 16 jun. 2016).

Questão de sinalização muito precária, né? [...] Pedro Leopoldo já não tem sinalização, só tem por Lagoa Santa (DOBRA, 02 dez. 2016).

[...] conseguiram executar, um projeto de sinalização com alguns outros municípios [...] aí executou, mas não como sinalização da Rota, mas sinalização turística [...] (ABELINHA, 31 jan. 2017).

E esse era um dos maiores questionamentos do turista que chegava à gruta ou até mesmo dos motoristas que vinham de outras regiões, o motorista do ônibus, da excursão, vamos dizer assim, eles questionavam que a sinalização era muito ruim. À ponto de questionar em qual cidade estava (NINHO, 14 dez. 2016).

É pertinente destacar que o programa de regionalização determina a criação de produtos turísticos regionalizados, expressos por meio de roteiros turísticos, direcionados ao mercado nacional e internacional. Percebe-se, nesse período, discussões relacionadas a essa temática.

Em outra direção, consta nas atas a realização de um trabalho orientado pela SETUR para estruturação ou reestruturação da política de regionalização, por meio de ações técnicas e operacionais, visando ao processo de implementação. Em 17 atas é possível vislumbrar, de modo específico, a atuação da secretaria ao longo desse ano.

Em diversos momentos visualiza-se a presença de discussão sobre as novas orientações normativas, sendo a primeira datada de 15/02/2006. Contudo, chama atenção a forte indução para a criação de roteiros, indicando o início do programa de roteirização, e ainda, que esses agregassem a cadeia produtiva e os atrativos. Das 17 atas que expressam de modo claro a ação da SETUR/MG, em oito delas (16/02; 08/03; 21/06; 30/08; 01/11; 10/11; 20/11; 27/11/2006) figura somente a orientação para a criação desses roteiros, configurando uma nova fase da implementação da política de regionalização, conforme será exposto mais adiante.

O estudo desse período possibilita visualizar o desenho da política de circuitos turísticos e de regionalização se materializando no tempo e no espaço, bem como o empirismo presente na mesma. Os desdobramentos das ações sugerem que essas foram sendo desenvolvidas sem uma orientação claramente definida.

Aparentemente, os ajustes foram ocorrendo à medida que as dúvidas ou dificuldades surgiam. Apreende-se que parte considerável das normativas referentes à estruturação, gestão e repasse de recursos para o circuito só ocorreram posteriormente. Essa percepção evidencia que a política estava sendo implementada por meio de uma relação de tentativa e erro. A ideia de regionalização não estava clara, pelo menos para os participantes do circuito, e destacadamente para os municípios, ou seja, a instância de governança local.

Na concepção da política, a regionalização pressupõe a capacidade mobilizadora das instâncias locais, visando favorecer e sistematizar o planejamento, além da coordenação do processo de desenvolvimento de forma articulada e compartilhada (MTUR, 2004). Sendo, portanto, constatados entraves na atuação da instância de governança regional, pressupõe-se que o mesmo problema exista na formação de conselhos municipais, configurando aspectos limitadores tanto para a política, quanto para o desenvolvimento local e regional do turismo.

Contudo, são observadas informações consistentes sobre as tentativas de constituir arranjos institucionais, e principalmente, sobre a influência da política de regionalização em seus quatro níveis, o federal, o estadual, o regional e o local.

O lazer não aparece de modo explícito nesse período. Entretanto, pode-se perceber sua presença. Foram localizados registros que abordam a construção de parques e museus, de organização de apresentações culturais direcionadas à população local, entre outros, desde o início das atividades do circuito.

As informações levantadas pela pesquisa empírica evidenciam dificuldades de articulação entre as instâncias regionais e locais, principalmente as de natureza financeira para a implementação da política. As instâncias locais, dadas as suas necessidades, como por exemplo de infraestrutura, e o pouco entendimento dos processos e benefícios das políticas federal e estadual, tinham e continuam tendo dificuldades para participar da mesma. Ainda assim, foi possível identificar ações direcionadas à obtenção de recursos visando à implantação dos projetos, principalmente na esfera regional.

Ao olhar para a interdisciplinaridade das políticas públicas, as informações revelam que estavam sendo elaboradas diversas outras políticas, como por exemplo aquelas relacionadas à gestão dos recursos naturais, destacadamente a exigência de plano de manejo para as grutas abertas à visitação. Percebe-se, também, que o circuito fez uso de recursos oriundos da Lei Rouanet de incentivo à cultura para executar alguns de seus projetos.

Essa seção retratou parte do processo de implementação da política de circuitos turísticos, e sinaliza o início da implementação do programa de regionalização do turismo. Logo, ao apontar significativas fragilidades, mormente aquelas relacionadas à democratização no âmbito da implementação de políticas públicas, esta pesquisa alerta para a necessidade de compreensão de que:

O conceito de política pública se constrói historicamente, como um conjunto de ações que objetivam construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade. Assim, as políticas públicas caracterizam-se pela democratização do usufruto dos bens – democratização do acesso e pela organização da sociedade para a democratização da gestão (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 40).

Na seção seguinte, analisa-se a segunda fase do programa de regionalização, considerando suas implicações na base local e regional.

4.4 A implementação do programa Roteiros do Brasil – segunda fase – e a criação da Rota das Grutas de Peter Lund

Como dito no item anterior, nesse período foram institucionalizadas novas orientações para a implementação da política de regionalização. Destaca-se nessa fase a indução para a criação de roteiros turísticos regionalizados. O momento em questão permite imaginar que o MTUR e a SETUR/MG estavam, em certa medida, focados nesse objetivo, e de alguma maneira pressionavam os circuitos para a criação desses roteiros.

A ata de 30/08/2006 chama atenção para reunião com o MTUR que seria realizada em setembro daquele ano, para discutir sobre a Segmentação dos Roteiros Nacionais e Internacionais, e registra a seguinte fala: “Temos que levar um ou dois roteiros e termos também a participação das agências operadoras de Turismo” (LIVRO ATAS Nº 1, p. 61). Essa ação demonstra uma abertura para o mercado, e se associa ao discurso que reafirma a força econômica do turismo. Mas contraditoriamente, o Ministério do turismo “afirmava ser o turismo gerador de oportunidades, além de eficaz no propósito de redução da pobreza” (FREITAS, 2017, p. 218). Porém, a relação entre o binômio turismo e redução da pobreza não parece ser tão simples assim, muito menos será facilmente equacionada por meio de programas e projetos inseridos na lógica do desenvolvimento econômico e de mercados globalizados, como apontam Faria e Moratal (2013). Isso porque há uma série de inconsistências, a começar pela limitada compreensão de que a pobreza está associada apenas à escassez de ingressos e às fragilidades do processo de redistribuição do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico.

Sendo assim, questiona-se a real efetividade dessa política, sobretudo quando há contradições no discurso, além do desconhecimento de sua finalidade. A redução da pobreza não pode ficar limitada apenas à possibilidade de geração de emprego para acolher mão de obra desqualificada, principalmente pelo fato de esses também estarem associados à sazonalidade, portanto, sem a garantia da redução da pobreza material (FARIA; MORATAL, 2013). Ainda assim, considera-se o entendimento de que

a capacidade do mecanismo de mercado de contribuir para o elevado crescimento econômico e o progresso econômico global tem sido ampla e acertadamente reconhecida na literatura contemporânea sobre o desenvolvimento. [...] Ser genericamente contra os mercados seria tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas [...] (SEN, 2000, p. 21).

Embora tenha sido destacada a importância da dimensão econômica para o processo de desenvolvimento, concorda-se com o posicionamento de muitos estudiosos, dentre eles, Furtado (1985), Sen (2000), Veiga (2008), entre outros, que reconhecem que o desenvolvimento é um processo integrado que envolve não somente as interações econômicas, mas também as sociais, culturais, políticas e ambientais. E nessa direção,

[o] desenvolvimento humano, por seu turno, é um processo que melhora as capacidades humanas - alarga as escolhas e oportunidades, de forma que cada pessoa possa levar uma vida de respeito e valor. Quando os direitos humanos e o desenvolvimento humano avançam em conjunto, reforçam-se mutuamente — expandindo as capacidades das pessoas e protegendo os seus direitos e liberdades fundamentais (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000, p. 2).

É igualmente importante destacar que há evidências de que outras interações estejam presentes no programa de regionalização, e, logo, no processo de desenvolvimento do turismo.

Contudo, a discussão para a criação desses roteiros revela uma preocupação do circuito, compreendendo a importância da política quanto ao desinteresse por parte das operadoras de turismo, e indica a necessidade de alguma ação para mudar esse cenário e também o processo de implementação da política de regionalização – Roteiros do Brasil. “Quando se fala em políticas públicas de ou para o Turismo, é preciso confirmar uma solidariedade que articule e promova o planejamento e gestão compartilhada” (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 44).

Para alcançar resultados nesse processo, uma das tentativas da ACTG foi a de se reunir com outros circuitos, destacadamente o do Ouro e Serra do Cipó. O objetivo dessas reuniões seria assimilar outras possibilidades de atuação e criação de outras ações. Foi proposta também, uma reunião com o Instituto Estrada Real, além da criação de diversos materiais informativos, com a função de divulgar o circuito, tais como a de um *book*, aos moldes do que havia sido criado pelo circuito Serra do Cipó.

Ainda sobre o processo de implementação da política, as atas desse período, notadamente as de 10/02; 21/06; e 10/11/2006, revelam os esforços do circuito por meio de ações de sensibilização dos prefeitos, para que cada um dos municípios integrantes tivessem aprovadas em suas respectivas câmaras municipais a lei municipal para integração ao circuito, e a sua respectiva inclusão no orçamento das prefeituras. Para isso, uma das ações da instância de governança regional foi se reunir com prefeitos para apresentar um modelo para sanção da lei de convênio entre as partes. Essa ação teria como objetivo criar compromisso dos municípios para com o pagamento das mensalidades à associação, permitindo, assim, que os projetos pudessem ser desenvolvidos.

As atas revelam ações que configuram a intersetorialidade. Destaca-se dentre elas a

atuação do SEBRAE, parceiro atuante no processo de implementação da política. Uma de suas ações foi a tentativa de implantação do Sistema de Orientação para Resultados – GEOR.

Inúmeras foram as discussões acerca desse tema, cujo início se deu no ano de 2005 e percorreu todo o ano de 2006, figurando em diversas atas desse período. O plano consistia na sistematização de informações e atuações dos circuitos, visando facilitar, a partir dos resultados obtidos, a escolha de ações e projetos a serem desenvolvidos, e, com isso, uma melhor alocação de recursos por parte do SEBRAE.

As atas não esclarecem a origem dos recursos e a sua relação com a esfera pública. Porém, mesmo depois de muitas reuniões e medidas para tentar implementar o sistema, o mesmo foi cancelado sem que os motivos fossem identificados nos registros.

Esse fato revela que a intersetorialidade, como característica marcante no planejamento e na gestão do turismo, cria um emaranhado de demandas e/ou propostas recebidas pela instância de governança regional, que muitas vezes se perdem, não evoluem, ou são abandonadas, impossibilitando o avanço de alguns planos e projetos. Desse modo, todo esforço e trabalho realizado é extinguido sem que nenhum resultado seja alcançado. Possivelmente por falta de envolvimento, interesse, dificuldades operacionais ou outro fator não revelado.

É relevante, portanto, compreender a intersetorialidade para além da simples integração entre alguns programas e ou secretarias. Deve ser compreendida como articulação de saberes e experiências de planejamento, realização e avaliação de ações, de maneira constante e continuamente. Objetiva superar a fragmentação e desarticulação que geralmente configuram as ações políticas setoriais. Por isso, consiste em uma nova forma de abordar os problemas sociais, ao colocar o cidadão no centro das políticas públicas (MENICCUCCI, 2002).

A complexidade das relações não significa prescindir da totalidade, mas sim compreender que a intersetorialidade, como uma metodologia, suscita a compreensão do quão limitado é o agir por partes, pois essa abordagem não é capaz de atender os cidadãos como um todo (RIBEIRO *et al.* 2014). Destarte, para que seja possível a obtenção de resultados positivos, é necessária a existência de relações sinérgicas (DREHER; BADEL, 2009), com um olhar para a dimensão da vida.

A intersetorialidade requer, além do envolvimento e do diálogo, o estabelecimento claro dos papéis de cada um dos atores envolvidos. Ao que parece, a metodologia que qualifica o sistema destacado anteriormente indica que o SEBRAE/MG estava definindo meios para melhorar seu processo de gestão e investimentos no turismo, mas por motivos não encontrados nas atas essa ação não seguiu adiante.

GEOR (Gestão Estratégica Orientada para Resultados) delimita a forma como o agente SEBRAE trabalha com seus parceiros para um melhor desenvolvimento do turismo nos municípios dos circuitos. Trata-se de um projeto metodológico que tem como propósito, na área do turismo, realizar o levantamento da situação do circuito turístico, antes do início efetivo das ações que serão implementadas pelo SEBRAE/MG com o objetivo de incrementar a produção, diminuir os custos e, conseqüentemente,⁴⁶ aumentar a renda, aumentar o número de empregos diretos nos municípios e ainda melhorar o nível de cooperação entre os empresários do setor, ampliando o acesso a novos mercados (SEBRAE, 2006, p. 15).

Os problemas com a dificuldade de obtenção de recursos financeiros para viabilizar projetos têm sido uma das maiores dificuldades do circuito. Para tentar minimizar essa situação, diversas foram as propostas apresentadas. Algumas estavam relacionadas à captação de novos associados, nesse caso a iniciativa privada de outras cadeias produtivas, como por exemplo a cimenteira, dito de outra maneira, empresas que geralmente causam algum passivo ambiental, “mitigado” por meio de medidas compensatórias. O objetivo consistiu em solicitar contribuição para o desenvolvimento dos projetos em andamento, e também para apadrinhar o circuito, por meio de uma parceria mais duradoura em termos de contribuição financeira.

Outra ação nessa mesma direção estava relacionada à captação de recursos por meio de projetos envolvendo outras esferas de políticas públicas. Como exemplo, destaca-se a ata registrada em 10/11/2006, que discutiu a possibilidade de utilização de recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescente para a criação de projetos que tenham o turismo como veículo de educação para a cidadania. Nos registros constam que o município de Sete Lagoas estava desenvolvendo projeto cujas crianças eram o sujeito. A ideia previa a visitação em todas as 14 cidades do circuito, permitindo, assim, que as crianças tomassem consciência sobre a região, e, por consequência, desenvolvessem o sentimento de pertencimento.

Esse destaque indica que o turismo estava sendo pensado e planejado não apenas como um mero elemento de mercado, pelo circuito e pelo município de Sete Lagoas, mas também como uma possibilidade de transformação da sociedade, por meio de ações envolvendo a educação e os direitos de cidadania.

Importa também destacar que embora não esteja claro, e não tenha sido mencionado, essa ação está associada ao lazer, pois representa características marcantes relacionadas aos municípios, tais como as limitações de acesso local e também o seu distanciamento, que não é somente o físico.

a Gruta rei do mato ela ainda é um pouco distante, a gruta rei do mato ela ainda é um equipamento pra turismo um pouco distante da comunidade. O fato da BR040 as pessoas não chegam muito até ali ou só passam. Muito provavelmente você vai

⁴⁶ Manteve-se a redação como no documento.

conseguir ouvir falar de Maquiné. É engraçado isso, mas é fato. Então nós em 2003 até 2006 mais ou menos nós tínhamos um projeto junto a CEOTUR, eu fui cedida à CEOTUR por um tempo, que levava os alunos da rede Municipal pra conhecer a gruta rei do mato, até hoje aí a gente encontra adolescentes, adultos que falam assim, “Ah, eu fui lá quando eu tava na escola” então a gente vê que teve resultado (NINHO, 14 dez. 2016).

Ainda nessa mesma direção, percebe-se o esforço e o envolvimento para identificar possibilidades de captação de recursos, conforme informações encontradas na ata de 30/08/2006, que versou sobre a existência de verba proveniente do Ministério da Ciência e Tecnologia, no valor aproximado de R\$ 8 milhões, a ser utilizada em projetos de paleontologia na região.

A ata de 22/11/2006 traz outra discussão relativa ao levantamento de instituições que possuíssem recursos para investimento direto e/ou indireto em projetos. A proposta era que tais recursos pudessem ser captados via projetos apresentados ao Fórum Estadual de Turismo, bem como a captação de verbas provenientes do MTUR, da Lei Rouanet,⁴⁷ e outras fontes.

Os destaques apresentados permitem demonstrar a interdisciplinaridade e a intersetorialidade presentes no processo de implantação dessa política, e sobretudo no que se refere aos argumentos utilizados para validar a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos. Esses, por sua vez, em sua grande maioria, apresentavam ações orientadas para o local, como aqueles relacionados à infraestrutura, à qualificação, à cultura, por exemplo, o que permite visualizar uma pequena mudança na direção das ações executadas, e, ao mesmo tempo, a importância dos recursos existentes na região, sobretudo aqueles ligados à paleontologia e à espeleologia, caracterizando assim um processo de endogenia.

Contudo, essas ações também revelam que, embora existisse uma política, os recursos para implementação da mesma não estavam claramente definidos, exigindo assim que os municípios procurassem alternativas.

Ao levantar esse ponto, é necessário direcionar um olhar mais atento para o modelo da política apresentado, que prevê uma articulação a partir da base, ou seja, *bottom-up*, e questionar: Como obter resultados satisfatórios sem o aporte necessário de recursos para que a política seja implementada? A dificuldade de articulação já identificada, pode ser proveniente da falta de recurso? Essas questões serão retomadas adiante.

Por outro lado, os registros evidenciam que naquele momento, algumas cidades haviam aprovado projetos relacionados ao turismo, como, por exemplo, o de sinalização, em Sete

⁴⁷ A Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Lagoas. Tal aprovação indicava a possibilidade de obtenção de recursos para os municípios que apresentassem seus projetos de naturezas diversas, e, por isso, foi utilizado como argumento para estimular e motivar a participação de outras comunas no circuito.

Pondera-se que, devido à falta de recursos para a implementação da política por parte do Estado, os municípios e os circuitos eram impelidos a buscar por fontes alternativas de financiamento. Essa questão suscita dois pontos de interpretação: O primeiro diz respeito a uma provável intenção do Estado de se eximir da questão recursal, argumento recorrente para os problemas de investimento público. O segundo, e considerado relevante do ponto de vista de uma atuação mais proativa por parte dos municípios e do circuito, diz respeito à captação de recursos via submissão de projetos aos editais disponíveis, bem como à busca por recursos advindos de outras origens. Desse modo, a provável isenção do Estado permite ponderar sobre um outro objetivo não revelado: a indução dos processos de endogenia, demandando uma ação mais cuidadosa, atenciosa e criteriosa por parte das instâncias de governança local e regional na captação de recursos via editais e incentivos da iniciativa privada.

Ainda sob esse ponto, identifica-se em 16/08/2006 registro descrevendo que a Fundação de Apoio a Pesquisa – FAPEP, instituição privada sem participação política, que havia criado um setor de Turismo e Cultura, investiu mais de R\$ 10 milhões em Sete Lagoas. Nesse momento, sugere-se a participação dos empresários nessa fundação, contribuindo com o repasse de recursos, com o argumento de que ela os repassaria aos municípios via projetos.

Um desses projetos dizia respeito à Revitalização das Grutas Lapinha, Rei do Mato, e Maquiné. A ata de 30/08/2006, indica que eles deveriam ser entregues em setembro daquele ano. Havia também o projeto de sensibilização do turismo em Matozinhos – Vivências de Minas Valorizando o Nosso Turismo, proposto pela SETUR, além da aprovação de três outros propostos pelo município de Sete Lagoas – sinalização da gruta Rei do Mato, do Parque da Cascata e dos Centros de Apoio ao Turista – CATs.

Para finalizar a discussão sobre a implementação da política nesse período, a ata de 18/10/2006 registra que cada circuito deveria escolher um projeto estruturador para ser apresentado no Fórum Estadual de Turismo realizado pela SETUR. Os escolhidos seriam utilizados para fazer a articulação com o MTUR, com objetivo de fortalecimento institucional dos circuitos e posterior captação de recursos.

Então, seguindo essa orientação, foi escolhido o projeto “Parque Dr. Lund”⁴⁸ em Sete

⁴⁸ É importante destacar que nenhum outro registro faz menção a esse projeto nos anos seguintes. E nenhuma outra informação a esse respeito foi levantada.

Lagoas, considerado como de grande importância para a região. Ele havia sido aprovado no Fórum e necessitava de recursos para sua efetivação.

O tema meio ambiente aparece mais timidamente nesse período, e está associado ao apoio à ACTG, para que seja implementado o plano de manejo das grutas, mote desde os primórdios da associação. Ao que parece, em uma visão parcial sobre o assunto, essa ação está relacionada às novas formas de gestão do meio ambiente, definidas pela secretaria responsável pela pasta.

Os registros do ano em questão, ao se aproximarem de seu fim, indicam que a ACTG estava sendo considerada como de grande importância para o novo programa de governo (ATA de 01/11/2006). Essa percepção parece estar em consonância com o julgamento de Emmendoerf ao afirmar que

o circuito certificado pela SETUR, passa a figurar como região prioritária para a implantação dos programas de desenvolvimento do turismo, tais como obras de infraestrutura, sinalização turística, saneamento básico, formatação de cursos de qualificação da mão-de-obra local, inclusão em campanhas de divulgação e marketing da Secretaria, viabilização para participação em feiras e eventos nacionais, como a da ABAV e o Salão do Turismo, e internacionais, apoio na aprovação de projetos de desenvolvimento turístico regional, via Fórum Estadual de Turismo, visando à captação de verbas do MTur (EMMENDOERF *et al.*, 2007, p. 14).

Por outro lado, os registros indicam a existência de abertura para a inserção do futuro Projeto Estruturador Rota das Grutas de Peter Lund. Contudo, é preciso destacar que as atas desse ano, embora tenham registrado temas relativos à paleontologia e à espeleologia, não fazem menção específica à pessoa de Peter Lund e suas contribuições para a região. O único registro se refere ao parque destacado anteriormente, sobre o qual as atas não narram dados específicos, e não houve nenhuma menção a esse respeito em nenhuma das entrevistas.

O estudo do período permite reafirmar alguns obstáculos na implementação da Política de Regionalização. As ações parecem ter sido desenvolvidas sem uma orientação clara, como dito anteriormente, bem como o esclarecimento sobre as etapas do programa e as atribuições de cada instância de governança.

É perceptível que os ajustes foram ocorrendo à medida que as dúvidas ou dificuldades surgiam. Percebe-se também que parte considerável das normativas referentes à estruturação, à gestão e ao repasse de recursos para o circuito só ocorreram posteriormente. Essa percepção reafirma que a política estava sendo desenhada e implementada simultaneamente, e a regionalização ainda era incompreendida.

Disse que pode observar que iniciar um trabalho a ser feito em relação à visibilidade de ações do circuito junto aos municípios parceiros pois, nem mesmo a secretaria de Estado de Turismo não conseguia deixar clara quais seriam as atribuições dos circuitos turísticos e quais as dela (LIVRO DE ATAS N. 3, ata de 09/10/2014, s.p.).

Essa limitação parece estar associada ao processo de formação e informação das instâncias de governança, evidenciando alguns empecilhos, como estrutura técnica, aproximação e comunicação. Essa percepção é fortalecida com as afirmações obtidas nas entrevistas, e retratada no trecho a seguir:

Às vezes não temos estrutura mínima na área, de técnicos da área. Enfim, essa aproximação ela é necessária. Eu, particularmente, acho que esse processo só via Secretaria de estado, instancia de governança pra chegar no município ele não tem funcionado. E acredito que até o próprio circuito às vezes questiona isso. As informações, demandas que são apresentadas com prazo mínimo pra que o circuito cobre dos municípios, os municípios respondam, passe pela instância de governança, até chegar na secretaria de estado. Então, isso aí eu acho um gargalo ainda é uma política muito bem elaborada, no papel ela é muito bem elaborada, mas a execução disso tá um pouco precária. Cobro isso sempre do circuito, **comunicação**.⁴⁹ Comunicação interna, comunicação externa. O que o circuito ta fazendo, a gente tem que falar isso das pessoas. Se dentro de um conselho, que uma cadeira é do circuito, ainda há esse questionamento, imagina aí fora. Quando nós elaboramos nosso plano municipal de desenvolvimento turístico em 2012, teve também uma pesquisa com a comunidade e poucos sabiam, eu posso te enviar depois a pesquisa, poucos da comunidade sabendo o que era circuito turístico não sabem o que é. Então, isso é muito mais claro ainda (NINHO, 14 dez. 2016).

Uma entrevistada reafirma essa percepção, ao falar sobre a regionalização, tecendo considerações acerca de todo o processo de implementação da política até os dias atuais, e observando a atuação das instâncias de governança, sobretudo a relação entre o estado, o Circuito e o município. Segundo ela, os municípios e os circuitos são cobrados para o cumprimento das exigências geradas por essa política, mas os propósitos ainda não estão claros. Para ela, a política de regionalização foi muito bem elaborada no papel, mas a execução está precária e isso decorre da falta de uma comunicação processual interna e externa. O questionamento da entrevistada encontra apoio na pesquisa de Freitas (2017), ao apontar essas questões como fatores limitantes a serem observados. A entrevistada destaca:

[...] então eu acho que é isso aí; o Estado chamar mais, a secretaria de estado chamar mais, e no município, vocês vão seguir isso aí, mas dentro das especificidades de vocês. Mas como é que a gente vai fazer algo aqui na nossa especificidade, se a gente não sabe claramente o que está posto por lá? (NINHO, 14 dez. 2016).

Ao analisar a questão apresentada anteriormente sob o enfoque da descentralização, é possível considerar dois pontos importantes: Ao colocar o turismo na agenda propondo uma política, o governo federal esperava, de fato, modificar a lógica do planejamento? Dito de outra

⁴⁹ Ênfase na palavra conforme fala da pessoa entrevistada.

maneira, o estabelecimento de uma orientação *bottom-up* para que fosse possível atender às especificidades de cada região, ou apenas reforçar a lógica centro-periferia?⁵⁰

Na economia periférica as modificações no sistema produtivo são induzidas pelo exterior. Pelo fato mesmo de que essas modificações se limitem inicialmente a uma reordenação no uso de recursos já disponíveis, seu impacto na estrutura social é nulo ou reduzido (FURTADO, 1984, p. 115).

Ao que parece, a maneira como a política vem sendo percebida e implementada, e considerando ainda a influência da cultura de olhar paternalista, que percebe o Estado como o responsável por tudo, limitam essa mudança de direção, reafirmando a lógica centro-periferia.

O segundo ponto destacado pela entrevistada trata da insuficiência de clareza na definição de papéis, e, principalmente, de objetivos que possam conectar ações e resultados. Essa limitação transpassa a escala municipal, regional, e federal, e desse modo, expõe um obstáculo, que do ponto de vista da estrutura da política, e do desenvolvimento regional, se configura como fragilidade que merece atenção por parte de todos.

Ao que parece, até o presente momento não houve mudança significativa, e a lógica da descentralização não ocorre como deveria, mas sim, os municípios têm sido considerados, ou ainda se consideram, meramente executores de determinações que vêm do topo da hierarquia política, e não o contrário, com algumas exceções.

Percebe-se, de maneira expressiva, nesse período, ações para o fortalecimento do programa de regionalização, e de modo mais específico, daquelas em direção ao processo de roteirização. Logo no início daquele ano é declarado o novo entendimento da SETUR sobre os circuitos turísticos – ata de 14/02/2007.

Esse novo entendimento estaria relacionado à composição dos circuitos, à participação dos municípios (até então permitia-se a participação em mais de um). Naquele momento foi estabelecido que os municípios poderiam se filiar a apenas uma associação. Essa mesma ata reafirma o interesse da SETUR pela ACTG nos próximos quatro anos, relacionando assim, a atuação da secretaria a uma gestão completa de governo.

Por outro lado, embora a associação tivesse clareza desse interesse, havia também uma percepção de que “a SETUR deveria dar condições aos circuitos para desenvolver suas ações,

⁵⁰ A compreensão assumida para a lógica destacada está em consonância com o pensamento de Friedman (1972), que define as regiões centrais como subsistemas da sociedade, que proporcionam uma alta capacidade de geração inovadora; por outro lado, as regiões periféricas são subsistemas cujas orientações de desenvolvimento são, em grande parte, alicerçadas nas regiões centrais, permanecendo, portanto, uma substancial dependência. Ou seja, essa relação demonstra a dependência das regiões periféricas para com as regiões centrais.

porque praticamente não há apoio do governo” (LIVRO DE ATAS Nº 2, ata de 14/02/2007, s.p.). O apoio questionado se refere, no contexto das atas, aos recursos necessários para que as ações pensadas e planejadas pudessem ser postas em prática. Logo, a informação evidencia, novamente, que a política em processo de implementação tinha como um de seus obstáculos a questão da dotação de recursos financeiros para executar as ações necessárias, como descrito em vários momentos anteriores.

Destarte, o programa de roteirização é tema recorrente ao longo do ano. Seja por meio de discussão indireta, ou diretamente declarada, como as encontradas em pelo menos 10 atas compreendidas entre 14/02/2007 e 23/11/2007. Os assuntos foram os mais variados. Dentre eles, cursos de capacitação sobre a nova fase do programa de roteirização, solicitação de apoio do circuito para a secretaria, e principalmente a elaboração de roteiros. Há evidências de que havia um esforço mais efetivo, nesse período, para dotar os circuitos de capacidade e conhecimento técnico para implementar o programa de regionalização, e, principalmente, a criação de roteiros, atendendo à orientação do programa.

Contudo, ao analisar essas ações sob os ensinamentos de Furtado (1984), evidencia-se que apenas um dos dois processos de criatividade destacados por ele está presente. De modo mais claro, a natureza instrumental por meio da disseminação da técnica, cujo objetivo consiste em aumentar a capacidade produtiva do ser humano, subordinando a criação de valores à lógica do capital. O segundo ponto, não identificado, a saber, a utilização dos meios aos valores do indivíduo, associando-os ao seu patrimônio, revela um distanciamento da efetivação do desenvolvimento sob esse enfoque.

Ao final desse ano, percebe-se nos registros discussões sobre o roteiro “Caminhos de Lund”, posteriormente declarado prioritário pela SETUR/MG – ata de 23/11/07. Importa destacar que o roteiro foi alvo de um FAMTOUR⁵¹ realizado e considerado positivo em ata de 28/11/07. Esse registro gera uma surpresa e levanta um questionamento: qual a origem da atual Rota das Grutas de Peter Lund?

Esse questionamento se intensifica no decorrer do ano de 2008. Na primeira reunião daquele ano, o projeto Linha Lund foi alvo de discussões que demonstram dois pontos específicos. O primeiro deles corresponde a uma interpretação dos registros das atas, sendo possível perceber que o projeto havia sido elaborado sem a participação dos atores locais. De modo mais específico, os integrantes do circuito turístico, e conseqüentemente, os gestores

⁵¹ Terminologia Técnica que significa Viagem de Familiarização, realizada com operadores e agenciadores de viagens, para apresentar o produto em questão. Normalmente, os custos da viagem são assumidos pelos organizadores.

municipais de cada uma das cidades participantes, contrariando, assim, a lógica da descentralização e do próprio processo de regionalização. Essa informação será melhor explicitada adiante, no avançar das discussões empreendidas ao longo do ano, e no capítulo subsequente.

O segundo, e registrado em ata, demonstra que, mesmo não tendo sido considerada, a associação percebe a relevância do projeto e busca aproximação com os proponentes, e, portanto, reafirma o distanciamento identificado, mas também que a instância de governança regional estava aberta e disposta a participar.

Na ata de 11/01/2008 são formalizadas duas intenções a esse respeito. A primeira delas se refere à “aproximação com os responsáveis pelo projeto Linha Lund para buscar compartilhamento de ações neste projeto das cidades irmãs Lagoa Santa/ Copenhague”, e também “agendamento de reunião com representantes do IEF, IBAMA, IPHAN, e Ministério Público para alinhamento de ações e informações” (LIVRO DE ATAS Nº 2, s/p.). Essa última informação, por sua vez, caracteriza a intersetorialidade do projeto, e também da gestão do próprio circuito.

Em 13/02/2008, três informações distintas registradas em ata revelam outras pistas que indicam essa orientação. A primeira delas destaca a visita do embaixador da Dinamarca⁵² na região, e a intenção da associação de apresentar o plano estratégico desenvolvido por eles. Outra, corresponde à realização de um FAMPRESS,⁵³ organizado pela SETUR, para jornalistas portugueses. Sobre esse segundo ponto, está registrado questionamento sobre a vinda desses profissionais e o motivo pelo qual eles não visitaram os estabelecimentos do circuito. Acrescenta-se o estranhamento de a associação não ter sido comunicada com antecedência, além da ausência de identificação do circuito no material distribuído a eles.

As duas ações destacadas foram desenvolvidas pelo Estado sem contar com o efetivo envolvimento dos atores regionais e locais. A terceira delas, e que é provável que tenha sido o fator principal da visita dos jornalistas, é o registro da inauguração do vôo da TAP linhas aéreas no aeroporto de Confins. Essa última, por sua vez, pode ser associada às ações em direção ao vetor norte de Belo Horizonte, notadamente o aeroporto internacional Tancredo Neves/ Confins, e, portanto, de interesse do estado. Desse modo, é possível associar o empenho do governo na região que abriga a rota, dada a proximidade geográfica com as ações que estavam

⁵² É importante reafirmar que Peter Lund era de origem dinamarquesa, e, portanto, o estado estava tentando se aproximar desse país.

⁵³ Termo técnico que indica viagem de familiarização, nesse caso, realizada com jornalistas especializados em turismo, visando à produção de mídia espontânea para o produto em questão, neste caso, a região que abriga o projeto.

sendo desenvolvidas em outras áreas, destacadamente aquelas oriundas do plano de desenvolvimento do estado à época, apontado para possíveis outros interesses.

Em seu esforço para superar os obstáculos físicos e econômicos que pressionam no sentido de reduzir a eficácia da acumulação, o núcleo industrial buscava ampliar sua zona de influência, dando origem a uma constelação de subsistemas dependentes (FURTADO, 1984).

Em outra perspectiva, não se pode deixar de ressaltar que o programa de regionalização estava em franco processo de implementação, e no ano anterior, por diversas vezes, o estado havia declarado seu interesse em apoiar o turismo na região. Ao longo do ano de 2008, em diversos momentos, foram registradas informações acerca desse tema.

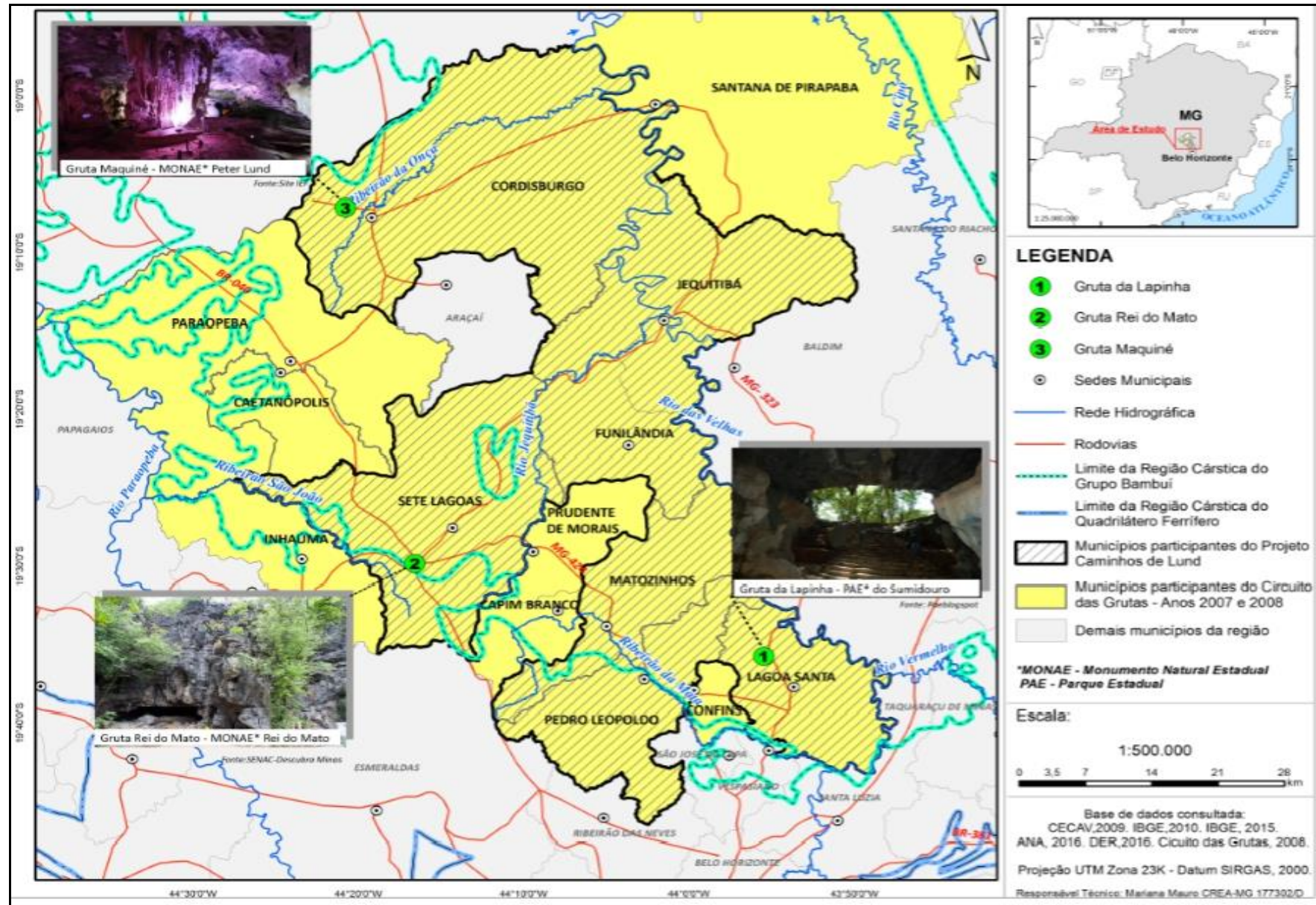
Das 19 atas registradas nesse período, 14 delas abordam o assunto. Eles versaram sobre a conscientização dos envolvidos para a nova fase do programa, sobre projetos de sensibilização, ou ainda sobre cursos de capacitação e esclarecimentos diversos sobre o mesmo. De modo específico, a roteirização na região que parece ser expressa, nesse momento, pelo projeto Caminhos de Lund, que se desenhava dentro do circuito. Pelos registros das atas não foi possível identificar sua origem, contudo, por meio das entrevistas foi possível verificar que esse possuía uma natureza endógena.

Projeto Caminhos de Lund – Na Rota dos Primeiros Americanos – Uma estrada parque que ligará Cordisburgo a Lagoa Santa passando por Jequitibá, Sete Lagoas, Funilândia, Matozinhos, Pedro Leopoldo ao longo do Rio das Velhas. Os caminhos utilizados na região desde a pré-história serão estudados e interpretados a partir de um estudo realizado por equipe multidisciplinar que conhece a região (ATA 18/09/2008).

Percebe-se no trecho em destaque que o projeto Caminhos de Lund congregava vários outros municípios, diferentemente daqueles que compunham o outro que também estava em discussão. Embora ele contemple mais municípios, sobretudo se comparado ao projeto Linha Lund (Figuras 5 e 6), nenhum dos dois contemplavam todos os municípios que compunham o circuito à época, como pode ser visualizado nos mapas 1 e 2. Isso mostra que a roteirização ocorre dentro da formação de um circuito turístico, mas não necessariamente envolve todos os municípios de uma região turística.

Para complementar esta análise, destaca-se outro trecho que salienta a natureza do projeto e a distinção em termos de orientação. O Caminhos de Lund, criado dentro da instância de governança regional, consistia em uma proposta para fomentar o meio rural, em formas alternativas de turismo e também de lazer, embora essa agregação não tenha sido declarada, associando natureza, cultura e história.

Figura 5 – Mapa 1 – A região turística e o projeto Caminhos de Lund



Fonte: Elaborado a partir de registros do circuito.

Visualiza-se, portanto, nas intenções dessa proposta, a associação ao conceito de desenvolvimento regional como aquele encontrado nos textos que versam sobre a criação de rotas turísticas. Como dito no referencial teórico, as rotas turísticas geralmente são propostas a partir do meio rural, e se estabelecem por meio do conceito de desenvolvimento sustentável.

Não foi na Secretaria de Turismo, não. É... eu acredito... assim, quem... quem falava muito desse projeto era o Marcelo, do Caminhos de Lund (FORMOSA, 17/11/2016)

Bom, a verdade, Rota Lund surgiu, Caminhos de Lund já existia, né? [...] Mas aí voltando lá no Caminhos de Lund, qual que era a ideia de Caminhos de Lund? Era caminho mesmo turístico, levar as pessoas pra pessoas pra passear a cavalo, pra fazer rotas a cavalo com tropa pra dormir nas fazendas. Pra fazer de bicicleta. Pra fazer de Lagoa Santa a Cordisburgo de bicicleta. Era pra utilizar esse meio rural, esse caminho, as comunidades desse caminho antigo ao longo do Rio das Velhas e associar, além de Lund, ao ciclo do ouro porque tá tudo ali junto. O caminho tá na margem do rio, o caminho da boiada tá na margem de rio. O caminho de muitas épocas. Aí no levantamento, a gente tentou levantar todos esses dados históricos e pra começar a trabalhar a estruturação desse caminho. Primeiro mobilizar... primeiro a gente levantou pra depois mobilizar. Depois chegou no período de mobilização, começou a **resistência dentro do Circuito. Ah! Porque o estado, doutor Célio Vale vão fazer Rota Lund com o Cartelli** (MITO, 21 mar. 2017). (Grifo da autora).

Ao que parece, as informações indicam a existência de pelo menos dois projetos distintos. Sinalizam também outras propostas de projetos envolvendo a pessoa de Lund, mas elas estavam ocorrendo paralelamente, dando novas pistas sobre a ausência de comunicação, bem como as discontinuidades das ações. Por isso, alguns questionamentos foram apresentados pelos integrantes do circuito, como destacado a seguir:

disse que tem dúvidas por causa do projeto Linha Lund e se realmente terá apoio do governo. De acordo com [...], o projeto terá sim a participação do governo e que não há preocupações com a Linha Lund porque os dois projetos se complementam (ATA 04/09/2008).

De acordo com [...], há a possibilidade do projeto ser alinhado a Linha Lund e se aprovado poderá receber verba ainda neste ano. [...] A Sra. Ciclana disse que é preciso estar muito claro todos os detalhamentos do projeto. Há dúvidas por exemplo de quem é o responsável pelo projeto, se é do presidente da associação do Circuito das Grutas. Também não se sabe ainda a origem dos recursos e nem mesmo quem o receberá. [...]. Também disse que poucas pessoas sabem realmente do que se trata o projeto, se todos não tiverem informações seguras e completas não será possível o envolvimento e participação adequada. (ATA 12/11/2008).

Falta explicar como está realmente a situação da viabilidade do projeto, ou seja, não se sabe até o momento o orçamento, quem é o responsável pelo projeto, quem são todos os envolvidos e se haverá uma ligação do Caminhos de Lund com o Linha Lund (ATA 19/11/2008).

O período compreendido pela análise registra algumas informações importantes sobre o processo de implementação da política de regionalização no contexto do Circuito Turístico das Grutas, bem como indica a origem do projeto RGPL.

Por meio das informações levantadas é possível perceber que foram realizadas diversas etapas, tais como as de Sensibilização; Mobilização; Institucionalização de Instância de Governança Regional; Estruturação de leis municipais, Conselhos de turismo, entre outras, e parecem corresponder ao plano da Secretaria de Turismo de Minas Gerais.

Permite igualmente visualizar que

a SETUR classificava sua regionalização no início do módulo 6 — Roteirização Turística —, com início de formatação de roteiros integrados nos circuitos turísticos mais organizados, mas ainda tendo de adequar e reformular alguns pontos nos módulos passados, como o módulo 5 — Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional [...] (GOMES *et al.*, 2007, p. 5).

Percebe-se, ainda, que muitas ações ocorreram, algumas concepções novas parecem ir gradativamente sendo assimiladas, e implementadas, sobretudo aquelas relacionadas à proteção do meio ambiente, e também a novas concepções, planejamento e gestão do turismo.

A relação entre lazer e turismo, embora declaradamente não tenha sido visualizada nos documentos com essa intencionalidade, tem sua presença subentendida, seja por meio de projetos envolvendo a cultura, e que incluem a construção de museus, por exemplo, seja pela construção de parques em áreas naturais e em apresentações culturais, ou em projetos de educação pelo e para o turismo e o lazer. No entanto, ao que parece, as ações são feitas tendo como objetivo atender ao visitante, e quase nada consideram sobre o lazer do morador, muito menos seu papel como indutor de coesão social, cidadania e, conseqüentemente, como fator de desenvolvimento regional.

No que tange à política de circuitos, e interação entre as instâncias, a partir do ano de 2009⁵⁴ inicia-se o processo para a qualificação dos municípios para o recebimento do ICMS turístico. A partir de então, com o auxílio do circuito, os municípios precisariam cumprir algumas exigências para o pleito ao recurso.

Em um primeiro momento, o tema foi percebido como positivo, e serviu para argumentação tanto das instâncias locais, quanto a regional, para sensibilizar os gestores municipais para a importância de direcionar atenção e esforços para o turismo, como se pode ver na argumentação em reunião.

De acordo com o presidente, a criação do ICMS turístico ajudará no fortalecimento dos circuitos ampliando a participação dos municípios associados, pois, para o repasse da verba o município que pertencer a um circuito turístico receberá até 4 pontos (ATA de 07/10/2009).

No entanto, com o passar dos anos, o argumento de que o repasse de recursos serviria

⁵⁴ Regulamentado pela Lei nº 18.030, de 2009.

para contribuir de modo profícuo para com o fundo municipal de turismo e a implementação das ações relativas ao desenvolvimento do turismo foi perdendo força, uma vez que os recursos passaram a ser cada vez mais escassos, conforme sinaliza a entrevistada.

O argumento inicial de que o ICMS turístico seria importantíssimo financeiramente pra nós, ele já tem caído por terra porque ele é cada vez menor. Ele é cada vez menor (NINHO 14 dez. 2016)!

É mister ressaltar que a discussão acerca do ICMS turístico merece especial atenção como objeto de estudo, pois:

[v]erifica-se a crescente participação dos municípios desde o início do incentivo. No primeiro ano de repasse, apenas 44 cidades receberam o ICMS Turístico (apenas 10,55% entre os 417 possíveis), ao passo que em 2014 tivemos 158 (atingindo 37,89%). Isso significa que cada vez mais cidades se organizam em torno do turismo, e até o momento de elaboração do artigo 206 municípios já estavam cadastrados para repasse em 2015, atingindo 49,4% (SILVA; PASSADOR, 2016, p. 598).

É possível que a elevação no número de municípios ao pleito desse imposto, somada à baixa dotação de recursos monetários para distribuição, represente uma justificativa para a percepção da entrevistada, e a conseqüente desvalorização dessa política de descentralização vertical orçamentária. Entretanto, algumas contradições podem ser evidenciadas a partir do estudo de Silva e Passador (2016).

A metodologia considerou a distribuição dos recursos em relação ao tamanho dos municípios, e a medição dos resultados situou-se em patamares medianos. Mesmo assim, os autores a consideraram como uma política efetiva. Além disso, foram realizadas diversas afirmações ao longo do texto, destacando a possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos municípios, bem como a proteção cultural e ambiental, sem, no entanto, apresentar as devidas análises e discussões a partir de resultados que pudessem comprovar tais afirmações. Uma das conclusões do estudo aponta que:

Conforme Saldanha (2009), a federação brasileira sempre teve dificuldades para responder corretamente aos objetivos desse tipo de organização política. Desse modo, os estados vêm procurando aprofundar suas estratégias para descentralizar e regionalizar, por meio de parcerias com os municípios. Fica evidente que, em uma organização político-administrativa que adota o federalismo municipalista, como é o caso do Brasil, é preciso que mais responsabilidades para os municípios sejam acompanhadas, proporcionalmente, de maiores receitas. É possível que os preceitos adotados pelo ICMS Turístico, como regionalização de ações e a obrigatoriedade de organização da gestão, constituam uma saída viável para a sustentabilidade do atual pacto federativo (SILVA; PASSADOR, 2016, p. 607).

Em outra direção, o período analisado permite identificar esforços do governo federal e estadual para a qualificação da comunidade e dos empreendedores. Há indícios de que os programas e projetos desenvolvidos tinham relação com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, e com as Olimpíadas, eventos que aconteceriam posteriormente, nos anos de 2014 e 2016 no Brasil.

Diversos foram os cursos oferecidos em 2009, 2010 e 2011. Dentre eles foram citados nas atas curso para qualificação do artesanato, e treinamento para realização dos inventários turísticos (ata de 10/10/2009); Cursos realizados pela FECITUR⁵⁵ em Lagoa Santa e Cordisburgo relativos à formatação de roteiros, e qualidade no atendimento (ata de 15/07/2009 e 29/10/2010); Curso ministrado pelo Ministério do Turismo e seus parceiros – Olá turista (ata de 09/12/2010); Programa “Minas Recebe” da SETUR (ata de 10/12/2009); Projeto “Bem Receber COPA”, Projeto “Bom de Copa – bares e restaurantes” (ata de 27/11/2011). Todos eles relacionados à elevação da capacidade produtiva das pessoas e da região, desse modo, associado à técnica.

Nos anos seguintes, essa temática foi se diluindo, e dando lugar a outras discussões. Ao compilar todos os temas tratados ao longo desse período, percebe-se que, como uma instância de governança regional, o circuito estava preocupado com o planejamento e a gestão desse território. Por isso, sua atuação seguia na direção da integração entre os diversos níveis, para a implementação da política de turismo, mesmo perante todas as dificuldades enfrentadas.

Ao mesmo tempo, percebe-se que as ações desenvolvidas nessa instância tinham como propósito melhorar a comunicação interna e externa, limitação apurada por este e vários outros estudos, como o realizado pelo Instituto Olhar (2013), mas principalmente, atuar para o cumprimento das exigências, destacadamente as do governo estadual. Essas por sua vez, apresentavam relação com a manutenção da certificação turística, o ICMS turístico, mas pouco ou quase nada em relação à rota.

O período que compreende os anos de 2009 a 2016 revela a permanência dos problemas elencados anteriormente, como os de ordem financeira, de harmonização entre município, circuito e estado, e de comunicação. Esses por sua vez confirmam-se como os principais limitadores no processo de articulação e desenvolvimento regional do turismo, sobretudo no que se refere aos níveis de governança destacados.

Destarte, aponta para o distanciamento da concepção de governança, como um mecanismo que possibilita uma abordagem ampliada e de maior profundidade acerca dos aspectos sociais, ambientais e políticos-legais, por exemplo. Ou seja, um processo para além da convergência de atores sociais (SILVA *et al.*, 2012).

Para sintetizar o extenso conteúdo expresso neste capítulo, a seguir é apresentada uma síntese com as principais potencialidades e limitações referentes à política de regionalização e suas diversas interações.

⁵⁵ FECITUR corresponde a Federação dos Circuitos Turísticos, instância que foi criada no ano de 2009 com o objetivo de fazer a interlocução entre os circuitos turísticos e o poder público.

Quadro 8 – Síntese dos resultados – Potencialidades e limites

| Potencialidades | Limitações |
|--|---|
| Influência do processo de democratização na ordenação da política do turismo. | Oscilação na compreensão acerca do turismo nas cartilhas, e nos discursos dos agentes públicos. |
| Pioneirismo de Minas Gerais na concepção de uma política de regionalização. | Pouca clareza na definição de papéis dos agentes da política. |
| Entrada do turismo como problema na agenda pública. | Burocracia |
| Criação de um novo modelo de planejamento e gestão para o turismo pautado nas orientações constitucionais | Baixa capacidade orçamentária e financeira para a implementação da política. |
| Visão sobre o turismo é paulatinamente ampliada. | Descontinuidades devido à troca de gestão nos diversos níveis de poder e autarquias. |
| Surgimento de novas leis e normativas nos três níveis de poder. | Contradições entre interesses na aplicação de medidas compensatórias. |
| Valorização de pesquisas científicas. | Permanência do modelo <i>Top-down</i> para o desenvolvimento e implementação da política. |
| Melhorias na infraestrutura. | Turismo como discurso político. |
| Possibilidade de captação de recursos provenientes da iniciativa privada. | Dificuldades de cooperação, articulação e integração. |
| Interdisciplinaridade entre turismo e meio ambiente. | Baixa efetividade dos projetos e ações de sinalização turística. |
| Criação do Circuito turístico e da Secretaria de turismo no final da década de 1990. | Limitações na intersetorialidade. |
| Desenvolvimento de projetos nos quais o turismo e o lazer são veículos de educação para a cidadania. | Ações de capacitação com ênfase na técnica e não na ampliação das capacidades humanas. |
| Compreensão da necessidade de atuar de modo multi, inter e transdisciplinar por parte do Circuito. | Permanência da ênfase em resultados econômicos. |
| | Conflitos deflagrados pela formalização da Unidades de conservação. |
| | Dificuldades para concretização de ações do Circuito. |
| | Atuação restrita dos COMTURS |
| | Concepção restrita de governança. |

Fonte: Dados da pesquisa.

Em suma, este capítulo foi estruturado por meio de um recorte histórico-temporal, com abordagem descritiva. Analisou-se a relação entre as instâncias de governança federal e estadual, regional, e, por vezes, local, na implementação da política de regionalização. Dito de outra maneira, as interações decorrentes da implementação dessas políticas no Circuito Turístico das Grutas – MG.

Foram evidenciadas algumas lacunas, com destaque para a interação entre os projetos Caminhos de Lund e Linha Lund. Por isso, no capítulo seguinte discute-se de modo detalhado as origens do projeto, a intersetorialidade, e suas prováveis relações com o desenvolvimento regional do turismo.

5 O PROJETO ROTA DAS GRUTAS DE PETER LUND E AS INTERAÇÕES ENTRE AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

Para a organização deste capítulo, fez-se uso das informações obtidas por meio da pesquisa documental e empírica. São retomadas as atas de reunião da instância de governança regional, os manuscritos, os documentos produzidos acerca da rota e as entrevistas, procurando apontar os pontos de convergência, as contradições, os interesses revelados e velados. Portanto, a discussão está centrada no estudo da articulação entre as instâncias de governança, o empresariado e a comunidade local no contexto do “produto turístico” Rota das Grutas de Peter Lund, ponderando sobre suas implicações na base local.

O marco temporal que define o surgimento do projeto RGPL como um tema de agenda é janeiro de 2008, informação localizada em documentação particular cedida pelo mentor da ideia, nos documentos elaborados pelo governo estadual, ou por ele contratado, e algumas entrevistas. O projeto surgiu no período no qual seu proponente presidia a Câmara de Meio Ambiente do estado de Minas Gerais. O Circuito das Grutas havia sido formado no ano de 1999,⁵⁶ portanto, nove anos antes (LIVRO DE REGISTRO DE ATAS N° 1).

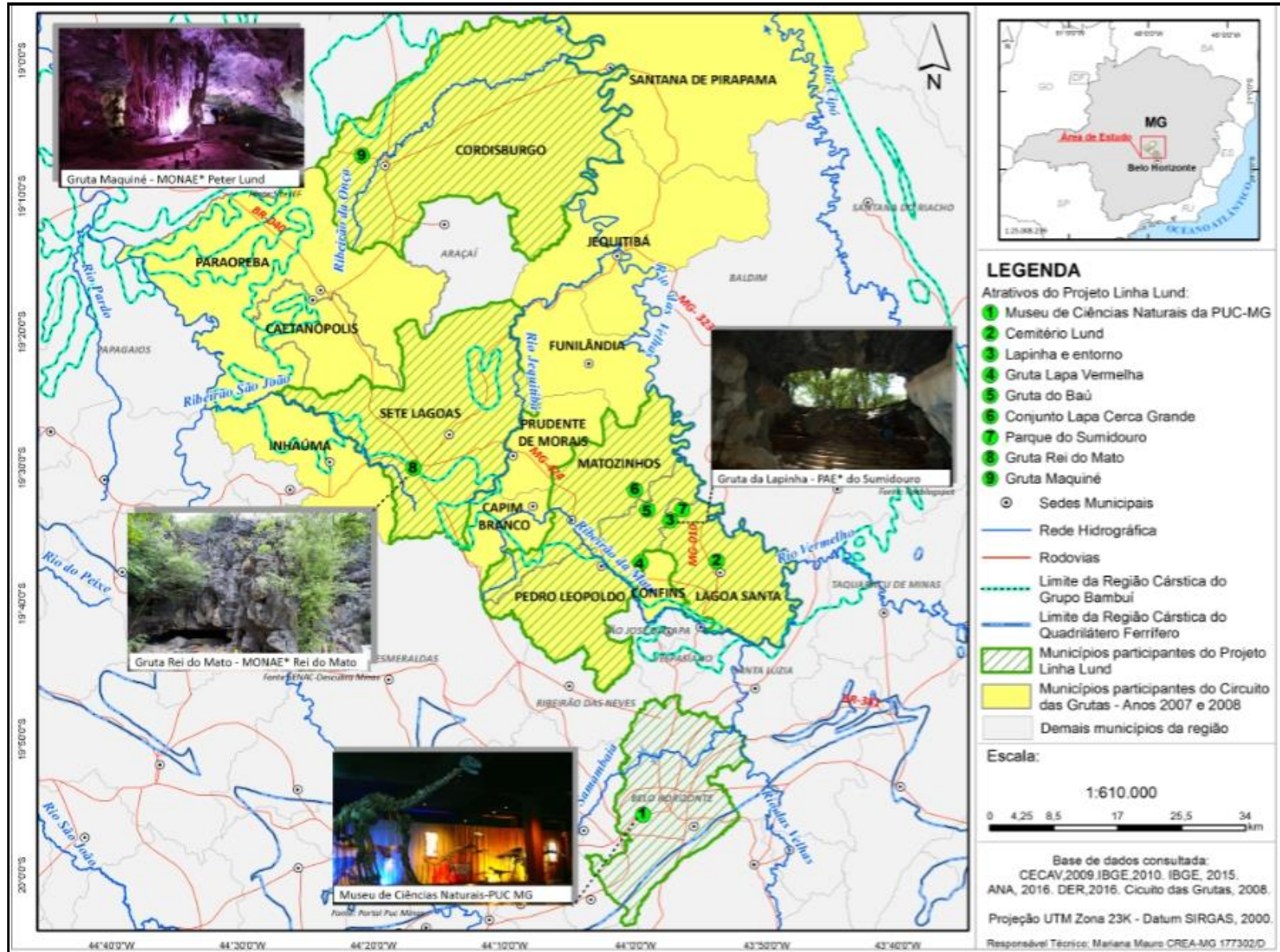
Por conseguinte, diante do estranhamento destacado no capítulo anterior, são evidenciadas pistas que indicam uma orientação *top-down* e não *bottom-up* como se pretende no processo de regionalização. Alguns trechos da fala do proponente confirmam essa percepção.

Eu fui com o governo do estado. O Aécio apoiou, o Zé Carlos deslanchou, mas veio depois e trocou de responsável, e claro eles não tinham operacionalidade, dependiam de falar aqui, falar acolá, falar não sei o que. Quer dizer, as traves, então não foi pra frente. [...] Não, esse circuito das grutas eu não sei quem é, um troco aí que foi surgindo, eu não sei como é. Só na minha cabeça. Peguei um dia o carro e fui fazendo o percurso. Aí, eliminei certas coisas porque é impossível, quer dizer, imaginei um turismo que tivesse retorno de grana” (MIRANTE, 16 jun. 2016).

Sinaliza-se que as cidades contempladas não são as mesmas do projeto Caminhos de Lund – (Figura 6) – uma vez que, conforme registros iniciais escritos, a então Linha Lund congregava as cidades de Belo Horizonte (Museu da PUC); Lagoa Santa; Pedro Leopoldo; Matozinhos; Sete Lagoas (MANUSCRITO, 15 jan., 2008).

⁵⁶ Nesse mesmo ano foi criada a Secretaria de Turismo de Minas Gerais, e a proposta de um modelo de gestão descentralizado e participativo (FREITAS, 2017).

Figura 6 – Mapa 2 – A região turística e o projeto Linha Lund



Fonte: Elaborado a partir dos registros do circuito e projeto preliminar.

Para o estado o projeto foi elaborado a partir de uma perspectiva multi e interdisciplinar, e representa uma de suas ações em direção ao desenvolvimento da Região Carste, localizada ao norte de Belo Horizonte. Associa esforços de diferentes órgãos do governo de Minas Gerais, tais como Meio Ambiente, Turismo, Obras Públicas, Desenvolvimento Urbano e Cultura, e representa a idealização de um roteiro científico-cultural⁵⁷ capaz de promover conhecimento e desenvolvimento socioeconômico para os municípios envolvidos, por meio da integração dos atrativos regionais em uma rota turística. O projeto foi considerado um importante dispositivo ao possibilitar a concretização de um conjunto de ações multissetoriais de modo integrado, requerendo, portanto, observar sua capacidade e minimizar a fragmentação das políticas públicas setoriais.

O conceito de produto “Rota das Grutas de Lund”⁵⁸ passa pela oferta de uma viagem pelo tempo e pelo espaço, onde passado, presente e futuro juntos ou em separado revelam fatos e lugares que ajudaram a construir a história de um dos mais importantes naturalistas de todos os tempos, responsável por contribuições efetivas para o conhecimento sobre a botânica e a zoologia, sendo pioneiro e referência para estudo da paleontologia, arqueologia e espeleologia no Brasil (MINAS GERAIS, 2010, p. 13).

Convém reafirmar que nesse mesmo ano, a política de regionalização do turismo estava em sua segunda fase, dando ênfase à elaboração de roteiros turísticos regionais e voltados ao público internacional. É igualmente relevante salientar que o país havia sido indicado para sediar a Copa do Mundo Fifa 2014 em outubro de 2007, e em decorrência disso muitas ações estavam em curso. O turismo passou a ser argumento para solicitação de verbas e justificativa para projetos das mais diversas naturezas, e tantas outras questões.

A ideia disso tudo veio através do professor Cartelli. Ele passou essa ideia na época do... do Aécio. O... o Anastasia na época ele era... ele era vice e o professor Anastasia com ele... com a visão dele de professor e... e tem a *expertise* na parte de desenvolvimento econômico, ele falou: Isso é ideia que é... é extremamente válida (PARQUE MANGABEIRAS I, 07 fev. 2017).

⁵⁷ Nomenclatura empregada no estudo OMT (2011).

⁵⁸ O dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880) mudou-se para o Brasil fugindo do clima nórdico, temeroso da tuberculose que vitimara dois irmãos. Depois do encontro casual com o conterrâneo Peter Claussen, Lund fixou residência em Lagoa Santa (MG). Nas cavernas da região, descobriu mais de 12 mil peças fósseis que permitiram escrever a história do período pleistoceno brasileiro – o mais recente na escala geológica – numa época em que o passado tropical era quase desconhecido pela ciência. Lund descobriu também ossadas do chamado “homem de Lagoa Santa”, que puseram em xeque uma série de pressupostos aceitos pela então incipiente paleontologia. Apesar da existência de achados fósseis anteriores, Lund é considerado pai da paleontologia brasileira. Fonte: <http://www.lagoasanta.com.br/homem/historia_lund_raquel_aguiar.htm>. Acesso em: 04 fev. 2016.

Essa informação está em consonância com a declaração do mentor do projeto destacada acima, fazendo referência a seu acesso direto ao governador do estado para apresentação da proposta. Porém, não revela as razões e interesses que conectam o turismo ao proponente do projeto, permanecendo aberta essa lacuna.

A cronologia é confirmada em outros relatos, situando no tempo e no espaço a atuação do poder público no projeto que estava sendo delineado. Os relatos também dão a entender a atribuição de diferentes sentidos e significados para o mesmo. Dentre eles, a preservação e proteção da região cárstica, que estava sob pressão devido à atuação das cimenteiras, e aos interesses do governo estadual à época, revelados por meio dos diversos projetos propostos. Destacam-se a expansão do aeroporto internacional, a Linha Verde, a Cidade Administrativa, o rodoanel de Belo Horizonte. Há, portanto, indícios de que o objetivo central era outro, correlacionado à expansão da região norte de Belo Horizonte, incentivando os mais diversos setores e a promoção do desenvolvimento econômico, dentro deles o turismo.

O governo tava vindo assim: vetor norte, vetor norte, vetor norte. E aí um pouco aquela história que teve nos anos 80 com os conservacionistas, o aeroporto, o parque e área de proteção especial, agora vem num âmbito maior com os ambientalistas, Ministério Público e um sistema de áreas que envolvia a influência de um rodoanel, duma Cidade Administrativa e de todos os projetos que o governo tava pretendendo no sentido de criar uma expansão (DOBRA, 02 dez. 2016).

(...) ele começou em 2007, dez anos atrás, né? Com a proposta do Cartelli de valorizar a região, né? É... com uma proposta de preservação e aproveitando uma oportunidade que a área cárstica aqui da região tava sendo muito pressionada, né, em função da expansão do aeroporto... é... a própria questão de Pedro Leopoldo com a... aquele complexo de moda, a MG10... Enfim, veio como uma medida compensatória nessa... nessa proposta de valorização e de execução do estado, né? Tinha o nome de Linha Lund e era dentro... quem acompanhava no Estado era a Região Metropolitana de BH, é uma agência, né? E... com essa proposta: unir pontos essenciais através de um roteiro turístico que apresente as riquezas ocultas da área cárstica, promovendo a valorização dos aspectos científicos e culturais da região. E aí de 2009 a 200... até 2009 ele ficou sendo tratado entre é... agência Metropolitana e Semad. Quando a Setur tomou conhecimento, ela falou: Não, peraí, vocês estão falando de... que o objetivo é o turismo... esse projeto tem que tá aqui ou, pelo menos, a gente tem que tá envolvido (ESQUECIMENTO, 31 jan. 2017).

Era um projeto da RMBH, na época agência RMBH, que... agência metropolitana. E aí o Rota Lund chamava Linha Lund na época. Era um braço é... é... era uma ação dentro desse projeto (PARQUE MANGABEIRAS I, 07 fev. 2017).

A rota, pra mim ela surgiu em 2008 já se falava alguma coisa, e a gente começou a correr atrás disso também. De estar na rota, porque até então falava-se Lapinha e Maquiné, Lapinha/Maquiné (NINHO, 14 dez. 2016).

Os projetos nomeados anteriormente têm ligação com a idealização da então Linha Lund, nome atribuído pelo mentor do projeto à época, uma vez que é na interação com a legislação ambiental, as ações da Agência Metropolitana de Desenvolvimento, e as diretrizes

do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PDMI 2007-2023, que ele emerge. Como se pode notar, o meio ambiente era uma preocupação declarada, seja em decorrência da degradação ou da atuação de entidades que o defendem, ou por atuação do Ministério Público. E a região central, onde estão localizadas as grutas, estava sob acentuada pressão, como já mencionando. Em vista disso, diversos questionamentos emergiam, e contribuíam para o surgimento de novas práticas, como por exemplo a declarada no trecho a seguir.

Para reverter os impactos gerados pela intensa exploração de recursos naturais ao longo do processo histórico de Minas Gerais e melhorar índices ambientais, um dos focos do PDMI é o meio ambiente. O Plano prevê uma série de objetivos estratégicos com base nos **princípios da governança ambiental**. Em destaque, os Projetos Estruturadores sob coordenação do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), que têm como objetivos o aumento do Índice de Qualidade da Água (IQA) do Rio das Velhas, a consolidação da gestão das bacias hidrográficas, a conservação do Cerrado e a recuperação da Mata Atlântica, a ampliação do tratamento de resíduos sólidos e a maior agilidade e eficiência do licenciamento ambiental (SEMAD,⁵⁹ 2008, s/p.). (Grifo da autora).

A centralidade está nas questões alusivas ao meio ambiente, e em nada cita o lazer ou o turismo. Mas subtende-se a relação a partir da expressão “diversos objetivos estratégicos, e que de alguma maneira possuem relação com os campos destacados (turismo e lazer), como apresentado a seguir.

Segundo manuscrito cedido, naquela época, a Câmara de Infraestrutura do Conselho Estadual do Meio Ambiente havia determinado uma série de medidas compensatórias para reduzir os impactos negativos, e no mínimo salvaguardar alguns monumentos naturais considerados essenciais sob o ponto de vista da preservação. É pertinente destacar que naquela época o mentor do projeto ocupava o cargo de presidente da instância de governança, como dito anteriormente.

O seu manuscrito ressalta duas medidas compensatórias, dentre elas um programa de educação ambiental com visita às grutas, e outras ações nas diversas escolas da região; e a criação da Linha Lund, “um roteiro científico-cultural e turístico ambicioso, abrangente e moderno que coloque ao alcance da população as riquezas ocultas da área carste. Pelo turismo atraente ocorrerá a valorização científica e dos aspectos culturais da área” (MANUSCRITO, s/p.).

O argumento coloca a população no centro do projeto, indicando a necessidade de acesso, no sentido de aproximação física, mas principalmente à informação sobre a área do carste, que vai além da delimitação do projeto. Contudo, a afirmação “turismo atraente” parece carregar uma outra conotação, a qual será discutida mais adiante.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/400-pmdi-melhoria-efetiva-e-mensuravel-na-vida-de-todos-os-mineiros>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

A partir de alguns relatos pode-se perceber que o projeto estava sendo gestacionado dentro da Agência Metropolitana de Desenvolvimento, e possuía uma relação direta com o meio ambiente e outros objetivos do governo à época. Notam-se também evidências de situações correlatas, como os entraves burocráticos, a fragilidade da relação entre alguns agentes do setor público na esfera estadual, destacadamente o distanciamento da Secretaria de Turismo, que, diante do estranhamento em relação a essa situação, requer participação no projeto, uma vez que o objeto era o turismo.

Do ponto de vista da descentralização colocada pela política, e o objetivo de criação de ações de caráter endógeno, percebe-se que o projeto estava sendo elaborado por burocratas, sem o devido diálogo com a comunidade. Por isso, procurou-se levantar outras informações para compreender os prováveis objetivos não declarados que estavam por detrás da rota, sua relação com o Caminhos de Lund, também em curso, e as interações com os municípios, o circuito e a Secretaria de Turismo.

Não tem nenhuma! A... a Rota não. Assim, nós não participamos de nada. A gente... assim depois disso, né? Só depois quando teve a... a qualificação... foi feito um diagnóstico, foi contratada uma... uma consultoria pra poder fazer o diagnóstico, né, dos... levantamento dos empreendimentos, é... que tinha no percurso, os atrativos, os hotéis, é... e foi feito qualificações. Nesse período aí que **aconteceu em 2014**, me parece... 2014, é... que **o Circuito foi envolvido porque precisava do Circuito também pra poder participar e mobilizar pra... pra esse treinamento, pra essa ação aí**, mas fora isso, não. Não teve (FORMOSA, 17 nov. 2017). (Grifo da autora).

era um sonho nosso de antes da Rota Lund, que a gente pensou antes que o governo pensasse. Nós pensamos em Rota Lund, mas pensamos físico. Não pensamos nessa viagem que esse povo pensou, que Cartelli pensou, que eles são muito bom pra pensar e péssimos pra executar. E a gente pensou fisicamente a Rota Lund, fazer um caminho (MITO, 21 mar. 2017).

Interessa destacar que, do ponto de vista da atuação conjunta e integrada, tanto a instância de governança⁶⁰ estadual – SETUR/MG, a instância de governança regional – o Circuito, quanto o município de Sete Lagoas, buscaram aproximação no intuito de fazer parte do projeto

Em outra perspectiva, o município de Sete Lagoas, ao perceber que a cidade não estava sendo considerada no projeto, e ciente da riqueza e do valor espeleológico da gruta Rei do Mato, buscou aproximação para argumentar a favor da inclusão do município no projeto, o que foi amplamente aceito.

E eu conversei por telefone com o Professor Cartelli e ele me disse assim à época, o Lund não esteve na rei do mato, falou assim claramente, mas a rei do mato

⁶⁰ Vide nota de rodapé 32

nos interessa. [...] porque ele esteve no território de Sete Lagoas, muito ali pelo que a gente lê na região da EMBRAPA, meio que atravessar de Lagoa Santa para Cordisburgo, assim, nos localizando geograficamente. E veio aí a possibilidade. Pra isso a gruta teria que ser uma unidade de conservação estadual (NINHO, 14 dez. 2016).

Retomando a discussão sobre a participação da Secretaria de Turismo nas ações que envolviam o projeto, sua inserção se dá a partir de uma parceria para realização do programa *Volunteers* da OMT (FORMOSA, 17 nov. 2017; ABELINHA, 31 jan. 2017), no qual profissionais de origem estrangeira atuam de maneira gratuita em projetos que tenham como objetivo o planejamento para o desenvolvimento do turismo, notadamente de cunho internacional.

El programa de Voluntarios OMT tiene como objetivo formar a jóvenes profesionales en turismo, como herramienta de desarrollo y reducción de la pobreza, para que puedan transferir conocimiento y habilidades prácticas, especialmente a aquellos dispuestos a emprender iniciativas relacionadas con el desarrollo sostenible de turismo. [...] Apoyar y asesorar a los Estados Miembros de la OMT y agencias de cooperación internacional en la formulación e implementación de planes, programas y proyectos a través de la contribución técnica del Cuerpo de Voluntarios OMT⁶¹ (OMT, s/d.).⁶²

Na verdade, o projeto dentro da Secretaria de Turismo, ele começou em 2010 e 2011 já com essa contratação da OMT, quando eles vieram pra fazer todo um estudo de viabilidade do produto. [...] E aí conseguiram trazer a OMT pela primeira vez no Brasil com essa proposta de... de fazer uma verificação da viabilidade desse... desse projeto, né? Eles fazem um estudo de gabinete inicial e aí sendo real, né, sendo viável que eles mandam os técnicos em campo pra poder fazer todo esse levantamento mesmo. É... e aí já **mudou um pouco**, né? **Então o objetivo virou: promover o desenvolvimento regional por meio do turismo com a estruturação de um roteiro turístico nacional e internacional, único e singular, pautado em elementos naturais e culturais da região cárstica**, né? Deu uma embelezada, né, no nome e contemplando esses municípios: BH, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas e Cordisburgo. Resultado esperado: estruturação desse roteiro ecoturístico, né, com receptivo turístico implantado; espaços expositivos; modernização na gestão das unidades de conservação; capacitação da comunidade local para inclusão e geração de emprego e renda; ações de educação ambiental; rota turística elaborada com serviço de apoio ao atendimento ao turista em funcionamento e comercializado nacional e internacionalmente (ABELINHA, 31 jan. 2017).

Em 2010, a equipe da OMT desembarca na região e ali permanece por alguns dias, fazendo um trabalho que foi bem aceito pela população e pelos gestores municipais e estaduais. Os municípios contribuíram com a pesquisa, auxiliando os pesquisadores no momento da coleta

⁶¹O programa Voluntários da OMT tem como objetivo capacitar jovens profissionais em turismo, como ferramenta de desenvolvimento e redução da pobreza, para que possam transferir conhecimentos e habilidades práticas, especialmente àqueles dispostos a empreender iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável do turismo. [...] Apoiar e assessorar os Estados membros da OMT e as agências de cooperação internacional na formulação e implementação de planos, programas e projetos por meio da contribuição técnica do Corpo de Voluntários da OMT (Tradução livre).

⁶² Disponível em <<http://themis.unwto.org/es/content/unwtovolunteers>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

de informações. Como resultado, tiveram acesso às informações das pesquisas, que de alguma maneira contribuíram para a tomada de decisão naquele momento. Percebe-se que o trabalho realizado foi valorizado tanto pela instância local, quanto pela regional e também pelas estaduais. A ata de 07/11/2011 evidencia o posicionamento de um dos gestores municipais e seu pedido para união em torno desse projeto.

faz uso da palavra e falou sobre a importância de todos da ACTG se unirem em função da proposta da Rota das Grutas de Peter Lund, tendo em vista o planejamento e o esboço da rota que já foi elaborado pela Fundação Themes – OMT, com corpo de voluntários credenciados pela instituição e que, ainda que controlado pela SETUR, deveríamos ter acesso ao documento final, considerando que a implementação do mesmo parte do princípio de aprovação dos atores locais do processo e este deve ser iniciado pela ACTG (ATA 07/11/2011).

Com o programa, modifica-se o nome do roteiro para o atual, o que foi criticado pelo proponente.⁶³ Também são apresentados meios para a gestão do mesmo. A princípio, o modelo proposto corresponde ao que já estava em curso ao implementar a política de regionalização, prevendo a descentralização, a intersetorialidade, o diálogo e a participação. Mas é nesse documento que surge a proposta da parceria público-privada – PPP.

No início... no início foi muito bacana até mesmo porque eles usaram as ferramentas corretas que foi de apresentar o projeto não pra quem está envolvido no turismo, pra população, né... Veio quem quis, participou-se quem quis, que foram convidada a comunidade, foram feitas várias reuniões. Eles usaram, né, a ferramenta de... com algumas consultorias da esfera, então foi muito bacana. Fizeram oficinas aqui no município, então essa integração da comunidade com o que se tá chegando de novo, isso é muito importante porque você tem que mostrar pro povo o quê que é que tá acontecendo, o quê que tá chegando... esse negócio que tá chegando, quê que ele vai promover, né... Então, a apresentação do projeto foi essencial pra todo mundo que tá envolvido entender o quê que é (LIGAÇÃO, 12 jan., 2017).

É preciso destacar que o município de Cordisburgo foi escolhido para contemplar a realização do que foi denominado como projeto piloto. Por isso, as discussões com a população ocorreram com maior ênfase nesse local. É igualmente importante frisar que, mesmo assim, o conhecimento sobre o projeto é restrito, e abarca aquelas pessoas que estão envolvidas de alguma maneira com a gestão do turismo no município, e ainda persistem muitas lacunas sobre em que de fato ele consiste. Nesse caso, percebe-se o desconhecimento por parte da comunidade, inclusive o maior empresário hoteleiro do município, que declarou em entrevista não ter nenhum conhecimento sobre o projeto e também nenhum envolvimento com o circuito, mesmo tendo sido convidado a participar dessa instância de governança.

A realidade apresentada no trecho destacado anteriormente não foi a mesma nos demais

⁶³ Essas críticas recaíram sobre a mudança do nome e sobre a criação da logomarca. Ambas distintas da proposta inicial.

municípios que compõem a rota, e também aqueles que compõem o circuito. E o que se percebe, é que as ações desenvolvidas se perderam no tempo e no espaço. Ao conversar com pessoas que estão à frente da gestão do turismo nos municípios, empreendedores e líderes comunitários, o relato anterior não é confirmado e outras percepções distintas são identificadas.

Olha, a gente soube pouquíssimo sobre isso, falar com sinceridade. Participava assim de reuniões, né, que tinha do Circuito e tal, mas só isso. Não teve mais nada de diferente disso, não (CRUZINHA, 13 fev. 2017).

Não, eu acho a Rota Lund de grande importância, mas eu acho que ela precisa ter uma melhor comunicação, né? É... em toda a nossa rota e... igual eu falo, na comunidade como um todo, pra que chegue ao conhecimento das pessoas, né? Precisa melhorar a comunicação... porque as pessoas não sabem... que ela existe (NINHO, 13 mar. 2017).

Não, a gente tem muito pouco conhecimento da Rota das Grutas de Peter Lund. Quase nenhum. Eu só fiquei conhecendo as Rotas de Peter Lund porque a Brenan nos contratou pra poder fazer um espetáculo teatral falando da gruta e aí a gente foi na UFMG, no museu, foi também lá no museu da PUC. E aí que a gente então passou a procurar e aí que a gente foi descobrir Peter Lund, saber o porquê do bairro Dr. Lund até chegar na gruta Rei do Mato e a gente poder contar. Então de lá pra cá, do circuito das grutas Peter Lund pra cá, não veio nada. Mas daqui pra lá foi (BOI, 13 mar. 2017).

Sabe quem fez essa pergunta pra mim? E eu não soube responder. Humberto, prefeito. E num soube responder. É, eu não sei falar pra você porque eu não conheço o projeto da... esse projeto específico que você tá falando (PATRIMÔNIO, 31 mar. 2017).

Ao ponderar sobre a atuação das instituições envolvidas no projeto com o intuito de compreender a relação da rota com o desenvolvimento regional do turismo e suas interações com o lazer, percebe-se que a orientação que provavelmente associava o turismo ao meio ambiente, atendia ao objetivo do PMDI 2003-2027, que estabelecia a “integração competitiva de Minas Gerais no mercado internacional” (p. 14), entre outras orientações. No entanto, não havia um objetivo comum que pudesse orientar de maneira clara o processo de desenvolvimento relativo às ações da rota. Por isso, percebe-se que cada instituição procurava fazer com que o projeto se adequasse a suas orientações e necessidades. Essa interpretação evidencia o distanciamento de um dos alicerces deste estudo, que compreende que “as políticas públicas devem vir carregadas em suas ações de projetos que, cada vez mais, sejam um conjunto de propostas de intervenções multissetoriais integrados, buscando dar ao cidadão uma atenção global” (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 40).

Pode-se verificar que a SETUR, conforme descrito por Abelinha (2017), entrou tardiamente, mas vislumbrou o projeto como uma maneira de responder à agenda do turismo vigente, e o concebe como um veículo para o desenvolvimento regional do turismo a partir de ações que pudessem motivar a demanda nacional e internacional, mas também como um veículo de educação. Também como destacado anteriormente, para o mentor do projeto, o

objetivo estava relacionado à questão ambiental e às ações da Câmara de Meio Ambiente. Para o IEF, há indícios de que seu interesse e objetivo estava relacionado à gestão do uso público das unidades de conservação, entre outros problemas burocráticos, como se pode perceber no trecho a seguir:

Eles fizeram esse traçado, né, foram definindo, né, os locais? [...] E depois vem o negócio da PPP. A PPP foi um pouquinho mais pra frente, [...] **nosso trabalho ele é muito mais focado na questão da conservação**, então... que é **um problema que a gente tem nas unidades que é a parte de gestão do uso público**, que é essa parte de visitação mesmo. Então é... igual, [...] como é que a gente fala, **não é o fim da instituição, né? Não é fazer gestão de visitação**. Então a ideia foi [...] É... e vendo assim que... que... acho que a Rota precisava, né, de uma gestão particular pra ela dar mais certo, assim, porque a gente tava tendo... principalmente a gente tava tendo muito problema, que foi bem na época da transição também das empresas, né, da Maquiné Tour e da Seltur pro IEF. É... essa questão de é... de coisinhas pequenas, às vezes, trocar uma lâmpada e ser uma coisa imediata a gente não consegue, é burocrático. É... ter um serviço de excelência no serviço público da parte de visitação, né, nessas áreas. O particular provavelmente faria de uma forma melhor (ESQUECIMENTO, 06 fev. 2017). (Grifo da autora).

Então eu tenho o... a primeira versão... a primeira versão do que foi a proposta, do que foi pescado assim, foi extraído do... da OMT, né? Depois com a dificuldade financeira, teve os contingenciamentos. Quando vinha os contingenciamentos, aí era uma tortura porque você tinha que pegar o que você já tinha reduzido e ainda reduzir mais. Ou seja, **o que era pra ser feito na Rota Lund, a gente fez e foi proposto um grão de mostarda**. Tivemos uma... uma validação positiva de tudo que foi feito. [...] foi um projeto muito... extremamente assim visionário não só pelo governo, mas pela expectativa do... do... da população do entorno do parque. Porque o entorno do parque eles estavam esperando, né, a proposta inicial que era o **crescimento do turismo, né? E, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico deles**. E dentro desse projeto é... outra informação que eu posso dar... que eram sete subprojetos. [...] Sete subprojetos. Aí dentro... esses... esses sete subprojetos correspondiam a um subprojeto de educação ambiental, que era coordenado pela SEMAD. O subprojeto de obras, que era SETOP. O subprojeto... dois subprojetos que eram coordenados pelo Turismo. [...] Tinha outro subprojeto que era modelo de gestão, que era coordenado pela sede da unidade PPP. É isso. Eram esses. E aí esses subprojetos que a gente caminhou com eles por... por esses 4 anos e teve entrega de produtos, né? Eu também... a gente tem registrado a entrega dos produtos e o... (PARQUE MANGABEIRAS I, 07 fev. 2017). (Grifo da autora).

Interessa salientar que os projetos relacionados ao turismo não foram lembrados, o que mais uma vez caracteriza o distanciamento entre as instituições. Por outro lado, percebe-se indícios de que uma das finalidades do projeto era colocar em funcionamento o modelo de gestão para as unidades de conservação proposto pelo Instituto Semeia em um estudo realizado entre os anos de 2012 e 2013.

Esse modelo de gestão, a PPP, era e, até o momento de finalização desta tese, continuava sendo considerado como positivo pelos gestores das unidades de conservação, pelo IEF e pela SEMAD. Isso porque ele é compreendido como uma forma de solucionar as limitações de atuação desses órgãos, sobretudo no que se refere ao uso público, ou seja, a visitação a lazer ou turismo, bem como os problemas de conservação mais imediatos com implicações burocráticas.

Acrescenta-se aí a possibilidade de investimentos em divulgação massiva, o que pode com o passar do tempo gerar externalidades não esperadas.

Ah! Agora o projeto estruturador Rota das Grutas. Aí tem o sistema de áreas protegidas, que a gente deu subsídio. Aí na Rota das Grutas veio a modelagem da PPP. Aí o tempo inteiro, precisa de subsidiar. Precisa subsidiar, vamo dizer assim, vamo mapear... [...] Quem propôs a PPP foi o pessoal do Semeia. Porque existia um núcleo consolidado de PPP em Minas e ao mesmo tempo... mas já tinha uma demanda do meio ambiente e do próprio IEF no sentido de pensar dentro da Rota das Grutas como modelo de gestão da Rota. Dentro desse modelo de gestão caberia também colocar concessões, né? Aí o que eu falo, que independente da PPP, eu não acho que a gente tinha que fazer... eu não acho que caberia ao IEF operar. Operar a visita à gruta igual a gente opera e tal (DA TORRE, 02 dez. 2016).

Enfim eu acho que não... não teve... não teve o alcance, principalmente porque a gente depositou grande parte na gestão que tava por vir, que era a PPP. A gente é... teve um estudo, teve indicadores propostos que seriam controlados é... pela gestão da PPP... os indicadores seriam controlados pelo Estado. [...] Então se a PPP tivesse é... findado e tudo, eu, com certeza, é... estaria em outro cenário. [...] E eu acredito na... se a PPP tivesse terminado, né, concluído, a gente estaria com um cenário diferente (PARQUE MANGABEIRAS I, 07 fev. 2017).

Contudo, a população não comungava da mesma visão colocada pelos gestores públicos.

Da PPP, teve algum receio, né, nas audiências públicas, tinha gente que era contra, mas porque acho que não entendia muito bem o quê que era a PPP. Tem gente que acha que PPP é privatização e não é, é uma concessão a longo prazo, mas não é uma privatização, que é bem diferente, né? Privatização você tá vendendo pro Estado, né... pro privado e, nesse caso, só tá cedendo o espaço pra ele tá, né, fazendo a gestão. É... então teve muito, inclusive, nas audiências públicas, algumas... na verdade participei de uma, mas **houve bastante resistência**, né? Muita... muita... (ESQUECIMENTO, 06 fev. 2017). (Grifo da autora).

Perante essas contradições, concorda-se com Franco e Estevão (2010) ao ponderarem que parcerias são reconhecidas como formas de cooperação relevantes para a promoção de um pensamento estratégico de longo prazo. Contudo, embora apresentem vantagens, elas podem emergir à luz das tendências de concentração e internacionalização, geralmente associadas ao desenvolvimento econômico de bases capitalistas, o que é questionado por esta pesquisa.

No caso das PPPs, a premissa subjacente para seu êxito consiste na geração de benefícios para todos os envolvidos, pressupondo alinhamento de recursos e objetivos (FRANCO; ESTEVÃO, 2010). Concebê-la como um meio para o alcance de benefícios tangíveis imediatos, como redução de custos, apoio logístico operacional e acesso a novos mercados, como sugerem os relatos destacados, significa uma postura mais restritiva. Por isso, no caso do turismo, esse tipo de parceria requer a formação de uma rede sólida, com o estabelecimento de objetivos coletivos, entretanto, os dados em discussão nesta tese sinalizam o contrário.

A percepção da instância de governança regional foi compreendida ao agrupar os temas

das reuniões. Os registros deixam claro que o circuito aprovava o projeto, e o considerava como o mais importante para a região (atas de 06/05/2009; 02/09/2010). Entretanto, ao mesmo tempo, havia preocupações acerca de seus desdobramentos. Destacam-se as discussões relativas à participação tanto da associação quanto dos municípios, outras relativas ao compartilhamento das ações em andamento, e a atuação do governo do estado, por meio da SEMAD, por exemplo (ata de 15/08/2013). Chama atenção a inquietação também por parte da instância de governança regional à proposta em andamento da parceria público-privada para gerir as unidades de conservação, como se pode ver no trecho a seguir.

Preocupação quanto a parceria pública privada – PPP, proposta pelo governo de Minas, “Rota das Grutas de Peter Lund” visando a conservação das três unidades de conservação (UC’s) onde se localiza as grutas de Maquiné, Rei do Mato e Lapinha, com o objetivo de gerir as áreas, realizar investimentos de melhoria, conservação do patrimônio, promoção turística, bem como operação comercial das UC’s. Informou ainda que esclarecimento sobre o projeto poderiam ocorrer no dia 02 de setembro às 14hs no Parque Estadual do Sumidouro, onde todos deveriam participar, e finalizou dizendo que a nova diretoria teria um compromisso sério diante das demandas importantes da região e que ações pontuais deveriam ser tomadas (ATA de 30/08/2013).

A resistência destacada está associada às ações ocorridas no passado, sobretudo aquelas relativas à implementação das unidades de conservação e de implicação direta com as discussões sobre o pertencimento das grutas, tanto no sentido de posse, quanto no sentido de fazer parte da história e da vida da comunidade, bem como a influência no usufruto por parte da população daqueles espaços. Isso porque antecede a proposta da PPP, a atribuição da gestão e administração da visitação nas grutas. Essa por sua vez era realizada por órgãos ou empresas municipais, e sua mudança para o estado havia causado transtornos para a população, como destacado anteriormente.

Contudo, ao apreciar as informações visando compreender a influência da modelagem da PPP na região, percebe-se um distanciamento da premissa destacada anteriormente. Dito de outra maneira, para as instâncias de governança relacionadas ao meio ambiente, que estavam à frente do mesmo, o objetivo compreendia o estabelecimento de um modelo para melhorar a gestão das unidades de conservação, sobretudo no que se relaciona à visitação e a manutenção diária, aproximando o projeto de abordagens mais limitadas.

As informações obtidas por meio das entrevistas, a partir do nível de concordância medido pelo coeficiente de Jaccard – considerando o histórico da rota, a atuação do circuito, a integração, e a articulação regional –, evidenciam que esta última atinge níveis de convergência muito baixos, conformando uma correlação fraca (Tabela 1). Dessa forma, é possível compreender a articulação regional como uma fragilidade a ser superada. Esse resultado

reafirma as limitações discutidas anteriormente, figurando um fator restritivo para o desenvolvimento regional do turismo a partir da rota.

Tabela 1 – Análise de cluster Integração, articulação regional, circuito, histórico da rota

| Nó A | Nó B | Coefficiente de Jaccard |
|--------------------------|----------------------|-------------------------|
| Integração | Circuito | 0,68 |
| Histórico da Rota | Circuito | 0,64 |
| Integração | Histórico da Rota | 0,625 |
| Histórico da Rota | Articulação regional | 0,25 |
| Integração | Articulação regional | 0,238095 |
| Circuito | Articulação regional | 0,166667 |

Fonte: Nvivo – dados da pesquisa.

As limitações apontadas pela análise vêm sendo consideradas como relevantes desde as décadas de 1980 e 1990, nos estudos de Celso Furtado, conforme aponta Diniz (2009).

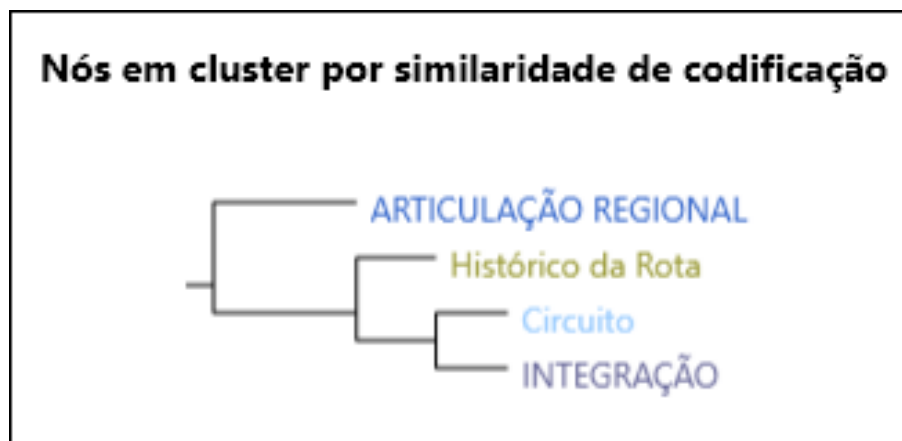
Assim, uma nova política regional, gerida pelos objetivos de coesão econômica e social, necessitaria também ser pensada em função da coesão territorial. A coesão territorial, por sua vez, passa pelo menos por quatro dimensões da integração. Integração territorial (no sentido físico), a integração econômica (como complementaridade entre regiões), integração social (que considera a distribuição de renda, a geração de emprego e a incorporação social), integração política (no sentido de recostura do pacto federativo) (DINIZ, 2009, p. 244).

Nota-se, a partir do dendograma⁶⁴ (Figura 7), o distanciamento entre os itens em análise. Contudo, ao ponderar a correlação por pares, verifica-se que esta é moderada (Tabela 1) ao observar as variáveis circuito e integração (0,68). Isso se dá devido à assimilação pela instância de governança regional da relevância das ações para a implementação da política de regionalização, mas pouco se relaciona com as ações da rota.

As variáveis histórico da rota e circuito, e integração e histórico da rota, também apontam uma correlação moderada (Tabela 1). Todos esses índices apurados correspondem à atuação do circuito e suas tentativas de aproximação com os *players* da rota. Representam, também, as ações iniciais decorrentes das ações do programa *Volunteers* da OMT, no qual os municípios foram envolvidos no processo de diagnóstico, de modo específico nas oficinas que ocorreram naquelas cidades, e que foram consideradas pelos participantes como uma forma de integração, por terem aberto um canal de comunicação.

⁶⁴ Dendograma é um tipo de diagrama ou representação icônica que organiza determinados fatores e variáveis a partir da análise estatística de determinados dados. É uma ilustração do arranjo de agrupamentos derivado da aplicação de um “algoritmo de clustering”. No caso desta pesquisa, o método para o agrupamento considera a menor distância entre variáveis.

Figura 7 – Dendograma Cluster articulação, integração, circuito, histórico rota



Fonte: NVIVO – Dados da pesquisa.

Desse modo, as explicações que podem justificar os resultados medianos encontram apoio, primeiramente, nas ações do circuito para implementar políticas de turismo estadual e federal, e também nas diversas tentativas e movimentos realizados pelo circuito, pelo município de Sete Lagoas, e pela SETUR/MG, ao reivindicar aproximações com os órgãos que desenvolviam o projeto (SEMAD e IEF).

Mesmo que timidamente, todos foram incluídos. Outros fatores relevantes são o envolvimento da OMT via SETUR/MG; as oficinas de sensibilização que ocorreram, destacadamente, no município de Cordisburgo; a qualificação envolvendo os guias que fazem a condução na visitação às grutas; e os receptivos locais, via projeto Minas Recebe, executado pela SETUR/MG, e que iniciou como ação preparatória para a Copa do Mundo Fifa 2014. Além disso, as ações que envolveram a melhoria da estrutura das grutas.

Começou a ter um envolvimento maior porque o nosso chefe, que era o Betão, né? O Roberto Alvarenga, ele tinha uma relação com a Jussara Rocha, que era superintendente lá. Não lembro se era de... de políticas do turismo, não lembro qual que era o setor dela... Então, tinha um envolvimento assim, mas ainda era uma coisa meio incipiente, não tinha uma coisa muito efetiva. É... aí depois a Secretaria também acho que ficou um pouco... meio perdida, teve um monte de mudança, saiu todo mundo... (ESQUECIMENTO, 06 fev. 2017).

E ele também tinha uma interface com outras... várias secretarias: com a Secretaria de Turismo, com a Secretaria é... é... de Cultura, Educação, claro, com a... com a de Transporte e Obras Públicas. Então como tinha essa... essa... esse tanto de braços, né, assim tinha relação com os demais gabinetes, o Adriano ele achou estrategicamente que ele deveria ficar próximo dele (DA TORRE, 07 fev. 2017).

Da Rota sim, que melhorou a condição das grutas, qualificou mão de obra, melhorou a condição dessas pessoas, dos agentes, que estão ali no entorno, abriu mais espaço... mais vagas de trabalho. Mas como uma condição de trabalhar o turismo regional, Rota Lund não contribuiu não. Verdadeiramente? Não! Melhorou dos polos nas grutas sim. E aí? Que mais? E o acesso asfáltico (MITO, 21 mar. 2017)?

Não se pode deixar de apontar que tanto os municípios, quanto a instância de governança regional, as estaduais, incluindo as de turismo, e os empreendedores associados ao circuito, consideram o expressivo potencial da Rota como veículo de indução do desenvolvimento regional do turismo. Também é preciso assinalar que todos lamentam a morosidade, o baixo alcance do projeto e os mínimos resultados obtidos até aqui. Contudo, é preciso alertar para o desconhecimento, tanto por parte da comunidade, quanto por parte de um dos maiores empreendedores estabelecido nos limites geográficos da rota.

Chama atenção o resultante baixo índice de correlação para a articulação regional quando cruzado com as demais variáveis, o que reafirma as limitações apresentadas ao longo deste capítulo, e se relaciona com o desafio destacado no trecho a seguir:

Agora o problema da instância de governança regional aqui é atribuir também, vamo dizer, qual grau de poder que um gestor ou o presidente tem, que depende muito do nível de articulação e de quase que meio de convencimento (DOBRA, 02 dez. 2016).

Por isso, como dizer que resultados estão sendo obtidos para a região, se a integração e a articulação situam-se à margem do processo? Se a participação da própria SETUR é reduzida e pouco valorizada? Como considerar o desenvolvimento regional por meio de um projeto que a comunidade local desconhece? Que pouco dialoga com a instância de governança regional? Desse modo, o desenvolvimento regional como um mecanismo que requer a construção de um ambiente sinérgico entre agentes políticos e sociedade civil organizada, regido pela cooperação, fica distanciado (NÓBREGA, 2013).

Se considerarmos o que está posto no relatório desenvolvido pela OMT no ano de 2010, que apontava que a gestão do “produto” Rota das Grutas de Peter Lund era fraca e incipiente, acrescida da falta de clareza dos papéis de cada um dos envolvidos, seja da iniciativa pública ou privada, pode-se considerar como inexpressiva a evolução para os aspectos apontados.

A Figura 8 demonstra a formação de um *cluster* com três agrupamentos em distintos níveis de aproximação e distanciamento entre eles. O primeiro deles (1) expressa um nível moderado de correlação, com valores aproximados ao que foi descrito anteriormente. Nele estão relacionadas as falas que consideram a Rota como um importante instrumento para o desenvolvimento regional do turismo, para o processo de integração, bem como as interações com o lazer.

Figura 8 – Dendograma cluster interações do projeto



Fonte: Dados da pesquisa.

Contudo, esse grupo está distante da formação dos outros dois agrupamentos (2 e 3), mais próximos entre si, com valores de correlação oscilando de moderados a fraco como se pode ver na Tabela 2. A apreciação resultante permite apontar algumas fragilidades do projeto, destacadamente a articulação regional (como analisado anteriormente), e as transformações materiais. Assim, é possível ponderar que os efeitos na base local ainda não foram percebidos. O caráter coletivo, importante instrumento para o exercício da participação e cidadania, e consequentemente no processo de desenvolvimento com vistas para o local e para as pessoas, apresenta índices muito baixos, principalmente ao considerar sua associação ao projeto, como se pode ver na Tabela 2.

Sobre a relevância da Rota, alguns entrevistados comentaram o seguinte:

A Rota é superinteressante. É... é bela, né? Tem muito a contribuir pro... pro turismo regional, local, pro receptivo... Tem, sim... a gente acredita, né? Só que é tudo muito lento, poderia ser com mais é... podia ser... acontecer assim... ser mais eficaz. Eu não sei, talvez, a palavra a correta, mas é tudo muito lento (ESPELHO, 13 mar. 2017).

A Rota já é um produto, né? Pronto, trabalhado e que se pode aumentar esse lazer cultural, esse lazer é... atraente, gostoso, sereno, que... transformando ele num atrativo que vá agregar na Rota. Então, acho que é... é meio que um... um... é um ciclo mesmo de coisas lincadas. Então que uma coisa pode... só vai proporcionar o crescimento da outra, né? Porque é mais ou menos essa linha. Pelo menos a minha percepção e o que eu quero pro meu município é isso. Eu quero o desenvolvimento? Quero, mas eu quero o desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento tranquilo. Um desenvolvimento que eu não vou alterar a característica, a identidade do município, né? Eu quero manter isso. Não precisa, dá pras coisas caminharem, crescer do que jeito que é isso aqui, né? (LIGAÇÃO, 12 jan. 2017).

Contudo, esse grupo está distante da formação dos outros dois agrupamentos (2 e 3), mais próximos entre si, com valores de correlação oscilando de moderados a fraco, como se pode ver na Tabela 2. A apreciação resultante permite apontar algumas fragilidades do projeto, destacadamente a articulação regional (como analisado anteriormente) e as transformações materiais. Assim, é possível ponderar que os efeitos na base local ainda não foram percebidos. O caráter coletivo, importante instrumento para o exercício da participação e cidadania, e consequentemente no processo de desenvolvimento com vistas para o local e para as pessoas, apresenta índices muito baixos, principalmente ao considerar sua associação ao projeto, como se pode ver na Tabela 2.

Tabela 2 – Cluster interações do projeto

| Nó A | Nó B | Coefficiente de Jaccard |
|------------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| Integração | A Rota e o Desenvolvimento Regional | 0,68 |
| Transformação Material | Articulação Regional | 0,666667 |
| Transformação Material | Caráter Coletivo | 0,5 |
| Caráter Coletivo | Articulação Regional | 0,333333 |
| Articulação Regional | A Rota e o Desenvolvimento Regional | 0,272727 |
| Integração | Articulação Regional | 0,238095 |
| Transformação Material | A Rota e o Desenvolvimento Regional | 0,181818 |
| Transformação Material | Integração | 0,142857 |
| Integração | Caráter Coletivo | 0,1 |
| Caráter Coletivo | A Rota e o Desenvolvimento Regional | 0,090909 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Por isso, ao inverter a ordem de análise, considerando se a Rota promoveu e continua promovendo articulação regional, o resultado aponta para uma correlação fraca, permitindo compreender o seguinte:

De fato é um... um projeto bem bacana que tem tudo pra dar certo, né? Mas... é... eu não sei ainda se a Rota tá tão consolidada assim porque... porque como eu sou moradora... moradora não, né? Meus pais moram em Pedro Leopoldo, então eu não... eu acho que o povo lá não conhece muito a Rota ainda, né? Lagoa Santa também não tem conhecimento. Sete Lagoas, minha irmã mora lá, então também tem gente que acho que nunca nem foi lá, né, na gruta. Então, assim, acho que ainda tem muita coisa pra se fazer ainda (ESQUECIMENTO, 06 fev. 2017).

O caráter coletivo no contexto das entrevistas representa a participação e o reconhecimento da sociedade, por isso, as informações denotam que nem o circuito e nem a Rota alcançaram a população.

A gente tem as reuniões, o pessoal do Circuito é muito empenhado, mas não adianta você ir lá pra Lagoa Santa, sentar numa sala só a turma do Circuito pra discutir os problemas. Você tem que levar a população pra lá. Você tem que juntar com a

população. Eu acho que o que falta é essa busca, sabe? [...] Quase não funciona. Quase não funciona. Não sei nem se tá funcionando hoje, particularmente. É uma coisa também que parece que tornaram a reativar o COMTUR, que é o Conselho de Turismo da cidade, né? Eu falei que... e toda vez que eles conseguiram organizar, funcionou, sabe? Eu não entendo como que não tá funcionando como deveria. O Conselho do Patrimônio funciona bem hoje. [...] Então acho que essa busca precisa de ser sintonizada, sabe? Já pensou que legal fazer parte do COMTUR, sei lá, o vaqueiro que tá com 85 anos. Minha ideia é essa. Não sei se... eu acho que a gente vai com jeitinho. Você não pode ser radical em nada, eu não sou (MEIO, 14 fev. 2017).

Os níveis medianos a fraco, ou muito fraco, demonstrados na Tabela 2, que podem ser visualizados a partir do cruzamento entre variáveis transformação material e caráter coletivo, e os demais cruzamentos subsequentes, indicam que embora um montante significativo de recursos financeiros e humanos tenha sido direcionado ao projeto, mínimos são os resultados alcançados, sobretudo quando o olhar se volta para uma outra maneira de planejar e gerir o turismo e seu desenvolvimento regional, ou seja, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, orientações previstas no projeto. Nesse caso, não se percebe “vazamentos” dos efeitos decorrentes do grau de integração (NÓBREGA, 2013), e principalmente no alcance da população na região.

Neste estudo, esses efeitos são compreendidos como a articulação de saberes, experiências e realização de ações cujo objetivo seja o alcance de resultados integrados para situações complexas que permeiam a sociedade. Resultado similar ao encontrado pode ser detectado no estudo realizado pela UFMG (2010), o qual contou com a participação de uma equipe interdisciplinar, incluindo a autora desta tese.

Essas fragilidades podem ser verificadas na fala de uma das entrevistadas, em tom de lamento.

Depois com a dificuldade financeira, teve os contingenciamentos. Quando vinha os contingenciamentos, aí era uma tortura porque você tinha que pegar o que você já tinha reduzido e ainda reduzir mais. Ou seja, o que era pra ser feito na Rota Lund, a gente fez e foi proposto um grão de mostarda. É uma... assim fazendo uma analogia, eu falo que era uma dízima na região metropolitana, **uma dízima ecológica**. É uma... é um... assim eu sou suspeita, mas era um projeto surreal se fosse colocar tudo que a OMT propôs, todas as ideias de Cartelli, a gente é... nós... com certeza aqui que estaríamos como referência mundial (PARQUE MANGABEIRA I, 07 fev. 2017). (Grifo da autora).

Do ponto de vista da entrevistada, a maior limitação para a implantação do projeto está associada à escassez de recursos financeiros, à burocracia que cerca as ações do estado, notadamente os processos de licitação, e ao prazo exíguo para realizar todas as ações propostas, o que indica que o projeto fazia parte de um determinado programa de governo.

É relevante frisar que a expressão destacada na fala da entrevistada refere-se ao que foi realizado, ou seja, ações referentes à formalização legal e física das unidades de conservação,

as estruturas físicas que foram criadas ou melhoradas na Gruta da Lapinha e em Maquiné, e as ações de proteção e conservação ambiental que vêm sendo desenvolvidas.

A expressão “*dízima ecológica*” aponta para os resultados relacionados ao primeiro objetivo proposto pelo relatório elaborado pelo programa *Volunteers* da OMT (2010), que se tornou referência para as ações da SEMAD, que é a “conservação e aproveitamento racional dos recursos naturais e culturais”, o que não representa uma novidade, dada a função precípua do IEF, por exemplo, mas isso não implica afirmar sua efetividade.

Por outro lado, o mesmo relatório prevê a implantação de um sistema de governança compartilhado, e que, pode-se dizer, assemelha-se à estrutura da política de turismo vigente, que prevê a integração e a articulação entre as diversas instâncias de governança, bem como a comunidade e iniciativa privada. Mas para esses itens os resultados evidenciam que não houve evolução.

Eles deveriam ter primeiro consultado a área do turismo pra depois fazer o projeto que eles queriam fazer porque ali foi... assim, as pessoas só fazem as coisas na ordem inversa. Na ordem inversa. Você fez lá, você destruiu. Agora você quer que aquilo vire um ponto turístico. Você tirou o que tinha a referência pro turismo (PEDRA VERMELHA, 31 mar. 2017).

Eu acho assim que o... eu não... o hotel em si eu não participei. Não participo das reuniões do Circuito. Eu fui convidado em todas. Não participei. Eu não achei interessante participar pro hotel (ONÇA, 31 jan. 2017).

É evidente que, como o projeto, que tem suas origens dentro da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana, muitos dos resultados esperados, do ponto de vista do turismo, estão associados à elevação do fluxo turístico na região e à geração de emprego e renda, o que também não difere muito da visão das outras instâncias de governança. Pois:

As discussões sobre a inserção do turismo no âmbito governamental engendram-se nos aspectos voltados principalmente no campo econômico, motivando os gestores à incorporação do setor no planejamento estratégico de vários países, com fins de acúmulo financeiro entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (NÓBREGA, 2013, p. 98).

Outros temas importantes que perpassam o processo de desenvolvimento regional do turismo parecem não fazer parte do rol de itens avaliados pelos gestores. Gastou-se para, por exemplo, promover a rota em outros países, como destacado por Parque dos Mangabeiras I, ao passo que a população mal tem noção da mesma, muito menos como ela pode se relacionar com o seu cotidiano.

Por isso questiona-se, por que gestores públicos preferem dar ênfase à promoção de produtos turísticos, e no caso específico no mercado internacional, se esses são desconhecidos da própria população? Não seria mais viável promover esses produtos internamente, visando

ao fortalecimento do sentido de pertencimento, bem como à aproximação da comunidade por meio de atividades de lazer nos espaços públicos sob os quais o produto foi elaborado, por exemplo? Por qual razão, mesmo que as teorias do desenvolvimento, do turismo e de políticas públicas de turismo apontem para o fortalecimento da endogenia, a opção é a promoção externa e não interna, por meio, por exemplo, do incentivo à criação de produtos periféricos? Somente ações de incentivo ao artesanato são suficientes para promover resultados duradouros? Até que ponto as ações que envolvem projetos do estado têm como objeto as pessoas do local?

[...] eu não sei se alguém sabe dessa Rota aqui em Sete Lagoas. A não ser assim o pessoal do trade turístico, né? O pessoal da Secretaria de Turismo, é óbvio, é... quem mais? De repente o Meio Ambiente pode saber alguém... alguns restaurantes ou... ou alguns... proprietários de hotéis, né? Mas fora do trade assim do atendimento ao turista, desconhecido (ESPELHO, 13 mar. 2017).

Hoje... Rota Lund hoje num findou, mas hoje ela tem ainda... hoje ela é conhecida de certa maneira pelo projeto. Internacionalmente muito porque ela já foi... foi pra Austrália, foi pra Colômbia, Estados Unidos, toda a Rota Lund foi conhecida (PARQUE MANGABEIRAS I, 07 fev. 2017).

Esses questionamentos encontram sustentação na pesquisa realizada pela UFMG (2014), por encomenda do Ministério do Esporte ao CNPQ, que constatou que os turistas que vieram a Belo Horizonte por ocasião da Copa do Mundo Fifa 2014 também não tinham conhecimento da rota. Os dados apontam que durante a Copa das Confederações, 98% dos turistas entrevistados não conheciam a Rota das Grutas de Peter Lund. Esse percentual se manteve estável um ano depois, quando foi realizada nova pesquisa durante a Copa do Mundo, demonstrando que 95% dos turistas não tinham ouvido falar da Rota, mesmo tendo ela feito parte do material promocional desenvolvido para o evento (UFMG/CNPQ, 2014).

A referida pesquisa, ao mesmo tempo, mostra que a sinalização, parte integrante da Matriz de Responsabilidades do Estado de Minas Gerais e, portanto, com propostas de ações e destinação de recursos, cuja justificativa era a preparação para os eventos já mencionados, não foi implementada, nem mesmo até o momento de elaboração desta tese. O relatório ainda afirma que “a falta de continuidade na sinalização nos trechos entre os marcos da RGPL dificulta o deslocamento, podendo, assim, até mesmo impedir que o turista possa visitar alguns dos atrativos existentes ao longo do caminho” (UFMG/CNPQ, 2014, p. 86).

É... teve esse investimento inicial, então teve uma ação que foi a elaboração de um projeto executivo de sinalização de toda a Rota. Então saindo de Belo Horizonte até Cordisburgo e... e mencionando a Rota, mencionando os atrativos âncora, sabe, fazendo a sinalização rodoviária interpretativa e turística, municipal, tudo, todo... é... muito completo o projeto, mas a gente ainda não conseguiu recurso pra... pra implementar (ABELINHA, 31 jan. 2017).

Não se pode deixar de ponderar que a sinalização turística é de extrema importância para a integração espacial dos municípios, do circuito e da rota. Para o desenvolvimento do turismo, é considerada como uma infraestrutura básica que contribui para qualificar o produto turístico, não somente por facilitar o deslocamento e a acessibilidade aos locais turísticos, mas também por exercer uma função de motivação indireta. Circular pelas vias e perceber uma sinalização turística faz com que algumas pessoas sintam interesse em conhecer outros lugares.

Ciente disso, o município de Sete Lagoas, mantendo uma postura de pensar globalmente e agir localmente, envidou significativos esforços para implantar sinalização turística.

E aí o projeto que eu tentei durante anos, né, elaborar, trabalhar com uma consultoria para isso, porque a gente dependia de um engenheiro de trânsito ou uma empresa especializada nessa área, foi a sinalização turística, que nós só conseguimos instalar em 2014. Mas é esse o tempo que o poder público às vezes coloca pra gente. [...] Do Ministério do Turismo, mas por emenda parlamentar. Não é um recurso de programação ou que tivesse foco na Copa do Mundo, por exemplo (NINHO, 14 dez. 2016).

A sinalização é compreendida como um instrumento que oferece informações para facilitar o senso de posicionamento e reconhecimento do espaço. Supre as necessidades básicas de orientação nos deslocamentos em territórios desconhecidos. De modo suplementar, oferece elementos sobre a natureza dos atrativos dispostos ao longo da malha viária e urbana. Desse modo, a elaboração de planos e projetos de sinalização turística requer a compreensão das políticas de desenvolvimento existentes, principalmente aquelas relativas ao planejamento regional e urbano (EMBRATUR, IPHAN, MINISTÉRIO DA CULTURA, 2001). Ademais, a sinalização turística conforma-se a partir de uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial, demandando esforços de distintos órgãos como cultura, turismo, mobilidade, dentre outros.

Prosseguindo com a argumentação que justifique afirmar o fraco nível de integração, e apontando para outras direções, apoia-se na pesquisa de Magalhães, Suyama e Faria (2017), que desenvolveram um estudo sobre a função de demanda para os visitantes das Grutas da RGPL, e concluíram que o perfil de visitante das três grutas é heterogêneo, e apenas um terço deles conhece mais de uma gruta. Sob esse olhar, afirmam que a rota ainda não conseguiu integrar os três atrativos.

Logo, sob olhares e caminhos metodológicos distintos, os resultados apontam para uma mesma direção, e demonstram uma fragilidade a ser monitorada e modificada, sobretudo quando o objetivo é o desenvolvimento regional.

Completando o período analisado, no final do ano de 2016, a SETUR apresenta ao circuito um novo projeto.

Parques de Minas visando o aumento do fluxo turístico nas unidades de conservação e, no Estado de Minas Gerais, através da melhoria da estrutura, da promoção, da comercialização e dos serviços. Uma ação realizada em conjunto com o Instituto Estadual de Florestas que tem como público alvo os gestores das unidades de conservação, turistas, circuitos turísticos, comunidade local, jornalistas, agências, operadoras e receptivos (ATA 14/12/2016).

Considerando a análise desenvolvida até aqui, esse novo projeto, originado dentro da SETUR, e que tem como alvo as unidades de conservação do estado, demonstra o potencial do segmento turismo na natureza, e o interesse por uma nova integração vertical estabelecida com o IEF.

Os processos econômicos não são totalmente construídos nem de decisões totalmente autônomas, nem de decisões totalmente induzidas. As decisões são tomadas com graus de liberdade variados de acordo com a posição dos agentes nas diversas estruturas – instituições, como empresas, famílias e organizações da sociedade ou do Estado – que coordenam aspectos diferenciados da reprodução social (NÓBREGA, 2013, p. 99).

No caso da região estudada, esse novo projeto pode sugerir uma mudança de rumo no que se refere ao planejamento do turismo. E por isso, levanta novos questionamentos. Haverá uma retomada do projeto RGPL, agora com uma atuação mais profícua da SETUR? Ou esse novo projeto seria mais uma estratégia para legitimar a efetivação da PPP? Se efetivada(s) a(s) PPP(s), que tipo de resultado seria gerado em relação ao desenvolvimento do turismo?

Este capítulo foi erigido sob a análise das distintas perspectivas que circundam o projeto RGPL, e algumas ações já implementadas. Os argumentos foram construídos a partir das entrevistas, e também das informações extraídas da análise documental, que foram trabalhadas com o suporte do *software* Nvivo. Uma ferramenta disponível nesse programa e considerada como relevante para este estudo foi a análise de *cluster*, que mensurou as informações, revelando baixos índices de influência quando se trata da rota.

6 LAZER, TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM OLHAR SOBRE A DIMENSÃO DA VIDA

Este capítulo consiste na observância dos temas centrais que abarcam a pesquisa. Está alicerçado nas análises das informações, esclarecimentos, e/ou conhecimentos prestados e adquiridos a partir do conjunto das fontes. Sua finalidade reside no agrupamento dos argumentos que possibilitem consubstancializar respostas para objetivos específicos propostos por esta tese, notadamente, a interação entre os três conceitos-base.

6.1 Os sentidos e significados atribuídos ao lazer

Os três conceitos centrais que abarcam esta tese foram definidos como categorias interdependentes. A análise de conteúdo, empregada com o auxílio do *software* Nvivo, instituiu os alicerces para as interpretações expostas a seguir.

Em um primeiro momento, as categorias foram examinadas em separado, a partir do recurso de frequência de registro de palavras. Em seguida foram associadas aos trechos das falas dos entrevistados. Visou-se com essa ação compreender como os termos eram constituídos e articulados no imaginário dos entrevistados, suas aproximações e distanciamentos e possíveis contradições. Posteriormente, fez-se uso da análise de *cluster* objetivando apreender a interação e correlação entre eles, e assim responder ao objetivo específico: discutir as concepções de lazer e de turismo presentes em documentos e enunciadas por atores inseridos no projeto Rota das Grutas de Peter Lund, bem como seus encadeamentos em termos de desenvolvimento regional.

Os primeiros resultados são apresentados na Figura 9.

Figura 9 – Nuvem de palavras (50) – lazer



Fonte: Nvivo - Dados da pesquisa.

O lazer é qualificado no conjunto dos termos de maior incidência nesta categoria, a partir de quatro dimensões distintas, porém intercambiáveis entre si: humana/social, temporal, espacial e ambiental (Figura 9).

A dimensão humana/social se apresenta como a mais significativa e eixo central: o lazer diz respeito à interação lúdica entre pessoas. Ela se conforma como raiz, pois é estabelecida a partir das particularidades da cultura local na fruição do lazer, representadas na nuvem pelas palavras pessoas, pessoal, comunidades, cultura, festa, evento, sentido, conhecer, por exemplo. É também a partir dela que são percebidos os vínculos com as demais dimensões aqui identificadas e analisadas.

As características mais significativas do lazer dos residentes são aquelas provenientes das interações sociais, que geralmente se estabelecem nos momentos de encontros de naturezas distintas. Esses encontros podem ocorrer na praça. Um espaço de significativa importância para os residentes de cidades interioranas e pequenas como o caso de Cordisburgo. É um local simbólico, pois, ao que parece, a vida passa por ali, quando possibilita a interação não só entre os residentes, mas também com o turista. É um local para ver e ser visto, pois representa uma fonte de curiosidade fascinante (URRY, 2001). É, portanto, na simplicidade do ato de ficar sentado na praça vendo o movimento passar, conversando com os amigos ou turistas, ou revivendo histórias do passado nessas conversas, que são experimentadas as sensações de gratuidade, bem-estar e satisfação.

As interações também ocorrem nos momentos de prática religiosa, na “feirinha” (caso específico de Pedro Leopoldo), ou em algum outro evento, e expressam, sobremaneira, a força das relações entre familiares e amigos mais próximos, no lazer dos munícipes dessa região. Estão presentes, ainda, os momentos de ócio contemplativo, realizados na Serra de Santa Helena em Sete Lagoas (ambiental), os passeios com animais, ou ainda uma simples entrega ao ócio, ou seja, o descanso, mas também como uma opção de se permitir um momento para estar consigo mesmo.

As práticas corporais são igualmente percebidas nessa nuvem de palavras relacionadas aos significados de lazer para os entrevistados, que citaram de maneira mais específica as caminhadas. Essas perfazem uma coligação com outra dimensão, a espacial, e demarcam alguns locais onde ocorrem. O entorno da lagoa (Sete Lagoas), os parques (conexão com a ambiental), ou praças, ou ainda aquelas oriundas de algum projeto da prefeitura, ao proporcionar atividades físicas como a academia ao ar livre (Cordisburgo), possibilitando a melhora da saúde física e emocional.

O lazer é percebido por muitos entrevistados como algo presente no dia a dia, ou seja, sua fruição é corriqueira. Ele pode ser vislumbrado como uma prática coletiva que ocorre a

partir da interação com a família ou amigos, mas também individual, ou seja, um momento que é dado para si próprio, reafirmando seu caráter de livre escolha (MARCELLINO, 2001).

o lazer de uma cidade de interior... a cidade do interior já tem um cotidiano de lazer. É um sossego. Então o lazer das pessoas do interior é esse lazer de tá sentado no banco da pracinha, batendo papo, contando histórias antigas. Da turminha jogar bola ao fim de semana (MEIO, 14 fev. 2017).

Ah! Lazer, pra mim, é qualquer forma de **distração** de uma família. Tem o cinema, o teatro, a dança. A pessoa **vai ali**, curte aquele evento de lazer, por exemplo, numa praça, vê uma orquestra tocando e vai embora. O lazer, pra mim, é isso. **E é ida e volta, bate e volta num lugar e pronto.** [...] o futebol, que vai lá, assiste um jogo. É lazer (ERITRINA, 20 fev. 2017). (Grifo da autora).

Porque o lazer, pra mim, é na hora que eu acabei de sair do meu trabalho, eu to simplesmente sentada na minha casa descansando é o meu momento de lazer. É o meu momento de eu **não pensar em nada**. Esse é o lazer. [...] Sabe por quê? Porque **o momento de lazer é muito pessoal de cada um**. O momento de lazer é, às vezes, o menino tá lá na balada e o momento de lazer meu é eu tá na minha casa tranquila. **É o meu momento que eu respeito que eu to comigo**, que eu to até conversando com a pessoa e tudo, mas sem pensar... (PEDRA VERMELHA, 31 mar. 2017). (Grifo da autora).

Então, a gente pode considerar o lazer como algo que você faz mais intimamente, né? **É uma forma de distração** mais íntima e mais restrita, seria essa a palavra (OSSO, 12 jan. 2017). (Grifo da autora).

Lazer, pra cada um é muito diferente, né? Para mim é um pouco complicado falar sobre isso, porque eu percebo hoje na sociedade como um todo que tudo que se faz tem que ter bebida. [...] Porque pra mim o lazer pode ser sentar na serra do Santa Helena e ficar ali no **ócio**, eu não preciso ter que conversar, ter que beber, socializar, mas pra maioria das pessoas é isso, e aí eu tenho que entender a demanda das pessoas (NINHO, 14 dez. 2016). (Grifo da autora).

Ah! O lazer acho que tem muito a ver com **bem-estar**, né? Que... o quê... tudo, né, que acho que as unidades, elas proporcionam com relação ao lazer é muito bem-estar de tá num ambiente protegido, num ambiente preservado, né, e poder fazer várias **atividades: caminhada**, de... de... algumas, né, proporcionam **esporte**, que, né, o Sumidouro tem escalada. É... é esse contato, né, com a natureza mesmo. Aí é mais ou menos isso assim. Algumas áreas, né, promovem atividades, né, específicas muito voltada pra parte de **educação** ambiental (ESQUECIMENTO, 20 fev. 2017). (Grifo da autora).

Lazer é... eu, por exemplo, aqui. Final de semana eu não saio de casa. **É aquilo que onde você está, te oferece**. O quê que Sete Lagoas oferece de lazer pra mim que sou residente aqui? Eu saio de lá, eu vou num restaurante comer uma comida boa. Pra mim é uma forma de lazer. Eu sair de lá e visitar um teatro, uma feirinha, ir numa igreja, conhecer uma igreja diferente, ir numa lagoa dessa conhecer, então é **uma forma de lazer que tá ali do seu lado**. Você sai da sua casa, vai naquele lugar, visita, **aproveita e volta, retorna**. Num preciso despender de um dia inteiro pra fazer isso ou de um final de semana. Você **tira uma hora ou duas horas e faço isso** (DA TORRE, 13 mar. 2017). (Grifo da autora).

Ao associar o conteúdo expresso pela análise de frequência de palavras aos trechos das falas, é possível apreender o caráter humano/social na fruição do lazer para os sujeitos da pesquisa. O refinamento da análise de frequência de palavras deixa ainda mais claros os pontos destacados anteriormente (FIGURA 10).

Figura 10 – Nuvem de palavras (20) – Lazer



Fonte: Nvivo – Dados da pesquisa.

Por outro lado, é digno de nota a presença, nos depoimentos, da relação dicotômica tempo de trabalho e não trabalho, cedendo espaço para outras percepções, como se pode notar na Figura 10.

Porque o lazer, pra mim, é na hora que eu acabei de sair do meu trabalho, eu to simplesmente sentada na minha casa descansando é o meu momento de lazer. É o meu momento de eu não pensar em nada. Esse é o lazer (PEDRA VERMELHA, 31 mar. 2017).

Essa conotação restritiva para o lazer, ligada a uma possível evasão da realidade (“não pensar em nada”), devida possivelmente às condições de vida e de trabalho atuais, apareceu somente em uma entrevista. “O problema em visualizá-lo desse modo está na referência a ideias parciais, que podem reduzi-lo, por exemplo, à fuga da rotina e válvula de escape do ambiente do trabalho” (SANTOS; GOMES, 2016, p. 424).

Nas demais entrevistas, outras atribuições e significados se revelaram de modo expressivo, possibilitando assim o distanciamento dessa visão restritiva do lazer, e desse modo, favorecendo aproximações a outras concepções, notadamente aquela associada à cultura,

compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível. É fundamental o traço definidor, o caráter desinteressado dessa vivência. Ou seja, não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade ou pelo ócio (MARCELLINO, 2001, p. 48).

Bem como aquela sob a qual este estudo se apoia e que considera que o lazer é uma “necessidade humana e dimensão da cultura que constitui um campo de práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos sujeitos, estando presente na vida cotidiana em todos os tempos, lugares e contextos” (GOMES, 2014, p. 9).

A dimensão espacial é definida por um conjunto de palavras que demarcam não só ambientes específicos, mas, principalmente, alguns limites territoriais. Por exemplo, o entorno, utilizado para expressar a influência das unidades de conservação, a cidade, como o espaço em que o lazer é praticado cotidianamente, e a região, termo empregado em associação ao turismo (Figura 9), e também como uma forma de reivindicar outras opções de lazer para os munícipes.

No emaranhado de palavras e conjunto das falas, percebe-se a diversidade de elementos que emergem para elucidar o entendimento acerca do lazer para os sujeitos deste estudo. Este, por sua vez, está associado a um conjunto de atividades de naturezas e motivações distintas, reafirmando sua vinculação com a cultura, com as escolhas pessoais, e sua ocorrência em um tempo-espaço social. Assim sendo, é possível reafirmar que

as manifestações culturais que constituem o lazer são práticas sociais vivenciadas como desfrute e como fruição da cultura, que cada vez mais se constrói nas interações entre o local e o global. Podem ser ressaltadas, por exemplo, a festa, o jogo, a brincadeira, o passeio, a viagem, as diversas práticas corporais, a dança, o espetáculo, o teatro, a música, o cinema, a pintura, o desenho, a escultura, o artesanato, a literatura e a poesia, a virtualidade e as diversões eletrônicas, entre incontáveis possibilidades. Essas e outras manifestações detêm significados singulares os sujeitos que as vivenciam ludicamente no tempo/espaço social (GOMES, 2011, p. 19).

É importante destacar que uma parcela significativa dos entrevistados, ao se referirem ao lazer, direcionam primeiramente o seu olhar para aquilo que o município oferece como produto turístico aos visitantes, como o Parque Estadual do Sumidouro em Pedro Leopoldo, as grutas e a Serra de Santa Helena em Sete Lagoas, por exemplo. Pondera-se, por conseguinte, que esse fato seja um indício do distanciamento dos autóctones desses espaços de lazer.

O turismo também foi uma palavra muito presente no discurso dos entrevistados sobre o lazer. Souza (2010) concebe o turismo como resultante do lazer, entendimento também compartilhado por Urry (2001), Taveira e Gonçalves (2012), Coriolano (2014), Cheibud (2014), entre outros. Contudo, a compreensão adotada por esta tese é distinta, como descrito em tópicos anteriores, e será explicitada mais adiante neste estudo.

No contexto das falas, a junção entre os termos se dá quando o olhar dos entrevistados se volta à gestão da visitação das três unidades de conservação que abrigam as grutas, bem como o projeto RGPL, e, portanto, está associada ao fluxo de turistas na região.

Mesmo o turismo sendo vinculado ao lazer, parte dos entrevistados tentou fazer uma distinção entre eles. Contudo, ficaram evidentes dificuldades no estabelecimento da diferenciação pretendida. Isso nos remete à discussão realizada no item 4, e o posicionamento assumido por esta tese, que considera a existência de uma porosidade no estabelecimento dos contornos, fronteiras e limites entre o turismo e o lazer, conforme destacado por exemplo em

(ARAÚJO; ISAYAMA, 2009; GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010; LACERDA, 2010; SANTOS; GOMES, 2016).

Contudo, é preciso realçar a diversidade de visões, entendimentos e percepções que caracterizam o sentido e o significado atribuído aos temas em destaque para os sujeitos desta pesquisa. Com isso, a heterogeneidade envolta se evidencia como outra característica marcante, e coloca em foco as diversas conceituações existentes, revelando que, em parte, elas representam o entendimento que perpassa o imaginário das pessoas. Por isso, torna-se cada vez mais desafiador estabelecer um conceito que seja capaz de abrigar toda a dessemelhança envolta. Mas, o que se pode ratificar é o fato de que:

Una cosa es plantear un concepto ideal de ocio y otra es la realidad que se vive en nuestras diferentes culturas y sociedades, en las que abundan de prácticas de ocio estandarizado, pasivo o, incluso, nocivo desde el punto de vista de un crecimiento sano y feliz⁶⁵ (ORDURA; URPÍ, 2010, p. 88).

E também que:

Afinal, um conceito não é o fenômeno, é somente uma representação da realidade que se pretende designar. A formação de conceitos é um processo que corresponde ao movimento do pensamento e envolve a utilização de determinadas palavras, a abstração de características e o exercício de simbolizações e sínteses (GOMES, 2014, p. 6).

Essa argumentação se fortalece ao compreender a dimensão humana, que se constrói e se revela a partir de um processo de interação com o meio no qual o indivíduo está inserido, e do indivíduo consigo mesmo, como o eixo central, e não estático. Por isso, muitas são as possibilidades de compreensão e atribuição de significados ao lazer.

Paradoxalmente, do ponto de vista da atuação do Estado a partir de orientações constitucionais, na garantia dos direitos sociais, e do bem-estar da sociedade, Menicucci (2006) aponta que permanece o desafio de conceber um conceito mais preciso, para que, assim, seja possível a elaboração de políticas públicas mais eficazes. No entanto, diante do que foi exposto, supõe-se que não seja necessário um consenso universal acerca do conceito de lazer, mas sim, que o assumido na elaboração de políticas públicas seja representativo, sobretudo, dos traços culturais daquela sociedade, e, portanto, deve considerar outras epistemologias (SANTOS, 2010). Assim, do ponto de vista desta pesquisa, o conceito assumido pelo estudo é considerado adequado à realidade do país e da região estudada.

⁶⁵ Uma coisa é propor um conceito ideal de lazer e outra é a realidade que é vivida em nossas diferentes culturas e sociedades, que abundam em práticas padronizadas, passivas ou até mesmo nocivas do ponto de vista de um crescimento saudável e feliz (Tradução livre).

Os trechos a seguir denotam outras facetas do lazer para os sujeitos da pesquisa, e sua associação às dimensões identificadas anteriormente:

há maior lazer do que **entender** por exemplo a transição de cerrado para a mata que a gente vai encontrar quando chegar em Lagoa Santa? Todo o sistema de funcionamento de uma área cárstica como de repente sumidouros que vão, vamos dizer assim, por canais subterrâneos. O mistério das grutas do silêncio, da escuridão. Há maior **prazer** do que do alto daquela serra antes de sair para Maquiné, ver todo o sertão? Há maior lazer do que **imaginar** aqueles animais que onde eles corriam e aqueles homens primitivos? Há maior lazer do que **desfrutar** de uma comida de D. Hayde? Uma cachaça de 5, 6 anos? Quer dizer, há maior prazer do que no mês de agosto, setembro e outubro ir para Maquiné e **ver** aqueles ipês amarelos ou roxos ou brancos arrebatando com as folhas tão bonitas que a árvore fica com vergonha e perde todas as folhas. Há maior lazer do que **olhar para trás no espelho retrovisor do tempo e ver as raízes do Brasil** que ninguém conhece, ninguém estuda porque a história do Brasil começou com o Sr. Cabral. **Então há lazeres e lazeres.** [...] Há maior lazer que ver um jogador de futebol que ganha muitos milhões comprar um avião pra levar piriguetes do Brasil para a Europa pra **divertimento próprio**? Enfim é lamentável que o cara esteja em volta de museus e coisas históricas e simplesmente prefira os gritos da alcova do que isso. Então o que é o lazer? **É sentir-se bem.** Agora eu me sinto bem caminhando pela história, vendo monumentos, **realçando a atividade humana, tocando com a ponta dos dedos um tempo passado imenso**, então que isso que eu descobri pudessem também outros descobrir. **Isso é um lazer que enche**, vamos dizer assim, não só a mente mas o coração (MIRANTE, 16 jun. 2016). (Grifos da autora).

Então eu acho que o lazer é você **sentir a cultura**, mas dando sabor. E quem proporciona esse lazer é que tem que preconceber os problemas que podem acontecer ali pra quem tá desfrutando o lazer não ter e não perceber esses problemas. Eu acho que lazer não é num fazer nada não, pelo contrário, que às vezes você se cansa mais. Mas eu acho que a gente cansa porque a gente quer **adquirir a cultura**. A gente quer saber de tudo que tá acontecendo. Então o lazer acho que é essa **busca do sentido, da experiência, do viver**. Mas sem uma obrigaçãozinha, né? Meio solto, mais pro passageiro, pro turista e não pra quem tá trabalhando (PARQUE DO MANGABEIRAS II, 21 fev. 2017). (Grifos da autora).

Abstrai-se que o lazer é algo que faz parte do ato de viver, e se associa à busca de sentido, por meio de experiências pessoais e sociais, na maioria das vezes prazerosa, fazendo-se valer da cultura e da ludicidade como “apropriação expressiva do processo vivido, e não apenas do produto alcançado” (GOMES, 2011, p. 19), e desse modo “representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente” (GOMES, 2014, p. 12).

Cabe destacar, também, que “as aspirações em matéria de lazer não podem ser reduzidas à simples distração, a apenas divertimento. Elas traduzem especialmente a busca de informação, o encontro com o outro, o desafio, os prazeres da vida cultural” (PRONOVOST, 2011, p. 136). Desse modo, coadunando-se com Müller (2002), ele deve ser considerado como um fator de desenvolvimento humano.

É importante salientar que embora a região seja abastada em recursos naturais e culturais, percebidos como sua riqueza pelos entrevistados, bem como recursos turísticos, ao

questionar os entrevistados sobre o seu lazer, percebe-se que as unidades de conservação estão distantes da opção dos residentes. Isso reafirma o distanciamento identificado anteriormente, e aponta para a preocupação dos gestores municipais quanto à influência da Rota das Grutas de Peter Lund para a comunidade, como abordado no item 5.

Os moradores daqui? Muito pouco. Pouquíssimos. Pouquíssimos. A maioria das pessoas desconhece... a maioria dos sete-lagoano desconhece a Gruta Rei do Mato, por exemplo. O ponto turístico mais visitado aqui é a Serra de Santa Helena. Depois da Serra de Santa Helena seria o Parque da Cascata, mas como ele está fechado há mais de 3 anos, infelizmente, né (ESPELHO, 13 mar. 2017)?

Uma grande preocupação da época da Rota Lund é que aquilo ali pudesse ser uma ilha que o turista entra, compra o souvenir e segue de ônibus pra outra gruta e sequer se da conta do que é Sete Lagoas. Isso aí foi muito conversado a época da estrutura do edital do PPP com o governo do estado, dessa nossa grande preocupação e como a rota ainda não aconteceu e a gente não tem como dizer se eles conseguiram ajustar esse cuidado ou não mas foram preocupações constantes em todas as reuniões que aconteceram, aqui na gruta teve, parque do sumidouro teve e todas que ocorreram em Belo Horizonte. **Os municípios levavam essa grande preocupação de que a unidade de conservação fosse uma ilha, de ilha pra ilha e que os municípios ficassem a parte dessa situação toda** (NINHO, 14 dez. 2016).

Muito pouco. Aqui tem muito pouco local de lazer pra criança. Pra adolescente não tem. Tudo isso tá nos projetos do futuro prefeito. O que tem agora de lazer é essa feirinha. Todo mundo vai. Aí o povo conversa, entrosa. Tem os shows. Aí você toma sua cerveja. Então essa feirinha assim foi 10! E ela é muito boa (GOIABEIRA, 31 jul. 2017).

Ah! O povo anda de bicicleta muito no final de semana. É isso que eles fazem. Andam de bicicleta, vão à igreja, alguns eventos locais, festinhas religiosas, caminhadas na fazenda-modelo e é isso. Acho que não tem outra coisa... e a feirinha. A feirinha que não pode acabar. Espero que não acabe (ERITRINA, 20 fev. 2017).

Interpretando as preocupações apresentadas, percebe-se um duplo sentido aí imbricado. O distanciamento da comunidade em relação aos recursos disponíveis para a fruição do lazer presentes em seus territórios, e o contrassenso que reconhece a distinção, a riqueza natural e cultural como atrativo turístico. Isso permite questionar: Por que as unidades de conservação que abrigam o projeto Rota não são uma opção de lazer para os residentes? A que tipo de lazer a entrevistada se referiu quando disse não haver lazer para criança e adolescente? Um lazer mais comercial, do tipo shopping, cinema, e locais para diversão eletrônica, ou seja, um lazer mercantilizado, e por que não dizer padronizado? Como afirmar que não há nada para criança em termos de lazer, se no município onde reside a entrevistada está situado o Parque Estadual do Sumidouro, com toda a sua exuberância natural, e também cultural. Se existe cachoeira? Seria um traço da cultura local, a não apropriação dos benefícios sociais, notadamente do lazer nas unidades de conservação que abrigam a Rota? O que determina esse distanciamento?

Estranhou-se, portanto, a dicotomia entre o sentimento de pertencimento para com os

recursos naturais e culturais existentes na região, e o distanciamento deles quando se trata das opções de lazer dos residentes. Percebeu-se que isso ocorre, primeiramente, pelo fato de que as unidades de conservação que abrigam as grutas que compõem a rota, estão em certa medida afastadas da cidade, e o acesso a elas é limitado. Contudo, elas se tornam opção de lazer e motivo de orgulho, no momento em que os residentes recebem parentes e ou amigos oriundos de outras cidades, ou seja, os visitantes.

Contudo, de modo mais específico nesta pesquisa, o turismo, como integrante do lazer, é percebido como um importante elo para

a manutenção do tecido social, na preservação dos recursos naturais e como expressão da cultura de um povo, que além de ser organizado para uma racionalidade ele contribuiu na organização e na construção de uma outra racionalidade (MORTIGNONI; CORONA, 2013, p. 155).

No entanto, ao considerar a manutenção do tecido social a partir de práticas de lazer, percebe-se a existência de uma lacuna para explicar os motivos pelos quais a população não se apropria das benesses providas pelas unidades de conservação.

Nota-se que tanto no Parque Estadual do Sumidouro, em Pedro Leopoldo, quanto no Monumento Natural Gruta Rei do Mato, em Sete Lagoas, a frequência de usufruto por parte da população é baixa. Segundo informações obtidas por meio das entrevistas (NINHO, 14 dez. 2016), a visitação a essas unidades de conservação por parte dos moradores é muito aquém do esperado. Para a entrevistada, os motivos estão associados ao desconhecimento da gruta (Rei do Mato), e, portanto, para as opções de lazer ali disponíveis, o acesso não é facilitado, como já observado, e uma parcela da população que nem mesmo sabe que ela pertence ao município. Essa situação é colocada por outro entrevistado, o que demonstra a ocorrência em outra unidade de conservação.

É... eu acho que Pedro Leopoldo ainda... é, eu acho... pelo que eu conheço assim de Pedro Leopoldo eu não vejo ainda... não... eu não... acho que o povo não enxerga muito o parque como um... é... uma fonte de lazer assim, né? Um bônus assim pra cidade (DOBRA, 02 dez. 2016).

Outro ponto a ser destacado é a geração de conflitos que foram engendrados, principalmente no momento em que foram estabelecidos os contornos físicos das unidades de conservação definidos por leis e decretos estaduais, principalmente do Parque Estadual do Sumidouro, e Monumento Estadual Natural Peter Lund – Gruta de Maquiné. E também as discussões acerca do processo de modelagem da PPP da Rota Lund discutidos no item 5. Esses foram minimizados à medida que o tempo e os diálogos foram sendo estabelecidos, ou os processos interrompidos. No entanto, houve impacto no lazer daqueles que costumavam visitar

essas unidades, principalmente para prática de pescaria, como no caso da lagoa⁶⁶ do Sumidouro.

Tendo sido percebido o distanciamento da comunidade com relação à visitação, notadamente para a prática de lazer nas unidades de conserva o abrigadas pela Rota, não se pode alegar a inexistência desse tipo de visita o, nem tampouco que ela foi, ou está alijada do mesmo.   relevante destacar, no entanto, que a popula o   considerada, de maneira específica nos processos que envolvem a educa o ambiental, uma vez que integram o escopo tanto das unidades de conserva o, quanto do projeto da Rota. Diversos outros projetos que têm a educa o como pilar e ocorrem com parcerias entre prefeituras/escolas e unidades de conserva o visam ampliar os horizontes dos sujeitos envolvidos, notadamente das crianças, objetivando ainda transformar a cultura do distanciamento decorrente do obscurantismo, ao estreitar os vínculos com o local, bem como fortalecer o sentido de pertencimento, ou seja, estabelecendo uma outra racionalidade, sobretudo nos municípios.

Então, pra mim isso   muito claro, que a partir do momento que eles visitarem a gruta e verem que ela   da cidade deles, isso dá..., passa a ter uma outra conota o (NINHO, 14 dez. 2016).

Curiosamente, o lazer virtual não foi mencionado nas entrevistas. Isso evidencia que, por alguma razão, e que pode estar associada ao distanciamento do foco deste estudo, este tipo está afastado do cotidiano das pessoas entrevistadas. Pode-se, no entanto, refletir sobre algumas questões que tenham rela o com esse fato. Destaca-se, inicialmente, que grande parte dos entrevistados faz parte do perfil de pessoas cuja forma o ocorreu em outro tempo social, no qual o meio digital ainda não era acessível, e por isso, também não se fazia tão presente na vida como ocorre nos dias atuais. Pode-se ainda, considerar que, em alguns municípios, a conexão com a internet ainda   precária e restrita.

Contudo, e considerado como algo relevante na pesquisa, o enfoque no encontro entre pessoas   demonstrado no conjunto das entrevistas como um elemento de peso quando se trata do lazer dos residentes da região. Esses e outros motivos relacionados   cultura interiorana, ou seja, o sistema de símbolos interpretáveis e correspondentes ao contexto (GEERTZ, 1989), felizmente até o presente momento, não permitiram que o expressivo e incessante desenvolvimento dos meios de comunica o afete as estruturas da vida social e por extensão as rela es dentro da sociedade, como destacado no texto de Ruiz (2008).

⁶⁶ Além das limita es de acesso, decorrentes dos limites impostos pelas unidades de conserva o, há também limita es decorrentes da característica ambiental – perenidade da lagoa, agravada pelos impactos ambientais em rela o aos limites da natureza. No momento em que foi realizada a pesquisa de campo no local (2017), a lagoa estava completamente seca.

Ao refletir sobre os motivos pelos quais, em tempos tão marcados pela virtualidade, essa presença não tenha sido ressaltada, abstrai-se que a característica acentuada do lazer na região demarcada por esta tese, é aquela que está associada às pessoas, como se pode verificar nas figuras 9 e 10. Assim sendo, compreende-se que a dimensão humana, e de maneira mais específica a sociabilidade, perfazem as características mais marcantes do lazer na região.

Concluindo essa discussão, não foi encontrada nenhuma evidência que indicasse uma influência positiva do projeto Rota das Grutas de Peter Lund no lazer dos residentes. Possivelmente, no futuro, as ações decorrentes dos projetos de educação ambiental, alinhados com a relevância dos trabalhos de Lund, e desenvolvidos em parceria com as escolas municipais, possam modificar a fruição do lazer naquelas comunidades, contribuindo para a apropriação das benesses que a região lhes oferece.

Tendo discutido o lazer no contexto do projeto Rota das Grutas de Peter Lund, passa-se a seguir a analisar as informações acerca do turismo.

6.2 Turismo – concepções e interações

Diferentemente da concepção de turismo que o concebe apenas como uma atividade econômica, e a oferta de produtos padronizados e massificados, no cerne das informações (Figura 11), é significativa sua compreensão como um fenômeno social. Entendimento assumido por diversos autores (URRY, 2001; TRIGO, 2003; ARAÚJO & ISAYAMA, 2009; MOESCH, 2013; CARVALHO & MOESCH, 2013; SHARPLEY, 2015), bem como por esta tese.

Figura 11 – Nuvem de palavras (50) – Turismo

Fonte: Nvivo – Informações da pesquisa.

Nota-se que o conjunto das palavras de maior incidência (Figura 11) é similar às aquelas discutidas no tópico anterior, reafirmando a dimensão humana/social como a mais expressiva. No conjunto das falas, é possível afirmar que o turismo é determinado pelas atividades e atitudes de seus participantes, e possui uma série de características que podem determinar, ou não, sua contribuição para o desenvolvimento (SHARPLEY, 2015). Sendo assim, reafirma-se o posicionamento assumido por esta tese, e que o compreende como,

um fenômeno social, cultural e espacial, que surgiu a partir de uma prática humana, de homens e mulheres que desejaram, movidos pelas mais diversas motivações, experienciar algo diferente do que estavam acostumados a viver em seu cotidiano e em seus locais habituais de residência e convívio social (ARAÚJO & ISAYAMA, 2009, p. 147).

E também, do ponto de vista do pensamento complexo, compreendendo-o como um fenômeno humano, e por isso, não deve ser tratado de modo linear (ARDILA, 2015).

Olha! Eu... depois desses tempos todos de ler muito, de trabalhar muito, tem horas que eu acho que eu não entendo nada. Porque tudo que eu penso, tudo que acho, tudo que eu faço tá diferente do que querem que aconteça, então eu só posso tá errado. Mas eu vejo o turismo como aquilo... como um ato de receber alguém ou fazer com que alguém **vá pra algum lugar pra adquirir a cultura do lugar**. Tá tão na moda falar: O turismo agora é experiência. Não, gente. O turismo sempre foi experiência! (PARQUE MANGABEIRAS II, 21 fev. 2017). (Grifo da autora).

Eu entendo o turismo como assim um... um... uma experiência mesmo, uma vivência assim. Você se **envolver com o local, com a cultura**, é... com a gastronomia (FORMOSA, 17 nov. 2016). (Grifo da autora).

Mas eu vejo turismo como um viés de intercâmbio. **Intercâmbio cultural**. Eu vejo o

turismo desse jeito. É a gente **ir** por causa de alguém, por causa de um lugar, por causa de um determinado patrimônio, pra **conhecer** mesmo um artista **em algum lugar que a gente não foi** e trazer, e também **as pessoas vim pra conhecer a gente, conhecer nosso...** então é um intercâmbio. Eu vejo turismo nesse viés, sabe? Se isso desenvolve economicamente determinado lugar ou não é uma consequência do acolhimento, do lado emotivo que se tem, do que se proporciona pra quem visita. Isso, pra mim, é turismo. É essa possibilidade do intercâmbio cultural e isso é tão bom! Ameniza tanta coisa. **Dá a gente possibilidade de conhecimento diverso, de outras visões, né?**[...] Porque turismo é isso: é você acolher bem, disponibilizar pra aquele que tá visitando o Circuito um bom acolhimento, uma boa estadia e um **vínculo emotivo com essa pessoa**. Esse vínculo emotivo só vem pelo bom acolhimento e pela situação cultural que essa pessoa vai ter (BOI, 13 mar. 2017). (Grifos da autora).

No caso específico da região delimitada neste estudo, percebe-se que as dimensões humana/social, territorial e ambiental assumem o protagonismo. A primeira – humana/social, configura-se como um importante alicerce ao integrar pessoas, lugares, acolhida, conhecimento, experiência, cultura, sentido, motivação. Mas também como retórica, sustentando a argumentação para propor uma orientação internacional para o desenvolvimento do turismo, como previsto no PMDI 2007-2023, e que parece apoiar os estudos acerca da Rota.

A segunda categoria – território, compreendido como expressão da herança cultural, sentimento de pertencimento e identidade com o local, bem como o estabelecimento de redes de sociabilidade. E ainda de relações de dominação, conforme o olhar de Milton Santos.

Há uma significativa influência da política, quando são evidenciados a Secretaria de Turismo e o Circuito, ou seja, as instâncias de governança estadual e regional. A atuação desses segue em direção à tentativa de formação de redes de sociabilidade, entretanto, os resultados são incipientes, principalmente sob o ponto de vista da implementação de políticas e projetos, que ainda segue a orientação *top-down*.

Destaca-se a proeminência para as questões relativas à gestão das unidades de conservação como maior força política, as grutas e o ecoturismo, como principais fatores determinantes de fluxos turísticos para a região. Nesse caso, a dimensão ambiental, representada na existência das unidades de conservação, é um fator preponderante, que influencia as ações e condutas dos demais.

As três dimensões em conjunto, no contexto das falas, têm relação direta com a Rota, e com outras ações determinadas por órgãos federais e, principalmente, estaduais. Elas apontam para a necessidade da existência de um trabalho em conjunto entre o público, o privado e a comunidade, onde esta última, por sua vez, é o ponto de partida para o estabelecimento de um processo de transformação material e social, ao definir os caminhos a serem trilhados.

Mas é isso, ele é feito de pessoas e se as pessoas não mudarem a perspectiva delas e... e **mudar a forma de trabalhar e enxergar, nunca vai ser**. Porque eu tenho que abrir mão, então é assim eu tenho que tá aberto pra **trabalhar em conjunto**, entender que

é “ganha-ganha”. [...] Mas do meu ponto de vista é... turismo é uma **ferramenta de transformação** tanto do ponto de vista do turista quanto do ponto de vista da comunidade, né (ABELINHA, 31 jan. 2017)? (Grifos da autora).

Hoje é realmente o sentido do turismo, ele é amplo. Que eu acredito que seja como se fosse a mesma **coisa da cultura**, entendeu? [...] Pois é, a palavra cultura, o próprio turismo tá inserido nela. Não em questão de cultura de concerto, de você assistir uma peça de teatro, não é isso (PEDRA VERMELHA, 31 mar. 2017). (Grifo da autora).

Eu acredito nessa condição de **trabalhar junto com parceiros**. Junto com comunidade. Assim eu acredito no turismo. É uma **grande troca** (MITO, 21 mar. 2017). (Grifos da autora).

Uma atividade fantástica que você tá mexendo com a **emoção** das pessoas. Você tá mexendo com **sonhos** e que a gente tem que procurar nunca frustrar ninguém nessa hora. Sempre você dá o de melhor que você tem, tá levando aquilo melhor que você tem. E também nunca enganar ninguém em nada. É que a gente tenta passar pra todo mundo aqui. É uma atividade, volto a falar, maravilhosa. A pessoa se dispõe a quando tá passeando, ele tá de bem com a vida, dinheiro no bolso, alegre, com saúde. Isso torna tudo mais fácil de você trabalhar, desde, claro, que você goste desse lado que você tá aí. E eu vejo o turismo como uma saída muito bacana pra muita cidade tipo a nossa. Você **gera uma riqueza fantástica!** Sem poluição, que é muito pouca, o que você gera, tá? (DA TORRE, 13 mar. 2017) (Grifos da autora).

Os trechos realçados nos depoimentos anteriores relacionam o desenvolvimento do turismo com a dimensão humana, considerando-o de maneira complexa, multi e interdisciplinar, e ligado a outros elementos sociais e culturais. Nota-se que as relações sociais assumem a centralidade, não só na nuvem de palavras apresentada na Figura 11, mas também nas entrevistas.

O turismo, compreendido como uma atividade feita por pessoas e para pessoas, promotora de intercâmbio cultural, de troca, conforma uma via de mão dupla no processo de expansão das capacidades humanas, e transformação simbólica e material, capaz de atingir não somente turistas, mas também a comunidade.

Por isso, as informações apresentadas encontram suporte na fundamentação desenvolvida por Gomes e Souza (2011), segundo a qual o turismo é muito mais um fenômeno humano e relacional do que econômico, como em geral é apregoado. Entretanto, estudos que demonstram os resultados estatísticos e econômicos do turismo, elaborados a partir da conceituação da Organização Mundial de Turismo – OMT, têm mais expressividade do que aqueles que conclamam um novo olhar para a atividade.

Também são mais facilmente identificados aqueles estudos que alardeiam as mazelas sociais geradas pelo turismo concebido unicamente pelo viés do capitalismo. Portanto, a conotação de turismo que se pretende apresentar é aquela que redimensiona o foco econômico e o aproxima à cultura, e assim, revela novas facetas desse fenômeno, notadamente sua expressividade como vetor de transmissão, construção e valorização do conhecimento.

O conhecimento, reconhecido no PMDI 2007-2023 como “cada vez mais, determinante para a promoção do bem-estar social, da eficiência da economia, da capacidade de inovação do setor produtivo, do uso sustentável dos ativos ambientais e do bom desempenho das instituições” (p. 10), é um outro pilar de sustentação, capaz de incentivar processos de transformações materiais, físicas e sociais. Por isso,

não basta considerar o turismo com foco no sujeito em viagem, pois o destino e os residentes estão envolvidos nas múltiplas relações que o fenômeno estabelece, para além dos visitantes e visitados, mas também com a cultura, com o meio social e natural, com a economia local e com as apropriações do seu território. A importância do turismo reside não somente nos impactos que desencadeia, mas nas interações que opera enquanto fenômeno e também como campo de estudos (SANTOS; GOMES, 2016, p. 423).

A dimensão econômica, que não é negada por este estudo, nem sequer pelos entrevistados, é percebida como indutora de oportunidade de negócios e circulação de divisas. Ela se faz presente, pois todos os municípios que compõem o circuito e o projeto almejam as oportunidades que possam advir dela, e principalmente da potencialidade turística da região.

O resultado esperado é, geralmente, a geração de emprego e renda, sobretudo em Pedro Leopoldo, que atualmente sofre os efeitos decorrentes da redução da mineração, e Cordisburgo, município que não possui em seu território nenhuma grande indústria, ou empresa, apresenta um comércio pouco expressivo, e sua maior fonte geradora de empregos é o turismo, conforme visão dos entrevistados Ligação e Meio, mesmo que em quantidade reduzida. Ainda persiste a “cegueira situacional de encarar o turismo apenas pelo seu lado econômico ou administrativo” (TRIGO, 2003, p. 97).

Entretanto, é cada vez mais evidente que esse não é o único resultado esperado. A preservação do meio ambiente, da arquitetura, do folclore, da literatura de Guimarães Rosa, ou seja, das mais diversas formas e expressões da cultura permeiam a consciência dos indivíduos ao ponderar sobre o turismo. E dessa forma o distancia da associação à indústria do entretenimento apenas.

E por último essa questão de, você pensando enquanto investimento, de oportunidades de indústria do lazer. Aí tem muito um conceito. Uma pessoa falou assim a gente, tipo assim, montar um parque de diversão dentro do parque, sabe? Então eu tive que fazer assim: Não. Isso é uma unidade de conservação e tal. A ideia não é montar uma Disney aqui dentro (DOBRA, 02 dez. 2016).

Desse modo, essa abordagem cede espaço para outras com ênfase social, cultural e ambiental para a região, como se pode ver na Figura 11. Provavelmente, devido a sua associação aos recursos turísticos, e à consciência acerca das novas demandas evidenciadas pela noção de sustentabilidade, ao apontar para a necessária revisão da maneira de agir perante as recorrentes

transformações culturais que culminam em homogeneização, e nos limites da natureza, ou seja, fazer diferente. Dessa maneira, a dimensão econômica passa a ser considerada como consequência e não como um fim, e esse ponto de vista representa, principalmente, a compreensão dos gestores das unidades de conservação e representantes da comunidade.

Do ponto de vista do território/cultura, o conjunto dos dados estruturados e analisados apontam para a existência de uma herança cultural significativa, e que essa não está relacionada apenas à presença de Lund e de seus importantes estudos na região. Há outros personagens, nascidos e criados nos municípios que compõem o Circuito Turístico das Grutas, que também merecem atenção.

É reconhecida a presença e importância de Guimarães Rosa, de modo especial em Cordisburgo, sua cidade natal, mas também nos outros municípios do circuito. Lá, outras ações têm sido desenvolvidas, como por exemplo a Semana Roseana. Nessa semana, a cidade que se orgulha e marca a presença de seu filho ilustre, se mobiliza para receber aquelas pessoas interessadas na literatura, nos estudos e na valorização das obras desse autor.

Algumas ações endógenas estão sendo criadas a partir desse “produto turístico” – Semana Roseana. No projeto inicial, há uma ação, que ocorre até os dias de hoje, que é a inclusão de crianças das escolas públicas na faixa etária entre 10 a 18 anos, no grupo dos “Miguilins” – contadores de histórias, que atuam dentro do museu Guimarães Rosa.

No entanto, uma geração já se completou, e os jovens que não mais podem fazer parte do projeto, percebendo a importância desse tipo de trabalho para o município e para suas vidas, procuraram apoio em um morador local, estudioso da obra de Guimarães Rosa, para que um novo grupo fosse criado. Nasceram então os novos Contadores de História no município, que agora atuam fora dos limites do museu. Surgem conjuntamente as caminhadas eco-literárias. Um produto turístico dedicado à junção entre o espaço físico e a literatura; entre o urbano e o rural, que por meio da ludicidade do caminho, e da obra de Guimarães Rosa, desvendam novas possibilidades relativas ao turismo para além das grutas.

No município de Caetanópolis encontrou-se o berço do nascimento de Clara Nunes. Essa cidade, que faz parte do circuito, mas não da rota, abriga o museu que leva o nome da cantora. Um espaço que existe devido à garra e luta de uma de suas irmãs, que guardou e guarda com zelo todo o acervo de roupas e objetos da artista. O museu somente existe devido à atuação de um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de São João Del Rey, que por meio de projetos de pesquisa e extensão buscam constantemente recursos para a manutenção de todo o acervo. É importante dizer que o custo de manutenção é elevado, devido às diversas técnicas para a guarda e manuseio dos materiais. Por outro lado, a visitação é baixa, e é cobrada apenas uma taxa simbólica.

Além do museu, há também no município o Festival Clara Nunes, que vem ano a ano reavivando a obra da cantora, gerando um fluxo de visitantes amantes de sua obra, além de sambistas e escolas de samba do Brasil. Há também, devido à força da imagem dessa filha da terra, outras iniciativas, que visam à integração dos jovens em oficinas de cultura, de modo especial oficinas de teatro.

Ainda em Caetanópolis identificou-se a presença do museu da Cedro Cachoeira. O único da América Latina dedicado a contar a história da indústria têxtil, mantido pela própria empresa. Esses traços da cultura local ainda apresentam pouca relevância no cenário do turismo regional, notadamente sobre a integração desses relevantes recursos turísticos nas discussões da política regional. Nota-se que os municípios têm feito aquilo que lhes é possível. Mas também que ainda existem limitações, sobretudo aquelas relacionadas aos recursos humanos necessários para, por exemplo, elaborar políticas e planos de desenvolvimento turístico local.

Em Sete Lagoas, descobriu-se a terra natal de Mauro Faccio Gonçalves, o personagem Zacarias do programa *Trapalhões*. Nessa cidade, seu acervo estava se perdendo, mas recentemente foram iniciadas algumas ações para a criação do museu do Zacarias.

Toda essa riqueza cultural ainda carece de planos e projetos, de modo específico de longo prazo, para que possam ser usufruídos pela comunidade e pelos visitantes, ou seja, para beneficiar a fruição cultural dessa região. Além disso, para que sejam valorizados e reconhecidos como traços marcantes da cultura local, e que, portanto, devem ser preservados. Esses projetos nasceram na base local, mas é preciso que sejam integrados à região.

Paradoxalmente, o termo *indústria* (Figura 11) é pouco associado ao turismo. No contexto das entrevistas, ele é empregado para comunicar a inexistência de indústrias, consideradas como significativa fonte geradora de emprego e renda (Cordisburgo), para relatar o fechamento das indústrias cimenteiras, e conseqüentemente de postos de trabalho (Pedro Leopoldo), ou para citar a influência dos diversos projetos causadores de impacto ambiental, de modo específico o aeroporto de Confins, e em decorrência as medidas compensatórias. Essas por sua vez possuem relação direta com a gestão das unidades de conservação, e conseqüentemente a RGPL.

O turismo, na minha opinião, ele vai alavancando qualquer **comunidade**, mas é aos poucos. Como diz o Guimarães Rosa na literatura dele: **aos poucos o escuro é claro**. Você está no escuro, você tem que acostumar com ele pra que você ande. Então eu percebo que as pessoas às vezes não têm muita paciência, sabe? No meu olhar. O cara monta um restaurante e ele quer que amanhã ele tá cheio de gente, mas é desde o princípio do turismo eu vejo que esse boca a boca, que hoje é usado no *WhatsApp*, que é a mesma coisa. Pra mim, é a mesma coisa. Ele é desde àquela época, ele é interessante. [...] Porque **o turismo é as pessoas de fora que vem**. Você vem, conversa comigo, com outro. Vai no restaurante do fulano. Vai no hotel do ciclano e

vai embora. Aí fica... **as pessoas que moram no lugar acham um pessoal separado, né?** [...] Eu acho que o turismo funciona com as pessoas do lugar (MEIO, 14 fev. 2017). (Grifos da autora).

Quanto mais gente passando na porta daquela igreja da Jaguará lá, mais chance da gente consolidar aquela ruína. Mais chance do **mundo saber a história daquilo ali que tá se perdendo**, sabe? Essas coisas que é fazer turismo de verdade. Fazer a atividade de turismo ser realidade. Não ficar na beira da estrada. [...] **O turismo de base comunitária** é essencial pra desenvolver essa atividade porque o turista não quer essa coisa urbana (MITO, 21 mar. 2017). (Grifos da autora).

turismo é receber, mostrar, chamar, repetir, é um ciclo que os próprios que vão vindo são os que vão fazer a propaganda e que traz não só... Em dois sentidos eu vou e desfruto e eu recebo bem e tenho lucro também com isso. Então não é só o **lucro humano** como também o **lucro pecuniário**. Então ao ver que eu tenho a galinha dos ovos de ouro eu vou alimentar bem a galinha porque os ovos é que também interessam e a galinha também (MIRANTE, 16 jun. 2016). (Grifos da autora).

os objetivos eu acho que, pelo Cartelli, acredito que era... é... tinha a ver com questão do turismo, mas acho que é meio que... foi divulgar mesmo esse potencial, né, arqueológico e espeleológico que a gente tem aqui na região. Tinha a ver com turismo, mas eu acho que também tem um pouco relacionado **à conservação** também (ESQUECIMENTO, 02 fev. 2017). (Grifos da autora).

Ao refletir sobre a relação do turismo com a Rota, percebe-se que essa exerceu e continua exercendo um papel importante nas transformações que envolvem a dimensão ambiental, como discutido no item 5. Destacam-se as principais preocupações e interesses dos órgãos ambientais, SEMAD e IEF, que compreendem, por exemplo, a proteção do meio ambiente, a conservação, e usufruto das unidades de conservação abrigadas pelo projeto, visando alcançar os meios necessários para exercer suas atividades fins, e para que os planos de manejo sejam executados, incluindo aí a visitação.

O IEF não tá preocupado na questão financeira porque a arrecadação aqui a gente não depende dela pra sobreviver porque não dá. A bilheteria não é suficiente pra manter a folha de pagamento dos terceirizados ou a manutenção, a luz, sabe? Todas essas despesas. Então, pra nós, **o ganho maior é a conservação mesmo. É a conservação**. Da gente ter esse lugar aqui sendo visitado, sendo divulgado e preservado (DA TORRE, 13 mar. 2017). (Grifos da autora).

Consciente de que o projeto nasceu dentro dos órgãos ambientais, percebe-se que outros objetivos permeavam o mesmo, até mesmo objetivos da gestão pública estadual.

[...] ele faz parte do Pacto com o Cidadão, então é uma meta, né, que tem que ser cumprida... [...] são vários eixos aí: pesquisa, desenvolvimento de pesquisa, é... promoção do turismo, né? É... ah, deixa eu lembrar aqui do... né, criação de roteiros... Então, assim, é também estreitar essa relação com os circuitos. [...]acho que Cordisburgo assim que eles fizeram a gestão da... acho que tem 100 anos de visitação, né, o... a gruta, então tinha... antes, né, teve a gestão da Gruta do Rei do Mato e... é, na verdade, as três. As três grutas eram geridas pela Prefeitura, né, mas... é... muito também pela questão de gestão, né, de... de... como é que fala... as três... é... ai, meu Deus, é... Maquiné e Rei do Mato, elas tinham... era uma empresa, né? Acho que uma era a Seltur, a outra era a Maquiné Tour. A Seltur, ela cedeu, né, pra gente... ela passou, né, a administração pra gente e a Maquiné Tour demorou um

pouquinho mais, mas isso acho que você já deve até já inteirada, né, do assunto. Mas aí tinha esse problema com... até que Seltur nem tanto, mas com... com a Maquiné Tour tinha porque como já tinha anos, né, de fazer... então eles pensavam muito na parte de turismo. Então tipo já deixaram fazer eventos lá que realmente não condiz com uma unidade de conservação, por exemplo, né? Na verdade, nem com uma gruta. Então eles eram... eles são muito assim focados na questão do turismo, mas num... é... a parte de conservação eu não via muito. A gente até tentou um tempo assim fazer uma... porque depois do plano de manejo, né, que foi feito lá... Então, assim, não aceita muito a forma que a gente tava querendo que eles fizessem a gestão. É... é... a gente chegou a fazer uma capacitação, né, uma conversa com eles, né, mas acho que não adiantou, não. Então acho que era um pouco resistente assim da forma de fazer gestão. É... e o Mário ficava naquela coisa porque ele também ao mesmo tempo é da comunidade, então, né, da instituição... aí a gente que tinha que ir lá apartar. É... mas acho que não muito pela Prefeitura, acho que muito pelo... pela Maquiné Tour, que a Maquiné Tour nem era tão vinculada à Prefeitura, né? Era uma empresa meio mista. É... então, acho assim, como relação à... o Sumidouro também eles passaram a gruta pra gente a gestão, mas acho que nem teve muito problema, não (ESQUECIMENTO, 06 fev. 2017). (Grifos da autora).

Esse extenso relato demonstra que as mudanças que ocorreram por influência direta de novos decretos que definiram as unidades de conservação também geraram conflitos, tema abordado anteriormente. Esses conflitos estavam relacionados, sobretudo, às normas ambientais que estavam sendo implementadas, e havia uma insuficiência acerca da compreensão dos motivos pelos quais as mudanças estavam sendo postas em prática. A fala da entrevistada é direcionada para a relação do órgão estadual com as empresas gestoras das grutas, mas os gestores das unidades de conservação também revelaram a ocorrência de conflitos com a comunidade. Entretanto, há indícios nos relatos de que essa fase foi superada com diálogos e aproximação com a comunidade. É preciso destacar que esses conflitos ocorreram apenas com os órgãos ambientais.

O lazer se faz presente ao analisar o turismo, embora de maneira mais tímida na análise das 50 palavras mais citadas (Figura 11). Talvez pela constatação na literatura de que este, do ponto de vista do turismo, é na maioria das vezes restrito a um segmento de mercado.

Contudo, as informações reafirmam a ligação existente, ou seja, a porosidade discutida anteriormente. Poder-se-ia dizer que o “turismo é o lazer dos que viajam”, conforme afirma Coriolano (2014, p. 9). Contudo, a Figura 11 evidencia que essa concepção apresenta limitações, uma vez que há outras relações mais significativas que o distanciam da visão que o associa ao capitalismo, e ao lazer mercadoria, aproximando-o de outras – como, por exemplo, a proteção e valorização do meio ambiente e da cultura.

Por isso, é preciso ampliar o olhar sobre ambos, e não o contrário. Há tipos de turismo que não se encaixam nessa relação, e, portanto, ao considerá-lo de maneira enfática como uma forma de lazer mercadoria, incorre-se na redução deste fenômeno que é multifacetado (URRY, 2001), e, conseqüentemente, um retrocesso para o conhecimento.

Eu acho que o turismo é o lazer. E o lazer é um turismo também. São coisas... **identificam completamente**. Completamente, sabe? [...] Aquilo que eu te falei, você vai pro Arraial do Conto, lá o hotel. Que tem todo lazer, tem piscina, tem tudo. Tem coisa pras crianças e tal. **É o lazer turístico, né?** É um lazer turístico. Agora **o lazer do cotidiano** causa muita inveja ao turista porque o turista chega: Puxa vida! Eu queria andar descalço, queria a tranquilidade que vocês têm, sabe? Ah! Eu ia... eu acho que é acoplado isso aí. **Turismo e lazer é a mesma coisa**. Pra mim é a mesma coisa, sabe? (MEIO, 17 fev. 2017). (Grifos da autora).

Então voltando pra questão do turismo dentro dessa perspectiva de você tá também atrelado a uma **cadeia econômica** que se estabelece a partir de atividades onde as pessoas estão **buscando um lazer**, buscando conhecer, buscando desfrutar de vivências diferentes daquelas cotidianas delas (DOBRA, 02 dez. 2016). (Grifos da autora).

Para estimar a correlação entre os temas, na visão dos entrevistados sob a técnica análise de *cluster*, as informações foram submetidas a interpretações a partir dos coeficientes de similaridade de palavras – Pearson, e por codificação – Jaccard.

Os resultados explicitam uma correlação forte entre eles, revelando que o espaço de distanciamento é reduzido. Essa constatação reafirma os resultados discutidos anteriormente, e foi uma surpresa para este estudo, uma vez que se considerava que a correlação existisse, porém com menor intensidade.

Destarte, os índices apurados evidenciam a necessidade de refinamento para as pesquisas que tenham como escopo a distinção entre esses dois fenômenos, pois há mais elementos de conjunção do que de distanciamento. Portanto, pondera-se sobre a necessidade de “considerar a alternativa que os visualiza como campos fronteiraços, contribuindo para conduzir a uma elaboração de interfaces mais amplas e menos parciais para esses dois fenômenos” (SANTOS; GOMES, 2016, p. 431).

Tabela 3 – Correlação Pearson – turismo e lazer

| Nó A | Nó B | Coefficiente de correlação de Pearson |
|--------------|------------|---------------------------------------|
| Nós\\TURISMO | Nós\\LAZER | 0,903651 |

Fonte: Nvivo – dados da pesquisa.

Tabela 4 – Correlação Jaccard – turismo e lazer

| Nó A | Nó B | Coef.Jaccard |
|---------|-------|--------------|
| TURISMO | LAZER | 0,833333 |

Fonte: Nvivo – dados da pesquisa.

Ainda que os dados apontem para uma forte integração entre os dois termos, explicitando empiricamente que são campos circunvizinhos (tabelas 3 e 4), considera-se mister apontar prováveis disjunções vislumbradas a partir dos resultados.

Para empreender essa diferenciação, recorreu-se ao pensamento de Urry (2001), ao afirmar que o turismo é uma experiência que pressupõe alguma deslocação através do espaço. Requer a viagem, a permanência, e, por conseguinte, um distanciamento do local de residência e daquilo que é habitual, diferentemente do lazer. Desse modo, o conceito de afastamento, compreendido como uma ruptura parcial e temporária com as práticas e rotinas cotidianas, conforma-se como um elemento de distanciamento entre os dois campos. Essa ruptura com o habitual permite a abertura de outros estímulos/sentidos, desperta interesse e curiosidade, e, assim, possibilita a fruição de experiências distintas e separadas do dia a dia.

As experiências, por sua vez, podem ser autênticas ou não. E sob esse olhar, destaca-se outro ponto, que é a presença do termo *lazer turístico*, empregado por um entrevistado, em referência a um meio de hospedagem que se instalou no município. Corresponde a um hotel familiar, que oferece além dos serviços de hospedagem, opções variadas de lazer e de alimentação, apresentando características de um *resort*.⁶⁷ Supõe-se, portanto, o distanciamento entre turista e comunidade local. Muito embora o empreendimento destacado promova ações de interação com os atrativos da cidade, e diferentemente de outros empreendimentos similares, emprega mão de obra local, e prima pela qualificação de seu pessoal. Ainda assim, depreende-se que o termo lazer turístico sugere uma possível associação ao que Urry (2001) chama de “bolha ambiental”. Remete, portanto, a uma provável alienação, onde o prazer é encontrado em locais onde as atrações são inventadas, ou apresentam pouca autenticidade, em locais aparentemente seguros.

A opção por essa prática pode ser variada. No contexto desta pesquisa, surge como uma opção do hóspede/turista, que exercendo seu direito de escolha, opta por ficar somente naquele local. É possível vislumbrar, no caso em destaque, que o afastamento das pressões exercidas pelo cotidiano, ou seja, um tempo de distanciamento, pode favorecer a aproximação entre os membros de uma família, ou simplesmente a busca por bem-estar, que é o que parece motivar o deslocamento e a permanência naquele empreendimento hoteleiro.

⁶⁷ Esse empreendimento tem apresentado elevadas taxas de crescimento. Em decorrência da demanda potencial, novas unidades habitacionais estão sendo construídas. Embora ofereça tudo o que o turista precisa durante sua estadia, o hotel disponibiliza serviço de transfer para a cidade, favorecendo a visita ao município. Porém, a demanda por esse serviço, segundo o proprietário, não é alta. Uma justificativa é a pouca oferta de atrativos na cidade, inclusive de meios de restauração, e também a preferência dos hóspedes pela tranquilidade oferecida pelo local, com diversificados atrativos naturais e rurais.

Ao observar detalhadamente a Figura 11, pode-se depreender que o lazer figura de modo diminuto. Ao refinar a pesquisa, analisando as 20 palavras mais citadas (Figura 12), percebe-se que este é totalmente invisibilizado. Essa invisibilização é claramente percebida na implementação da política de turismo, demonstrada pelos resultados da análise documental, discutida no capítulo anterior e exteriorizada por uma entrevistada ao falar sobre o projeto Rota das Grutas de Peter Lund, reduzindo-o a um mero atrativo.

Figura 12 – Nuvem de palavras (20) – turismo



Fonte: Nvivo – Dados da pesquisa.

Do ponto de vista da política de turismo, as benesses almeçadas para a comunidade apontam para outra direção, e estão associadas à melhoria da qualidade de vida a partir da geração de emprego e renda, bem como as melhorias estruturais como sinalização, segurança e acesso, por exemplo. Em contrapartida, as ações que envolvem o lazer estão alicerçadas na ludicidade, base para o planejamento e execução, vislumbrada como meio de ação direta para com o indivíduo. Assim, o lazer é concebido como uma atividade que almeja o bem-estar físico e emocional dos sujeitos, e também, em alguns casos, como um antídoto para algumas mazelas da sociedade.

Outra distinção vislumbrada reside no foco do planejamento de cada campo. Ambos podem alcançar tanto o morador quanto o visitante enquanto sujeito, porém, de modo distinto. No planejamento do turismo, o escopo é atrair visitantes, motivados pela oferta turística. Essa, por sua vez, geralmente está associada às possibilidades de lazer existente nos locais, e no caso da região, os atrativos naturais.

Portanto, o turista é percebido como consumidor do produto turístico, e o resultado esperado quase sempre está associado ao desenvolvimento econômico. Mas o desenvolvimento

econômico só pode ser alcançado se a população também fizer parte desse processo. Nesse caso, as ações são de qualificação profissional, orientadas pela lógica de mercado. No lazer, o sentido parece ser distinto. O objetivo segue em direção ao morador, e, geralmente, está associado à qualidade da saúde física e emocional.

Em outra direção, foi possível constatar a partir da pesquisa que há uma mudança na maneira de conduzir o turismo. Os municípios estão mais conscientes de que precisam definir o que almejam, ou seja, o primeiro passo para estabelecer um objetivo coletivo, e como alcançar seus propósitos, embora ainda exista exceções. Há um sentido de responsabilidade para o fazer acontecer, o que evidencia o início do processo de transformação em direção à orientação *bottom-up* nas ações que serão empreendidas pelos municípios.

A noção do pensar a região, apontada pela política de turismo, mas a partir de atuação local, tem ganhado vivacidade, notadamente em Sete Lagoas e Jequitibá, este segundo integrando apenas o circuito turístico. Esses são os dois municípios mais conscientes da dependência da ação local para que se possa modificar uma lógica instalada.

6.3 O desenvolvimento regional no território abrangido pela Rota das Grutas de Peter Lund

Ao submeter os trechos das entrevistas que caracterizam a percepção dos entrevistados acerca da compreensão do desenvolvimento regional à análise da frequência de palavras, três aspectos interessantes foram identificados.

O primeiro deles é o reconhecimento de que a escala local assume papel central nesse processo, apontando para uma mudança de direção, na qual as ações possam ser engendradas a partir da base local. Essa orientação está em consonância como o corpo teórico e a orientação assumida por esta tese, com as intenções da política de regionalização, e também com o estudo de Meeks *et al.* (2017) ao afirmarem a necessidade de uma abordagem ampliada e a importância das interações. Porém, não se pode afirmar que isso seja decorrente projeto Rota das Grutas de Peter Lund, como explicitado no capítulo anterior.

É reconhecido pelos entrevistados que somente por meio da atuação do município, a partir do estabelecimento de leis, realização de projetos elaborados à luz das políticas públicas, resultados podem ser alcançados. Esses, por sua vez, devem estar em consonância com as necessidades dos locais e munícipes, e associados às características dos recursos turísticos existentes no local e na região. Percebe-se, portanto, uma aproximação à concepção do pós-desenvolvimento, como um mecanismo de mudança, a partir de pensamentos e ações locais (SHARPLEY, 2009).

Acrescenta-se a conservação, preservação e valorização dos recursos naturais e culturais, bem como a transmissão de conhecimento, sobretudo aos mais jovens, como um modo para modificar a lógica instalada. Isso sugere que outras orientações estão sendo associadas ao desenvolvimento, que não somente a lógica do capital.

Então, é importante a gente ter esse contato constante com o Ministério do Turismo, com a Secretaria de Estado de Turismo, pra que a gente tenha um norte mais claro, do que fazer, de qual argumentação. Como que essa política pública aqui no município é pra ser aplicada? Ah, eu vou ter que elaborar uma lei municipal, perfeito, né. Seguindo o que? E aí, por exemplo, a nossa lei aqui de Política de Turismo, ela tem que seguir a lei orgânica, e o que tá colocado lá pra regionalização também. Tem dado certo, mas muito mais na tentativa e acerto e com o apoio aí do conselho durante todo o tempo. Nós focamos muito Ana em projetos de infraestrutura nos últimos anos (NINHO, 14 dez. 2017).

Oh, eu acho que o trabalho... o papel do, no meu caso, que é o secretário, ele é tipo um mediador, né... Eu to aqui como uma pessoa que vai fazer esse link, que é unir os atrativos, é quem vai fazer as parcerias, é quem vai dar uma cutucada e mostrar: “Gente, se vier muita gente pro museu, automaticamente vai vir muita gente pra gruta... Então, vamo trabalhar no coletivo, vamo fortalecer o artesanato, que é mais um... Vamo trabalhar o artesanato... A gente tem um pouquinho do turismo de natureza, da coisa sustentável, então, vamo tentar fortalecer e mostrar pra essa pessoa que o turismo é bom”. Eu acho... eu acho que o meu papel é esse (LIGAÇÃO, 12 jan. 2017).

Uai, eu vejo o desenvolvimento regional da seguinte forma: que todos nós temos que unir, tanto quem está dentro do turismo quanto quem não está. A sociedade em todo. Que o povo assim: Ah! Ela tá interessada porque ela tem o espaço dela pra alugar, o outro um restaurante. Não. Então a gente precisa trabalhar muito sobre isso. Muito. Mesmo a pessoa não tendo nenhum comércio, ne? Não tendo nada nessa área (GOIABEIRAS, 29 nov. 2016).

Mesmo com a existência desse entendimento, a proatividade destacada não está presente em todos os municípios. Do mesmo modo, não se pode afirmar que essa mudança seja decorrente da Rota, mas, ao que indicam as informações, de um longo caminho de elaboração e implantação de políticas públicas em escala federal e estadual, iniciado na segunda metade da década de 1990. “Passada a tormenta crítica e o desânimo com as políticas regionais, nas décadas de 1970 e 1980, a questão retornou à tona, teórica e praticamente, a partir da década de 1990” (DINIZ, 2009, p. 232).

Da Rota sim, que melhorou a condição das grutas, qualificou mão de obra, melhorou a condição dessas pessoas, dos agentes, que estão ali no entorno, abriu mais espaço... mais vagas de trabalho. Mas como uma condição de trabalhar o turismo regional, Rota Lund não contribuiu não. Verdadeiramente? Não! Melhorou os polos nas grutas sim. E aí? Que mais? E o acesso asfáltico? (MITO, 21 mar. 2017).

A regionalização do turismo eu acho que é isso. É a abrangência do potencial que uma região tem, que tá acontecendo isso. E que acontece automaticamente. Isso é aquilo que a gente falou no princípio, as políticas têm que pôr isso pra ser executado, tirar do papel, pôr pra executar, pra ensinar pra gente o quê que é isso (LIGAÇÃO, 12 jan. 2017).

Figura 13 – Nuvem de palavras (50) – Desenvolvimento



Fonte: Nvivo – Informações da pesquisa.

O segundo aspecto, e mais surpreendente, refere-se à pouca associação aos efeitos econômicos do turismo, que não é negado. Isso permite dizer que outros objetivos se fazem presentes no processo de desenvolvimento regional que não somente aqueles de interesse dos turistas e do capital.

Desenvolvimento regional eu vejo como um desenvolvimento da educação, na saúde e, principalmente, no modo de viver das pessoas. É as pessoas saírem daquela miséria, terem o maior ganho vital. Isso aí é o quê? Menos doença, menos ignorância porque também ignorância, pra mim, é você hoje ter internet e achar que não tem internet. [...] Então eu acho que o desenvolvimento regional é quando você territorializa uma região e todos ali vão juntos (PARQUE MANGABEIRA II, 21 fev. 2017).

Esse depoimento salienta que os direitos fundamentais previstos na Constituição, e a garantia de uma vida digna, são reconhecidos como os mais relevantes, e desse modo, associa o desenvolvimento regional à dimensão humana/vida proposta por este estudo, que se fundamenta na visão de desenvolvimento de SEN (2000), com o qual se coaduna. Em consonância com essa visão está o trabalho de O'Donnell (2013), ao afirmar que o primeiro olhar para o desenvolvimento humano consiste na observância da não privação dos direitos fundamentais, sugerindo mudanças das visões dominantes sobre o desenvolvimento.

É digno de nota que o trecho destacado da entrevista é de um empreendedor que atua na região, e permite ponderar que, para que ocorra o desenvolvimento regional do turismo, é necessário considerar primeiramente os direitos fundamentais e os que se referem ao direito à vida. Nesse caso, para a comunidade, e como parte do objeto deste estudo, o lazer, notadamente

dos residentes, pois a efetivação do desenvolvimento se dá quando a acumulação é revertida para a criação de outros valores que reverberam na coletividade (FURTADO, 1994).

O terceiro aspecto indica que, mesmo decorridos dez anos da criação do projeto Rota das Grutas de Peter Lund e sua estagnação, para não afirmar o encerramento das atividades, ainda há o reconhecimento deste como um instrumento capaz induzir o processo de desenvolvimento local e regional. Mas, para que isso ocorra, é necessário que as ações sejam direcionadas não somente às unidades de conservação e ao município de Cordisburgo, mas que ocorram de maneira articulada, com ações que envolvam os municípios da região.

Por outro lado, era esperado o reconhecimento da dimensão territorial na escala regional e local, e também dos traços da política de regionalização como promotora de efeitos positivos. Assim como a integração espacial por homogeneidade, ao considerar os recursos turísticos existentes na região, além da união e do estabelecimento de propósitos coletivos.

Contudo, como discutido anteriormente, esse último ainda não foi efetivado, persistindo a necessidade de vencer muitos fatores limitantes, como a definição de papéis claros, a comunicação, uma atuação mais efetiva dos conselhos municipais de turismo, a integração e a dotação de recursos para que os projetos sejam executados. Acrescenta-se o estabelecimento de ações que abordem os outros valores culturais de região.

É necessário reconhecer que a governança vai além do governo. Requer o envolvimento de todas as partes interessadas em ações que contemplem formas colaborativas, transparência e o compartilhamento de responsabilidades. Consiste, portanto, em um acordo entre o poder público, a sociedade organizada e as organizações de mercado (SILVA; MONTOVANELI JR.; SAMPAIO, 2012).

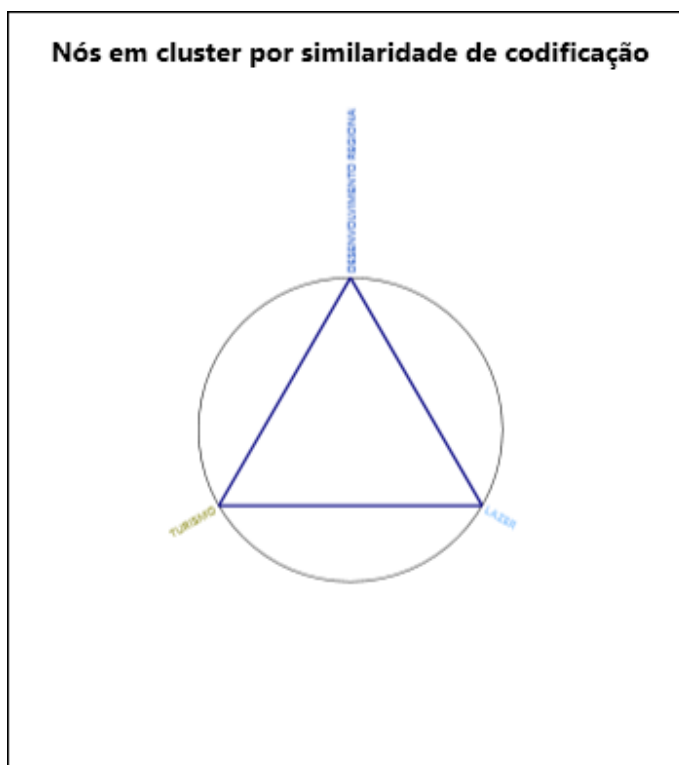
Um desenvolvimento que integre uma cadeia de serviços e produtos e conhecimentos que extrapole o âmbito de municípios legalmente instituídos e que podem estar associados à vocações. Vocações econômicas e de um território comum (DOBRA, 02 dez. 2016).

Essa ideia de desenvolvimento regional pela similaridade quando eu falo assim de regional, eu imagino assim dentro de um contexto estadual você vai ter regiões e as microrregiões. Dentro da microrregião oficial você vai ter uma outra subdivisão que traduziria, por exemplo, uma rota dessa. Isso traz fortalecimento, né? Uma vez que eu vou fazer incentivo de divulgação, incentivo... eu vou concentrar. Vou canalizar esforços pra tudo que eu quiser fazer em cima disso. Então é claro que isso potencializa resultado sim. Eu vou pegar o turismo de forma especial que eu tenho a similaridade das grutas, mas eu acredito que só isso é pouco. A gente teria que **trabalhar culturalmente regionalmente o que tem** (ONÇA, 20 fev. 2017). (Grifo da autora).

Ao agrupar o lazer, o turismo e o desenvolvimento regional a partir da análise de *cluster*, visando apreender a maneira e a força de correlação entre eles, por meio da visão dos entrevistados, nota-se uma equivalência e simetria nos resultados (Figura 14). Isso significa que, para os entrevistados, esses três conceitos são facilmente associados uns aos outros quando

considerados a política de regionalização do turismo e a Rota. Representa de modo significativo o aproveitamento das potencialidades, geralmente associadas à oferta de lazer na natureza, característica marcante da região, que conforme apontam as informações discutidas no item 6.1, são usufruídas muito mais pelos turistas do que pela população local. A cultura local também é externalizada como uma potencialidade, e essa marca uma característica representativa da fruição do lazer dos residentes, ao contrário da primeira. Considerando o desenvolvimento regional, o diálogo, a cooperação, a articulação interna e externa, são apontados como importantes, sobretudo na obtenção de resultados coletivos, em associação às demandas locais e regionais.

Figura 14 – Dendograma Cluster turismo, lazer e desenvolvimento regional



Fonte: Nvivo – Informações da pesquisa.

A medida de correlação demonstrada na Tabela 5 revela valores que apontam para uma aproximação reconhecida como forte entre os três conceitos. Esse resultado era esperado, uma vez que a Constituição Brasileira instituída em 1988, a política de turismo mineira existente desde o ano 2001, e a política federal criada em 2003, preveem a regionalização como forma de ordenamento tanto territorial, quanto política, e ainda como orientação para planos, visando auferir desenvolvimento socioeconômico.

Tabela 5 – Correlações Jaccard – Turismo, lazer e desenvolvimento regional

| Nó A | Nó B | Coefficiente de Jaccard |
|----------------|--------------------------|-------------------------|
| TURISMO | LAZER | 0,833333 |
| LAZER | DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 0,818182 |
| TURISMO | DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 0,818182 |

Fonte: Nvivo – dados da pesquisa.

Contudo, é importante destacar que o lazer, quando associado ao desenvolvimento regional, no contexto das entrevistas, geralmente é justaposto ao turismo. Por isso, embora seja forte a relação entre eles, a associação ao desenvolvimento regional no conjunto das falas pouco considera a fruição do lazer da comunidade, mas, sim, aponta para os resultados econômicos gerados pelo turismo, e como resultado no contexto do projeto, a invisibilização do lazer, como pode ser percebido no trecho a seguir:

Lazer? O lazer assim... a gente trabalhou muito com o desenvolvimento econômico. Lazer eu não... assim a gente não... **num mostrou esse atrativo, não tinha assim implícito assim no projeto. Não era expresso, escrito lazer.** A gente balizava muito no... no... **no viés do desenvolvimento econômico** pra eles, no desenvolvimento do artesanato, né? Das... das especificações lá de cada... de cada comunidade. Por exemplo, lá no Sumidouro tem a... as comunidades que têm os quitutes deles, que isso é desenvolvido, a... o artesanato. A gente chegou a fazer uma visita em algumas associações. Tinha o envolvimento também do Circuito das Grutas que fazia um trabalho paralelo com eles. **Mas você fala assim lazer deles propriamente não tinha isso expresso no projeto não** (PARQUE MANGABEIRAS I, 07 fev. 2017). (Grifos da autora).

Considerando o que foi abordado na entrevista, é importante lembrar o seguinte:

Um subproduto desse quadro é a cegueira situacional de encarar o turismo apenas pelo seu lado econômico ou administrativo, quando há fortes correntes internacionais que procuram vê-lo como fenômeno social, político, cultural, ambiental (também econômico, claro), mas não reduzido exclusivamente a cifras e fórmulas estereotipadas (TRIGO, 2003, p. 97).

A correlação encontrada evidenciou que o turismo é considerado como uma forma de lazer, e vice-versa. Nessa perspectiva, embora não seja adequado, é frequente que os projetos e planos elaborados para fomentar o desenvolvimento do turismo deixem de considerar os moradores como sujeitos das ações relacionadas à ludicidade, como “uma possibilidade de expressão do sujeito criador, que se torna capaz de dar significado à sua existência, ressignificar e transformar o mundo (GOMES, 2011, p. 18). E esse é um dos fatores relevantes para uma mudança de orientação.

Além disso, ao priorizar a visitação turística, pode-se gerar como resultado o distanciamento da população dos espaços, que passam a ser considerados espaços para o turista, contribuindo para a formação de territorialidades.

Las relaciones engendradas por la práctica turística conducen al establecimiento o a la producción de nuevas territorialidades, las cuales redefinen no sólo el uso de los espacios urbanos naturales, sino el significado y el valor social atribuidos a ellos por los residentes⁶⁸ (CARVALHO; GUZMÁN, 2011, p. 449).

Permanece a compreensão de que a relação com a população é estabelecida hegemonicamente na condição de mão de obra, e, portanto, associada à técnica como instrumento para aumentar sua capacidade de ação, e não a utilização desses como valores adicionados ao patrimônio existencial do homem (FURTADO, 1984) em uma perspectiva crítica e transformadora. Desse modo, aponta para a inexistência do reconhecimento deste como, por exemplo, vetor de desenvolvimento humano, conforme aponta Müller (2002). Percebe-se, portanto, que os valores auferidos tanto para o lazer, quanto para o turismo, em termos de correlação, são idênticos, o que no contexto das falas, aponta para uma sobreposição entre os termos, quando observado o desenvolvimento regional.

Nota-se a partir da Figura 15, bem como nas entrevistas, que as unidades de conservação e as grutas têm presença marcante no processo de desenvolvimento regional. Contudo, essa presença simboliza uma importância que carrega consigo interesses diversificados: A conservação e preservação do meio ambiente e da cultura do local. Mas, contraditoriamente, a possível manipulação desses, com vistas ao atendimento dos interesses do “centro”.

Figura 15 – Nuvem de palavras (20) – desenvolvimento



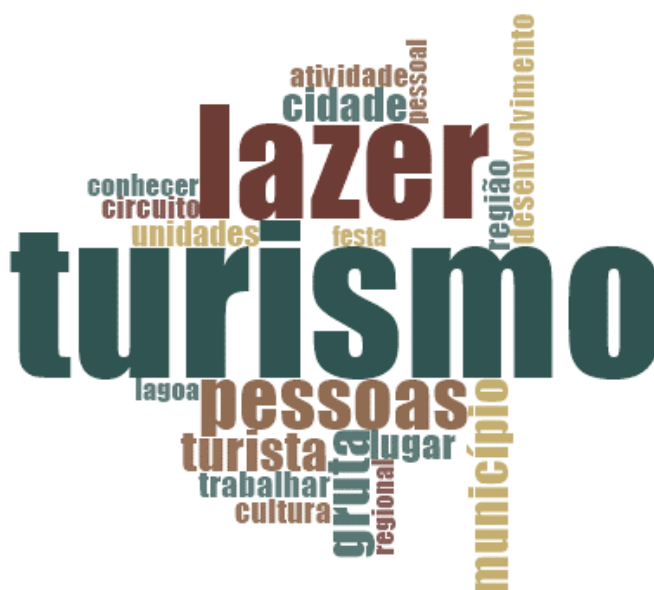
Fonte: Nvivo – Informações da pesquisa.

⁶⁸ As relações engendradas pela prática turística levam ao estabelecimento ou produção de novas territorialidades, que redefinem não apenas o uso de espaços urbanos naturais, mas o significado e valor social que lhes são atribuídos pelos moradores (Tradução livre).

Essas informações apontam para objetivos distintos daqueles que se esperava com a realização desta tese, ou seja, uma maior valorização da região e das pessoas. O conjunto dos dados encontrados sugere que a maior finalidade do projeto Rota das Grutas de Peter Lund acabou sendo a comercialização no plano internacional, a ampliação da base logística do estado, e, sobretudo, a superação dos obstáculos físicos e econômicos que pressionavam a eficácia da acumulação, “e a constante busca pelo núcleo industrial na ampliação de sua zona de atuação, dando origem a uma constelação de subsistemas dependentes” (FURTADO, 1995, p. 111).

No caso específico da questão apresentada, a mineração de calcário na região, o projeto do aeroporto, tanto em sua origem na década de 1970, quanto em sua transformação em aeroporto indústria, a partir dos anos 2000, acrescidos de todos os planos de expansão do vetor norte de Belo Horizonte, configuram uma relação centro-periferia.

Figura 16 – Nuvem de palavras (20) Turismo, lazer e desenvolvimento regional



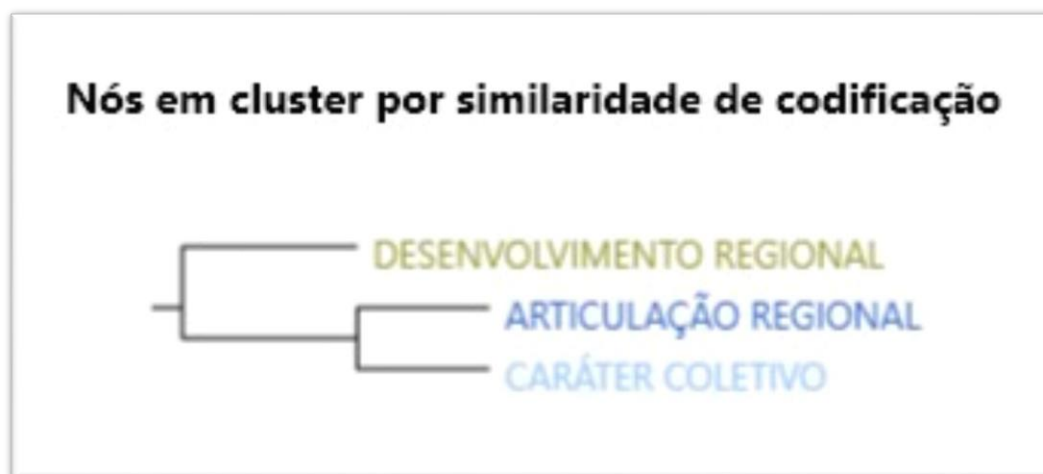
Fonte: Nvivo – Informações da pesquisa.

Paradoxalmente, a Figura 16 confirma e reforça o que foi abordado anteriormente e a orientação que sustenta esta tese, ou seja, as pessoas, o local, o meio ambiente, a cultura como centralidades do processo de desenvolvimento quando associado ao turismo.

o turismo não pode ser trabalhado só numa cidade. **É um cluster.** É tudo em volta, então é o regional. E eu acho que o turismo diretamente tá ligado nesse sentido de não é só o dinheiro. **Aliás eu acho que o dinheiro é uma questão quase ínfima se você for parar e pensar. Mas principalmente a cultura** que as pessoas absorvem do lugar e que o lugar absorve das outras pessoas que visitam elas (PARQUE MANGABEIRAS II, 21 fev. 2017). (Grifos da autora).

Retomando a discussão sobre a influência da política, e do projeto Rota das Grutas de Peter Lund no desenvolvimento regional, a partir da base, a Figura 17 demonstra a formação de um *cluster* com dois agrupamentos. Aqueles que possuem uma correlação mais próxima foram agrupados aos pares, ou seja, a articulação regional e o caráter coletivo, e posteriormente, associados àquele que está mais distante, neste caso, o desenvolvimento regional.

Figura 17 – Dendograma Cluster Articulação, Caráter coletivo, desenvolvimento regional



Fonte: Nvivo – Informações da pesquisa.

É importante destacar que a análise de cluster mede tanto a aproximação quanto o distanciamento entre as variáveis analisadas. Assim, ao apreciar a intensidade da correlação entre os pares (FIGURA 17), os dados externalizam valores que, na escala, moldam uma ligação que varia de fraca a muito fraca para todos os cruzamentos, demonstrados na Tabela 6, revelando uma expressiva limitação para elementos importantes do ponto de vista de práxis, e discutidos no capítulo anterior.

Destarte, a partir deles é possível afirmar que na prática, os elementos fundamentais, que indicam uma mudança na maneira de planejar e gerir o desenvolvimento regional do turismo ainda são incipientes, e ao mesmo tempo, suscitam um alerta. Não se pode conceber o desenvolvimento regional do turismo apenas pelo agrupamento por homogeneidade territorial, como indica a política de regionalização. Isso não significa negar sua importância, mas sim que essa associação, por si só, não tem sido capaz de promover o desenvolvimento regional do turismo.

Nesse caso, os baixos índices de correlação (TABELA 6), tanto para a articulação regional, quanto o caráter coletivo no desenvolvimento da região, implicam uma maior atribuição de valor à técnica como instrumento de elevação de sua capacidade produtiva, e não

como meio para realizar as potencialidades do homem, distanciando-se, assim, daquilo que Furtado (1994) e esta tese consideram como desenvolvimento, ou seja, aquele que considera a dimensão humana/vida.

O turismo no Brasil exige uma discussão ampla sobre o modelo de desenvolvimento que está por trás da economia e da sociedade como um todo. Essa discussão envolve outras questões como a cidadania, o meio ambiente, a ética, a sustentabilidade e a necessidade de uma inclusão maciça de pessoas (TRIGO, 2003, p. 97).

Tabela 6 – Correlação Jaccard – Desenvolvimento regional, articulação regional e caráter coletivo

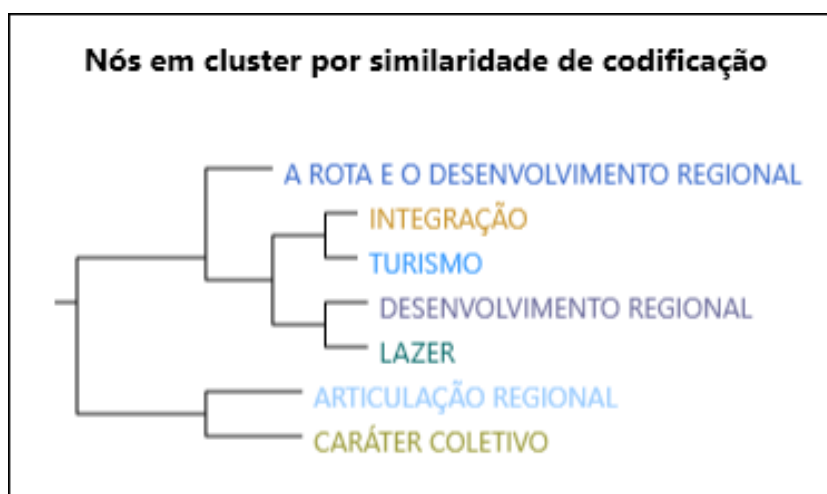
| Nó A | Nó B | Coefficiente de Jaccard |
|---------------------------------|----------------------|-------------------------|
| CARÁTER COLETIVO | ARTICULAÇÃO REGIONAL | 0,333333 |
| DESENVOLVIMENTO REGIONAL | ARTICULAÇÃO REGIONAL | 0,2 |
| DESENVOLVIMENTO REGIONAL | CARÁTER COLETIVO | 0,052632 |

Fonte: Nvivo – Dados da pesquisa.

A Figura 18 demonstra a formação de um *cluster* com o agrupamento dos temas discutidos nesta seção, cujas medidas são apresentadas nas tabelas 5 e 6. Ela reafirma as discussões anteriores, e possibilita dizer que, do ponto de vista conceitual, os três temas que envolvem esta pesquisa conformam-se a partir de medidas de correlação forte (Tabela 5).

Porém, antagonicamente, em sua aplicação prática, e de modo mais específico no projeto Rota das Grutas de Peter Lund, a relação é inversamente proporcional, pois questões fundamentais como a articulação regional e o caráter coletivo conformam medidas distantes em relação aos demais elementos. Os baixos valores apurados (Tabela 6), evidenciam a fragilidade do desenvolvimento regional no contexto do projeto e da região, sob a compreensão do desenvolvimento enquanto práxis sociais coletivas.

Figura 18 – Dendograma Cluster a rota em associação



Fonte: Nvivo – Informações da pesquisa.

É necessário ponderar sobre os entroncamentos retratados na Tabela 6. O primeiro deles corresponde aos agrupamentos com a variável caráter coletivo. Nota-se que, para todos os entroncamentos, os resultados apontam índices fracos e decrescentes, por isso eles formam um *cluster* distante dos demais (Figura 18). O mesmo ocorre com a variável articulação regional. Ao analisar a representatividade no dendograma, pode-se afirmar o distanciamento entre a Rota e as variáveis que apontam para a endogenia, tamanha a fragilidade apurada.

A associação com os temas que indicam a aplicação prática do desenvolvimento regional revela índices surpreendentemente baixos, para não dizer nulos, o que assinala que o projeto Rota das Grutas de Peter Lund está muito distante da proposta de criação de rotas turísticas dialogadas (EGREJAS *et al.*, 2013). Ao ponderar sobre a influência do projeto no fortalecimento das ações que envolvem a participação, o exercício da cidadania, bem como o fortalecimento da articulação regional, os resultados apontam o distanciamento da formação de redes de sociabilidade, característica do planejamento na perspectiva integrada.

Seja no caso do macroplanejamento integrador dos *clusters* ou no microplanejamento de pequenas regiões nos países desenvolvidos, quando há consciência de cidadania, ética, sustentabilidade e qualidade de vida, os projetos turísticos são realizados de maneira estratégica e articulada com toda a comunidade (TRIGO, 2003, p. 106).

Essas informações seguem na contramão do que afirmam Egrejas, Bursztyn e Bartholo (2013, p. 1162), ao considerarem que as rotas turísticas representam “la manifestación más evidente y concreta de los diálogos, asociaciones, oportunidades, prioridades y valores de la planificación de una visita turística”.⁶⁹

⁶⁹ A manifestação mais evidente e concreta dos diálogos, associações, oportunidades, prioridades e valores do

Concordando com a visão desses autores, questiona-se: como alcançar resultados com benefícios para a base local, se a participação e as relações regionais apontam para a ausência de integração e, portanto, de definição de objetivos coletivos?

Cordisburgo... Ele já caminha, o turismo aqui já... é um turismo desenvolvido, uma vez que... ele é... desunido. [...]Ele é ... **ele é um turismo desenvolvido, uma vez que ele é desunido.** [...] Porque muita gente ainda não consegue assimilar que a Gruta do Maquiné está dentro de Cordisburgo [...].Mesmo tão perto. A gente tem turista aqui que passa por aqui, que chega na gruta ou que chega aqui no museu: “Ah, mas eu já tantos anos eu tive na Gruta do Maquiné... ué, então quer dizer que eu vim em Cordisburgo, né?” Tem pessoas... **ainda falta essa... esse link, essa... trabalhar esse... esse trade,** pra que a **gente tenha essa união** e que um atrativo divulgue o outro como Cordisburgo e não como a Gruta de Maquiné e não como, tipo... o Museu Guimarães Rosa. Porque hoje a gente trabalha... a gente tem esses dois produtos que são mais que prontos, **eles caminham sozinho independente de divulgação... é... municipal, né.** Eles já têm a divulgação do Estado, que hoje o IEF já faz uma divulgação muito grande, né, e tanto a Secretaria de Estado de Cultura, onde o Museu pertence, já tem essa própria divulgação. Eles já, como diz, funcionam, caminham com suas próprias pernas (LIGAÇÃO, 12 jan. 2017). (Grifos da autora).

Ou seja, a Rota ainda não pode ser considerada como instrumento de expressão de diálogo e negociações sociais, sob a égide da potencialização dos resultados gerados pelo turismo (EGREJAS; BURSZTYN; BARTHOLO, 2013). Resulta, ainda, a baixa capacidade do projeto para promover o pleno acesso ao mesmo, bem como o empoderamento das populações locais/regionais (FIGUEIREDO; AZEVEDO; NÓBREGA, 2015).

Contudo, não se pode atribuir a responsabilidade apenas aos gestores públicos. As falas denotam que essa fragilidade se faz presente na própria população, ou seja, no não exercício da plena cidadania.

[...] com aquelas pessoas, sempre as mesmas pessoas, né... Não são todos os membros que são atuantes. Hoje conselho é muito difícil, né... Ninguém quer participar das coisas de graça... Tem sempre as mesmas pessoas que estão ali em prol do crescimento da cidade. Aqui a gente tem, graças a Deus, essas cabeças que são sempre atuantes, né... **Praticamente todos os conselhos são as mesmas pessoas...** [...]Veio quem quis, participou-se quem quis, que foram convidada a comunidade, foram feitas várias reuniões. Então, a gente conta com essas pessoas, sempre tentando trazer novas, né... Pessoas novas... pessoas novas mesmo, jovens, né... com a cabeça mais aberta e tal, mas não é um trabalho fácil, não. O Mário mesmo tem lá o conselho consultivo dele, ele busca cada conselheiro em casa no dia da reunião, pra como se diz... (LIGAÇÃO, 12 jan. 2017). (Grifos da autora).

Por isso, é possível afirmar que o desenvolvimento regional na perspectiva compreendida por esta tese ainda está distante de ser alcançado. Dito de outra maneira, está afastado do entendimento de desenvolvimento regional associado a práxis sociais coletivas, à dimensão da vida e como meio de transformação e realização das potencialidades humanas, ou

seja, como um processo de expansão de liberdades individuais e grupais (SEN, 2000).

Ainda assim, no que tange à participação social no processo de tomada de decisões, o circuito vem tentando fortalecer e modificar essa lógica. Contudo, as ações ainda são incipientes. Foi observado que a participação dos membros ainda é restrita, ocorrendo sobremaneira em resposta às demandas externas, tais como as exigências dos órgãos ambientais ou alguma solicitação específica da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

É baixo também o envolvimento para a proposição de projetos de atuação coletiva, a não ser a realização de eventos, contrariando as ações de natureza endógena. As tabelas 7 e 8 demonstram a aproximação ou distanciamento entre os pares considerando a relação entre circuito e município, e entre as instâncias de governança em nível estadual e regional. Elas demonstram valores de correlação de moderada a fraca, o que aponta como fatores limitantes o diálogo, a interação e, desse modo, a cooperação.

Tabela 7 – Correlação Circuito Municípios

| Fonte A | Fonte B | Coefficiente de Jaccard |
|----------------|----------------|--------------------------------|
| Formosa | Ligação | 0,454545 |
| Formosa | São Bento | 0,35 |
| Formosa | Ninho | 0,333333 |
| Formosa | Patrimônio | 0,318182 |
| Formosa | Cruzinha | 0,315789 |
| Formosa | Oso | 0,3 |
| Formosa | Micos | 0,238095 |

Fonte: Nvivo – Informações da pesquisa.

É importante destacar que os dados das tabelas 7 e 8 representam a avaliação acerca do processo de governança, no contexto do projeto em análise. Os melhores resultados, ainda que em sua maioria medianos, são aqueles relacionados às instâncias de governança estaduais e à regional (TABELA 8). Contudo, eles revelam que o processo de governança aponta, mais uma vez, para a ausência de definição de objetivos coletivos, capazes de organizar ou reorganizar a engrenagem rumo ao desenvolvimento regional do turismo a partir de uma rota turística. Desse modo, se distancia do entendimento de governança como um processo contínuo que permite interesses distintos, como o de cada instância de governança envolvida, ou conflitivos, na realização de ações cooperativas (SILVA; MONTOVANELI Jr.; SAMPAIO, 2012).

Tabela 8 – Correlação Jaccard Instâncias de Governança

| Fonte A | Fonte B | Coefficiente de Jaccard |
|----------------------------|----------------------|--------------------------------|
| Abelinha | Esquecimento | 0,7 |
| Formosa | Esquecimento | 0,55 |
| Formosa | Parque Mangabeiras I | 0,529412 |
| Parque Magabeiras I | Esquecimento | 0,526316 |
| Abelinha | Parque Mangabeiras I | 0,526316 |
| Formosa | Abelinha | 0,47619 |

Fonte: Nvivo – Informações da pesquisa.

Todos os municípios foram questionados sobre a existência de algum projeto específico em desenvolvimento na região, e a grande maioria apontou a não existência de projetos. Porém, foi uma surpresa positiva constatar que o município que estava mais organizado e estruturado para captar recursos para a viabilização de projetos foi o de Jequitibá. Embora esse município integre a formação do circuito durante todo o período de existência (figuras 5 e 6), o mesmo não está incorporado ao projeto da Rota. Além disso, é o mais distante fisicamente dos municípios que compõem o projeto, notadamente de Cordisburgo, cidade piloto da rota. Essa organização e estruturação está associada à contratação de uma consultoria, que atua no levantamento de editais abertos, e conduz o processo de preparação para a captação do recurso, além de auxiliar nas demandas relacionadas à política de regionalização. Porém, não há garantias de que esse cenário seja duradouro, já que depende sobremaneira de atores externos ao município.

Todavia, conforme prevê o estudo da OMT (2010), mesmo estando mais distante dos municípios que abrigam a Rota e de Cordisburgo, o município em destaque é considerado como raio de influência. Antagonicamente, os gestores municipais à frente do turismo desconheciam o projeto Rota das Grutas de Peter Lund, conforme destacado no capítulo anterior. O que sugere que a Rota não tem exercido influência nos municípios que integram o circuito, mas não fazem parte da Rota. Desse modo, não é observada nenhuma indução exercida pela Rota na região.

Tabela 9 – Correlação Jaccard – Turismo, lazer, integração e desenvolvimento regional na rota

| Nó A | Nó B | Coefficiente de Jaccard |
|-------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| Lazer | A Rota e o desenvolvimento Regional | 0,76 |
| Turismo | A Rota e o desenvolvimento Regional | 0,76 |
| Lazer | Integração | 0,75 |
| Integração | Desenvolvimento Regional | 0,727273 |

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------|----------|
| Integração | A Rota e o desenvolvimento Regional | 0,68 |
| Desenvolvimento Regional | A Rota e o desenvolvimento Regional | 0,6 |
| Caráter Coletivo | Articulação Regional | 0,333333 |
| Articulação Regional | A Rota e o desenvolvimento Regional | 0,272727 |
| Integração | Articulação Regional | 0,238095 |
| Lazer | Articulação Regional | 0,217391 |
| Turismo | Articulação Regional | 0,217391 |
| Desenvolvimento Regional | Articulação Regional | 0,2 |
| Integração | Caráter Coletivo | 0,1 |
| Caráter Coletivo | A Rota e o desenvolvimento Regional | 0,090909 |
| Turismo | Caráter Coletivo | 0,090909 |
| Desenvolvimento Regional | Caráter Coletivo | 0,052632 |
| Lazer | Caráter Coletivo | 0,043478 |

Fonte: Nvivo – dados da pesquisa.

Seguindo o curso da análise, apresenta-se a Tabela 9, que resulta da agregação das análises parciais realizadas até o momento. Objetivou-se demonstrar o reconhecimento da correlação entre os temas da pesquisa, conforme discutido anteriormente neste capítulo, bem como a percepção de que Rota pode ser um meio de integração e promoção de desenvolvimento regional, uma vez que para esses cruzamentos, a correlação obtida é mediana. Isso se dá, sobretudo, pela esperança dos sujeitos da pesquisa, que conseguem perceber algumas possibilidades.

Contudo, há uma expressiva fragilidade no caráter coletivo, bem como na articulação regional. Isso se faz presente em todo o contexto deste estudo, evidenciando a baixa participação da sociedade na política e no projeto, decorrente de fatores externos e internos. “Oh! Vou te falar a verdade. Só fui lá pra assinar papel ano passado uma vez. Que me chamaram pra poder fazer uma reunião lá e pronto assinar uns papéis. Aí mais nada” (ESTIVA, 13 fev. 2017).

Isso posto, segue na contramão da noção do planejamento integrador e de obtenção de resultados transformadores, logo, no desenvolvimento regional.

O turismo depende de uma sociedade mais equilibrada e justa para se desenvolver plenamente. Outro tipo de turismo será possível apenas em uma sociedade mais participativa. Capital e conhecimento são importantes nessa construção, mas a revalorização do humanismo é fundamental para que a vida seja preservada e dignificada (TRIGO, 2003, p. 109).

No diagnóstico elaborado pela Fundação Themis (OMT, 2011) e exposto em três grupos de análise – demanda, produto turístico e governança – conclui-se que os setores público e privado não possuem clareza quanto ao seu papel institucional no processo de desenvolvimento turístico da Rota. Igualmente foi exposto que as organizações responsáveis pela articulação da gestão turística são fracas, dada a sua atuação de modo isolado. Afirma-se, ainda, a necessidade

de fomentar a articulação regional, com definição de objetivos claros. Os dados apurados nesta pesquisa são muito similares, e por isso, pode-se afirmar que não houve avanço, persistindo os mesmos problemas indicados no ano de 2011. Ora, não se pode dizer que não houve tempo suficiente para que melhorias nesses aspectos pudessem alcançadas. Por outro lado, fica evidenciado que esses aspectos representam as limitações mais expressivas para que resultados positivos sejam alcançados em termos de desenvolvimento, seja ele local, regional, estadual ou federal.

A segunda parte do mesmo documento citado no parágrafo anterior propõe uma estratégia de desenvolvimento turístico para a região. Ao analisar o conteúdo do documento, percebe-se que a proposta realizada, embora cite o atual modelo de gestão do turismo brasileiro, bem como leis e decretos, parece desconhecer a política atual de turismo. Afirma-se isto pois considera-se que o que foi proposto corresponde ao modelo de gestão adotado pelo turismo na atualidade, qual seja, a regionalização do turismo, que sugere a população como foco, visando à qualidade de vida. Ademais, o documento indica que a medição deve ser realizada apenas por meio dos índices do IDH e do PIB, que embora sejam importantes instrumentos, atualmente são considerados medições parciais no processo de desenvolvimento. Por isso, talvez seja necessário a criação de novos índices que possam, por exemplo, mensurar o desenvolvimento regional. Esses talvez possam ter como base os princípios de integração, articulação e cooperação.

Finalizando, este capítulo discutiu os temas centrais desta tese, buscando analisá-los sob uma perspectiva integradora, articulada e humanista. Foram evidenciadas contradições no processo de desenvolvimento regional, notadamente quando o olhar se volta para o projeto Rota das Grutas de Peter Lund e para o desenvolvimento, não apenas o econômico. Essas contradições, as potencialidades, e também, as principais observações alcançadas por este estudo serão sintetizadas nas considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O convite apresentado no poema de Mario Chemie, escolhido como epígrafe para esta tese, suscita um interessante processo de reflexão. Os trocadilhos ali presentes – “por trás de toda palavra” –, estruturados a partir de uma perspectiva crítica, representam não só uma fonte de inspiração, mas, principalmente, uma origem questionadora, ao provocar um olhar mais atento, que considere o verso e o reverso, o claro e o escuro. Exercício necessário a toda e qualquer pesquisa, principalmente a de natureza qualitativa, como esta.

O poema convida a compreender as palavras em suas tramas cavadas, enclausuradas ou envenenadas, presentes em conceitos com pretensões homogeneizantes, e que remontam aos preceitos impostos pela modernidade, apontados na introdução e na revisão teórica. Mas, também, o contraponto, presente em olhares mais contemporâneos e que revelam outras epistemes, como foi discutido no capítulo 3 e também ao longo dos resultados da pesquisa, principalmente no capítulo 6. O que se espera é que toda palavra, ao ser enunciada, contribua para organizar novas tramas e tessituras que, muitas vezes, fundamentam a elaboração e a implementação de políticas públicas. Por isso, o poema está associado ao contexto e aos interesses desta pesquisa, ao instigar um outro modo de ver, pensar e agir, ao considerar as interações entre o turismo, o lazer e o desenvolvimento regional no contexto do projeto Rota das Grutas de Peter Lund. Esses foram os princípios que guiaram esta pesquisa, e que são aqui retomados.

Quanto ao processo de elaboração e implementação da Política de Regionalização em âmbito federal e estadual, observando as interações no Circuito Turístico das Grutas e, sobretudo, o projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund, a pesquisa indicou que existem sinais de mudança quanto à orientação do turismo na política pública que pretende o desenvolvimento regional da atividade, mas também subsistem contradições e limitações.

As principais limitações estão correlacionadas à atuação do poder público, nos processos de elaboração e implementação dessa política pública. Dizem respeito, em um primeiro momento, ao modelo geral da política de turismo, do qual Minas Gerais e o Circuito Turísticos das Grutas foram pioneiros. O modelo prevê uma mudança da lógica do planejamento e gestão do turismo a partir da base local, ou seja, a elaboração e implementação seguindo a lógica *Bottom-up*. Ao ponderar sobre a atuação das instâncias de governança local, regional e estadual, a partir da política de regionalização, percebe-se que, de certo modo, elas têm procurado atuar na proteção de seus territórios e pessoas, e no fomento ao desenvolvimento do turismo.

Entretanto, ainda é presente a orientação *top-down*, notadamente na atuação do Estado, o que contraria a lógica da política de turismo vigente, e por consequência do desenvolvimento regional. Dessa maneira, a descentralização é compreendida e executada de modo restrito, ou seja, apenas como uma simples transferência de recursos materiais e financeiros, mesmo que ainda escassos, e não como um importante instrumento de compartilhamento do poder na tomada de decisão, e, principalmente, como indutora de ações endógenas e coletivas. Foi destacada a falta de clareza para os agentes envolvidos na política acerca do papel a ser exercido e o que se espera de cada um deles. No nível municipal a atuação restrita dos Conselhos Municipais de Turismo dificulta a continuidade da política e também a mudança de orientação pretendida.

A orientação do Programa Roteiros do Brasil, ao priorizar a elaboração de produtos direcionados ao mercado internacional, possibilita a presença da dualidade homogêneo/fragmentado, e a associação do turismo ao desenvolvimento econômico, mesmo sinalizando outros interesses. Esse dualismo torna-se evidente ao examinar a atuação dos poderes públicos na implementação da política de regionalização, e de modo ainda mais representativo no projeto Rota das Grutas de Peter Lund, como foi tratado nos capítulos 4 e 5. Todos esses fatores limitam o desenvolvimento regional na perspectiva de práxis social, compreendida como uma atividade conscientemente orientada e transformadora, que pressupõe não apenas as dimensões objetivas, mas também subjetivas, e que possibilita transformações na natureza, na criação de objetos, de instrumentos, de tecnologias, por exemplo. Transforma também o próprio ser humano ao estabelecer relações dialógicas e questionadoras.

Alguns avanços, mesmo que ainda tímidos, também foram observados. No caso específico do Circuito Turístico das Grutas, percebe-se, em meio a algumas discontinuidades, indícios de uma atuação que visa equacionar as limitações vivenciadas ao longo dos quase 20 anos de sua concepção. Por exemplo, a compreensão da política como um instrumento importante para promover a integração entre os municípios que compõem essa região turística, considerando não apenas a homogeneidade, mas também a complementariedade e as particularidades de cada um; a consciência da necessidade de atuar de modo multi, inter e transdisciplinar; a assimilação de que é necessário agir a partir da base local, considerando as necessidades dos diversos agentes envolvidos, e a partir daí a integração com a região; as diversas aproximações para a garantia do diálogo não somente entre os integrantes do circuito, mas também entre os variados agentes políticos que tangenciam a política de turismo, e o desenvolvimento regional deste. E ainda uma atuação que favoreça aos municípios participantes do circuito o acesso às informações técnicas necessárias para a elaboração dos

documentos exigidos para a certificação do circuito, e, assim, possibilite o pleito aos recursos advindos do estado ou do governo federal, como o ICMS turístico, por exemplo.

No que diz respeito às concepções de lazer e de turismo presentes em documentos e enunciadas por atores inseridos no projeto Rota das Grutas de Peter Lund, bem como seus encadeamentos em termos de desenvolvimento regional, foi possível constatar que o lazer é percebido por muitos entrevistados como algo presente no dia a dia, e sua fruição é corriqueira. A relação dicotômica tempo de trabalho e não trabalho, decorrente da visão eurocêntrica, cede espaço para outras percepções e demonstra o distanciamento dessa visão restritiva do lazer, favorecendo aproximações a outras concepções, como a assumida por este estudo, que o considera como necessidade humana e dimensão da cultura (GOMES, 2011; 2014).

Também foi possível perceber, na visão dos entrevistados, o distanciamento do turismo da dimensão econômica. O conjunto da análise, expresso pelas nuvens de palavras, análises de *cluster* e associação aos trechos das falas, explicita que o turismo e o lazer estão fortemente associados na visão dos entrevistados, e essa aproximação demonstra as relações sociais e a cultura como pontos convergentes. Também foi evidenciada a porosidade entre esses campos do conhecimento, por isso, considera-se pertinente que sejam considerados como campos circunvizinhos e não sobrepostos. Há também uma significativa mudança na compreensão dos sujeitos, sobretudo ao apontar modificações quando se considera a centralidade de cada um dos conceitos, o que se torna mais significativo ao observar as interações entre eles. O olhar foi ampliado, figurando questões relacionadas à vida, corroborando, dessa forma, a visão adotada nesta pesquisa, e permitindo assinalar a existência de uma linha de interação e visão compartilhada sobre os conceitos de turismo, lazer e desenvolvimento regional, e sua apreciação enquanto fenômenos sociais, ao perceber a ampliação do olhar para dimensão humana/vida. Isso porque considera-se que essa é a base fundamental para que os processos de transformações sociais sejam engendrados à parte da base local, favorecendo a endogenia. Essa percepção foi constatada tanto na análise individual, quanto em conjunto. Assim, quando se considera o que foi relatado pelos entrevistados, fica evidenciado o distanciamento entre os três conceitos da dimensão econômica e a aproximação desses à dimensão humana.

A dimensão humana, que não é estática, se estabelece a partir de um processo de retroalimentação, cujo eixo central é a interação do indivíduo com o meio no qual está inserido e consigo mesmo. Isso implica compreender que o turismo, o lazer e o desenvolvimento foram associados a uma dimensão mais ampla, evidenciando a importância das relações estabelecidas entre eles e as diversas outras interações possíveis. Por isso, acredita-se na possibilidade de outras abordagens que possibilitem que esses sejam ferramentas mobilizadoras de diversas

experiências interculturais, nas quais o desenvolvimento econômico seria observado como uma consequência, e não como fim. Desse modo, afirma-se que são fenômenos relacionais, demandando que essa visão seja transposta para as políticas, planos e projetos, permitindo uma articulação mais profunda entre os conceitos em uma aplicação prática, pensando o desenvolvimento para além das questões econômicas.

O caminho trilhado por esta pesquisa considerou a existência de outras racionalidades para os três conceitos que a sustentam, ao ponderar a necessidade de deslocar o olhar para as pessoas. Isso foi evidenciado, principalmente, quando foi analisada a interação entre eles. Os resultados apontam que eles estão associados, na visão dos sujeitos da pesquisa, permitindo afirmar que a centralidade do desenvolvimento, quando considerados o turismo e o lazer, precisa ser fundamentada em processos de transformação social e coletiva, de modo emancipatório, permitindo a redistribuição dos recursos materiais e simbólicos (SANTOS, 2010). Significa, igualmente, minimizar a tensão homogeneidade/heterogeneidade, e a tendência à fragmentação, características marcantes dos conceitos hegemônicos e ainda presentes na política de regionalização.

Ainda assim, subsiste uma oscilação acerca da compreensão de turismo, sendo ora compreendido como um fenômeno econômico, ora como um fenômeno social, quando analisados os documentos que envolvem essa política. Essa oscilação incide sobre as ações implementadas e nos resultados observados, favorecendo o uso do turismo como uma justificativa, e ou um discurso político. Essa oscilação, e a falta de um nivelamento entre o que se compreende com essa atividade e o que se espera dela, presente nos documentos, limita o avanço do processo de governança na política de turismo.

A análise documental de 168 Atas e outros materiais, complementada e enriquecida com os depoimentos de 27 entrevistados de diferentes segmentos, evidenciou que a articulação entre o estado, o empresariado e a comunidade no contexto do produto turístico Rota das Grutas de Peter Lund é incipiente, pois parte-se do pressuposto de que existe um consenso no que tange aos conceitos e aos objetivos, mas tanto a discussão teórica quanto os dados empíricos revelam o contrário.

Foi evidenciado o desconhecimento e a não observância da política de regionalização por parte dos proponentes do projeto. Isso acarretou a fragmentação na atuação das diversas instâncias de governança, entre diferentes políticas e ações setoriais, pois, de maneira geral, foram priorizadas as demandas específicas de cada um, afastando o olhar interdisciplinar e a intersetorialidade, embora esses estejam presente no discurso. Por isso foram identificados os baixos índices de integração, articulação e cooperação, como evidenciado no capítulo 5.

Embora tenha sido identificada a existência de diálogo entre as instâncias, os resultados apurados apontam sua insuficiência, uma vez que, como observado, tal diálogo resume-se a simples soma de programas, projetos, ou ações, mas não uma estratégia conjunta a partir do território, das pessoas e para as pessoas, como se espera, e com resultados pouco significativos do ponto de vista de uma atuação coletiva. O diálogo estabelecido entre os órgãos ambientais, a Secretaria de Turismo, o Circuito e os municípios, no contexto da análise, serviram muito mais para legitimar as ações dos órgãos ambientais, principalmente na resolução de algumas de suas principais dificuldades referentes à gestão das unidades de conservação, ou seja, ações que não são consideradas como fim, nominalmente a visitação e a conservação diária das unidades de conservação. E também para atender aos interesses políticos do estado na época em que o projeto foi estabelecido, como por exemplo as ações relacionadas ao vetor norte de Belo Horizonte, como a construção da Cidade Administrativa, da Linha Verde, e a retomada e ampliação das atividades no aeroporto de Confins, que causaram impactos ambientais, mas estavam associados aos propósitos do desenvolvimento econômico. E assim, o turismo foi envolvido e empregado como um discurso político, com duplo viés. Por um lado, a preservação e difusão de conhecimento, marcando a relevância da ludicidade como capacidade do ser humano de elaborar, apreender e expressar significados, que podem ser construídos culturalmente (GOMES, 2011). Possibilitando, assim, a interação com as tradições, os valores, os costumes e as contradições presentes em cada sociedade. Essa compreensão pode ser associada, em parte, à visão do criador do projeto e daqueles que contribuíram para difundir a importância da região e da presença de Lund e seus estudos, como por exemplo os Profs. Walter Neves e Luís Piló, ambos da USP, mas não de todos os demais agentes envolvidos.

Ao ser materializado em um projeto envolvendo a Secretaria de Meio Ambiente – SEMAD, a Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG e a Agência Metropolitana de Desenvolvimento, outro viés é percebido, a saber, a ênfase na dimensão econômica revestida pela roupagem da proteção ambiental. Assim, os resultados esperados apontam a associação do turismo à dimensão econômica e à geração de fluxos turísticos para as grutas, por parte desses órgãos, mas não necessariamente a disseminação desse fluxo entre as demais cidades.

Essa percepção é fortalecida ao identificar o afastamento da Secretaria de Turismo, por implicações externas pertinentes à atuação das outras instâncias de governança estadual (SEMAD e IEF), e internas, como por exemplo a mudança contínua de profissionais responsáveis pelo projeto dentro da SETUR/MG, desfavorecendo uma maior amplitude das relações intersetoriais nas ações iniciais do projeto. Acrescenta-se como vulnerabilidade, no imaginário dos entrevistados, notadamente das demais instâncias de governança estadual, uma

percepção limitada acerca do papel a ser exercido por esta secretaria. Geralmente, percebe-se como sua atribuição apenas a promoção/divulgação dos atrativos. Ainda é baixo o entendimento de que sua maior atribuição é fomentar o desenvolvimento do turismo por meio de diversas perspectivas e ações, e, desse modo, contribuir para o desenvolvimento do turismo nas diversas regiões do estado.

Os resultados também apontam a expressiva fragilidade e a baixa presença da comunidade e dos empresários da região no projeto. O conjunto das informações exprime a vulnerabilidade da articulação regional, apontando o distanciamento da formação de uma ampla rede de sociabilidade, e o exercício da cidadania, além de projetos integrados, características do planejamento e da gestão na perspectiva integrada, bem como da práxis social coletiva.

Sendo assim, não se pode dizer que a Rota Lund trouxe significativas mudanças para a agregação das diversas políticas setoriais, muito menos para os autóctones da região, uma vez que, até o momento da elaboração desta pesquisa, eram baixos os índices de articulação entre as diversas instâncias de governança, de aproximação com a população e do caráter coletivo. Também não foram percebidos “vazamentos” dos efeitos decorrentes do grau de integração (NÓBREGA, 2013) na região, pois o projeto não foi conhecido pela população, e não houve nenhuma influência do projeto nas outras cidades que fazem parte do circuito.

Para dirimir essa limitação, poderiam ser criados projetos pela instância de governança regional, os quais, estabelecidos a partir de redes de sociabilidade, poderiam fortalecer a integração entre a oferta turística da região, as distintas comunidades, as diversas instâncias de poder público, empreendedores, e entre o turismo, o lazer e o desenvolvimento regional. Por isso, considera-se que o foco na promoção de eventos culturais, embora seja importante, não é capaz de fortalecer a formação de uma rede sólida para atender aos anseios da população, principalmente no que tange às transformações sociais coletivas, na relação investimento/retorno, no usufruto das áreas públicas e na noção de cidadania. Esses eventos podem gerar fluxos turísticos, e algum fluxo econômico, mas questiona-se a efetividade dessa relação quando a noção de desenvolvimento é ampliada.

As implicações do projeto na base local percebidas são: a efetivação das unidades de conservação que proporcionaram o aumento das áreas de preservação, notadamente com a criação das unidades de conservação – Monumento Natural Estadual Peter Lund, Monumento Natural Estadual Rei do Mato. Esse contexto sinaliza uma significativa mudança da noção de desenvolvimento ao instituir algumas deliberações visando à proteção e conservação do meio ambiente, que estava sob forte pressão e ameaça. Além disso, as ações do projeto proporcionaram a melhoria das estruturas e processos de visitação nas grutas, por meio de

normas e procedimentos estabelecidos pelos planos de manejo e alusivas à capacidade de carga desses locais, bem como a criação de medidas protetivas para ações de depredação que vinham ocorrendo. Mas a definição dos limites dessas unidades de conservação também provocou conflitos, pois exigiram mudanças comportamentais e também afastaram os moradores dessas unidades, ao fechar seus limites e ao proibir certas práticas, como por exemplo a caça e a pesca.

Também foram criadas estruturas de receptivo nas grutas da Lapinha e de Maquiné, além de outras estruturas denominadas como museus, porém questionadas pelo proponente do projeto, que não as considera como tal.

No município de Cordisburgo, cidade que integrou o projeto piloto, foi observado o maior número de intervenções, com a criação de uma ampla estrutura para abrigar o Centro de Atendimento ao Turista – CAT, que também abriga um auditório que atende a diversas necessidades da população. Porém, a estrutura criada para funcionar como CAT praticamente não funciona com esse fim, devido principalmente a sua localização, e é atualmente utilizada para outras finalidades, embora correspondentes ao uso público do espaço.

Por outro lado, a unidade de conservação Monumento Natural Estadual Rei do Mato foi a menos beneficiada com as ações do projeto, tendo em vista a não efetivação das reformas previstas para aquele local.

Em suma, as análises empreendidas nesta investigação evidenciaram que muitos limites e contradições ainda cerceiam a concretização do desenvolvimento regional do turismo como práxis social coletiva, notadamente ao considerar o projeto. As principais insuficiências são: a influência do ambiente político no turismo; a exiguidade de uma compreensão compartilhada do que seria o turismo, o lazer e o desenvolvimento, tanto nas políticas quanto no projeto Rota das Grutas de Peter Lund; a necessidade de definições mais claras acerca da política de turismo e o que se pretende com ela; a ausência de um diálogo nivelador em relação aos conceitos e aos objetivos do projeto para cada integrante, principalmente ao se considerar uma abordagem mais ampliada, e que incluía, por exemplo, o lazer dos residentes; a atuação fragmentada dos órgãos públicos estaduais; a associação de benefícios à criação de emprego e renda, e ao artesanato sem, no entanto, discutir sobre a sazonalidade dos empregos gerados pelo turismo, e muito menos que, geralmente, esses são ofertas pouco qualificadas, o que não seria tão eficaz na redução da pobreza material como sugerido pela política; o parco exercício da cidadania no que tange às questões analisadas neste estudo; a baixa presença de uma rede de sociabilidade; e a inexistência objetivos coletivos.

Como possibilidades e surpresa positiva para a pesquisa, o início de um processo de mudança, notadamente o distanciamento da compreensão do turismo meramente pelo viés

econômico; a visão ampliada acerca da interação entre os três temas, permitindo que outros arranjos sejam estabelecidos; a compreensão das instâncias de governança regional e municipal do turismo, ao apreender que depende da atuação de cada um desses agentes da política o alcance de resultados pelo turismo.

Seguindo em direção às possibilidades, para esta pesquisa, a relação entre turismo, lazer e desenvolvimento regional, está associada à ampliação das capacidades humanas coletivas, que decorre de processos de cidadania, oportunizando transformações sociais positivas. Isso aponta a necessidade de retornar a um passo atrás, na organização da vida coletiva de cada um dos municípios e da região. Sugere a possibilidade de novos estudos, que debrucem sobre a possibilidade de criação de novos índices para mensurar o desenvolvimento regional, sobretudo quando observados o turismo e o lazer na perspectiva adotada por esta tese.

Mesmo que tenham sido apresentadas inconsistências, acredita-se que o desenvolvimento regional, quando associado ao turismo e suas interações com o lazer, deriva das práxis sociais coletivas, em uma relação dialógica no tempo-espço, requerendo uma abordagem humanizada e endógena, sem desconsiderar a dimensão econômica. Está intimamente ligado à dimensão da vida, transcendendo aspectos materiais e físicos, percorrendo a direção do engajamento e da transformação social, incluindo os direitos de cidadania, os valores de sociabilidade, cooperação e associativismo.

Poder-se-ia considerar essa nova racionalidade como uma utopia. Mas, o que seria do ser humano se não fosse a utopia? Se não fosse a inquietação que move rumo ao desconhecido, e que permite apontar as inconsistências e funcionamentos inadequados de alguns conceitos, bem como sua aplicação prática, mesmo quando muitos afirmam o contrário?

Por isso, é necessário abrir a mente, permitindo novas calibrações para nossas “lentes”. Destarte, coaduna-se com a crença de Bauman (2009)⁷⁰ na capacidade e no potencial humano para promover práxis sociais coletivas. E a partir daí, construir coletivamente a força e a coragem para extirpar as inconsistências e os maiores equívocos decorrentes da noção de desenvolvimento apregoada pela modernidade. Isso permitirá que cada sociedade não apenas defina o caminho a ser trilhado, mas também conecte trechos do caminho, conforme sugerido pelo título desta tese, desafio que se coloca para todos aqueles que estão envolvidos neste processo.

⁷⁰ Entrevista concedida a Denis de Oliveira, disponível em: <<https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=ptBR&q=A+utopia+poss%C3%ADvel+na+sociedade+1%C3%A4Dquida>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia** / Nicola Abbagnano. Tradução de Alfredo Bosi. 21. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Título original: Dizionario di filosofia.

AJARA, C. **As difíceis vias para o desenvolvimento sustentável: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico e econômico**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de ciências Estatísticas, 2003. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_8.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

ALBERTO, A. A. D. Lazer como fator de desenvolvimento regional: condicionante e possibilidades no atual contexto ampaense. **Efdesportes**. Revista digital. Buenos Aires, Ano 11, n. 104. jan. 2007. Disponível em: <afdeportes.com/efd104/desenvolvimento-regional.html>. Acesso em: 02 maio 2017.

ALVES, S. HILAL, A. V. G. Tourism Development. Sustainable or Sustained? Intercultural reflections on The case of Praia do Forte/ Bahia, Brazil. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Espanha, v. 7, n. 3, p. 503-514, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/881/88111636013.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ARAÚJO, Marina; ISAYAMA, Hélder F. As fronteiras entre turismo e lazer. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 10., 2009, Belo Horizonte. **Anais..** Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2009. p. 145-150.

ARDILA, A. Turismo, los orígenes y significados. **Turismo e Sociedade**. XVIII. p. 143-153. Disponível em: <<https://doi.org/10.18601/01207555.n17.09>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

AULICINO, M. P. Turismo e Desenvolvimento Regional: Um estudo no Estado de São Paulo. **Turismo em Análise**. v. 22, n. 1, abril, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i1p220-234>>. Acesso em: 15 maio 2018.

BARBOSA, F. B. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. Revista on line **Caminhos de Geografia**, UFLA, 2005. Disponível em: <www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BARBOSA, M. F. *et al.* **Rota das Grutas de Peter Lund, Patrimônio Cultural e Turismo: possibilidades e limitações**. COLÓQUIO IBERO-AMERICANO, 3. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte. Setembro de 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/291347426_ROTA_DAS_GRUTAS_DE_PETER_LUND_PATRIMONIO_CULTURAL_E_TURISMO_possibilidades_e_limitacoes>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BELLEN, H. M.V. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAMANTE, A. C. Lazer: Concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes Operacionais: Programa de**

Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007**: diretrizes, metas e programas. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes Políticas**: Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2013/2016**: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Tradução de M. A. Veríssimo. Ed. Artes Médicas. Porto Alegre. 1996.

CANDIOTTO, L. Z. P. & BONETTI, L. A. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 19, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/19/politicas.html>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CAMARGO, L. O. L. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 28-36, 1998.

CAMPODÓNICO, R.; BERTOLOTTI, L. C. El turismo como construcción social: Un enfoque epistemo-metodológico. **Turismo y Sociedad**, v. 14, p. 47-63. nov. 2013. Disponível em: <<https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/tursoc/article/view/3714/3847>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CAMPODÓNICO, R.; CUNHA, N. La incidencia del transporte en el desarrollo del turístico del Uruguay – El caso de ONDA (1935-1980). **Estudios y Perspectivas en Turismo**. v.19, p. 422-440, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/eypt/v19n3/v19n3a07.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CARVALHO, M. L.; BARBOSA T. R. C. G.; SOARES, J. B. **Implementação de política pública**: uma abordagem teórica e crítica. COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EM AMÉRICA DEL SUR. MAR DEL PLATA, 10, 2010. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97020/IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O%20DE%20POL%C3%8DTICA%20P%C3%9ABLICA%20UMA%20ABORDAGEM%20TE%C3%93RICA%20E%20CR.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CARVALHO, K. D.; GUZMÁN S. J. M. El turismo en la dinámica territorial. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. v. 20, p. 441-461, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/eypt/v20n2/v20n2a10.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CARVALHO, M. S. MOESCH, M. M. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 2, p. 442-457, maio-jul. 2013.

CASTELANI FILHO, L. Gestão Municipal e Política de Lazer. In: ISAYAMA, H. F.; LINHARES, M. A. (Org.). **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2008.

CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo X Espaço: reflexões necessárias na pós modernidade. In: GASTAL, S. CASTROGIOVANNI, A. C. **Turismo na Pós-Modernidade (des) inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimento Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, jan.-abr. 2001. Disponível em: <<http://dxdoiorg/101590/50103-4014200100100004>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CONTERATO, M.; FILLIPI, E. E. **Teorias do Desenvolvimento**. UAB/UFRG. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

COOPER, C.; HALL, C. M.; TRIGO, L. G. G. **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento regional do turismo. **Passos. Revista Brasileira de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/bgg/article/view/4212>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, Fábio P. Lazer e Turismo: Novas centralidades da sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 3-22, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/773/637>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, Fábio P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, p. 95-111, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n1>>. Acesso em: 12 maio 2018.

CORIOLOANO, L. N. **O Turismo nos Discursos nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume 2006.

DESSEN, M. A. GUEDEA, M. T. D. A Ciência do Desenvolvimento Humano: Ajustando o Foco de Análise. **PAIDEIA**, v. 16, n. 30, p. 11-20, 2005.

DELEON, P.. The stages approach to the policy process. In: SABATIER, P. A. **Theories of the policy process**. USA e UK: Westview Press, 1999.

DELEON, P.; DELEON, L. What ever happened to Policy Implementation? An alternative approach. **Journal of Public Administration research and theory**. Part 12, p. 467-492, October 2002.

DELEON, P. The historical roots of the field. In: GOODIN. R. E.; REIN, M.; MORAN. M. (Ed.). **The Oxford handbook of Public Policy**. Oxford: University Press, 2007.

DEMAJOROVIC, J.; SOARES, F. R. Ações voluntárias: uma análise crítica do programa de gestão responsável. **Revista Gerencias**, São Paulo, v. 5, n. especial, p. 63-74, jan.-jun. 2006.

DI GIAVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2. p. 227-249. maio-ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001>.

Acesso em: 20 ago. 2017.

DREHER, M. T.; BADEL, K. D. Desarrollo regional del turismo y sustentabilidad del territorio. La SDR de Blumenau – Brasil y Las acciones intersectoriales en el turismo de naturaliza. **Revista Estudios e Perspectivas en Turismo**, Argentina, v. 18, p. 672-690, 2009.

EMBRATUR, IPHAN, MINISTÉRIO DA CULTURA. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**. 2001. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/files/Guia_Embratur/conteudo/principal.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

EGREJAS, M.; BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. La Valorización Del Diálogo En La Construcción e Implementación de Rutas Turísticas: Proyectos Palacios de Rio y Central Comunitario de la Amazonia – Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 22. p. 1160-1181, 2013.

ELIZALDE, A. Desarrollo a Escala Humana: conceptos y experiencias. **INTERAÇÕES. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 51-62, set. 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233809750_Desarrollo_a_Escala_Humana_conceptos_y_experiencias>. Acesso em: 05 jun. 2018.

ELMORE, R. F. Backward mappings: implementation research and policy decisions. **Political Science Quarterly**, v. 94, n. 4, p. 601-616, 1979-1980.

ENDRES, A. V. Turismo e o desenvolvimento local: O capital social e as redes de políticas públicas em foco. In: FIGUEIREDO *et al.* **Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 288-308.

EMMENDOERFER, L. *et al.* A Formação dos circuitos turísticos mineiros: Uma política descentralizada e democratizante? **Revista Observatório de Inovação em Turismo**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5686>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ERBER, F. S. **The Evolution of Development Conventions**. Especial XII Congresso da Sociedade Internacional J. A. Schumpeter. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n1/01.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ESFERA CONSULTORIA. **Fomento à operacionalização da Rota das Grutas de Peter Lund**. Etapa 1 – Mapeamento dos atores Locais. Belo Horizonte, abr. 2014.

ESFERA CONSULTORIA. **Fomento à operacionalização da Rota das Grutas de Peter Lund**. Etapa 2. Formatação do banco de dados: Público Científico em Potencial. Belo Horizonte, maio 2014.

ESFERA CONSULTORIA. **Fomento à operacionalização da Rota das Grutas de Peter Lund**. Etapa 3. Mobilização e Sensibilização. Belo Horizonte, jun. 2014.

ETGES, V. E. O lazer no contexto das múltiplas dimensões do desenvolvimento regional: uma abordagem crítica da cultura e do lazer nas sociedades capitalistas globalizadas. In: MÜLLER, A. DaCASTA. L. P. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 133-143.

FARIA, D. M. C. P. **Desenvolvimento e Turismo: uma abordagem conceitual**. Texto para discussão 462. Cedeplar/UFMG. 2012. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20462.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FARIA, D. M. C. P.; MORATAL, M. H. ¿Hay Evidencias del Turismo como un factor para aliviar la pobreza? CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN TURÍSTICA – USP/EACH, 5, 3-5 sept. 2012.

FARIA, D. M. C. P.; MORATAL, M. H. Turismo y Alivio de la Pobreza: Fundamentos Teóricos y Evidencias Empíricas. In: GASCÓN, J; MORALES, S. TRESSERRAS, J. (Org.). **Cooperación en turismo. Nuevos desafíos, nuevos debates**. Barcelona: Foro de Turismo Responsable - Xarxa de Consum Solidari; COODTUR; Universitat Oberta de Catalunya - Laboratori del Nou Turisme; Universitat de Barcelona, 2013. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoeedita/PSrep13.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

FARIA, D. M. C. P.; MORATAL, M. H. **Um museu no meio do caminho**. Inhotim e o desenvolvimento regional. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FARIA, J. A. S.; GOMES, C. L. El ocio y el turismo en los artículos publicados en revistas académicas de turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Argentina, v. 22, p. 875-892, 2013.

FAZITO, M. Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento In: FIGUEIREDO, S. L. *et al.* **Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 108-126.

FIGUEIREDO, S. L.; NOBREGA, W. R. M. (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008.

FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F; WILKER, R. M. N (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2009.

FONSECA, I. L. NOBREGA, W. R. M. Equipamentos públicos de lazer e terceira idade: uma possibilidade para o desenvolvimento turístico no município de Parelhas/ RN. In: FIGUEIREDO *et al.* (Org.). **Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo**. Belém, 2015.

FORTES, S.; MONTOVANELI JR. O. Desarrollo Regional y Turismo en Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 18, p. 655-671, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/eypt/v18n6/v18n6a02.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

FRANCO, M.; ESTEVÃO, C. The role of Tourism public-private partnerships in regional development: A conceptual model proposal. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, artigo 2, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5176>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

FRANZINI, R. X. **O turismo como opção de lazer**. Livrovilla. Disponível em: <<http://livrovilla.com/broc165970/o-turismo-como-opcao-de-lazer>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

FREITAS, C. L. **Política, Turismo e Planejamento Regional**. Métodos, modelos e reflexões críticas. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FRIEDMAN, J. General Theory of Polarized Development. In: HANSEN, Niles (Ed.). **Growth Centers in Regional Economic Development**. New York: Free Press, 1972. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/88053356/Principios-Fundamentais-da-Teoria-Centro-Periferia-Autor-Jhon-Friedman>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGAWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. 2. ed. Tradução de Maria Celina Whately. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 329-354. Publicado originalmente em **Revista Brasileira de Economia**, v. 6, n. 3, set. 1952.

FURTADO, C. Em Busca de Novo Modelo. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 3 (88), out.-dez. 2002; São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, v. 41, n. 1, p. 230-245, 1998.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez; Instituto Paulo Freire, 1998. Disponível em: <www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/2793>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GALDINO, J. **Desenvolvimento Humano e Social versus Desenvolvimento Econômico**: Uma reflexão a partir da (in) acessibilidade aos equipamentos e espaços públicos de lazer na cidade de Caçados / SC. Monografia de especialização. [Manuscrito]. UFMG, Belo Horizonte, 2007.

GASTAL, S; MOESCH, M. M. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, C. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Tradução de Ribeiro, V. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 247 p.

GIAQUETO, A. A descentralização e a intersectorialidade na política de assistência social. **Revista Serviço Social & Saúde, Campinas, Unicamp**, v. IX, n. 10, p. 79-102, dez. 2010.

GOMES, B. M.; SILVA, V. J.; SANTOS, A. C. Políticas Públicas de Turismo: Uma análise dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais sob a Concepção de Cluster. **Turismo em Análise**. v. 19, n. 2, ago. 2008.

GOMES, C. L. *et al.* (Org.). **Lazer na América Latina**: tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 398 p.

GOMES, C. L.; PINHEIRO, M. LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social**: intervenções

com idosos. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GOMES, C. L. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, set. 2011. Disponível em: <www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV14N03_ar1.pdf, 2011>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GOMES, C.; SOUZA, T. R. LA TEMÁTICA DEL OCIO SEGÚN LOS DOCENTES DE LAS CARRERAS DE TURISMO. Minas Gerais, Brasil, **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, p. 127-148, 2011.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan.-out. 2014.

GOMES, C. L. Compreensões de Lazer/Ocio na América Latina. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, dez. 2013.

GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

GOMES, C.M. **Dumazedier e os Estudos do Lazer no Brasil**: breve trajetória histórica. Disponível em: <ufsj.edu.br/.../1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil_breve_trajetoria_historica>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GÓMEZ, J. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista eletrônica Pegada**, v. 3/1, p. 798-821. 2011. Disponível em: <revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewfile/798/821>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GOODWIN, H. Turismo y reducción de la pobreza. **Cooperación en turismo. Nuevos desafíos, nuevos debates**. Barcelona: Foro de Turismo Responsable - Xarxa de Consum Solidari; COODTUR; Universitat Oberta de Catalunya - Laboratori del Nou Turisme; Universitat de Barcelona, 2013. 426 p. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoeedita/PSrep13.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

HAESBAERT, R. Concepções de Território para Entender a Desterritorialização. In: SANTOS, M. BECKER, B. (Org.). **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HAY, C.; LISTER, M. Introduction: theories of the state. In: HAY, C.; LISTER, M.; MARSH, D. (Ed.). **The State – theories and issues**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

HERNANDEZ, J. G. V. Desarrollo Regional y Sustentabilidad: Turismo cultural en la región sur de Jalisco. **Revista Dimensión Empresarial**. v. 11, n. 2, p. 36-50, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S169285632013000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 20 jun. 2018.

HILL, M. Implementação: uma visão geral. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.) **Políticas públicas**: coletânea. Brasília. ENAP, 2006.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos de Educação/CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, 2001.

INSTITUTO OLHAR, PESQUISA E INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA. **Matriz de**

Posicionamento dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais. SETUR. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/ft2tx5g6goie2do/Relat%C3%B3rio%20Geral.pdf?dl=0>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO OLHAR, PESQUISA E INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA. **Resultados Individuais de Pesquisa Matriz de Posicionamento dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais.** SETUR. Belo Horizonte, 2013. Disponível em <https://www.dropbox.com/s/0hbx1watgwunhkn/Matriz_Relat%C3%B3rios_Individuais.pdf?dl=0>. Acesso em: 10 jun. 2018.

JARAMILLO, J. M. P.; RAMÍREZ, J. I. Propuesta de una ruta turística bananera en la base a la historia regional, Provincia el Oro, de Ecuador. **Universidad Y Sociedad | Revista Científica de la Universidad de Cienfuegos.** v. 8, n. 2, mayo-ago. 2016.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies.** 2. ed. Nova York: Harper Collins College Publishers, 1995.

KNUPP, M. E. C. G. MAFRA, F. L. N. Redes de Turismo: Uma análise da política de turismo do estado de Minas Gerais. **Revista Turismo em Análise,** v. 23, n. 3, 2012.

KRONEMBERGER, D. M. P; CLEVELARIO JUNIOR, J; NASCIMENTO, J. A. S. do; SILVA, L. C. D. **Desenvolvimento Sustentável no Brasil:** uma análise a partir da aplicação do Barômetro da Sustentabilidade. Uberlândia: Sociedade e Natureza: 2008.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo.** Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Ed. Aleph, 2001.

KRUTWAYSHO, O; BRAMWELL, B. Tourism policy implementation and society. **Tourism Research,** v. 37, n. 3, p. 670-691, 2010.

LACERDA, L. L. L. Interface Turismo – Lazer: Reflexões sobre as interações desses “campos” de estudo na realidade brasileira. **Revista Turismo Visão e Ação,** v. 12, n. 3, p. 299-313, 2010. Disponível em: <www.univali.br/revistaturismo>. Acesso em: 20 jun. 2018.

LACOSTE, P. J.; NAVARRETE. S. Alternativas no tradicionales de desarrollo rural: La ruta del Pisco como recurso turístico (vale del Esqui, Chile). **IDESIA,** Chile, v. 32, n. 4, p. 5-14, sept.-nov. 2014.

LEMOS, L. **O valor turístico na economia da sustentabilidade.** São Paulo: Aleph, 2005.

LINDEN, R.. Técnicas de Agrupamento. **Revista de Sistemas de Informação da FSMA,** n. 4. p. 18-36, 2009.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy:** dilemmas of the individual in public services. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo:** conceitos modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2012.

MAGALHÃES, J. S. **Estimativa de uma curva de demanda para os visitantes das grutas da Rota Lund.** Monografia de graduação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, 2015.

MAGALHÃES, J. S.; SUYAMA, E.; FARIA, D. M. C. P. Estimativa de uma função de demanda para os visitantes das grutas da Rota Lund. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 95-111, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1136>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MARCELLINO, N. C. L. Lazer: Concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 37-43, 1998.

MARCELLINO, N. C. Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional. In: MÜLLER, A. DaCASTA. L. P. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 41-51.

MARCELLINO, N. C. *et al.* **Lazer Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano** – Políticas Públicas. Os casos de Campinas e Piracicaba – SP. Curitiba: OPUS, 2007.

MARQUES, E. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MALTA, G. A. P. **O Turismo como projeto político e sua capacidade de indução ao desenvolvimento econômico**: destinos indutores ou concentradores do desenvolvimento turístico regional em Minas Gerais. [Tese]. Programa de pós-graduação em Geografia, IGC/UFGM, Belo Horizonte, 2018.

MATLAND, R. E. Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 5, n. 2, p. 145-174, 1995.

MARANHÃO, C. H. S. A práxis do turismo em Natal/RN e o capital social: uma articulação necessária. In: AZEVEDO *et al.* (Org.). **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013. p. 136-154.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS statistics**. 6. ed. Portugal: ReportNumber, 2014.

MATTOS, E. J. **Desenvolvimento e meio ambiente**: o papel dos indutores de impacto. 2012. 150f. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

MAXIMILIANO, K. E. Primer Ensayo de Filosofía Del Turismo: El Nascimento de la Calesita. **Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local**. v. 4, n. 10, jun.-jul. 2011.

MEEKS, J. F.; BUDA, D. M.; DE ROO, G. Leeuwarden 2018: Complexity of Leisure – LED Regional Development um a European Capital of Culture. **Tijdschrift Voor Economische en Sociale Geografie**, v. 108, n. 1, p.129-136, 2017.

MEKSENAS, P. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MELO, V. A. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edwar Palmer Thompson. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 5-25, 2010.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos: In ISAYAMA, H. F; Linhares, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MENICUCCI, T. Políticas de esporte e lazer: O estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, H. F; LINHARES, M. A. **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008. p. 179-202.

MILANO, C. **Overtourism y Turismofobia**: tendencias globales y contextos locales. Barcelona: Ostelea School of Tourism & Hospitality, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323174699_Overtourism_y_Turismofobia_Tendencias_Globales_y_Contextos_Locales>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MINAYO, M. C. S. *et al.* Qualidade de vida e saúde: Um debate necessário. **Ciência e Sociedade Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MINAS GERAIS/BRASIL. Estratégia de Desenvolvimento Turístico “Rota das Grutas de Peter Lund”. Volunteers/WNWTO. **Themis**, v. 1, 2011. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/13hq2pg0fwxqzup/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20Rota%20Lund%20vol1.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MINAS GERAIS/BRASIL. Estratégia de Desenvolvimento Turístico “Rota das Grutas de Peter Lund”. Volunteers/WNWTO. **Themis**, v. 2, 2011. <<https://www.dropbox.com/s/kmghi05xz6tidrn/Anexos%20Rota%20Lund.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**. Uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

MIYAMOTO, S. Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, São Paulo, 1981. Disponível em: <<seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1713/1394>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 16, p. 22-41, 2004. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

MOESCH, M. M.; GASTAL, S. **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

MOESCH, M. M.; GASTAL, S. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 442-457, maio-jul. 2013.

MOESCH, M. M.; GASTAL, S. O lazer faz o elo: Reinventar as políticas públicas para o lazer e o turismo humanizadores. In: _____. **Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MOLDAN, B; BILHARZ, S. (Ed.) **Sustainability indicators**: report of the Project on indicators of sustainable development. Chichester: John Wiley & Sons, 1997.

MORTIGNONI. L. CORONA, H. M. P. Lazer e a ruralidade contemporânea para além da racionalidade capitalista. **O desenvolvimento regional em debate**, v. 3, n. 1, maio 2013.

Disponível em: <www.periodicos.unic.br>. Acesso em: 02 jun. 2018.

MOURA, A. K. C. **O mito do desenvolvimento sustentável da atividade turística**: uma análise crítica das teorias da sustentabilidade, das políticas públicas e do discurso oficial do turismo na Paraíba. Dissertação. Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, UFPB, Paraíba, 2008.

MÜLLER, A. DaCASTA. L. P. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. 230 p.

MÜLLER, A. DaCASTA. L.P.; BURGOS, M. S. WEISS, G. F. O. 14. Enarel de Santa Cruz do Sul (RS) – Lazer desenvolvimento regional e estilo de vida. In: MARCELLINO, N.C. YSAYAMA, H. F. (Org.). **ENAREL 25 anos de História**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2014.

NAJAN, A. **Learning from the Literature on Policy Implementation**: a synthesis perspective. (Working Papers). Luxemburg. Austria: International Institute for Applied Systems Analysis – IIASA. A-2361, 1995.

NOBREGA, W. R. M. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: Limites e avanços no Estado do Pará. In: AZEVEDO *et al.* (Org.). **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013. p. 92-115.

O'DONNELL, G. Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos. **Revista Debates**. v. 7, n. 1, p. 15-114, jan.-abr. 2013. Disponível em: <www.revistadebates.ufrg.br>. Acesso em: 10 jun. 2018.

OLIVEIRA, D. A. N. de. Turismo e Pós-Modernidade. Complexidade(S). In: GASTAL, S. CASTROGIOVANNI, A. C. **Turismo na Pós-Modernidade (des) inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. Coleção Comunicação.

OLIVEIRA, R. A. **Descentralização**: um paralelo entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo. 103. Belo Horizonte: Administração Pública – Fundação João Pinheiro, 2008.

ONGHENA, Y. Actores, lugares y movilidades: apuntes para gestionar el turismo. Líneas transversales de los debates. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 113, p. 161-184, sept. 2016. Disponível em: <www.cidob.org>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. **Panorama OMT del Turismo Internacional**. Edición 2016. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418152>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

ORELHANA, M. A. Mudança Climática e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: O direito ao desenvolvimento, cooperação internacional e o mecanismo do desenvolvimento limpo. **SUR 24 Revista Internacional dos Direitos Humanos**. v. 7, n. 12, jan.-jun. 2010. Disponível em: <conectar.org/pt.acor/sur/edição/12/1000379-mudança-climática-e-os-objetivos-de-devolvimento-milênio>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PAIVA, C. C. F; MONOLESCU, F.M. K. **O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Regional**. ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 11; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 7. Universidade do Vale do

- Paraíba, 2007. Disponível em: <www.inicepg.univap.br/cd/INIC2007/trabalhos/.../INICG00107>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- PANIAGUA, C. F. O.; PACHECO, G. J. A. Turismo termal en la Ruta de la Salud, en Mochoacán: potencial de desarrollo regional. **Región Y Sociedad**, n. 65, 2016.
- PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. **Segmentação do Mercado Turístico**: estudos, produtos e perspectivas. São Paulo: Ed. Manole, 2008.
- PANOSSO NETTO, A.; NOGUEIRA, F. T. JAGUER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Turismo em Análise**. v. 22, n. 3. dez. 2011.
- PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. **Turismo**: perspectiva crítica. Textos resumidos. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.
- PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. G. (Org.) **Turismo na América Latina**: casos de sucesso. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. 368 p.
- PERINOTTO, A. R. C. Turismo Pedagógico: uma ferramenta para a educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=261&path%5B%5D=186>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- PIERSSON, P.; SKOCPOL, T.. El Institucionalismo Histórico En La Ciencia Política Contemporânea. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, ICO, v. 17, n. 1, 2008.
- PIMENTEL, G. G. de A. (Org.). **Teorias do Lazer**. Maringá: Eduem, 2010.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: **Relatório de Desenvolvimento Humano**: o trabalho como motor do desenvolvimento humano. 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- PORTES, A. Instituciones e Desarrollo: una revisión conceptual. **Cuadernos de Economía**, Bogotá, v. XXV, n. 45, 2006.
- PORT, A. T. **O papel da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais na parceria público-privada da rota das grutas Peter Lund**: uma análise sob a ótica da intersetorialidade. Monografia. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015.
- PRONOVOST, G. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Senac, 2011.
- RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento. A crise da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 26, n. 75, fev. 2011.
- RIBEIRO, O. C. F.; AMARAL, S. C. F.; SILVA, D. S. Fragmentação e intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 99-114, jan.-abr. 2014.
- RIBEIRO Jr. J. A. S. Neil Smith e o desenvolvimento desigual do capitalismo. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 35-62, 2014.

ROCHA, J. D. A importância do capital institucional na sustentabilidade do desenvolvimento territorial. **Revista Sustentabilidade em Debate**, 2010. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/view/730/447>>. Acesso em: 5 out. 2012.

ROGENSEN, C. M. Tourism and regional development: The case of South Africa's distressed areas. **Development Southern Africa**, v. 32, n. 3, p. 277-291, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/0376835X.2015.1010713>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

ROJEK, C. **Leisure Theory: principles and practices**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

ROOS, H. The New Economy as a gateway to leisure travelling: Experiences of Highly Skilled Indian Professionals in Europe. **Leisure Studies**, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02614367.2016.11876612016>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

RUIZ, M. D. Turistofobia. **Jornal El País**, 12 jul. 2008. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2008/07/12/catalunya/1215824840_850215.html>. Acesso em: 05 jun. 2018.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. **Ambient. soc.** [online], v. 7, n. 2, p. 214-216, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1414753X2004000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 22 mar. 2014.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização de Paula Yone Sthoh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, B. de S. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, E. S. **O Conceito de Geopolítica: uma aproximação histórica e evolutiva (3ª PARTE)**. Disponível em: <http://database.jornaldefesa.pt/assuntos_diversos_relacoes_internacionais/O%20Conceito%20de%20Geopol%C3%ADtica%20Uma%20Aproxima%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rica%20e%20Evolutiva%203%20Parte.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

SANTOS, M. J.; HANAOKA, F. Turismo e Desenvolvimento Regional: Atrativos turísticos. **Revista Observatório**. v. 1, n. 2, set. 2015. Disponível em: <<http://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015.v1.n2.p194>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SANTOS, T. N. A. dos. **Interfaces entre lazer e turismo em teses e dissertações brasileiras: estado do conhecimento (2009 -2015)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, T. N. A. dos; GOMES, C. L. Interfaces Lazer-Turismo: um estado do conhecimento. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 8, n. IV, p. 419-434, out.-dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v8i4p419>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SARAIVA, P. L. S. *et al.* El patrimonio matinal y cultural como base para estratégia de turismo

sustentable em la Sonora Rural. **Estudios Sociales**, n. especial, jan. 2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. H. FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Temática para Análise de Dados Qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SILVA, G A. B.; PASSADOR, J. L. Redistribuição Fiscal para o Desenvolvimento Turístico Local e Regional. **Rev. Administração Pública**. v. 50, n. 4, p. 587-640, jul.-ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000400587&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SILVA, L. F.; MANTOVANELI JR. O.; SAMPAIO, C. A. C. Governanza y Territorialidade en el Desarrollo Turístico Regional. El caso del Oktoberfest em Blumenau – Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 21, n. 6, p. 1369-1388, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322012000600002>. Acesso em: 06 maio 2018.

SHARPLEY, R. **Tourism, environment, and development: beyond sustainability?** Londres: Earthscan, 2009.

SHARPLEY, R.; TELFER, D. **Tourism and Development: Concepts and Issues**. 2. ed. Clevedon: Library of Congress Cataloging in Publication Data, 2015.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Quali@s Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, 2015.

SILVA, G. A. B.; PASSADOR, J. L. Redistribuição fiscal para o desenvolvimento turístico local e regional. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 587-610, jul.-ago. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150785>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SILVA, L. H.; GODIM FILHO, J. H. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 28-46, 2006. Disponível em: <<http://files.camolinaro.net/200000548772e978282/Insustentabilidade%20do%20Desenvolvimento%20Sustentavel.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

SILVA, K. F. *et al.* **Reflexões sobre a gestão responsável do Turismo: um olhar sobre o Circuito Serra do Cipó**. Trabalho de Extensão apresentado na Semana do Conhecimento e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP/UNICAMP**, n. 48, 2000. Disponível em: <<http://www.nepp.unicamp.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SILVA JÚNIOR, J. H. A Política interna de turismo como desenvolvimento regional: O programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 51-62, jul.-dez, 2006.

SEGATTO, C. I. **Análise da implementação de políticas públicas**: o programa de Alfabetização na Idade Certa em dois municípios cearenses. S/D. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/catarinasegatto.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SMITH, T. The policy implementation process. **Policy sciences**, v. 4, n. 2, p. 197-209, 1973.

SCOTT, N. **Turism Policy**: strategic review. Goodfellow Publishers Limited Oxford, 2011. Disponível em: <https://www.goodfellowpublishers.com/free_files/Contemporary-Tourism-Review-Tourism-Policy-Sample-9bd295bf39fe0c0189b5ee2d66cdc003.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

SOSA, M. E. ARAIZA, P. L. S. La conformación de una ruta alimentaria como estratégia de desarrollo turístico rural para el municipio de Ches, Sonora, México. **Estudios Sociales**, v. XXI, n. 42, jul.-dez. 2013.

SOUZA, T. R. **Lazer e Turismo**: reflexões sobre suas interfaces. 6. SEMITUR. Universidade de Caxias do Sul. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt11/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

TAVARES, J. M.; BATISTA, J. R. M. A dificuldade de consolidação dos circuitos turísticos de Minas Gerais (Brasil). Uma análise a partir do perfil de seus gestores. **Revista Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 147-162, 2013.

TAVARES, J. M.; VIEIRA JÚNIOR, J. A.; QUEIROZ, S. F. Circuitos Turísticos: Uma análise a partir das ferramentas de geoprocessamento. **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 1, 2010.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e Desenvolvimento Regional**: modelo APL tour aplicado à região das Hortênsias (Rio Grande do Sul – Brasil). Tese – Programa de Doutorado Em Ciências da Comunicação. ECA/USP. 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-11052009-111001/>. Acesso em: 02 abr. 2018.

TRIGO, L. G. G.; PANOSSO NETTO, A. **Reflexões Sobre um Novo Turismo**. Política, Ciência e Sociedade. São Paulo: Ed. Aleph, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/UFMG/CPNq. **Acompanhamento e Avaliação de Obras, Serviços e Operações de Infraestrutura Destinadas à Copa do Mundo 2014 em Belo Horizonte**. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. N. do Processo Institucional/CNPq: 400049/2013-9. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/UFMG/FUNDEP. **Projeto “Observatório de Turismo Rota das Grutas de Peter Lund”**. FUNDEP. Belo Horizonte: Instituto de Geociências, 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report**. New York. 1995. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/256/hdr_1995_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

URRY, J. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel; Sesc, 2001.

WWF BRASIL. **Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas**. Organização de Sérgio Salazar Salvati. Brasília: WWF Brasil, 2004.

VALLI, M.. Análise de Cluster. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, n. 4, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22287/ag.voi4.107>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

VEIGA, J. L da. **1948 – Desenvolvimento sustentável do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERAS F. *et al.* **Análises Territorial del Turismo y Planificación de Destinos Turísticos**. Valencia: Ed. Tirant Humanidades, 2014.

YIN, R. K. **Case Study research: design and methods** 3. ed. (Applied Social Research Methods Series), v. 5, 2003.

ZINGONI, P. Descentralização e novos desafios para a política pública de lazer em Belo Horizonte. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 1, jan.-jun. 2001.

_____. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MÜLLER, A.; DaCASTA. L. P. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2002. p. 52-82.

VÍDEOS CONSULTADOS NO YOUTUBE

Globalização Milton Santos - O mundo global visto do lado de cá. 2006. Documentário do cineasta brasileiro Sílvio Tandler discute os problemas da globalização sob a perspectiva das periferias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&t=757s&list=PLP5sldEnQkK8Wqs_EtixUTES4MdUtpz6&index=2>. Acesso em: 20 jun. 2018.

TV Cultura. **Vox Populi - Celso Furtado (1983)**. Celso Furtado aborda a política nacional brasileira e a própria sociedade, destacando os principais problemas e entraves encontrados no país para viabilizar seu desenvolvimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g1zXExAh49U&t=0s&list=PLP5sldEnQkK8Wqs_EtixUTES4MdUtpz6&index=4>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Conversas do Mundo Leonardo Boff e Boaventura de Sousa Santos. Leonardo Boff y Boaventura de Sousa Santos dialogan sobre colonialismo y crisis en Europa. Estos encuentros forman parte del proyecto ALICE, dirigido por de Sousa Santos en el Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra (Portugal). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R3-Y98VaxZc&t=0s&list=PLP5sldEnQkK8Wqs_EtixUTES4MdUtpz6&index=3>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Video 8 de Nvivo - Análise de Cluster. Tutorial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t2wVvfzngFk&t=0s&list=PLP5sldEnQkK8Wqs_EtixUTES4MdUtpz6&index=10>. Acesso em: 20 jun. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista – Mentor intelectual da rota

- 1- Envolvimento com região Carste e com Lund.
- 2- Turismo em seus estudos.
- 3- Fale sobre seu projeto, desde a concepção, objetivos, até os desdobramentos.
 - a. **Observar:** relação com a câmara de infraestrutura
 - i. Relação com a política
 - ii. Medida compensatória
 - iii. Preservação
 - b. Relação indutores de impacto
 - i. Interesses diversos
 - c. Logo criada
 - d. Avaliação
- 4- Entendimento sobre:
 - a. Turismo
 - b. Qualidade
- 5- Contribuição do turismo e do lazer para a região.
- 6- Entendimento sobre Lazer.
- 7- Contribuição do projeto para o desenvolvimento regional do turismo e do lazer.
- 8- A rota atual e o desenvolvimento regional do turismo e do lazer – percepção/avaliação.
- 9- Entendimento sobre Desenvolvimento regional.
- 10- Consideração final sobre a rota – opinião, sugestão, ou consideração sobre o projeto RGPL a ser acrescentada.
- 11- Considerações sobre minha pesquisa.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista – Instituições relacionadas ao projeto (SEMAD, SETUR, Circuito e membros do COMTUR de cada localidade, e etc.)

- 1- Envolvimento com o turismo – **observar:**
 - a. O turismo na região e no município.
 - b. Envolvimento com as instâncias de governança.
 - c. Conhecimento sobre a política de regionalização.
 - d. Envolvimento em ações do Circuito das Grutas e COMTUR.
 - e. Objetivos / Interesses
 - f. Avaliação sobre os papéis do Estado, Circuito e COMTUR.
 - g. Projetos
- 2- Fale sobre a Rota – **observar:**
 - a. Surgimento da Rota
 - b. Conhecimento do projeto
 - c. Envolvimento
 - d. Avaliação
 - e. A Rota e o lazer dos residentes
 - f. Críticas
- 3- Entendimento sobre:
 - a. Turismo
- 4- Contribuição do turismo e do lazer para a região.
- 5- Entendimento sobre Lazer.
- 6- Contribuição do Circuito Das Grutas para o desenvolvimento regional do turismo e do lazer.
- 7- A Rota atual e o desenvolvimento regional do turismo e do lazer – percepção/avaliação.
- 8- Entendimento sobre Desenvolvimento regional.
- 9- Consideração final.

APÊNDICE C – Entrevista com comunidade

1. Relação e envolvimento com a cidade e região.
2. Relação e envolvimento com o turismo.
3. Relação e envolvimento com o projeto Rota das Grutas de Peter Lund.
4. Entendimento sobre:
 - a. Turismo
 - b. Contribuição do turismo e do lazer para a região
5. Entendimento sobre Lazer.
6. Contribuição do Circuito Das Grutas para o desenvolvimento regional do turismo e do lazer.
7. A Rota atual e o desenvolvimento regional do turismo e do lazer – percepção/avaliação.
8. Entendimento sobre Desenvolvimento regional.
9. Consideração final.

APÊNDICE D – Entrevista com empreendedores

- 1 – Perfil do entrevistado
2. Envolvimento com o turismo – observar:
 - a. Seu negócio
 - b. Relação com o município
 - c. O turismo na região e no município
 - d. Conhecimento sobre a política de regionalização
 - e. Relação com o Circuito das Grutas/COMTUR e negócio do entrevistado
 - f. Objetivos / Interesses
 - g. Avaliação sobre os papéis do Estado, Circuito e COMTUR
 - h. Projetos (do negócio)
3. Fale sobre a Rota – **observar**:
 - i. Conhecimento do projeto
 - j. A rota e seu negócio
 - k. Avaliação
 - l. A Rota e o lazer dos residentes
 - m. Críticas
4. Entendimento sobre:
 - n. Turismo
5. Como é o lazer na região?
6. Contribuição do turismo e do lazer para a região.
7. Entendimento sobre Lazer.
8. Prática de lazer.
9. Contribuição do Circuito Das Grutas para o desenvolvimento regional do turismo e do lazer.
10. A Rota atual e o desenvolvimento regional do turismo e do lazer – percepção/avaliação.
11. Entendimento sobre Desenvolvimento regional.
12. Consideração final.